Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11886 | 113 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 16 de Abril de 2025

Sumário

Poder Executivo

Casa Civil 03

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 04
Secretaria da Agricultura e Abastecimento 17
Secretaria das Cidades 20
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 32
Secretaria da Cultura 39
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 40
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 40
Secretaria da Educação 43
Secretaria do Esporte 57
Secretaria da Fazenda 58
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 60
Secretaria de Infraestrutura e Logística 61
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 65
Secretaria da Justiça e Cidadania 65
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 66
Secretaria do Planejamento 66
Secretaria da Saúde 66
Secretaria da Segurança Pública 85
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 102

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 111

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Letícia Ferreira da Silva — Controladora-Geral
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Alexandre Jarschel de Oliveira — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Lucas Dorini Sabbato — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Casa Civil

RESOLUÇÃO Nº 1.172

Designação de Comissão para inventariar os bens do Escritório de Representação do Governo do Paraná em Brasília.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e considerando o contido no protocolado nº 23.800.244-3.

RESOLVE:

Art. 1º Designa os servidores abaixo relacionados para compor comissão para inventariar os bens, saldos patrimoniais e contratos do Escritório de Representação do Governo do Paraná em Brasília:

I - FERNANDO ANTONIO DE PAULO, CPF: XXX.835.XXX-49;

II - EDNA AMORIM SOBRINHO, CPF: XXX.380.XXX-53;

III - OLDER KELSON LOPES; CPF: XXX.889.XXX-51;

IV - VANDA HAIDAMAK, CPF: XXX.517.XXX-20;

V - PERTERSON LUIZ LECHECHEM, CPF: 029.352.549-88.

Art. 2º A presidência da comissão será exercida pelo servidor FERNANDO ANTONIO DE PAULO.

Art. 3º A comissão deverá apresentar relatório circunstanciado contemplando os bens, saldos patrimoniais e contratos do Escritório de Representação do Governo do Paraná em Brasília no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

40393/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

EXTRATO DE TERMO DE FILIAÇÃO

TERMO DE FILIAÇÃO Nº 001/2025 – FILIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DETRANS – AND

OBJETO: Constitui objeto do Termo de Filiação à AND a anuência ao disposto no Estatuto Social da Associação Nacional dos Detrans – AND, visando a cooperação mútua entre as partes para viabilizar ações conjuntas, disponibilizar intercâmbio de informações e realizar projetos, programas e cursos ofertados pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DETRANS.
VALOR MENSAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
AUTORIZAÇÃO: Sr. Adriano Furtado – Diretor-Presidente do Detran/PR em 07/04/2025.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado.
PROTOCOLO: 22.766.982-9

39349/2025





Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 8749 10/04/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
237284909	ADAIR DE PAULA FLAVIO	40100857	21	SEED	
237591410	ADRIANA DRABESKI OLIVEIRA KARIATSUMARI	50611124	1	SEED	
235166399	CLELOMAR CASALI	41864540	1	SEED	
236910121	EDILAMAR APARECIDA MARTENDAL DOS PASSOS	53088368	1	SEED	
236613747	EROTILDE ALVES DE OLIVEIRA	17309188	1	SEED	
236560201	HILDA DE SOUZA PINTO	64001752	1	SEED	
236938484	JOSELISA TEIXEIRA DE MAGALHÃES	64446720	2	SEED	
237207599	MARIA APARECIDA DE SOUZA DO AMARAL	56720553	1	SEED	
237423313	ODAIR ANTONIO FERNANDES	18487632	3	SEED	
237468961	RENIVALDA PEREIRA DE OLIVEIRA	72370287	1	SEED	
237942329	SILVIO MARTINS ESTEVES	39844540	1	IDR	
236984150	SIRLEI APARECIDA MARCOLLA	78376368	1	SEED	
236892190	TATIANA CRUZ DE CAMARGO	42646938	2	SEED	
233740578	VERONICA VOLTARELLI	45011488	1	SEED	

38775/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 8751 11/04/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
236728927	BERNADETE GASPAR DE ABREU	20735341	1	SEED	
235655063	JOSE MARIA DE PADUA	43334093	2	SEED	
236976777	NEUCI BARBOSA DE LIMA SILVA	33855133	1	SEED	
236957268	NOEL RODRIGUES	42536156	92	SEED	
237002989	ROBERTO MEIRA PINTO	39779099	1	SEED	
237018737	ROSELEIDE FLAUSINO	43586769	1	SEED	
234056298	SHIRLEY LOZOVE GUIMARAES	22515594	1	SEED	

38778/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 8773 11/04/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
237697588	APARECIDA SIRLEI COIMBRA	36603674	1	SEED	
236876268	CASSIA ZENEIDE VAZ DOS SANTOS	57216956	1	SEED	
237951905	CELSO JOSE SILVESTRI	36909757	1	SEED	
237735811	CLARICE SIQUEIRA DE CHAVES TABORDA	36635622	1	SEED	
237559029	DEILI DE FATIMA DO NASCIMENTO	40831240	90	SEED	
232836202	EDNA MARLY MARANGONE	64828924	2	SEED	
236339777	LUCIA HELENA MARIA	17269488	1	SEED	
236891216	MARIA ZILMA LEANDRO	62643048	90	SEED	
237124790	ROSILEI MARISTELA PEREIRA DOS SANTOS	42941131	2	SEED	

236891461	SIMONE DA SILVA FRANÇA	88385825991	1	SEED
237418492	VERONICE DE OMENA DOS SANTOS	55717923	1	SEED
237082427	ZELIA OLIVEIRA RODRIGUES	50166201	1	SEED

38886/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8714

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: DULCE CRISTINA PEREIRA HENRIQUES ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 1.103.864-6 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
MEDICO
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3°, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.530/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.382,73(Dezoito Mil, Trezentos e Oitenta e Dois Reais e Setenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 32-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.548.216-9

NOME: REGINA MARCIA FERNANDES ORGAO: SEED
R.G.: 2.053.087-1 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1°, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8°, com a redação dada pela Emenda Constitucional. N° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.547/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.024,76(Três Mil e Vinte e Quatro Reais e Setenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 73-PRPREV. Prop. 32/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 23.127.283-6

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8715

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: OLAVO GUERRA BATISTA ORGAO: IPEM
R.G.: 1.654.193-1 CARGO: Agente de Execução LF: 1
Fiscal Metrologico
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3°, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
Lei 10692/93, art.13, c/c art.30, da Lei 13666/02
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.575/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 12.584,88(Doze Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 58-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.571.747-6

NOME: CRISTIANE SAWCZUK MAZUROK ORGAO: SEED
R.G.: 4.323.698-9 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05 c/c Decisão Judicial autos n° 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, inc.II
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.585/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.944,61(Dez Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.512.220-0

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8716

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LINDAMIR DE OLIVEIRA SANTOS ORGAO: SEED
R.G.: 3.717.450-5 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8º, com a redação dada pela Emenda Constitucional. Nº 41/03.
Art.40, §§ 3º e 17º, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.576/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.787,50(Dois Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos)
CALCULOS A FL. 46-PRPREV. Prop. 34/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 23.566.118-7

NOME: EVERALDO JOSE DOS SANTOS ORGAO: SEED
R.G.: 3.248.920-6 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1º, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19.
Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1º, 2º e 6º da EC 103/19
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.582/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.103,75(Dois Mil, Cento e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 44-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.320.264-9

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8717

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CLAUDIRENI APARECIDA BARBON DA COSTA ORGAO: SEED
R.G.: 4.259.412-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5º EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV e §1º, §2º, inc. II e §3º, inc. II da EC-PR nº 45/2019.
Art. 5º, §2º, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.548/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.715,66(Quatro Mil, Setecentos e Quinze Reais e Sessenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 85-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.091.897-0

NOME: ISABETE DOLORES PAGNONCELLI ORGAO: SEED
R.G.: 4.238.615-4 CARGO: Professor LF: 21
Professor
TIPO: Art. 5º EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV, §2º , inc. I e §3º, inc. I da EC-PR nº 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.550/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.645,22(Nove Mil, Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 53-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.456.798-5

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART

SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8718

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CELINA PICCINI ORGAO: SEED
R.G.: 8.332.232-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor

TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.561/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.958,77(Três Mil, Novecentos e Cinqüenta e Oito Reais e Setenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 123-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 22.890.104-0

NOME: ELIZABETE MEDEIROS MACHADO ORGAO: SEED
R.G.: 6.555.766-5 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. II, e 7°, inc. II da EC-PR n° 45/2019
Art. 4°, §6°, incisos II e III da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.584/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.182,87(Dois Mil, Cento e Oitenta e Dois Reais e Oitenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 55-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.388.462-6

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8719

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JANICE ALBERTI GOMES MACHADO ORGAO: SEED
R.G.: 5.345.542-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.565/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 16.968,92(Dezesseis Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 41-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.404.383-8

NOME: ANDREIA MARIA AIRES BARBOZA ORGAO: SEED
R.G.: 4.171.909-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05 c/c Decisão Judicial autos n° 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.569/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 12.681,81(Doze Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 57-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.337.714-7

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8720
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: LIEGE RADIM BERLATO ORGAO: SEED
R.G.: 5.000.056-7 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.589/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.959,19(Oito Mil, Novecentos e Cinqüenta e Nove Reais e Dezenove Centavos)
CALCULOS A FL. 42-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.591.216-3

NOME: SUELI OLIVEIRA FRAGOSO GIMENEZ ORGAO: SEED
R.G.: 5.349.864-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05 c/c Decisão Judicial autos n° 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.551/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.513,22(Quatro Mil, Quinhentos e Treze Reais e Vinte e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.381.831-3

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

38854/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8721
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: SIRLEY VIEIRA ORGAO: SEED
R.G.: 4.520.753-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6°, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n° 41/03, c/c o § 5° do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2° da Emenda Constitucional n° 47/05.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.600/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.031,61(Oito Mil e Trinta e Um Reais e Sessenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.429.351-6

NOME: ANA CHRISTINA BOTH DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 5.147.938-6 CARGO: Professor LF: 90
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.572/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.881,80(Três Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta Centavos)
CALCULOS A FL. 89-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 22.959.620-9

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8722

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JOSE CARLOS BERTACCHI ORGAO: FAFIPA
R.G.: 6.394.245-6 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Assistente

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 11713/97,art.3°,§4°e art.17,c/c Lei 14825/05 e Lei 19594/18
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 11713/97, art.16, c/c Lei 14825/05, art.3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.574/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.938,46(Onze Mil, Novecentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 37-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.560.905-3

NOME: CLEUNICE FAVERO ORGAO: SEED
R.G.: 3.472.999-9 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.26, inc.III, LC 263/2023, art.7° , inc.III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.578/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.718,13(Três Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Treze Centavos)
CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.419.156-0

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8723

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: IDA MARELI CHIMANSKI ORGAO: SEED
R.G.: 1.167.053-9 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1°, Inciso III alínea A e 8°, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.543/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.505,81(Cinco Mil, Quinhentos e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.243.783-9

NOME: DALVA TERESINHA DAPONT BORGES ORGAO: SEED
R.G.: 6.534.608-7 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.26, inc.III, LC 263/2023, art.7° , inc.III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.588/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.371,55(Cinco Mil, Trezentos e Setenta e Um Reais e Cinqüenta e Cinco

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.547.494-8

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8724

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANTONIO CARLOS DE ANDRADE ORGAO: SEED
R.G.: 3.700.164-3 CARGO: Professor LF: 4
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.433/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.186,71(Três Mil, Cento e Oitenta e Seis Reais e Setenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 138-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 20.262.521-5

NOME: CLAUDIA JONSON ORGAO: SEED
R.G.: 5.734.793-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.577/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.252,05(Sete Mil, Duzentos e Cinqüenta e Dois Reais e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 57-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.234.831-3

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8725

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARCELA HAMMERSCHMIDT BAGGIO VIOLADA ORGAO: SEED
R.G.: 4.226.205-6 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.573/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.935,81(Sete Mil, Novecentos e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 42-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.476.067-0

NOME: MARIA HANEX ORGAO: SEED
R.G.: 5.386.314-0 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.544/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.197,83(Dois Mil, Cento e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 52-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.466.714-9

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8726

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SOLANGE HELENA DALLA BARBA ORGAO: SEED
R.G.: 3.221.449-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.579/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.861,78(Oito Mil, Oitocentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 57-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.504.507-9

NOME: JANAINA TONIAL ORGAO: SEED
R.G.: 7.543.368.099-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.552/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.902,58(Dez Mil, Novecentos e Dois Reais e Cinqüenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.293.910-9

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8727

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LOURDES GABRIEL ORGAO: SEED
R.G.: 4.059.741-7 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Compulsória proporcional EC 45/2019
A partir de 22/02/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso II da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o inciso II, § 1° do art. 40 da CF.
Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1°, 2° e 6° da EC 103/19
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.549/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 901,09(Novecentos e Um Reais e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 40-PRPREV. Prop. 14/20 avos. - FP - PROTOCOLO N. 23.566.049-0

NOME: LUIZ ANTONIO MELO DE OLIVEIRA ORGAO: SEED
R.G.: 1.048.402-2 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.599/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.838,04(Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 83-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.164.926-3

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 8728

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: NELSON UDENAL ORGAO: SEED
R.G.: 751.152-3 CARGO: Professor LF: 3
Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8º, com a redação dada pela Emenda Constitucional. Nº 41/03.
Art.40, §§ 3º e 17º, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.594/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.516,74(Cinco Mil, Quinhentos e Dezesseis Reais e Setenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 58-PRPREV. Prop. 34/35 avos. - FF -
PROTOCOLO N. 23.276.668-9

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

38856/2025

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 8729

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JOSE OLIVEIRA SAMPAIO NETO ORGAO: PMPR
R.G.: 6.452.806-8 CARGO: 3º. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1º, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.515/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.943,87(Oito Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Oitenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 25-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 23.457.062-5

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

38857/2025

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 8730

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: NELSON CARLOS CARNEIRO ORGAO: CBMPR
R.G.: 7.538.279-0 CARGO: 2º Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória (Limite de Tempo)
A partir de 22/01/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-A, § único do Decreto Lei 667/69, caput do art. 157 da Lei 1943/54 e art. 2º do Decreto Estadual 3829/20
Art. 1º, § único, da Lei 17169/12.EC n.º 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 141.553/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.091,93(Dez Mil e Noventa e Um Reais e Noventa e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 38-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 23.353.158-8

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

38855/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 8748 10/04/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MILENA KELLER BULLA	81088632	6	NI01	237771885	01/04/2025	SEED
JOAO PAULO KALED	87789446	1	NII06	237739930	03/04/2025	SEED

38776/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 8750 10/04/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MARCOS ANTONIO BROCARDO JÚNIOR	110953739	1	NAI	237818644	11/04/2025	IAP
AUREA ABIL RUSS	14606297	2	NIII08	237970098	07/04/2025	SEED
CAMILA FERNANDES DE LIMA	92124118	1	NI01	238156122	01/04/2025	SEED

38781/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 8752 11/04/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MARINA SILVEIRA BONACAZATA SANTOS	162308106	1	NI01	238007143	08/04/2025	SEED
SANDRO MARCOS MARTINS	61622900	1	NAX	238161061	09/04/2025	SEED
MARY JUSVIAK	70998432	1	NII11	238123445	03/03/2025	SEED
MARTA DE OLIVEIRA EGG	9477888	3	NII08	238139112	10/04/2025	SEED
KATHARINE AGUIAR TOLOMEOTTI	98253955	1	NII07	238035694	15/04/2025	SEED

38774/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 8772 11/04/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MACLIN NERES PAIANO	110620098	1	NAIX	23.773.276-6	04/04/2025	FUNSAUDE
ELISABETE CLAUDINO CRUZ	18372959	3	NII11	238062411	09/04/2025	SEED
DANIELA FERREIRA VANROO	4761831	1	NAI	238265797	30/04/2025	IAP

38780/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 24 DE 11/04/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
BEATRIZ MALUCELLI	72350308	1	NAII		22/04/2025	21/04/2027	730

39500/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESP N.º 643/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Segurança Pública**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, e pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, considerando o §1° do artigo 17 da Lei Complementar nº 245 de 30 de março de 2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná - QPPP, bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário, e considerando o contido no protocolo 20.291.508-6,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SESP n.º 008, de 26 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial n.º 11.185, de 27 de maio de 2022, na parte que concedeu enquadramento no Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná - QPPP, no cargo de Policial Penal, em conformidade ao preconizado na Lei Complementar n.º 245 de 30 de março de 2022, na parte do servidor abaixo especificado, com efeitos funcionais a partir de 29 de maio de 2022:

ID RH	LF	CPF	NOME	TEMPO PARA EFEITOS LEGAIS EM 30/03/2022			DE		PARA
				ANOS	MESES	DIAS	CLASSE	REF.	CLASSE
400624	2	023. XXX.XXX-03	CLEVERSON BINSFELD	15	09	00	II	3	VII

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública

39197/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 8753

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
23.778.982-2	ANGELA MARIA SILVEIRA PORTELINHA	UNIOESTE
23.701.275-5	DIRLENE DE ANDRADE BATISTA	UEPG
23.773.438-6	JOSE ROBERTO DE VASCONCELOS GALDINO	UEPG
23.757.166-5	CESAR EDUARDO ABUD LIMAS	UEPG

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8754

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARIA RAQUEL MARCAL NATALI, R.G. nº 1.941.577-5, LF 01, UEM, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97 e Lei 19595/18, art. 5º; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 10692/93, art. 13; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 28.490,59 (Vinte e oito mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos). Cálculos de fls. 30 – PRPREV.
Protocolo nº 23.607.326-2.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8755

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a AMARILDO JORGE DA SILVA, R.G. nº 3.348.440-2, LF 01, UNIOESTE, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 11713/97. Valor dos proventos R$ 26.393,36 (Vinte e seis mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos). Cálculos de fls. 46 – PRPREV.
Protocolo nº 23.364.143-0.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8756

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a RONALDO BULHOES, R.G n° 4.068.671-1, LF02, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UNIOESTE, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei nº 11713/97 e Lei 19594/18, art. 5º; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 27.470,64 (Vinte e sete mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). Cálculos de fls. 27 – PRPREV.
Protocolo nº 23.533.667-7.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8757

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 124, da Lei 6l74 de 16 de novembro de 1.970, o servidor da UNIOESTE, abaixo relacionado, constante no protocolado nº 23.771.979-4.

NOME	CARGO	A PARTIR
MARLO DOS SANTOS BIRON	Aux. Operacional	22/03/2025

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8758

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de DEBORA LUCINA FERREIRA LUIZ, RG. nº 2.032.453-8, LF 09, Perito Oficial Criminal, SESP, conforme cálculos de fls. 95 – PRPREV em cumprimento de ordem judicial autos nº 0041579-98.2019.8.16.0014 do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina/PR. Valor dos proventos 35.552,23 (Trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos).
Protocolo nº 23.432.307-5.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8759

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de JANE LOPES DA SILVA, RG. nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.929.378-5, LF 22, Professor, SEED, conforme cálculos de fls. 28 – PRPREV em cumprimento de ordem judicial autos nº 0053056-45.2024.8.16.0014 do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina/PR. Valor dos proventos 3.362,27 (Três mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).
Protocolo nº 23.747.384-1.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8761

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade de MARISA BIGHETTI CORDEIRO, RG 7.985.535-9, Agente Universitário, LF 01, UEL, conforme cálculos de fls. 18 – PRPREV, em atendimento a diligência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Valor dos proventos R$ 3.193,91 (Três mil, cento e noventa e três reais e noventa e um centavos).
Protocolo nº 23.777.055-2.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8762

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 15948 de 26/10/2022, na parte que transferiu para remunerada proporcional por tempo de contribuição MACIEL FRANCISCO, RG 6.033.772-1, 2º Sargento, LF 01, PMPR, com base no Boletim Geral nº 210 de 05/11/2024 e Portaria nº 1394 de 04/11/2024
Protocolo nº 23.076.267-8.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 8763

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de DIANETE COPATTI DALLA COSTA, R. G. nº 761.888-3, LF 02, Professor, SEED, conforme cálculos de fls. 76 – PRPREV. Valor dos proventos 3.644,44 (Três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Efeitos financeiros a partir da data da implantação da revisão.
Protocolo nº 23.189.802-6.
.

Curitiba, 11 de abril de 2025

LUIZÃO GOULART

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DESPACHO N°: 527/2025
Protocolo nº: 21.685.043-2
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 113/2024 – Adjudicação e Homologação
Data: 10/04/2025

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, **PREG-E nº 113/2024,** tipo menor preço, objetivando o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de Produtos de Limpeza – Grupo B, segundo especificações contidas no edital e anexos (mov. 279), no valor máximo de R$ 10.315.330,37 (dez milhões, trezentos e quinze mil, trezentos e trinta reais e trinta e sete centavos), dividido em 32 (trinta e dois) lotes.

2. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro declarou vencedoras as empresas:

EMPRESA	CNPJ	LOTE
TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA	05.291.541/0001-30	07
MARCELO JACOB	11.774.132/0001-97	29
Fracassado		06

3. Na fase externa, nos termos do Edital, a disputa observou como critério de julgamento o menor preço, cujo valor total máximo foi de R$ 10.315.330,37 (dez milhões, trezentos e quinze mil, trezentos e trinta reais e trinta e sete centavos). Os registros de preços dos lotes 07 e 29 foram arrematados pelo valor no valor total **de R$ 111.068,40 (cento e onze mil, sessenta e oito reais e quarenta centavos)**, representando um desconto de **19,18%** em relação ao valor autorizado para os referidos lotes, cujo valor total é de **R$ 137.424,20 (centro e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos)**, desconsiderando os lotes já homologados e os que restaram fracassados, conforme planilha resumo do sistema GMS, mov. 940.

4. Considerando a Informação nº 112/2025, da Diretoria de Contratações, Gerenciamento e Operações - DCGO (fls. 7802/7806a – mov. 946), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, **AUTORIZO** a troca de fornecedor dos registros de preços dos lotes 17 e 18 e com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei Federal n.14.133/2021, bem como o Decreto Estadual nº 10.086/2022**,** referente à fase externa e os princípios norteadores do processo licitatório foram respeitados, razão pela qual não há óbice à adjudicação e homologação do resultado da licitação**. ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório, PREG-E nº 113/2024, face à competência prevista no art. 1071, IV do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no art. 712, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

(assinado digitalmente)
Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

39362/2025

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 027/2025 – LOTTOPAR

O DIRETOR PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022.

RESOLVE

Art. 1° Designar a servidora Lúcia Burzynski Bialli, RG n° 6.XXX.251-X, para responder pelas funções de suplente de Agente de Controle Interno, no âmbito da LOTTOPAR, por período indeterminado.

Art. 2° Revoga-se a Portaria n° 021/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

39586/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL

PORTARIA Nº 014/2025

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - DERAL, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no cumprimento de suas atribuições legais especialmente as determinadas pela Lei n° 9491, de 21/12/90.

RESOLVE

Art. 1º. Divulgar a Pesquisa de Preços Médios de Gêneros Alimentícios para produtos selecionados da Agricultura Familiar, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Preços de Produtos Selecionados da Agricultura Familiar - Feiras do Produtor, média geral das pesquisas realizadas em março de 2025, junho de 2024 e setembro de 2024, nos Núcleos Regionais da SEAB.

Alimento / Grupo	*Unidade*	*Convencionais*	*Orgânicos*	
Frutas/ Legumes /Verduras				
Abacate	kg	5,29	8,07	
Abacaxi	kg	6,39	si	
Abobrinha verde	kg	5,25	7,07	
Acelga/ couve chinesa	kg	7,96	9,51	
Acerola	kg	si	si	
Agrião	kg	11,25	13,84	
Alface	kg	10,07	13,40	
Alho Nacional	kg	36,32	41,67	
Alho poró	kg	12,93	18,53	
Almeirão	kg	8,29	13,22	
Ameixa	kg	si	si	
Amendoim com casca	kg	13,99	25,53	*
Amendoim sem casca	kg	21,92	34,33	
Banana Caturra	kg	4,31	6,12	
Banana Maçã/ Prata	kg	6,01	7,42	
Batata doce	kg	4,34	6,17	
Batata Inglesa	kg	6,33	11,55	*
Batata Salsa	kg	11,02	14,39	
Batata Yacon	kg	6,40	si	
Berinjela	kg	6,13	6,86	
Beterraba	kg	5,97	7,62	
Brócolis	kg	10,31	12,14	*
Caqui chocolate/ café	kg	10,32	si	
Cará	kg	8,80	16,06	*
Cebola	kg	6,15	9,10	
Cebolinha Verde	kg	18,50	22,30	
Cenoura	kg	5,65	7,52	
Chuchu	kg	4,59	6,73	
Couve Flor	kg	9,50	12,28	
Couve Manteiga	kg	12,03	15,46	*
Escarola	kg	8,59	11,48	
Espinafre	kg	10,96	13,33	
Ervilha torta	kg	24,46	28,40	*
Gengibre	kg	15,52	19,06	
Goiaba	kg	7,95	si	
Hortelã	kg	23,94	40,49	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Inhame	kg	7,93	9,61	
Jabuticaba	kg	si	si	
Kiwi	kg	17,98	si	
Laranja Baiana/ lima	kg	7,28	10,55	*
Laranja Pêra	kg	5,26	9,24	
Limão	kg	4,79	5,56	
Maçã	kg	9,79	si	
Mamão	kg	7,06	9,40	
Manga	kg	8,31	10,94	
Maracujá	kg	10,49	14,25	
Maxixe	kg	5,67	si	
Melancia	kg	3,24	si	
Melão	kg	9,11	si	
Milho verde sem palha	kg	8,66	13,82	
Milho pipoca	kg	11,83	21,00	
Molho de tomate	L	si	33,78	
Morango	kg	28,02	43,13	
Pepino	kg	5,34	7,83	
Pera	kg	11,34	si	
Pêssego	kg	si	si	
Pimentão	kg	7,35	12,26	*
Pinhão	kg	8,26	si	
Quiabo	kg	9,84	14,46	
Rabanete	kg	8,39	11,73	
Repolho Verde/Roxo	kg	4,81	5,38	
Rúcula	kg	11,31	13,15	
Salsinha	kg	19,94	22,26	*
Salsão	kg	10,90	15,52	
Tangerinas – exceto poncã	kg	6,63	8,13	
Tangerina poncã	kg	5,29	8,17	
Tomate	kg	6,34	11,36	
Uva	kg	14,04	si	
Vagem	kg	13,00	18,08	
Minimamente Processados/ Processados				
Abóbora descascada, picada, embalada à vácuo	kg	6,37	9,28	
Mandioca descascada, picada, embalada à vácuo	kg	7,37	9,46	
Canjica	kg	14,60	21,33	
Cuca/ bolo simples	kg	21,10	27,53	*
Pão caseiro	kg	16,93	27,52	
Pão caseiro fatiado	kg	13,13	23,95	*
Bolacha caseira	kg	24,57	30,49	*
Doce de abóbora	kg	21,94	31,52	*
Doce de frutas pastoso/ geleia	kg	33,94	53,70	
Doce de leite	kg	43,13	51,13	
Mel até 1 kg	kg	34,90	46,88	
Melado de cana	kg	28,33	51,69	*
Palmito de pupunha picado	kg	20,00	24,00	
Pé de moleque	kg	32,50	si	
Polpa de fruta congelada	kg	19,42	27,08	
Rapadura	kg	28,68	si	
Suco de laranja integral	L	15,75	si	
Suco de maça integral	L	15,62	si	
Suco de uva integral	L	16,20	20,33	
Vegetais em conserva	kg	20,78	si	

Origem animal				
Banha de porco	kg	18,35	si	
Bisteca suína congelada	kg	19,47	si	
Filé de bagre ou pescada congelado	kg	45,92	si	
Filé de tilápia congelado	kg	47,85	si	
Manteiga	kg	36,45	si	
Ovos até tipo 2	dúzia	11,81	17,22	
Sobrecoxa de frango congelada com osso	kg	12,83	si	
Arroz/ Farinha/ Feijão				
Açúcar mascavo	kg	14,55	19,25	
Arroz polido até tipo 2	kg	7,14	13,02	*
Arroz parboilizado até tipo 2	kg	si	15,89	
Farinha de mandioca, torrada ou biju	kg	15,00	18,05	
Farinha de milho	kg	7,50	13,68	
Farinha de trigo branca	kg	si	si	
Feijão cores	kg	9,93	17,71	
Feijão preto	kg	9,13	16,44	*
Macarrão	kg	15,27	21,37	*
Polvilho doce ou azedo	kg	9,19	16,77	*
Alimentos da biodiversidade/ plantas comestíveis não convencionais				
Amora preta	kg	17,27	27,17	
Butiá	kg	si	18,50	

Notas:
(si) – sem informação;

Os preços com asterisco foram ajustados considerando os seguintes critérios, na ordem apresentada:

1) quando a média de variação subtraída ou adicionada do desvio padrão foi extrapolada, o preço orgânico foi calculado multiplicando o preço convencional obtido para o produto pela variação estabelecida apenas entre pesquisas em locais que continham tanto a produção convencional quanto a orgânica, aqui denominada de variação local;

2) quando usando o critério 1 a variação local também excedia a média acrescida do desvio padrão, o preço orgânico foi calculado multiplicando o preço convencional obtido para o produto pela variação teto da curva normal, estimada em 82%;

Art. 2º. Informa que os preços orgânicos em Feiras de produtores são, em média, 40% mais valorizados que os de produtos convencionais. Este percentual é baseado na relação entre os valores orgânicos e convencionais da Tabela 1, desconsiderando-se os pontos fora da curva normal.

CUMPRA-SE

Curitiba, 15 de abril de 2025

Marcelo Garrido Moreira
Chefe do DERAL

39492/2025

ADAPAR

PORTARIA Nº **143**, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Comissão de Sindicância.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar os fatos descritos no protocolado nº 22.958.488-0, que ocorreram no âmbito da ADAPAR – Escritório Local de Ortigueira.

Art. 2º Designar os servidores **CLAUDINEI PEDROSO RIBAS** – RG 8.xxx.495.x /PR e **ARLEI MACEDA**, RG 7.xxx.363-x /PR, para sob a Presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º A presente Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão, e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início, consoante o disposto no art. 310 da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **144**, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Comissão de Sindicância.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar os fatos descritos no protocolado nº 22.958.488-0, que ocorreram no âmbito da ADAPAR – Escritório Local de Arapoti.

Art. 2º Designar os servidores **CLAUDINEI PEDROSO RIBAS** – RG 8.xxx.495.x /PR e **ARLEI MACEDA**, RG 7.xxx.363-x /PR, para sob a Presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º A presente Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão, e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início, consoante o disposto no art. 310 da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **145**, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Comissão de Sindicância.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar os fatos descritos no protocolado nº 22.958.488-0, que ocorreram no âmbito da ADAPAR – Escritório Local de Ponta Grossa.

Art. 2º Designar os servidores **CLAUDINEI PEDROSO RIBAS** – RG 8.xxx.495.x /PR e **ARLEI MACEDA**, RG 7.xxx.363-x /PR, para sob a Presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º A presente Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão, e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início, consoante o disposto no art. 310 da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

39142/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes - CADIN/Dívida Ativa.
O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes SANÇÕES:

Auto de Infração nº **32210**, Protocolo nº **234621823**, contra **CESAR AUGUSTO HOEPERS**, Município de **PITANGA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.155,65**, cumulada com **Cancelamento (de registro, cadastro, credenciamento, habilitação, autorização).**
Auto de Infração nº **63752**, Protocolo nº **228011657**, contra **FRIGOBENDO FRIGORÍFICO BENDO LTDA -ME**, Município de **SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.466,95**.
Auto de Infração nº **103494**, Protocolo nº **234368770**, contra **GILSON CARLOS DE CARVALHO - ME**, Município de **GOIOERÊ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.437,10**.
Auto de Infração nº **48651**, Protocolo nº **226217029**, contra **SANDRO LUIZ MARCONATO**, Município de **IRATI - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.874,20**.
Auto de Infração nº **20870**, Protocolo nº **235037939**, contra **M&G EMBALAGENS E TRANSPORTES LTDA**, Município de **BLUMENAU - SC**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **9578**, Protocolo nº **226196110**, contra **LUZIA SIQUEIRA GARBELINI**, Município de **LOANDA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **44863**, Protocolo nº **227031034**, contra **TRANSPORTADORA NOVA SANTA ROSA LTDA.**, Município de **TOLEDO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.437,10**.
Auto de Infração nº **93158**, Protocolo nº **233887145**, contra **ASTRYDT KARINA LANGE**, Município de **CANDÓI - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **24922**, Protocolo nº **230881456**, contra **DISTRIBUIDORA DE FRUTAS NICOLAU LTDA ME**, Município de **SÃO PAULO - SP**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.653,77**.
Auto de Infração nº **20909**, Protocolo nº **222256070**, contra **SOUZA E FAVORETTO LTDA**, Município de **IBIPORÃ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 10.000,00**.
Auto de Infração nº **92631**, Protocolo nº **234067753**, contra **JOSE BARBOZA DO AMARAL**, Município de **SANTA LÚCIA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.155,65**.
Auto de Infração nº **18438**, Protocolo nº **233900303**, contra **URIAS JOSÉ CORRÊA NETO**, Município de **SÃO JOÃO DO IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.437,10**, cumulada com **Suspensão (de registro, cadastro, credenciamento, habilitação, autorização).**
Auto de Infração nº **30060**, Protocolo nº **227954124**, contra **COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL**, Município de **CASCAVEL - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **43306**, Protocolo nº **230731390**, contra **FERNANDO HENRIQUE DA SILVA**, Município de **MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 574,84**.
Auto de Infração nº **37672**, Protocolo nº **226182470**, contra **GUSTAVO VERONEZE MUNHOZ** , Município de **SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **9580**, Protocolo nº **227081732**, contra **EVANIR JOSE BORGES**, Município de **SANTA ISABEL DO IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **92099**, Protocolo nº **226568638**, contra **BRENER LUIS DOMINGUES PATRÃO**, Município de **SANTA ISABEL DO IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 7.329,21**.
Auto de Infração nº **88282**, Protocolo nº **223180604**, contra **COMERCIAL SUL PARANA SOCIEDADE ANONIMA AGRO PECUARIA**, Município de **CASTRO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 10.000,00**.
Auto de Infração nº **28418**, Protocolo nº **167816614**, contra **INSUMOS AGROPECUARIOS UNIAO NATIVA LTDA - ME**, Município de **CAPANEMA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.001,00**.
Auto de Infração nº **23447**, Protocolo nº **213790900**, contra **MARIO CESAR MALHEIROS**, Município de **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **43586**, Protocolo nº **229426397**, contra **EDSON PEREIRA**, Município de **JAPIRA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.005,97**.
Auto de Infração nº **39421**, Protocolo nº **234868047**, contra **JOSIVIANO BORGES ELIAS**, Município de **SOMBRIO - SC**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.653,77**.
Auto de Infração nº **18576**, Protocolo nº **226975748**, contra **NEIDE DE OLIVEIRA FERREIRA SENA**, Município de **PARANAVAÍ - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **27025**, Protocolo nº **219376600**, contra **ARTHUR HENRIQUE GONÇALVES LUDUVICO**, Município de **URAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.000,00**.
Auto de Infração nº **47694**, Protocolo nº **227443570**, contra **JOSE DILMANN**, Município de **MARIALVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 32.334,75**.
Auto de Infração nº **7110**, Protocolo nº **226415122**, contra **VINICIUS MURILO COSTA**, Município de **GUARATUBA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.437,10**.
Auto de Infração nº **36011**, Protocolo nº **227631686**, contra **THAINAN MORAES PEREIRA ARGENTON DA SILVA**, Município de **JOINVILLE - SC**. DECISÃO: **Multa - R$ 7.185,50**.
Auto de Infração nº **26738**, Protocolo nº **227350865**, contra **ZAURI TEIXEIRA**, Município de **NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 718,55**.
Auto de Infração nº **39415**, Protocolo nº **234229362**, contra **ELCIO DRESH**, Município de **BOM PRINCÍPIO - RS**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.653,77**.
Auto de Infração nº **105791**, Protocolo nº **220549682**, contra **ICL AMÉRICA DO SUL S.A.**, Município de **SÃO PAULO - SP**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **39422**, Protocolo nº **234550683**, contra **ALADIR PEREIRA**, Município de **PEDRAS GRANDES - SC**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **37671**, Protocolo nº **226179402**, contra **JOSE GABRIEL VERONEZE MUNHOZ**, Município de **SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **105797**, Protocolo nº **228667684**, contra **ADIR LODI**, Município de **QUATRO PONTES - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **92096**, Protocolo nº **226203796**, contra **ALFREDO MARTINS PATRÃO LUIS**, Município de **SÃO PAULO - SP**. DECISÃO: **Multa - R$ 11.784,22**.
Auto de Infração nº **19412**, Protocolo nº **222299870**, contra **ALCIDES LAZZARI**, Município de **PALOTINA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **54257**, Protocolo nº **218839754**, contra **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS GANCHINHO LTDA - ME**, Município de **CURITIBA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.455,01**.
Auto de Infração nº **52965**, Protocolo nº **226634070**, contra **HEITOR HENRIQUE DOS SANTOS**, Município de **LONDRINA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 38.226,86**.
Auto de Infração nº **22505**, Protocolo nº **226522301**, contra **VISMAR MARTINS DE OLIVEIRA**, Município de **RESERVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 3.736,46**.
Auto de Infração nº **49838**, Protocolo nº **227544180**, contra **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OVINOS E CAPRINOS DO OESTE DO PARANÁ**, Município de **TOLEDO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 8.766,31**.
Auto de Infração nº **89115**, Protocolo nº **224901763**, contra **VENICIO ANTONIO BOTTEGA**, Município de **SANTA HELENA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 718,55**.
Auto de Infração nº **24841**, Protocolo nº **232653884**, contra **WELINGHTON VIERO DOS SANTOS**, Município de **CONTENDA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **39233**, Protocolo nº **226571272**, contra **ORLAN PIMENTEL ANHAIA**, Município de **RIO BONITO DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **39413**, Protocolo nº **234872184**, contra **KNV TRANSPORTES LTDA**, Município de **LUIZ ALVES - SC**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.653,77**.
Auto de Infração nº **45207**, Protocolo nº **168075103**, contra **COMERCIAL AGRICOLA GIMENEZ LTDA**, Município de **FLORAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.001,00**.
ERRATA
Auto de Infração nº **3769**, Protocolo nº **204808244**, contra **FABRICA EMPINOTTI LTDA**, Município de **QUATRO BARRAS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 0,00**. "LEIA-SE Auto de Infração nº **3769**, Protocolo nº **204808244**, contra **FABRICA EMPINOTTI LTDA**, Município de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

QUATRO BARRAS - PR. DECISÃO: **Multa - R$ 23.855,86**."
Curitiba, 15 de Abril de 2025
ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

39240/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO – GAT

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes – CADIN/Dívida Ativa.

Auto de Infração n° 7888, contra INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES VILVERT LTDA, Município de IPORÃ, PR. DECISÃO: Anulação e Arquivamento.
Auto de Infração n° 0777, contra COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, Município de SANTA TEREZA DO OESTE, PR. DECISÃO: Anulação e Arquivamento.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

38771/2025

Secretaria das Cidades

AMEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA- AMEP
PORTARIA nº 41/2025 - AMEP

spõe sobre o envio e formato de documentos para abertura do processo digital relativos à emissão de Anuência Prévia, Consulta Prévia, Parecer e Informação no âmbito Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.
DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através Lei Estadual nº 21.353/2023 e correlatas, e considerando:
Resolução SEAP/COMEC nº 1/2020, de 29/01/2020, que dispõe sobre a implantação do sistema eProtocolo no âmbito da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná AMEP;
Decreto nº 7.304, de 13 de abril de 2021, que regulamenta o sistema eProtocolo e dispõe que o sistema será de observância obrigatória pelas entidades que compõem a lministração Pública;
disposto no art. 14 do Decreto nº 9.360 de 2018, que determina aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual implementar ações de governança digital;
contido no protocolo n° 23.555.828-9.
ESOLVE
APÍTULO I
SPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estabelecer os procedimentos e documentos necessários ao correto encaminhamento dos processos digitais à diretoria técnica da agência.

Art. 2º A entrega e/ou o envio de documentos no formato digital para abertura do processo digital, no âmbito da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, será realizada na forma disciplinada nesta Portaria.

Parágrafo único - Para efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Processo digital: o procedimento administrativo constituído de atos ordenados, em formato eletrônico/digital, que tem por finalidade obter decisão administrativa sobre demanda apresentada ou serviço requerido;

II - Interessado: pessoa física ou jurídica em nome da qual houver sido formado o processo digital, inclusive a empresa sucessora em relação à sucedida, o sócio responsável perante o cadastro no CNPJ e o corresponsável;

III - Assinatura eletrônica qualificada: vinculada a um certificado emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

IV - Arquivos não paginàveis: documentos digitais em formatos relacionados no Anexo I desta Portaria, os quais não podem ser convertidos em formato Portable Document Format (PDF) sem perda de informação/resolução ou característica que resulte no comprometimento da análise do conteúdo;

V - Parcelamento do solo para fins urbanos: subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, nas modalidades de loteamento, desmembramento, condomínio de lotes e, no caso de áreas de manancial de abastecimento público, de condomínio edilício ou de empreendimento com nomenclatura similar dada pela municipalidade;

VI - Anuência Prévia: ato administrativo da Instância Técnica que corresponde à aprovação prévia de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos;

VII - Consulta Prévia: ato administrativo da Instância Técnica, consubstanciado em Parecer Técnico no qual se analisa a possibilidade do parcelamento, suas condicionantes, diretrizes urbanísticas, exigências legais e correções projetuais, em observância às diretrizes metropolitanas e em compatibilização com as funções públicas de interesse comum;

VIII - Despacho: ato administrativo que dá encaminhamento ou solução ao pedido;

IX - Informação: ato administrativo emitido pela Amep acerca de pedido/fato com objetivo de instruir um processo e subsidiar as decisões da autoridade;

X - Parecer: ato administrativo emitido por departamentos no qual se expedem as diretrizes e orientações de planejamento urbano e regional dos municípios da região metropolitana, em compatibilização com as funções públicas de interesse comum.

Art. 3º Os documentos digitais a que se refere o Art. 2º deverão ser produzidos ou reproduzidos no formato PDF, padrão ISO 19005-3:2012 (PDF/A - versões PDF 1.4 ou superior), seguindo as normativas estaduais, ou nos formatos descritos no Anexo I da presente Portaria.

Art. 4º A entrega ou envio de documentos pelos interessados serão realizados obrigatoriamente no formato digital, exclusivamente por meio do site da instituição, na forma disciplinada por esta Portaria.

Parágrafo único - Em caso de falha ou indisponibilidade dos sistemas informatizados da Amep que impeçam a transmissão dos documentos por meio do sistema eProtocolo, a entrega poderá ser feita, excepcionalmente, mediante atendimento presencial, na sede da Autarquia, observado o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta SEAP/COMEC nº 01/2020.

Art. 5º Não serão recepcionados arquivos digitais rejeitados pelo programa antivírus desta Agência ou que não atendam ao disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO DIGITAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS

Art. 6º A abertura do Processo Digital para emissão da Anuência Prévia deverá ser realizada somente pelo Município interessado, mediante perfil oficial do ente federativo, e tramitará no sistema eProtocolo, disponível no endereço, http://www.amep.pr.gov.br/.

§ 1º Para a solicitação de **Anuência Prévia** para Desmembramento deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - Ofício emitido pela Prefeitura Municipal, contendo os dados do imóvel e data de abertura do protocolo no município, solicitando a Anuência Prévia do empreendimento, conforme modelo descrito no Anexo II;
Certidão de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal, atestando que o projeto está em conformidade com o Plano Diretor e legislações municipais vigentes e que a área, objeto do empreendimento em questão, é servida de infraestrutura básica, conforme modelo descrito no Anexo III;

II - Cópia da Matrícula do Imóvel, contendo a descrição dos azimutes e distâncias, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do protocolo no Município;

III - Projeto Urbanístico com planta de situação da área, desenvolvido e assinado digitalmente por técnico com habilitação para tal, contendo detalhes, quadro estatístico, conforme modelo descrito no Anexo VI, contendo no mínimo:
a) limites e confrontantes;
b) área total do empreendimento;

c) área edificável e não edificável do empreendimento;
d) vias limítrofes;
e) apresentação em escala legível;
f) coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) em Datum Sirgas 2000;
g) imagem aérea, via satélite, atualizada com identificação do perímetro do imóvel;
h) cotas de amarração até a rua, devidamente nomeada, e/ou rio mais próximo;

IV - Registro de Responsabilidade Técnica – RRT emitido pelo CAU, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT e/ou outro documento emitido por órgão com capacitação semelhante, recolhidos de acordo com o projeto e/ou laudo apresentado;

V - Licenciamento Ambiental para desmembramento, quando exigível pela legislação, acompanhado das pranchas do projeto devidamente autenticadas pelo órgão ambiental competente;

VI - No caso de lotes lindeiros ou atingidos por rodovias, ferrovias, oleodutos e/ou linhas de transmissão, deverá ser apresentado documento da concessionária responsável atestando a correta demarcação da faixa de domínio da infraestrutura sobre o imóvel;

VII - Quando motivada a necessidade pelo técnico responsável pela análise do requerimento, poderão ser exigidos documentos além daqueles descritos nos incisos acima.

§ 2º Para a solicitação de **Anuência Prévia** para condomínios inseridos em área de manancial, loteamentos e condomínios de lotes, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - Ofício emitido pela Prefeitura Municipal, contendo os dados do imóvel e data de abertura do protocolo no município, solicitando a Anuência Prévia do empreendimento, conforme modelo descrito no Anexo II;

II - Certidão de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal, atestando que o projeto está em conformidade com o Plano Diretor e legislações municipais vigentes e que a área, objeto do empreendimento em questão, é servida de infraestrutura básica, conforme modelo descrito no Anexo III;

III - Cópia da Matrícula do Imóvel, contendo a descrição dos azimutes e distâncias, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do protocolo no Município;

IV - Projeto Urbanístico com planta de situação da área, desenvolvido e assinado digitalmente por técnico com habilitação para tal, contendo detalhes, quadro estatístico, de acordo com as Normas Técnicas brasileiras, contendo no mínimo:

a) limites e confrontantes;
b) área total do empreendimento;
c) área edificável e não edificável do empreendimento;
d) vias limítrofes;
e) apresentação em escala legível;
f) coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) em Datum Sirgas 2000;
g) imagem aérea, via satélite, atualizada com identificação do perímetro do imóvel;
h) cotas de amarração até a rua, devidamente nomeada, e/ou rio mais próximo;

V - Registro de Responsabilidade Técnica – RRT emitido pelo CAU, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT e/ou outro documento emitido por órgão com capacitação semelhante, recolhidos de acordo com o projeto e/ou laudo apresentado;

VI - Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente, acompanhado das pranchas do projeto devidamente autenticadas pelo órgão;

VII - No caso de lotes lindeiros ou atingidos por rodovias, ferrovias, oleodutos e/ou linhas de transmissão, deverá ser apresentado documento da concessionária responsável atestando a correta demarcação da faixa de domínio da infraestrutura sobre o imóvel;

VIII - Documento emitido pela SANEPAR ou Concessionária Municipal, comprovando a viabilidade técnica de atendimento de Água e Esgoto;

IX - Documento emitido pela COPEL ou Concessionária Municipal, comprovando a viabilidade técnica de fornecimento de Energia Elétrica;

X - Quando motivada a necessidade pelo técnico responsável pela análise do requerimento, poderão ser exigidos documentos e projetos complementares com sua devida ART, RRT ou TRT, além daqueles descritos nos incisos acima, tais como:
a) mapas de restrições ambientais ou mapas de uso do solo quando o imóvel possuir área remanescente da vegetação nativa ou restrições ambientais, tais como: alta declividade, área geologicamente fragilizada área hidromórfica;
b) levantamento topográfico planialtimétrico;
c) entre outros elencados pelo técnico responsável pela análise, quando se demonstrarem benéficos à compreensão do projeto.

§ 3º Para a solicitação de **Anuência Prévia** para Regularização Fundiária Urbana deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - Ofício emitido pelo Município, contendo os dados da área a ser regularizada e a data de abertura do protocolo no município, solicitando a Anuência Prévia do empreendimento, conforme modelo descrito no Anexo II;

II - Certidão emitida pelo Município, atestando a viabilidade, a infraestrutura e a modalidade do núcleo a ser regularizado, conforme modelo descrito no Anexo III;

a) Caso não haja infraestrutura básica deverá ser apresentado cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária;
b) Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definida na alínea a) acima.

III - Cópia da(s) Matrícula(s) e/ou transcrição(ões) da(s) área(s), quando houver, contendo a descrição dos azimutes e distâncias, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do protocolo no Município;

IV - Registro de Responsabilidade Técnica – RRT emitido pelo CAU, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT e/ou outro documento emitido por órgão ou conselho de classe com competência semelhante, recolhidos de acordo com o projeto e/ou laudo apresentado;

V - Aprovação ambiental emitida pelo órgão ambiental competente, quando exigível pela legislação, acompanhado das pranchas do projeto devidamente autenticadas pelo órgão;

VI - No caso de lotes lindeiros ou atingidos por rodovias, ferrovias, oleodutos e/ou linhas de transmissão, deverá ser apresentado documento da concessionária responsável atestando a correta demarcação da faixa de domínio da infraestrutura sobre o imóvel;

VII - Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível, com coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) em Datum Sirgas 2000;

VIII - Quando motivada a necessidade pelo técnico responsável pela análise do requerimento, poderão ser exigidos documentos e projetos complementares com sua devida ART, RRT ou TRT, além daqueles descritos nos incisos acima, tais como:
a) mapas de restrições ambientais ou mapas de uso do solo quando o imóvel possuir área remanescente da vegetação nativa ou restrições ambientais, tais como: alta declividade, área geologicamente fragilizada área hidromórfica;
b) levantamento topográfico planialtimétrico;
c) documento emitido pela SANEPAR ou Concessionária Municipal, comprovando a viabilidade técnica de abastecimento de Água e Esgoto;
d) documento emitido pela COPEL ou Concessionária Municipal, comprovando a viabilidade técnica de abastecimento de Energia Elétrica;
e) estudo técnico ambiental contendo proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento;
f) estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei;
g) entre outros elencados pelo técnico responsável pela análise, quando se demonstrarem benéficos à compreensão do projeto.

IX - Projeto Urbanístico de regularização fundiária, contendo, no mínimo indicação:
a) das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;
b) das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;
c) quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
d) dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
e) de eventuais áreas já usucapidas;
f) das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;
g) das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;
h) das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;
i) as áreas destinadas a uso público, quando for o caso;
j) de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

X - Imagens históricas em uma linha do tempo, quando for possível;

XI - Imagens do local (preferencialmente de áreas estratégicas para comprovação da consolidação da área).

§ 4º Para emissão de **Anuência Prévia** pelo órgão metropolitano para loteamentos populares ou de interesse social, o Município deverá demonstrar o cadastramento dos interessados, com detalhamento do perfil socioeconômico dos compradores, especificando o comprometimento da renda familiar dos mesmos, acompanhado da comprovação de que não possui nenhum bem imóvel em seu nome, bem como o documento emitido pela COHAPAR, atestando que o empreendimento atende ao interesse social, conforme exigências estabelecidas no Decreto nº 2520/2004.

§ 5º Na ausência da documentação necessária ou em caso de descumprimento dos critérios para aprovação, o processo poderá ser prenotado, possibilitando ao requerente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a complementação e/ou correção necessárias por meio do sistema eProtocolo, devendo a finalização da pendência ser realizada pelo responsável pelo processo após a juntada completa da documentação, momento em que o protocolo retornará automaticamente para análise desta Agência.
§ 6º Caso não sejam encaminhadas as documentações mínimas para a emissão de Anuência Prévia no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, o protocolo poderá ser arquivado.
§ 7º Caso durante o pedido de Anuência Prévia seja expedida uma Consulta Prévia para dar entrada no processo de Licenciamento Ambiental, o prazo máximo para complementação da documentação poderá ser de 1 (um) ano.

§ 8º Após a conclusão do processo, as pranchas dos projetos que receberem Anuência Prévia serão autenticadas digitalmente e reinseridas no processo administrativo e o protocolo será arquivado.
§ 9º A Anuência Prévia só apresenta validade se acompanhada da prancha do projeto de parcelamento autenticada pela Amep, sob pena de caducidade.
§ 10 A modificação de legislação urbanística que promova alteração das diretrizes urbanísticas que orientaram a emissão da Anuência Prévia impõe a caducidade automática do documento emitido, desde que não se tenha concluído o registro do parcelamento.
§ 11 Na hipótese do § 10, deverá ser observada a existência de dispositivo transitório na nova legislação urbanística que permita a utilização de diretrizes urbanísticas constantes na norma alterada ou revogada, o que ensejará a manutenção da anuência prévia emitida.
Art. 7º A abertura do processo digital para emissão da **Consulta Prévia** deverá ser realizada pelo Município interessado, mediante perfil oficial do ente federativo, e ocorrerá por meio do sistema eProtocolo, disponível no endereço, http://www.amep.pr.gov.br/.
§ 1º Somente o servidor responsável poderá solicitar a juntada de documentos por meio do sistema eProtocolo.
§ 2º Não serão aceitos, para juntada ao processo digital, os documentos que não guardem relação de pertinência com o processo ou com o serviço previamente requerido.

§ 3º Caso o imóvel objeto de pedido de parcelamento do solo possua área inferior à 10.000 m² (dez mil metros quadrados) e não esteja localizado em áreas de interesse especial, tais como unidades de conservação, áreas de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, o pedido de Consulta Prévia poderá ser protocolado pelo proprietário do imóvel, inclusive através de procurador devidamente constituído.
§ 4º A abertura de processo digital, por solicitação do proprietário, do responsável perante o CNPJ ou do procurador, ocorrerá mediante a apresentação da documentação exigida para a formalização do processo.
§ 5º Para a solicitação de **Consulta Prévia** de projeto urbanístico deverão ser encaminhados os seguintes documentos:
I - Requerimento, conforme modelo descrito no Anexo IV, quando o interessado for particular, ou ofício emitido pela Prefeitura Municipal, conforme modelo descrito no Anexo II, contendo os dados do imóvel e data de abertura do protocolo no município, solicitando a Consulta Prévia do empreendimento;
II - Cópia da Matrícula do Imóvel, contendo a descrição de azimutes e distâncias, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias;
III - Projeto preliminar e planta de situação da área, desenvolvido e assinado digitalmente por técnico com habilitação para tal, contendo no mínimo:
a) limites e confrontantes;
b) área total do empreendimento;
c) vias limítrofes;
d) apresentação em escala legível;
e) coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) em Datum Sirgas 2000;
f) imagem aérea, via satélite, atualizada com identificação do perímetro do imóvel;
g) cotas de amarração até a rua, devidamente nomeada, e/ou rio mais próximo.
h) delimitação de vegetação nativa, quando houver;
i) edificações existentes, quando houver;
IV - Registro de Responsabilidade Técnica – RRT emitido pelo CAU, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT e/ou outro documento emitido por órgão com capacitação semelhante, recolhidos de acordo com o projeto e/ou laudo apresentado;
V - Quando motivada a necessidade pelo técnico responsável pela análise do requerimento, poderão ser exigidos documentos além daqueles descritos nos incisos acima.
§ 6º Na ausência da documentação necessária ou em caso de descumprimento dos critérios para aprovação, o processo poderá ser prenotado, possibilitando ao requerente a complementação e/ou correção necessárias por meio do sistema eProtocolo, devendo a finalização da pendência ser realizada pelo responsável pelo processo após a juntada completa da documentação, momento em que o protocolo retornará automaticamente para análise desta Agência.
§ 7º Caso não sejam encaminhadas as documentações mínimas para a emissão de Consulta Prévia no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir de resposta da autarquia através de despacho, o protocolo poderá ser arquivado.
§ 8º Após a conclusão do processo, as pranchas dos projetos que receberem Consulta Prévia serão autenticadas digitalmente e reinseridas no processo administrativo e o protocolo será arquivado.
§ 9º A Consulta Prévia só apresenta validade se acompanhada da prancha do projeto de parcelamento autenticada pela Amep, sob pena de caducidade.
§ 10 A modificação de legislação urbanística que promova alteração das diretrizes urbanísticas que orientaram a emissão da Consulta Prévia impõe a caducidade automática do documento emitido.
§ 11 Nos casos previstos no § 10 deste artigo, a Consulta Prévia poderá ser mantida, desde que observada a existência de dispositivo transitório na nova legislação que permita a utilização de parâmetros urbanísticos constantes na norma alterada ou revogada.
Art. 8º A abertura do processo digital para emissão da **Informação** poderá ser realizada por qualquer interessado e ocorrerá por meio do sistema eProtocolo, disponível no endereço, http://www.amep.pr.gov.br/.
§ 1º Para a solicitação de **Informação** deverão ser encaminhados os seguintes documentos:
I - Requerimento, conforme modelo descrito no Anexo V, quando o interessado for particular, ou ofício emitido pela Prefeitura Municipal, contendo os dados do imóvel e data de abertura do protocolo no município, conforme modelo descrito no Anexo II, solicitando a Informação do empreendimento;
II - Cópia da Matrícula do Imóvel;
III - Planta de situação da área, contendo:
a) limites e confrontantes;
b) área total do empreendimento;
c) vias limítrofes;
d) apresentação na escala 1:10.000;
e) coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) em Datum Sirgas 2000;
f) imagem aérea, via satélite, atualizada com identificação do perímetro do imóvel;
g) cotas de amarração até a rua, devidamente nomeada, e/ou rio mais próximo.
IV - Complementarmente poderá ser apresentado projeto preliminar do empreendimento pretendido.
§ 2º A abertura de processo digital para análise de parcelamento do solo, por solicitação do proprietário, do responsável perante o CNPJ ou do procurador, ocorrerá mediante a apresentação da documentação exigida para a formalização do processo.

CAPÍTULO III
DA SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS DIGITAIS REALIZADA NO ATENDIMENTO AMEP

Art. 9º Em caso de atendimento presencial, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º, o interessado deverá apresentar à Amep os documentos necessários à análise do processo ou os exigidos para a obtenção do serviço requerido, para que seja realizada a solicitação de juntada ao processo digital.
§ 1º Os documentos a que se refere o caput devem estar em formato digital, conforme Anexo I.
§ 2º Os arquivos eletrônicos assinados eletronicamente deverão ser entregues à Amep, onde será realizado o atendimento presencial, quando necessário, e somente por meio das formas definidas no Art. 7º da Resolução Conjunta SEAP/COMEC nº 01/2020.
§ 3º A assinatura eletrônica qualificada gravada no documento constitui prova de autenticidade dos documentos originais sob guarda do interessado, dos quais foram gerados os arquivos digitais entregues ao atendimento ou anexados digitalmente.
§ 4º Na hipótese de qualquer um dos arquivos apresentar assinatura corrompida ou que não possa ser confirmada a sua validade e veracidade, os documentos serão recusados, solicitando-se ao interessado a reapresentação com o pleno atendimento às diretrizes de assinatura eletrônica qualificada.
Art. 10 A recepção de arquivos digitais gravados no dispositivo móvel fica condicionada à confirmação pela unidade de atendimento, por meio da qual será verificada a correspondência entre os arquivos digitais entregues e aqueles necessários para o atendimento solicitado.

§ 1º Após a entrega dos documentos será emitido recibo, que servirá de comprovante de entrega daqueles à Amep.
§ 2º Quando constatada qualquer divergência na documentação necessária à abertura do processo, se possível, será realizado pedido de complementação, na impossibilidade os arquivos digitais não serão recebidos.

CAPÍTULO IV
DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS DE ARMAZENAMENTO

Art. 11 São dispositivos móveis de armazenamento aceitos para a entrega de arquivos digitais no setor de protocolo da Amep:
I - Memória USB Flash Drive (Pen Drive);
II - Compact Disc (CD);
III - Digital Versatile Disc (DVD).
Parágrafo único – A entrega de arquivos digitais armazenados em outros dispositivos móveis fica condicionada à consulta prévia no setor de protocolo da Amep sobre a existência de elementos de hardware e software necessários à realização da leitura dos arquivos digitais.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 As declarações constantes dos arquivos digitais com assinatura eletrônica qualificada, ou seja, que se utiliza de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, transmitidas por meio do sistema eProtocolo ou entregues presencialmente, nos termos desta Portaria, considerar-se-ão verdadeiras em relação aos signatários.

Art. 13 A abertura dos processos digitais deverá ocorrer de acordo com os seguintes critérios de legitimidade:

I - A **Anuência Prévia** somente poderá ser solicitada pelo Município;

II - A **Consulta Prévia** deverá ser solicitada pelo Município, exceto no caso previsto no § 3º do art. 7º desta Portaria;

III - A **Informação** poderá ser solicitada por qualquer interessado.

Parágrafo único – Em caso de solicitação feita por procurador, deverão ser juntados documentos que comprovem a outorga de poderes e, em caso de procuração outorgada por instrumento particular, cópias dos documentos de identificação do outorgante e do outorgado.

Art. 14 O interessado é responsável pelo conteúdo do documento digital entregue e por sua correspondência fiel ao original, inclusive em relação àquele por ele entregue ao agente público para recepção e juntada ao processo digital.

Art. 15. Aplicam-se aos procedimentos descritos nesta Portaria o disposto no Decreto n° 7.304, de 13 de abril de 2021 e o contido na Lei n° 20.656, de 03 de agosto de 2021, no que couber.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, ficando revogada a Portaria AMEP n° 16/2023.

Curitiba/PR, 11 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS
DIRETOR – PRESIDENTE DA AMEP

ANEXO I – EXTENSÕES PERMITIDAS PARA ARQUIVOS NÃO PAGINÁVEIS

Para os fins do disposto nos incisos VI e VII do parágrafo único do art. 2º desta portaria, serão aceitos documentos digitais nos seguintes formatos:

I - Arquivo de texto, banco de dados, imagem, projeto, cuja conversão para o formato "pdf" não implique perda de informação que comprometa a análise do conteúdo, nas extensões:

a) .DOC - Abreviação de document – Microsoft Word;
b) .DOCX - DOC + "X" adicional ref. XML - Microsoft Word;
c) .ODT - OpenDocument Format - padrão texto;
d) .TXT - Arquivo Texto Ansi/Unicode/UTF-8.
e) .DWG - Drawing database (ou .DXF).
f) .TIF - Tagged Image File Format;
g) .JPEG - Joint Photographic Experts Group (ou .JPG);
h) .PNG - Portable Network Graphics;
i) .PPT - Microsoft Powerpoint;

Observações:

1. Caso seja detectado, no momento da entrega do arquivo digital, formato diferente dos enumerados neste Anexo, compondo arquivo não paginável, a entrega dos demais arquivos digitais será inviabilizada.

ANEXO II – MODELO DE OFÍCIO A SER ENCAMINHADO À AMEP

OFÍCIO Nº XXX/(ano)

Município de _____, (dia) de (mês) de (ano).

Prezado Senhor,

Encaminhamos o presente processo, em nome de _____(nome do proprietário), solicitando análise para emissão de _____(**CONSULTA PRÉVIA / ANUÊNCIA PRÉVIA** PARA DESMEMBRAMENTO / LOTEAMENTO / CONDOMÍNIO/ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA) do imóvel matriculado sob nº _____, cuja data de abertura do protocolo na prefeitura foi dia __ de _____ de _____

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome do Responsável

Cargo (prefeito, secretário...)

ANEXO III – MODELO DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE DA PREFEITURA

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE Nº .

O Município de _____, representada pelo _____ (prefeito ou seu representante legal nome)_____, certifica que o projeto de (desmembramento / loteamento / condomínio / regularização fundiária urbana) denominado _____, localizado em _____, de propriedade de (nome do empreendedor) _____, está em conformidade com a legislação municipal urbanística e ambiental vigentes e atende aos parâmetros de uso e ocupação da zona em que se situa e às diretrizes municipais sobre o sistema viário, áreas verdes e/ou sistemas de lazer e institucionais, bem como, que é servido de infraestrutura básica, conforme lei de parcelamento do solo em vigor, e aos demais dispositivos legais urbanísticos e administrativos do nosso Município.

Responsável pelas Informações

(assinatura)

Nota: O Município também deverá anexar parecer do órgão competente atestando que o projeto atende às diretrizes de parcelamento ou de condomínio do município bem como do sistema viário (quanto ao alargamento e/ou à continuidade das vias existentes ou projetadas sobre a área e quanto à necessidade de bolsão de retorno quando as vias são interrompidas no imóvel).

ANEXO IV – MODELO DE REQUERIMENTO PARA CONSULTA PRÉVIA

a) Pessoa Física

Redigido sem rasuras, indicando todos os proprietários e suas assinaturas, ou a do procurador nomeado.

Nome_____, RG n° _____, CPF n° _____, residente e domiciliado em _____, Estado ____, à Rua (Av.) _____, CEP _____, telefone _____, nos termos desta Portaria, requer a expedição da **Consulta Prévia** do projeto referente ao empreendimento de _____ (loteamento, conjunto habitacional, condomínio ou regularização fundiária urbana).

Denominado: (nome do empreendimento) _____, Localização: (Rua-Av.) _____, Bairro: _____, no Município de _____, objeto de matrícula n° _____ do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de _____.

A documentação anexa atende à legislação vigente e deverá ser encaminhada, no âmbito de sua competência, ao seguinte órgão: Amep (Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná).

Nestes Termos,

Pede Deferimento

_____ de _____ de _____

Assinatura do(s) Proprietário(s) ou seu(s) procurador(es)

Ao

Departamento de Coordenação e Organização Territorial

DCOT

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n

Curitiba – PR

b) Pessoa Jurídica

(Empresa)_____, Situada à Rua (Av.) _____, CEP _____, telefone _____, por seu(s) representante(s) legal (ais) _____, RG n° _____, CPF n° _____, residente(s) à Rua (Av.) _____, Município _____, Estado _____, CEP _____, Telefone _____, nos termos desta Portaria, requer a expedição da **Consulta Prévia** do projeto referente ao empreendimento de _____ (loteamento, conjunto habitacional, condomínio ou regularização fundiária urbana).

Denominado: (nome do empreendimento) _____, Localização: (Rua-Av.) _____, Bairro: _____, no Município de _____, objeto de matrícula n° _____ do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de _____.

A documentação anexa atende à legislação vigente e deverá ser encaminhada, no âmbito de sua competência, ao seguinte órgão: Amep (Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná).

Nestes Termos,

Pede Deferimento

_____ de _____ de _____

Assinatura do(s) Proprietário(s) ou seu(s) procurador(es)

Ao

Departamento de Coordenação e Organização Territorial

DCOT

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n

Curitiba – PR

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Obs.: No caso de imóvel registrado em nome de pessoa jurídica, o requerimento deverá ser assinado pelo seu representante legal com apresentação do contrato social ou estatuto da empresa, ou ainda, certidão da Junta Comercial do Estado do Paraná.

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO PARA INFORMAÇÃO

Redigido sem rasuras, indicando todos os proprietários e suas assinaturas, ou a do procurador nomeado.

Nome_____ , RG n° _____, CPF n° _____, residente e domiciliado em _____, Estado ____, à Rua (Av.) _____, CEP _____, telefone _____, nos termos desta Portaria, requer a expedição de **Informação** referente ao empreendimento de _____ (Informar de maneira clara e objetiva qual a informação que se deseja, exemplo indenização, projeto viário, desapropriação, fase de execução de obra ou qualquer outro assunto pertinente ao órgão).

A documentação anexa atende à legislação vigente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

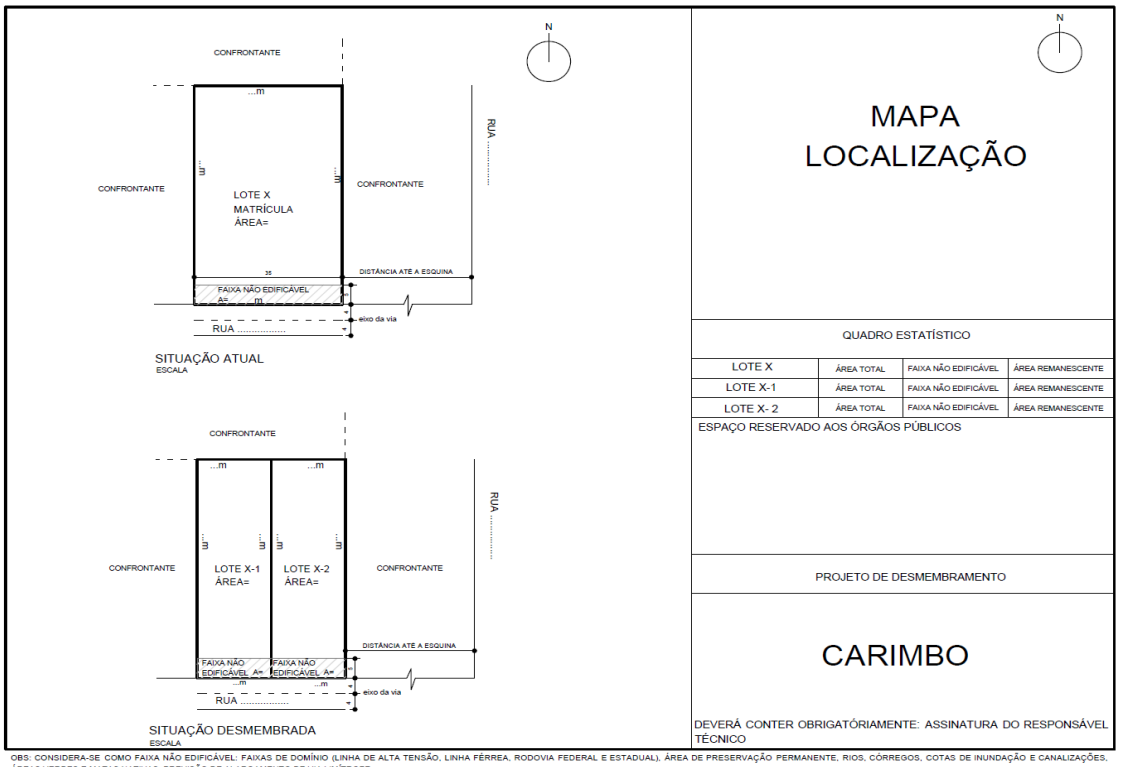
_____ de _____ de _____

Assinatura do(s) Proprietário(s) ou seu(s) procurador(es)

Ao

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n

Curitiba – PR**ANEXO VI – MODELO DE PROJETO URBANÍSTICO (DESMEMBRAMENTO)**



OBS: CONSIDERA-SE COMO FAIXA NÃO EDIFICÁVEL: FAIXAS DE DOMÍNIO (LINHA DE ALTA TENSÃO, LINHA FÉRREA, RODOVIA FEDERAL E ESTADUAL), ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RIOS, CÓRREGOS, COTAS DE INUNDAÇÃO E CANALIZAÇÕES, ÁREAS VERDES E MATAS NATIVAS, PREVISÃO DE ALARGAMENTO DE VIA LIMÍTROFE.

39207/2025

Diário OFICIAL Paraná

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA – AMEP
CONSELHO GESTOR DE MANANCIAIS DA RMC - CGMRMC

RESOLUÇÃO N.º 02/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM – RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no Art. 4º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, e o Decreto nº 148 - 14/01/1999, considera-se que, através de indicações, este Conselho:

RESOLVE:

- Nomear, como representante titular representante de Pinhais no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, a Sra. Prefeita Rosa Maria de Jesus Colombo;
- Nomear, como representante suplente representante de Pinhais no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, o Sr. Emerson Santana Bento;
- Nomear, como representante titular representante de Piraquara no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, o Sr. Prefeito Marcus Maurício de Souza Tesse;
- Nomear, como representante suplente representante de Piraquara no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, o Sr. Jean Carlos Padilha;
- Nomear, como representante titular representante de Mandirituba no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, o Sr. Prefeito Felipe Claudino Machado;
- Nomear, como representante suplente representante de Mandirituba no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, a Sra. Amanda Wendrechovski;
- Nomear, como representante titular representante de Campina Grande do Sul no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, o Sr. Prefeito Luiz Carlos Assunção;
- Nomear, como representante suplente representante de Campina Grande do Sul no Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba- CGM/RMC, a Sra. Keli Coradin.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM – RMC.

RESOLUÇÃO N.º 03/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Estrada da Sereia nº775 - Jardim Rondinha- Campo Largo/PR, matrícula nº 11349, atingido pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), Zona de Ocupação Orientada (ZOO) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 22.201.660-6;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 114ª reunião realizada em 12/11/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022.

RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Zona de Ocupação Orientada (ZOO), seguindo as ressalvas indicadas pelo IAT "Comprovação de que não ocorreu a supressão de leitos hídricos, massas d'água, áreas úmidas e áreas de preservação permanente sem a devida autorização ambiental, tendo como data de referência o dia 22 de julho de 2008 (Lei Federal nº 12.651/2012); Comprovação de que não ocorreu o corte ou supressão de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental, tendo como data de referência o dia 26 de setembro de 1990 (Recomendação Administrativa Conjunta MPF/MPPR nº 01/2020". A comprovação dessas ressalvas deve ser apresentada ao IAT, em até 180 dias após publicação da resolução em DIOE, e com as áreas de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) averbadas em matrícula no mesmo prazo, na APA do Rio Verde – Campo Largo, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC

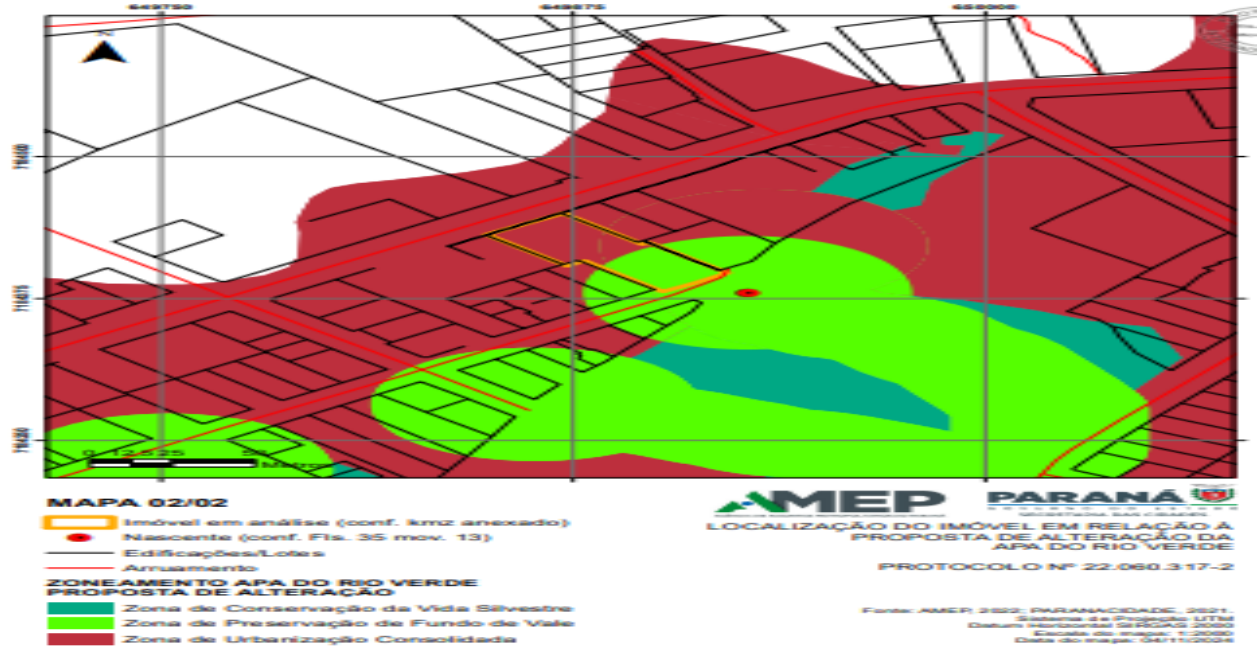
ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

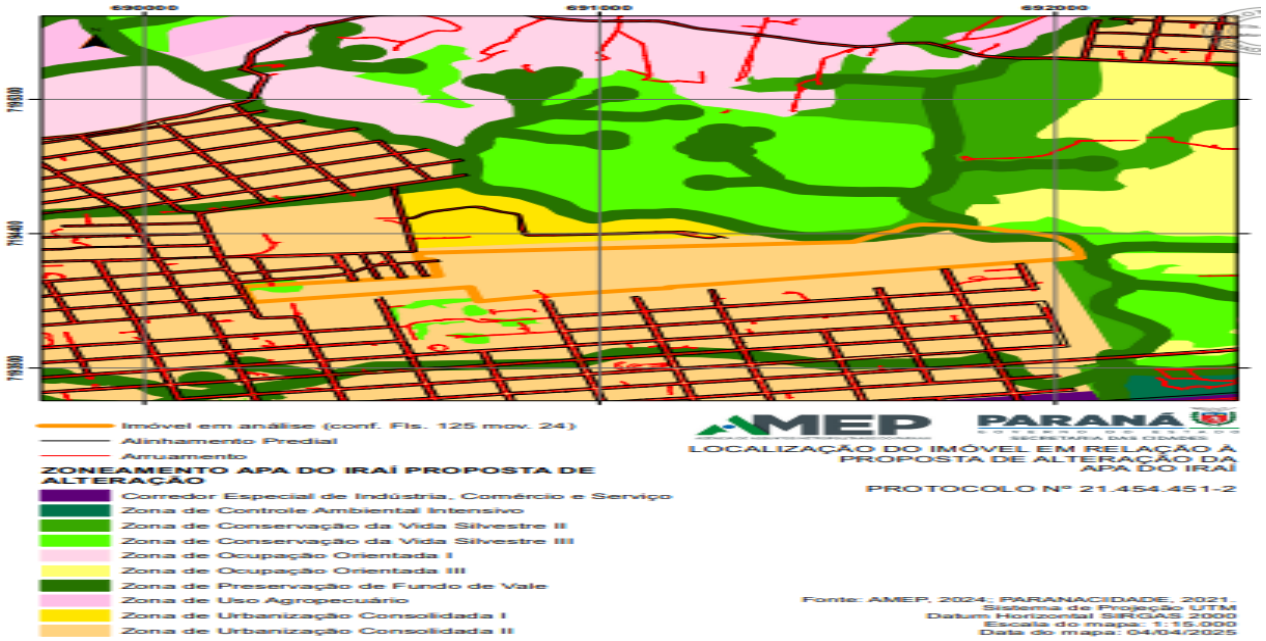
RESOLUÇÃO N.º 04/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Av. Padre Natal Pigatto S/N e Rua José Antônio Puppi S/N - Vila Solene - Campo Largo/PR, matrículas nº 30.911 e nº 30.910, atingidos pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 22.060.317-2;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 114ª reunião realizada em 12/11/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022. RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), sobre imóvel de matrículas nº 30.911 e nº 30.910, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.
Curitiba, 02 de abril de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM – RMC
ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



RESOLUÇÃO N.º 05/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campina Grande do Sul/PR, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Leonardo Fancischelli, S/N- Campina Grande do Sul/PR, matrícula nº 1251, atingido pela Zona de Conservação da Vida Silvestre II (ZCVS II), Zona de Conservação da Vida Silvestre III (ZCVS III), Zona de Urbanização Consolidada II (ZUCII) e Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Iraí, conforme protocolo 21.454.451-2;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Câmara Técnica (CAT) do Iraí na 8ª reunião realizada em 21/10/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí – APA do Rio Iraí, instituído pelo Decreto Estadual 4448/2023. RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Conservação da Vida Silvestre II (ZCVSII) para Zona de Urbanização Consolidada II (ZUCII), sobre imóvel de matrícula nº 1251, permanecendo inalteradas as áreas de Zona de Conservação da Vida Silvestre III (ZCVS III) e a Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Iraí, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.
Curitiba, 02 de abril de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC
ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO IRAÍ



RESOLUÇÃO N.º 06/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rua Santos Dumont, 931 - Vila Bancaria, Campo Largo/PR, matrícula nº 33052, atingido pela Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) e Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 17.830.608-1;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 114ª reunião realizada em 12/11/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022.

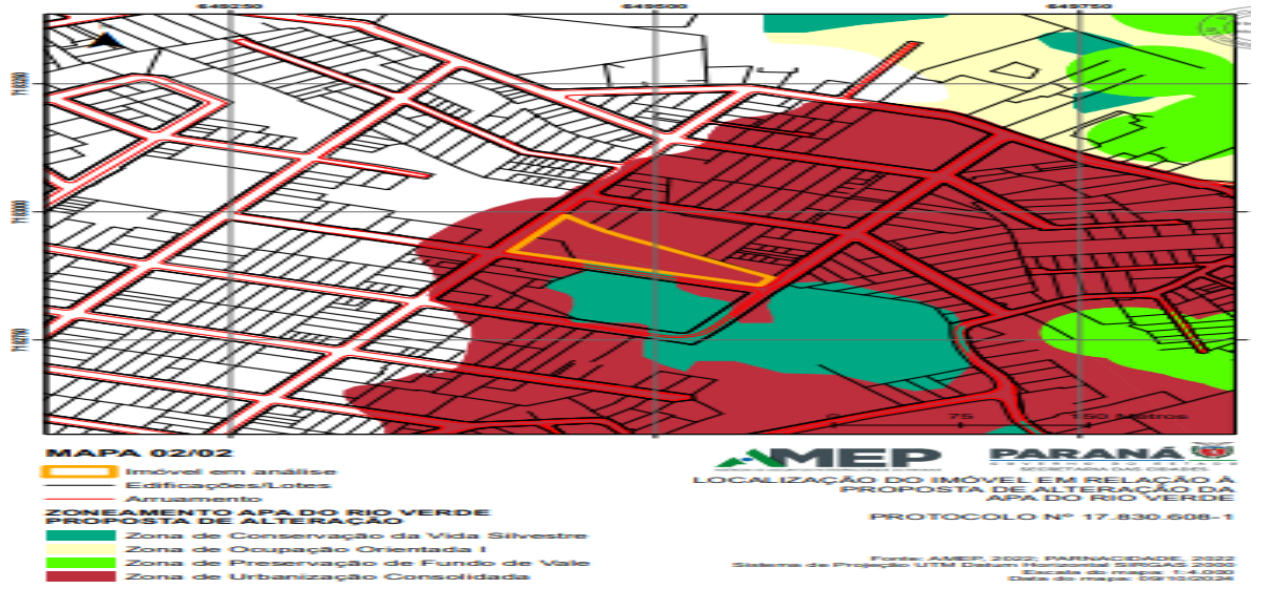
RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Conservação de Vida Silvestre (ZCVS) para Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), sobre imóvel de matrícula nº 33052, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS

Presidente do CGM - RMCANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 07/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rua Júlio Razera S/N – Rondinha – Campo Largo/PR, matrículas nº 27.093 e nº 14.383, atingidos pela Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Zona de Ocupação Orientada I (ZOO I), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 22.175.978-8;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 114ª reunião realizada em 12/11/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022.

RESOLVE:

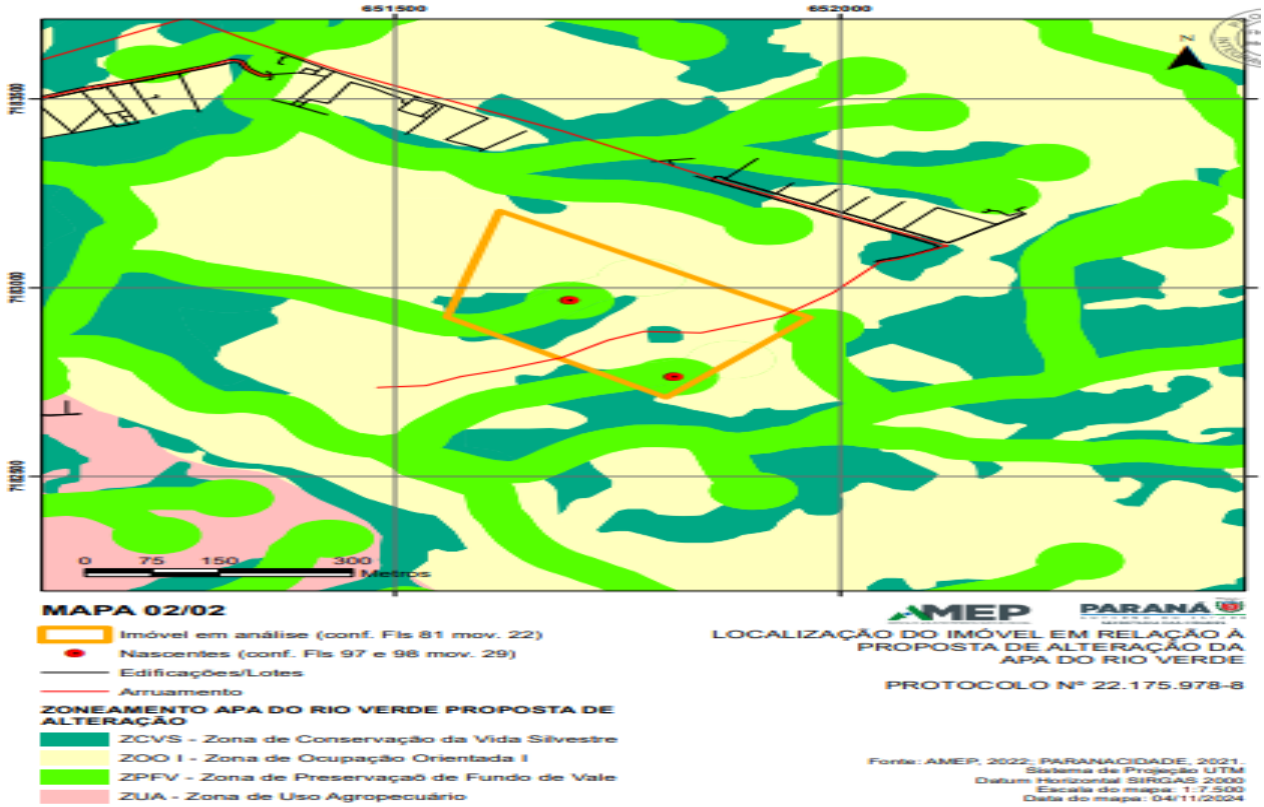
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Zona de Ocupação Orientada I (ZOO I), sobre imóvel de matrículas nº 27.093 e nº 14.383, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento, seguindo as ressalvas indicadas pelo IAT "Averbação em matrícula, como proteção de área verde, dos recortes espaciais identificados como ZPFV e ZCVS da APA do Rio Verde; Apresentação de plano de recuperação ambiental das Áreas de Restrição a Ocupação situadas no interior do imóvel, caso verificada a necessidade (Lei Estadual nº 12.248/1998); Comprovação de que não ocorreu a supressão de leitos hídricos, massas d'água, áreas úmidas e áreas de preservação permanente sem a devida autorização ambiental, tendo como data de referência o dia 22 de julho de 2008 (Lei Federal nº 12.651/2012) e Comprovação de que não ocorreu o corte ou supressão de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental, tendo como data de referência o dia 26 de setembro de 1990 (Recomendação Administrativa Conjunta MPF/MPPR nº 01/2020." A comprovação dessas ressalvas deve ser apresentada ao IAT, em até 180 dias após publicação da resolução em DIOE.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS

Presidente do CGM – RMC

ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



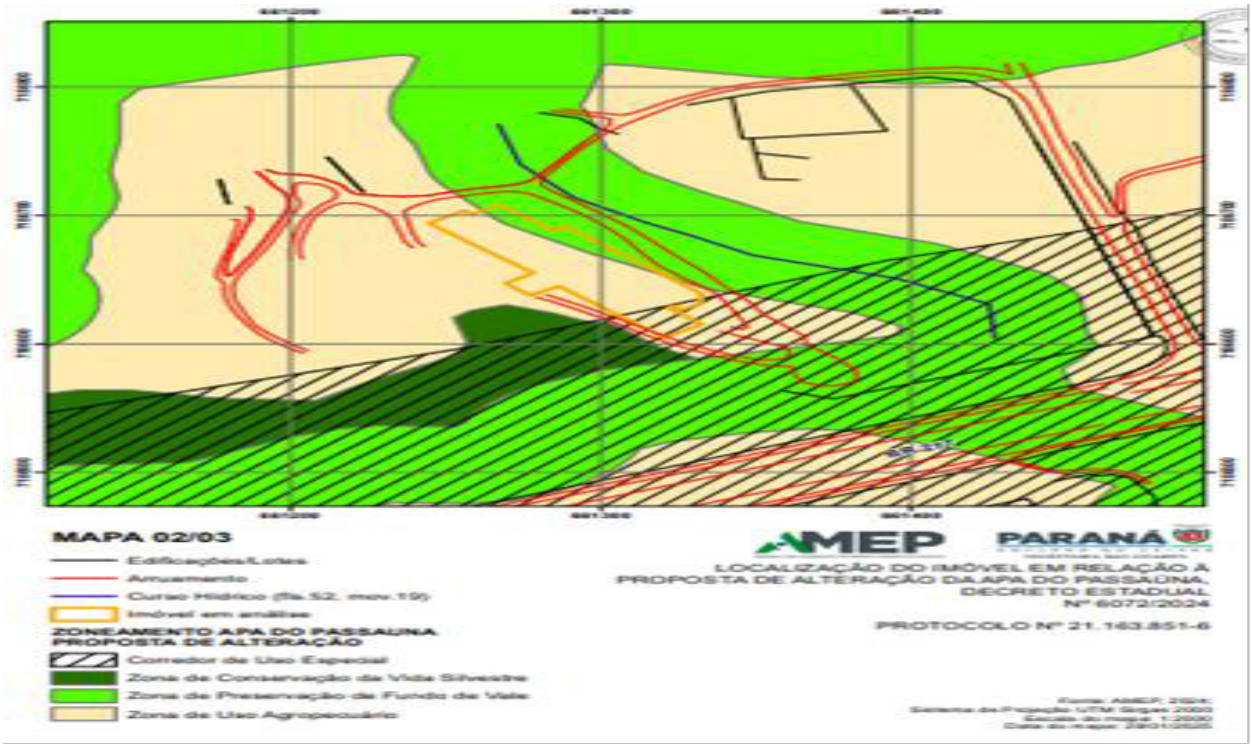
RESOLUÇÃO N.º 08/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rod. BR-277 Curitiba Ponta Grossa, S/N, KM 102,7- Rondinha - Campo Largo/PR, matrícula nº 284, atingido pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), Zona de Uso Agropecuário (ZUA), Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) e Corredor de Uso Especial (CUE), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Passaúna, conforme protocolo 21.163.851-6/15.518.129-0;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Câmara Técnica (CAT) do Passaúna na 1ª reunião realizada em 04/03/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Passaúna – APA do Rio Passaúna, instituído pelo Decreto Estadual 6072/2024. RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Zona de Uso Agropecuário, mantendo -se inalterada a área de Corredor de Uso Especial (CUE), sobre imóvel de matrícula nº 284, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Passaúna, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

Curitiba, 02 de abril de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC
ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO PASSAÚNA

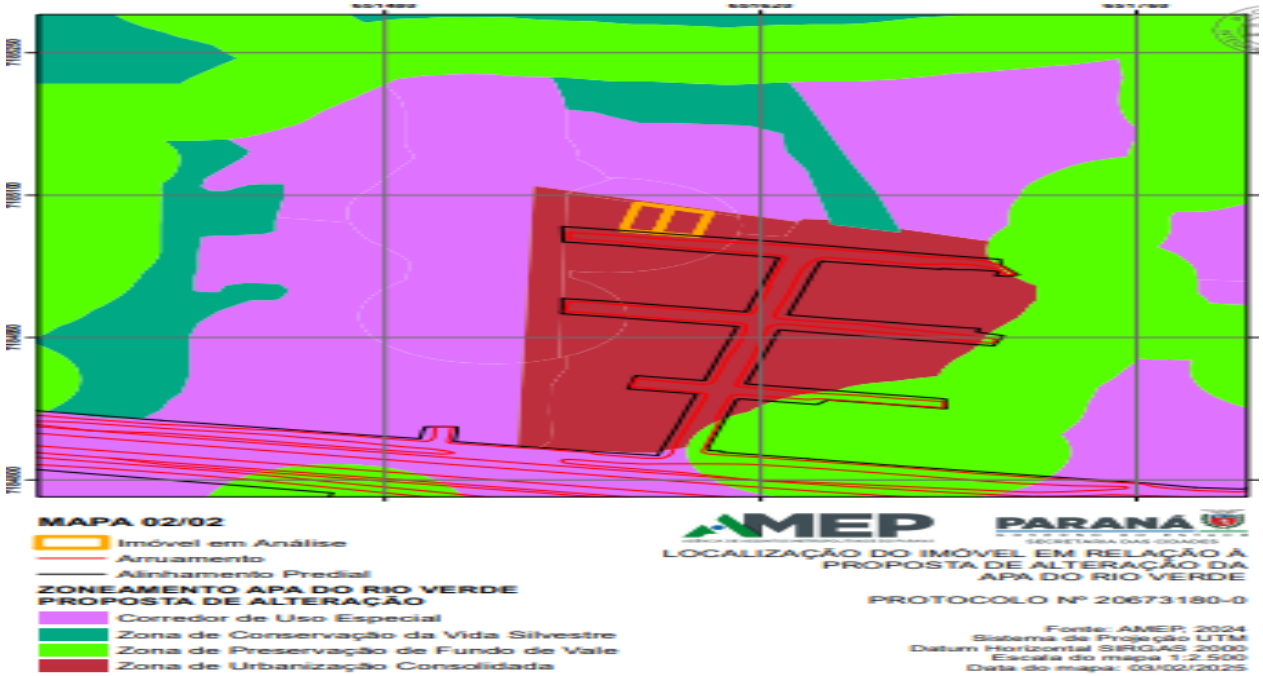


RESOLUÇÃO N.º 09/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rua Afonso Wiezbicki s/n - Jardim Carmela - Campo Largo / PR, matrículas nº 10.919 e nº 10.918, atingidos pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 20.673.180-0;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 116ª reunião realizada em 11/02/2025, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022.
RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Zona de Urbanização Consolidada (ZUC), sobre imóvel de matrículas nº 10.919 e nº 10.918, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.
Curitiba, 02 de abril de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



RESOLUÇÃO N.º 10/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rua Alcides Valentino Zanella, n° 2048 - Jardim Rondinha - Campo Largo/PR, matrícula nº 29231, atingido pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), Corredor de Uso Especial (CUE), Zona de Ocupação Orientada I (ZOO I) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 20.208.536-9;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Grupo Institucional de Trabalho na 116ª reunião realizada em 11/02/2025, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 11421/2022. RESOLVE:

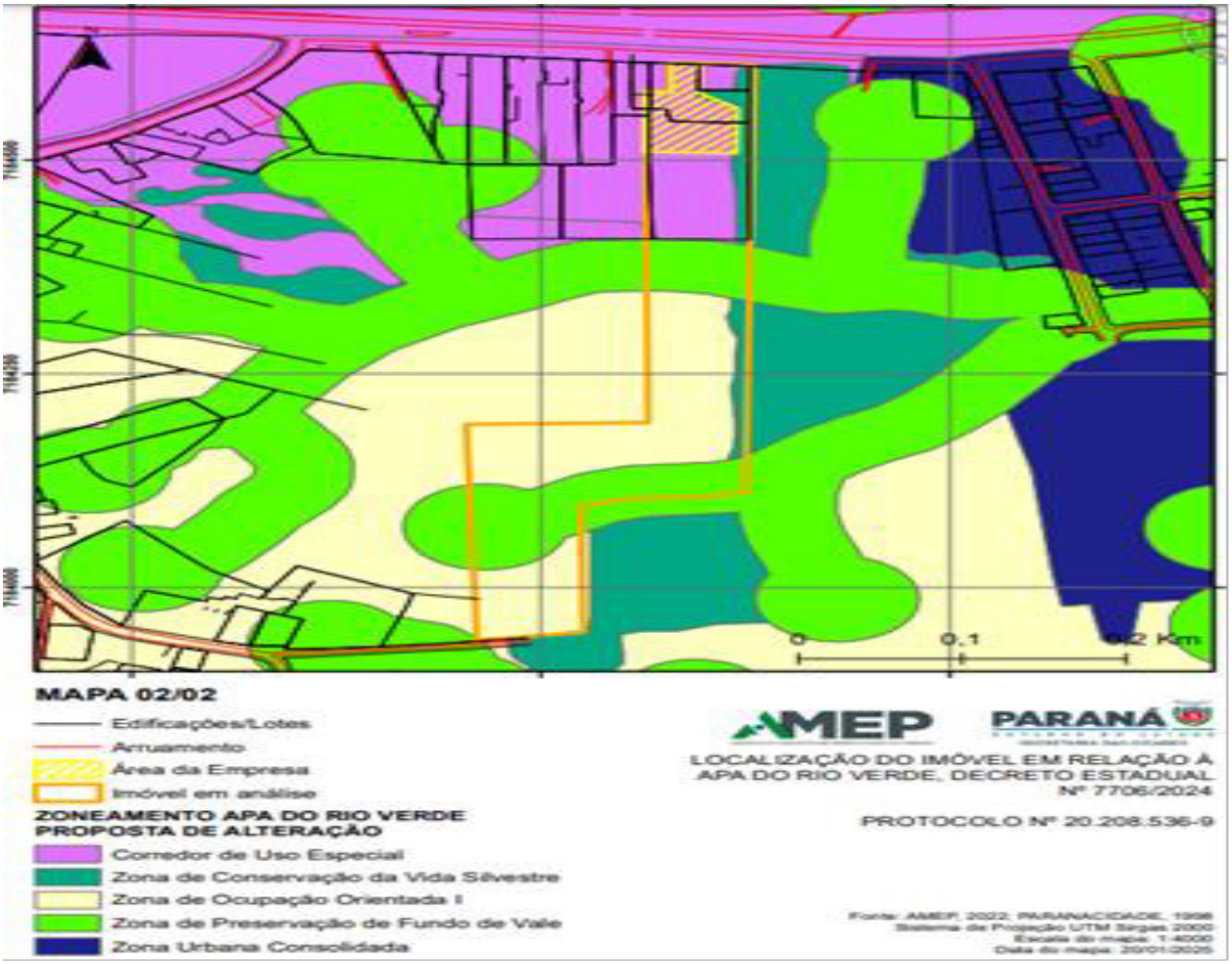
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste da classificação do zoneamento atual de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) para Corredor de Uso Especial (CUE), sobre imóvel de matrícula nº 29231, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS

Presidente do CGM - RMC

ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



RESOLUÇÃO N.º 11/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:

- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campina Grande do Sul, de ajuste de zoneamento ambiental localizado na Rodovia do Caqui, PR-506, Campina Grande do Sul/PR, matrículas nº 3471 e nº 3487, atingidos pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), Zona de Ocupação Orientada III (ZOO III), Zona de Conservação da Vida Silvestre II (ZCVS II) e Zona de Conservação da Vida Silvestre III (ZCVS III), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 21.454.450-4;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Câmara Técnica (CAT) do Iraí na 7ª reunião realizada em 09/09/2024, a qual deu parecer favorável ao ajuste do zoneamento, considerando a constatação do IAT;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí – APA do Rio Iraí, instituído pelo Decreto Estadual 4448/2023.

RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação de ajuste de Zona de Ocupação Orientada III (ZOO III) para Zona de Urbanização Consolidada II (ZUC II) e manteve-se inalteradas as áreas de Zona de Conservação da Vida Silvestre II (ZCVS II), Zona de Conservação da Vida Silvestre III (ZCVS III) e Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), sobre imóvel de matrículas nº 3471 e nº 3487, em imóvel localizado no Município de Campina Grande do Sul, na APA do Rio Iraí, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

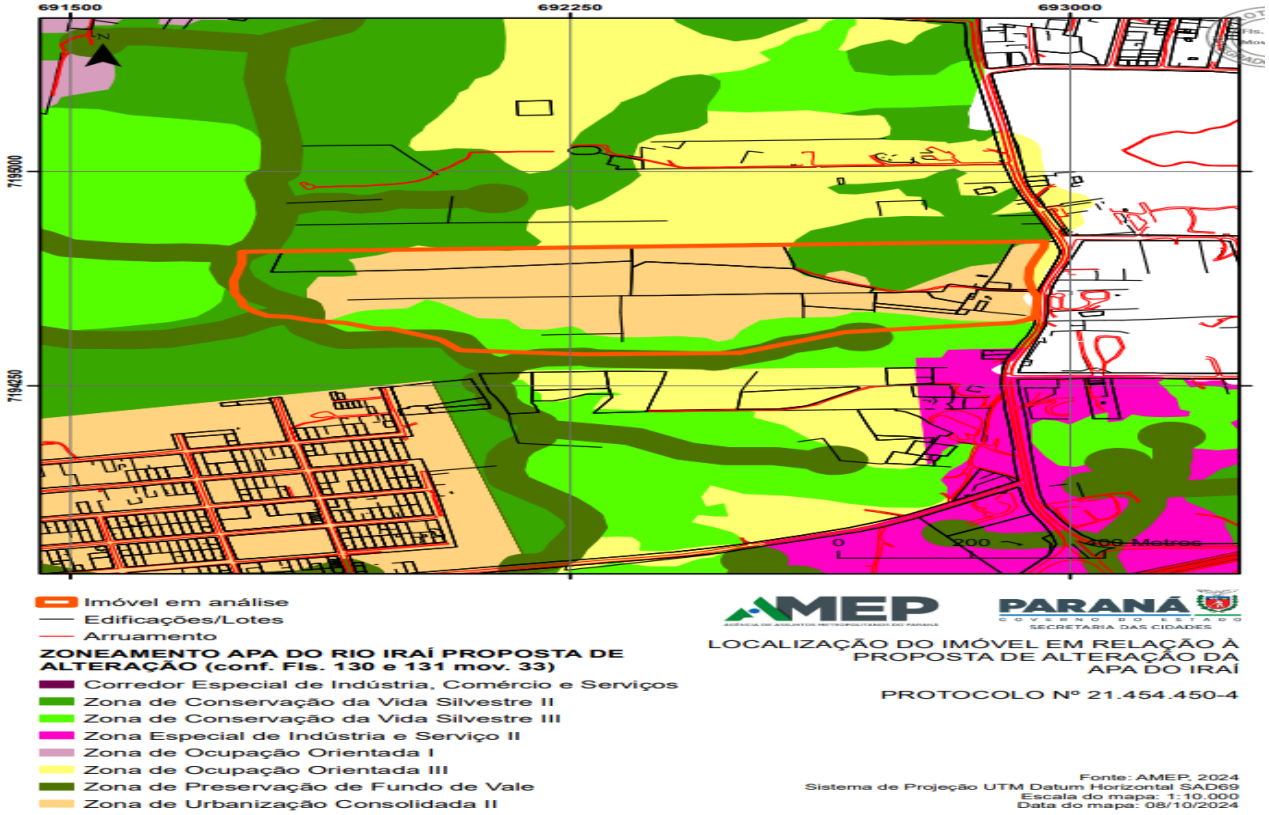
Curitiba, 02 de abril de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS

Presidente do CGM - RMC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO IRAÍ



39173/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 496/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 564/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Portuaria Trade Comercial Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 497/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 565/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Even Comercial Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 498/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 566/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: A C L Assistência e Com. de Pros. P/ Laboratórios Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Jair Aparecido de Oliveira
Matricula 1010526

E-mail jairaparecido@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 499/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 567/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Solabor Produtos Para Laboratórios Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 500/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 568/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Biosigma Comércio de Produtos Hospitalares e Laboratoriais Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Soraia Martinez da Silva Carmo
Matricula 1906450
E-mail soraiamartinez@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudia Cristina Boselli
Matricula 0310265
E-mail claudiaboselli@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Vanderlei Jubanski
Matricula 2204419
E-mail vander@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 501/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 569/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Biohnano Cientifica e Hospitalar Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Alan Salvany Felinto
Matricula 0112323
E-mail alan@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Maria Ines Rezende
Matricula 1322987
E-mail mirezende@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Sergio do Nascimento Evangelista
Matricula 1906938
E-mail sergione@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 502/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 570/2025 Pregão Eletrônico nº278/2024

Contratada: Lbg Commerce Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Laboratoriais Diversos (Navalha Descartável, Parafilm, Ponteira de Polipropileno de Recuperação Máxima, Entre Outros), Para Atender A Proaf - Uel, Centro de Ciências Exatas - Uel, Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Juliana Ramos da Silva
Matricula 1020039
E-mail jramossv@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Marcell Alysson Batisti Lozovoy
Matricula 1333480
E-mail lozovoy@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Daniela Rudgeri Derossi
Matricula 0404859
E-mail derossi@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato,

revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Abril 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

39168/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Art. 207 da Constituição Federal e Art. Nº 180 da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando o Art. 4º da Lei 9.663/91;

Considerando a sentença proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de Mandado de Segurança sob Nº 20.599-8, na qual restou reconhecida a autonomia da Universidade Estadual de Londrina;

Considerando a Resolução Nº 4.896/93, da Colenda Corte de Contas do Estado do Paraná;

Considerando o Art. 54, § 1º e incisos da Lei Federal Nº 9.394/96;

Considerando o contido no Art. 138, inciso III, § 6º da Lei Nº 6174/1970-Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná;

Considerando a Lei Estadual Nº 16372/2009;

Considerando o Decreto Estadual nº 9689/2018; **RESOLVE:**

I - Tornar público as portarias emitidas pela Universidade Estadual de Londrina, abaixo relacionados:

867 - 07/04/2025 - CINTHYAN RENATA SACHS CAMERLENGO DE BARBOSA - (CCE) - RG 9XXX072X/PR - Determinar a prorrogação do cumprimento da jornada de trabalho de 25 horassemanais, durante o período de 20/03/2025 a 14/03/2026.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Art. Nº 207 da Constituição Federal e Art. Nº 180 da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando o Art. 4º da Lei 9.663/91;

Considerando a sentença proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de Mandado de Segurança sob Nº 20.599-8, na qual restou reconhecida a autonomia da Universidade Estadual de Londrina;

Considerando a Resolução Nº 4.896/93, da Colenda Corte de Contas do LEstado do Paraná;

Considerando o Art. 54, § 1º e incisos da Lei Federal Nº 9.394/96;

Considerando o disposto na Lei Nº 17382/2012, Decreto Estadual Nº 9689/2018, Ato Executivo Nº 084/2022; **RESOLVE:**

I.Tornar público as portarias emitidas pela Universidade Estadual de Londrina, abaixo relacionados:

868 - 07/04/2025 - ROSILENE SANCHES DE OLIVEIRA - (HU) - RG 3XXX134X/PR - Declarar a Contagem de Tempo de Serviço para fins de Aposentadoria e disponibilidade, conf. Art. 130 da Lei 6.174 de 16/11/70 (Pessoal Civil), no período de 01/04/2004 A 31/12/2005.

869 - 07/04/2025 - ROSILENE SANCHES DE OLIVEIRA - (HU) - RG 3XXX134X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria e disponibilidade, conf. Lei 7.634 de 13/07/1.982, nos períodos de: 01/08/1979 a 09/07/1981; 01/10/1991 a 31/10/1991; 01/11/1991 a 31/05/1992; 01/03/1994 a 29/06/1995; 01/08/1996 a 01/11/2000.

873 - 08/04/2025 - MARIA DO CARMO BARBOSA - (HU) - RG 5.XXXXX52-X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria reconhecido como período laborado em condições especiais, que converte o período especial de 19/11/2003 a 13/11/2019 em tempo comum, aplicando-se o fator 1.2 para conversão, totalizando 3 anos 2 meses e 11 dias nos termos do Artigo 57 da Lei 8.213/1991.

874 - 09/04/2025 - RENATA PEDRÃO LEME MOTOMATSU - (HU) - RG 6XXX628X/PR - Conceder licença com vencimentos nos termos do Artigo 74 e parágrafos, combinado com o Artigo 71, do RPU, para continuar frequentando Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado, junto a esta Instituição, no período de 01/03/2025 a 28/02/2026, atribuindo 08 horas semanais à requerente para o cumprimento da licença ora concedida.

876 - 09/04/2025 - NATHÁLIA DE SOUSA PEREIRA - (CCB) - RG 44XXX719X/SP - Determinar a contratação, em Regime Especial, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, publicada no DOE em 24/05/2005, como Professor Colaborador/Adjunto, nível PD D1, com carga horária de 20 h/sem., a partir de 11/04/2025 até 10/04/2026, conforme estabelecido nas cláusulas do Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

885 - 09/04/2025 - SANDRA REGINA QUINTAL CARVALHO - (HU) - RG 6XXX268X/PR - Conceder licença especial, conf. Art. 247 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970, no período de 16/04/2025 a 14/07/2025

886 - 09/04/2025 - JOYCE ELAINE DE ALMEIDA - (CCH) - RG 4XXX065X/PR - Conceder licença especial, conf. Art. 247 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970, no período de 26/03/2025 a 23/06/2025

887 - 09/04/2025 - CRISTINA VALERIA BULHOES SIMON - (CCH) - RG 008XXX360X/PR - Conceder licença especial, conf. Art. 247 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970, no período de 26/03/2025 a 23/06/2025

888 - 09/04/2025 - LUIZ CARLOS SANTOS SIMON - (CCH) - RG 006XXX007X/RJ - Conceder licença especial, conf. Art. 247 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970, no período de 09/04/2025 a 08/05/2025

901 - 10/04/2025 - ALONÇO APARECIDO MACHADO - (HU) - RG 001XXX036X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria, em cumprimento a decisão judicial que converteu o período especial em tempo comum, totalizando 9 anos 9 meses 26 dias, nos termos do Artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, no período de 29/04/1995 a 12/11/2019.

902 - 10/04/2025 - IVONE DONAIRE BOAVENTURA - (HU) - RG 6XXX747X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria, em cumprimento a Análise e Decisão Técnica de Atividade Especial n. 022/2025 que converteu o período especial em tempo comum, totalizando 2 anos 1 mes 25 dias, nos termos do Artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, no período de 05/02/2009 a 12/11/2019.

903 - 10/04/2025 - ALMIR LUIZ ALVES - (HU) - RG 4XXX540X/PR Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria, em cumprimento a Análise e Decisão Técnica de Atividade Especial n. 029/2025 que converteu o período especial em tempo comum, totalizando 9 anos 23 dias, nos termos do Artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, no período de 10/03/1997 a 12/11/2019.

905 - 10/04/2025 - SILVIA MARIA RODRIGUES - (CECA) – RG 4XXX764X/PR - Conceder licença com vencimentos nos termos do Artigo 74 e parágrafos, combinado com o Artigo 71, do RPU, para frequentar Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado, junto a esta Instituição, no período de 10/03/2025 a 09/12/2025, atribuindo 20 horas semanais à requerente para o cumprimento da licença ora concedida.

906 - 10/04/2025 - BÁRBARA VIEIRA PIMENTEL - (CCS) - RG 46XXX770X/SP - Determinar a contratação, em Regime Especial, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, publicada no DOE em 24/05/2005, como Professor Colaborador/Adjunto, nível PD D1, com carga horária de 20 h/sem., a partir de 14/04/2025 até 13/04/2026, conforme estabelecido nas cláusulas do Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

909 - 11/04/2025 - ELISABETE APARECIDA COELHO - (CCB) - RG XXX402X/PR - Retificar a Portaria nº 1678 de 16/04/2004, a qual declarou tempo de contribuição para fins de aposentadoria e disponibilidade, , para constar que os períodos corretos são os que seguem abaixo: 01/08/1971 a 28/02/1975; 14/06/1976 a 23/10/1977; 01/08/1978 a 08/08/1978; 01/01/1979 a 28/01/1979.

910 - 11/04/2025 - FRANCISCO EMILIO BALEOTTI - (CESA) - RG 10XXX730X/PR - Retificar a portaria nº. 2191 de 15/06/22 a qual declarou tempo de contribuição para fins de aposentadoria e disponibilidade, para constar que os períodos corretos são os que seguem abaixo: 16/03/1995 a 31/08/1998.

911 - 11/04/2025 - RICARDO SERGIO COUTO DE ALMEIDA - (CCB) - RG 25XXX555X/SP - Alterar o Regime de Trabalho de 40 horas semanais em tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, para o Regime de Trabalho de 40 horas semanais em Tempo Integral sem Dedicação Exclusiva, a partir de 26/03/2025

913 - 11/04/2025 - MARLLON MORETI DE SOUZA ROSA - (CCB) - RG 16XXX462X/MG - Determinar a contratação, em Regime Especial, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, publicada no DOE em 24/05/2005, como Professor Colaborador/Assistente, nível PS M1, com carga horária de 20 h/sem., a partir de 15/04/2025 até 14/04/2026, conforme estabelecido nas cláusulas do Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

916 - 14/04/2025 - FEDERICO NATALIO MADKUR - (CESA) - RG Outro valor/DF - Promover o seguinte docente, conforme o disposto no Artigo 8º, parágrafo único, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97; Conceder o adicional de titulação de 105%, tendo em vista o artigo 16, inciso III da lei 11.713/1997, alterado pela lei 21.852/2023, em virtude de ter obtido o título de Doutor.

917 - 14/04/2025 - SANDRA MARIA SIMONELLI - (CCA) - RG 3XXX604X/PR - Promover, conforme o disposto no Artigo 12º, inciso II, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, a seguinte docente de AD D para AC A a partir de 18/04/2025

920 - 14/04/2025 - HERNANDO BORGES NEVES FILHO - (CCB) - RG XXX374X/PA - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º e, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente de AD B para AD C a partir de 16/04/2025.

921 - 14/04/2025 - LETICIA GORRI MOLINA - (CECA) - RG 1XXX286X/SP Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º e, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AC B para AC C a partir de 18/04/2025.

Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari
Pró-Reitor de Recursos Humanos

39583/2025

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA GEFIS Nº 503/2025

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº **1450/2024** **Pregão Eletrônico nº 400/2024**

Contratada: **R.A. CONSTANTINO ELEVADORES LTDA**
Objeto: **Aquisição de elevadores e plataforma elevatória**

GESTOR
Servidor **ARON LOPES PETRUCCI** Matrícula **0108247** Unidade **Diretoria de Planej. do Território e Edificações** E-mail aron@uel.br
Servidor **GILSON JACOB BERGOC**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Matrícula **0704625**
Unidade **Diretoria de Planej. do Território e Edificações**
E-mail bergoc@uel.br

Em substituição a LUIZ CLAUDIO BUZETI

FISCAL
Tipo Contrato Servidor **ERON LIRANÇO DE SOUSA** Matrícula **0515104** Unidade **Divisão de Engenharia** E-mail **eron@uel.br** **Em substituição a** RAFAEL CEZAR FUJITA

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria GEFIS nº 332/2025.

Universidade Estadual de Londrina, **15 de abril de 2025**.
AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 504/2025

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº **1449/2024** **Pregão Eletrônico** nº **400/2024**

Contratada: **A G CHAVES JUNIOR**
Objeto: **Aquisição de elevadores e plataforma elevatória**

GESTOR
Servidor **ARON LOPES PETRUCCI** Matrícula **0108247** Unidade **Diretoria de Planej. do Território e Edificações** E-mail aron@uel.br
Servidor **GILSON JACOB BERGOC** Matrícula **0704625** Unidade **Diretoria de Planej. do Território e Edificações** E-mail bergoc@uel.br **Em substituição a** LUIZ CLAUDIO BUZETI

FISCAL
Tipo Contrato Servidor **ERON LIRANÇO DE SOUSA** Matrícula **0515104**
Unidade **Divisão de Engenharia** E-mail **eron@uel.br** **Em substituição a** RAFAEL CEZAR FUJITA

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria GEFIS nº 329/2025.

Universidade Estadual de Londrina, **15 de abril de 2025**.
AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

39630/2025

UEM

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Leandro Vanalli, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 14/04/2025, conforme abaixo:

Portaria nº. 270/2025-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 19021040100024250, datada de 06/03/2025, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
R E S O L V E:
Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) SONIA MARIA MARQUES GOMES BERTOLINI, portador(a) da RG nº. 6.XXX.717-X/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior na classe de Professor Associado, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/02/1985 a 12/09/1989	04	07	12
TOTAL		04	07	12

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 775/GRE de 22/09/2017 e as demais disposições em contrário.

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários, José Maria de Oliveira Marques, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de 14/04/2025, abaixo relacionadas:

Portaria nº 363/2025-PRH

Considerando o artigo 27, parágrafo único da Lei 20.933 de 17/12/2021;
Considerando o protocolo digital nº 23.608.275-0 de 06/03/2025;
R E S O L V E
Art. 1º - ATRIBUIR ao servidor CARLOS HENRIQUE EDUARDO CONSTANCIO DOS SANTOS, lotado na Editora da UEM, a Função Acadêmica – FA3, no período de 18/02/2025 a 17/06/2025, por exercer a função de Encarregado do Setor de Livraria da Editora, tendo em vista a licença para tratamento de saúde do(a) titular.

39222/2025

Portaria nº 364/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições e considerando o Edital nº 031/2025-PRH, a Portaria nº 343/2025-PRH e o protocolo nº 23.844.298-2.

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Seleção do Teste Seletivo aberto pelo Edital nº 031/2025-PRH para contratação de professor temporário.

Art.2º Designar, para compor a Comissão, os seguintes membros.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
(08) Pianista Colaborador

Nome	Função	Instituição
Prof. Dr. Marcus Alessi Bittencourt	Presidente	UEM
Profª. Drª Carla Silva Reis	Secretário	UFSJ
Profª. Drª. Poliana de Jesus Alves	Membro	UFU
Prof. Dr. Paulo Egídio Lückman	Suplente	UEM

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga o item referente a área de conhecimento ou matéria (08) – Pianista Colaborador, do artigo 2º da Portaria nº 343/2025-PRH.

Maringá, 15 de abril de 2025.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

39475/2025

UEPG

Portaria R. - Nº 2025.207

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000067408-9,

R E S O L V E:

Art. 1o Instaurar Sindicância Administrativa a fim de apurar conduta de servidoras em regime de contrato temporário pertinente a denúncia de racismo.

Art. 2o Compor Comissão de Sindicância Administrativa incumbida dos trabalhos decorrentes do disposto no Art. 1o desta Portaria, integrada pelos seguintes servidores:

I – Amanda Gabrieli Schuber Spósito Rangel, RG no 10.091.288-0, Promotor de Saúde Fundamental lotada no Hospital Universitário - Presidente;

II – Rosilda Aparecida Bueno Rocha, RG no 5.313.286-3, Promotor de Saúde Execução lotada no Hospital Universitário - Secretária;

III – Juliana Carvalho Schleder, RG no 7.118.509-5, Promotor de Saúde Profissional lotada no Hospital Universitário.

Art. 3o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 26 de março de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

39221/2025

Portaria R. - Nº 2025.91

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2023.851, de 30 de novembro de 2023; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 23.000074345-8,

R E S O L V E:

Art. 1o Autorizar o sobrestamento dos trabalhos da Comissão de Inquérito Disciplinar, instaurada pela Portaria R. no 2023.851, até o reestabelecimento do vínculo acadêmico ou decurso do prazo máximo para trancamento do Curso.

Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

39195/2025

Portaria R. - Nº 2025.190

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000085795-7,

R E S O L V E:

Art. 1o Instaurar Sindicância Administrativa a fim de apurar conduta de Professor lotado no Departamento de Contabilidade.

Art. 2o Compor Comissão de Sindicância Administrativa incumbida dos trabalhos decorrentes do disposto no Art. 1o desta Portaria, integrada pelos seguintes servidores:

I – Igor Sporch da Costa, RG no 26.863.719-2, Professor lotado no Departamento de Direito do Estado - Presidente;

II – Cintia Xavier, RG no 4.882.955-4, Professora lotada no Departamento de Jornalismo - Secretária;

III – Abraham Lincoln Calixto, RG no 3.680.150-8, Professor lotado no Departamento de Odontologia.

Art. 3o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 21 de março de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

39214/2025

UNESPAR

RESOLUÇÃO Nº 029/2025 – CAD/UNESPAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III, do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando que o Concurso Público foi realizado em conformidade com o Decreto nº 7116/2013, de 28/01/2013, que regulamenta os Concursos Públicos para provimento de cargo e emprego público do Poder Executivo na Administração Direta e Autárquica;

considerando o disposto no § 2º do Art. 15 da Lei nº 20933/2021, de 17/12/2021, alterada pela Lei nº 21852, de 15/12/2023, que estabelece que a homologação dos concursos públicos e a prorrogação do prazo de validade dos certames são de competência da respectiva IEES, que os realizará por meio de Conselho Superior;

considerando os entendimentos da SETI e do jurídico da UNESPAR, exarados no protocolo nº 23.709.815-3;

considerando a deliberação contida na Ata da 6ª Sessão (5ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da UNESPAR, realizada no dia 1º de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do Concurso Público regulamentado pelo Edital n° 032/2022 – CPPS, de 06 de setembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado - n° 11.261, de 16 de setembro de 2022, que visa ao provimento de vagas no cargo de Professor do Ensino Superior, homologado pela Resolução SEAP n° 1.576, de 15 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição n° 11.419, de 16 de maio de 2023.

Parágrafo único. A eventual ampliação de vagas do certame deverá ocorrer somente após confirmada a disponibilidade de vagas em Regime TIDE, em cumprimento aos limites estabelecidos pela Lei 20.933, de 17/12/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, em 1º de abril de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino

Reitora da Unespar

39467/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes **PORTARIAS:**

Portaria nº 516/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Conceder ao servidor José Agnaldo de Oliveira, CPF nº XXX.565.869-XX, no cargo de Agente Universitário de Apoio, na função de Auxiliar Operacional, lotado no Campus de Curitiba I, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 29/06/2003 a 28/06/2008 e fruição em 28/07/2025 a 25/10/2025.

Portaria nº 517/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Conceder afastamento integral para capacitação da servidora Cinthia Kunifas Gurovsky, CPF nº XXX.467.449-XX, no cargo de Professor Ensino Superior, na função de Professor Assistente, lotada no Campus de Curitiba II, para realização de Doutorado em Educação, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, no período de 10/03/2025 a 31/12/2025.

Portaria nº 519/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Conceder renovação do afastamento integral para capacitação do servidor Andre Gobette Santana, CPF nº XXX.558.799-XX, no cargo de Professor Ensino Superior, na função de Assistente A, lotado no Campus de Apucarana, para realização de Doutorado em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná - UFPR, no período de 01/04/2025 a 31/03/2026.

Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

39501/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes **PORTARIAS:**

Portaria nº 492/2025 de 08/03/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo do Contrato de Regime Especial – CRES da Agente Universitária, Jô Lopes da Silva Anselmo, registrada civilmente como Douglas Luiz Anselmo, CPF nº XXX.080.119-XX lotada no Campus de Curitiba I, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023, no período de 23/04/2025 até 22/04/2026;

Portaria nº 498/2025 de 10/03/2025. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para RT-40 horas da professora Lucimar da Luz Leite, CPF nº XXX.207.509.XX, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no Campus de Campo Mourão, a partir de 07/04/2025. **Art. 2º** Esta Portaria gera efeitos financeiros a partir da data citada, revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 499/2025 de 10/03/2025. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para RT-40 horas da professora Clarice de Almeida Miranda, CPF nº XXX.130.919-XX, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no Campus de Campo Mourão, a partir de 02/04/2025. **Art. 2º** Esta Portaria gera efeitos financeiros a partir da data citada, revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 503/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Contratar a professora Tânia Mara da Silva, CPF nº XXX.972.449-XX, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 099/2025 - PROGESP, para Campus de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

trabalho de 10 horas, pelo período de 10/04/2025 a 31/12/2025.
Portaria nº 504/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Contratar o professor Leonir Borges, CPF nº XXX.668.009-XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 084/2025 - PROGESP, para Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 10/04/2025 a 31/12/2025.
Portaria nº 505/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Contratar o professor Gabriel Vasques Bonato, CPF nº XXX.831.308- XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 090/2025 - PROGESP, para Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 14/04/2025 a 31/12/2025
Portaria nº 506/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Contratar o professor Alisson Younio de Souza Franco, CPF nº XXX.431.479-XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 107/2025 - PROGESP, para Campus de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 09/04/2025 a 31/12/2025.
Portaria nº 507/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Contratar o professor Fernando Tavares, CPF nº XXX.698.468-XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 097/2025 - PROGESP, para Campus de Curitiba I, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 22/04/2025 a 31/12/2025.
Portaria nº 508/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para RT-40 horas da professora Elaine Cristina Sturion, CPF nº XXX.983.319-XX, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no Campus de União da Vitória, a partir de 21/02/2025. **Art. 2º** Esta Portaria gera efeitos financeiros a partir da data citada, revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 509/2025 de 11/03/2025. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para RT-24 horas do professor José Augusto Sousa de Melo, CPF nº XXX.401.519-XX, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no Campus de Campo Mourão, a partir de 04/04/2025. **Art. 2º** Esta Portaria gera efeitos financeiros a partir da data citada, revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 513/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado da Professora Colaboradora, Luara Alexandre dos Santos, CPF nº XXX.601.309-XX, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranavaí, em 14/04/2025.
Portaria nº 514/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Contratar a professora Luara Alexandre dos Santos, CPF nº XXX.601.309-XX, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 PSS e Edital de Convocação n° 110/2025 - PROGESP, para Campus de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 15/04/2025 a 31/12/2025.
Portaria nº 515/2025 de 14/03/2025. Art. 1º Contratar o Agente Universitário, Guilherme Tertuliano Oliveira, CPF nº XXX.941.519-XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 105/2025 - PROGESP, para o Campus de Paranavaí, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 14/04/2025 a 13/04/2026.

Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

39348/2025

PORTARIA N.º 511/2025 - REITORIA/UNESPAR

Designa Comissão de Sindicância para apuração referente ao extravio de bem patrimonial e eventual responsabilidade, ocorrido no Campus de Paranaguá, relatado no Protocolo nº 22.310.666-8.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 991 da Lei 20.656, de 03/08/2021, Art. 11, inciso XI2 , do Regimento Geral da UNESPAR, e Decreto Estadual nº 5.792, de 30/08/2012 (no que couber), considerando o indicado na ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 002/2023–PROJUR/UNESPAR, o Ofício nº 028/2024-Direção Geral/*Campus* de Paranaguá (Fls. 14-15, Mov. 11), o PARECER N. 041/2024-PROJUR/UNESPAR (Fls. 18-21, Mov. 14), e a Portaria nº 1050/2024 – REITORIA/UNESPAR (fls. 30, Mov. 23),

R E S O L V E:
Art. 1º Determinar a instauração de SINDICÂNCIA para apuração referente ao extravio de bem patrimonial e eventual responsabilidade, ocorrido no *Campus* de Paranaguá, relatado no Protocolo nº 22.310.666-8.
Art. 2º Para cumprimento do objeto disposto no artigo anterior, a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA será composta, sob a presidência do primeiro, pelos seguintes servidores: Prof. **Paulo da Silva Pereira**, RG nº 5xx.xxx-9, Profa. **Ana Maria de Barros**, RG nº 3.xxx.xxx-9 (membro) e Profa. **Solange Garcia Pitangueira**, RG nº 3.xxx.xxx-3 (membro).
Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a COMISSÃO indicada no artigo 2º, poderá produzir prova documental, tendo acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, prova oral, podendo para tanto colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender convenientes.
Art. 4º A COMISSÃO, ora constituída, terá o prazo de 03 (três) dias, após a publicação desta Portaria na imprensa oficial, para dar início aos trabalhos da Sindicância, e o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do início da mesma para a conclusão dos trabalhos, emissão e encaminhamento do relatório circunstanciado ao Gabinete da Reitoria, consoante com o disposto no Art. 223, 884, § 2º e 1175 da Lei 20.656/21.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 1050/2024 – REITORIA/UNESPAR.
Registre-se.
Publique-se.
Paranavaí, 14 de abril de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

PORTARIA N.º 518/2025 - REITORIA/UNESPAR

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia comissão processante e dá outras providências referente ao protocolo nº 23.695.118-9.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 99[1] da Lei 20.656, de 3 de agosto de 2021, Art. 11, inciso XI[2], do Regimento Geral da UNESPAR, e Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 (no que couber) e **considerando** o Parecer nº 019/2025-Projur/Unespar (Fls. 90-91, Mov. 28) e o Despacho da Direção do *Campus* de União da Vitória (Fls. 93, Mov. 30), do Protocolo nº 23.234.382-6,

R E S O L V E:
Art. 1º Designar os servidores: Docente **Deise Borchhardt Moda**, RG 13.xxx.xxx-1, Docente **Éderson José de Lima**, RG nº 7.xxx.xxx-9 (membro) e Agente Universitário **Ericson Raine Prust**, RG nº 12.xxx.xxx-8 (membro), sob a presidência da primeira nomeada, constituírem a **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**, referente ao protocolo nº 23.695.118-9, em razão de supostas irregularidades cometidas pelo servidor L. S. C. ao disposto no incisos III, IV, V, VI, do art. 279, e inciso II do artigo 285, da Lei 6174/70 (Estatuto do Servidor do Paraná), além do contido no Regimento Geral, artigo 131, 132, I, II e IV, e Código de Ética da Unespar, nos artigos 3º, 4º e 5º.
Art. 2º Ficam convocados os membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar indicados acima, para que iniciem os trabalhos, no prazo de 03 (três) dias, contados da publicação deste ato, no Diário Oficial do Estado do Paraná, e concluam em 90 (noventa) dias, a fluir de seu início, consoante com o disposto no art. 134[3] e seguintes da Lei 20.656/21, e art. 12[4] do Decreto Estadual nº 5.792/2012 (no que couber).
Parágrafo único. Nos casos de força maior, esse prazo poderá ser prorrogado, mediante requerimento motivado da comissão, por períodos sucessivos de 30 (trinta) dias, até o máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 369/2025 – REITORIA/UNESPAR.

Registre-se.
Publique-se.

Paranavaí, 14 de abril de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

39665/2025

UNICENTRO

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes RESOLUÇÕES:

107-GR, de 8-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, SES, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, - DEPARTAMENTO:** DEFAR, **GRANDE ÁREA:** Farmácia, **ÁREA OU MATÉRIA: F**armacoterapêutica, Serviços Farmacêuticos e Prescrição Farmacêutica, **RT:** 40, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Farmácia, **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Doutor.

108-GR, de 8-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, SES, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA , - DEPARTAMENTO:**

DEFAR, **GRANDE ÁREA:** Farmácia, **ÁREA OU MATÉRIA:** Farmacoterapêutica, Serviços Farmacêuticos e Prescrição Farmacêutica, **RT:** 40, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Farmácia, **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Doutor.

109-GR, de 8-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, SES, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, - DEPARTAMENTO:** DEFAR, **GRANDE ÁREA:** Farmácia, **ÁREA OU MATÉRIA:** Farmacotécnica, **RT:** 40, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Farmácia, **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Doutor.

111-GR, de 8-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, SES, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, - DEPARTAMENTO:** DEFAR, **GRANDE ÁREA:** Farmácia; **ÁREA OU MATÉRIA:** Farmacoterapêutica, Serviços Farmacêuticos e Prescrição Farmacêutica; **RT:** 40, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Farmácia; **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Doutor.

112-GR, de 8-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, SEHLA, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, - DEPARTAMENTO:** DEPED, **GRANDE ÁREA:** Educação; **ÁREA OU MATÉRIA:** Prática de Ensino de Alfabetização e Letramento; **RT:** 30, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Pedagogia; **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Mestre em Educação, com experiência de no mínimo 2 anos de atuação em escola (sala de aula) nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

124-GR, de 10-4-2025: Autoriza, *ad referendum* do Conselho Universitário, COU, a abertura de vaga para admissão de Professor Colaborador por meio de Teste Seletivo, conforme segue: **SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, SEHLA, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, - DEPARTAMENTO:** DELET **GRANDE ÁREA:** Letras; **ÁREA OU MATÉRIA:** Língua Inglesa; **RT:** 40, **VAGA:** 1, **REQUISITO MÍNIMO GRADUAÇÃO:** Graduado em Letras Inglês; ou Licenciado em Letras Inglês; ou Licenciado em Letras Português Inglês; **REQUISITO MÍNIMO PÓS-GRADUAÇÃO:** Mestre em Letras Inglês e Literaturas Correspondentes; ou Mestre em Estudos Literários; ou Mestre em Estudos Linguísticos; ou Mestre em Estudos da Linguagem

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

39189/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO

O REITOR DA UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a decisão referente conclusão de Sindicância:

Protocolo nº 22.041.787-5, de 18/4/2024 (SID)

Acato o Relatório Final da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 314-GR/UNICENTRO, de 10/3/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11860, de 11/3/2025, no qual concluiu que há indícios de infração ao art. 279, incisos III, VI e XIV, da Lei nº 6.174/1970. Determino a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos legais, para apuração dos fatos com maior precisão.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

39658/2025

UNIOESTE

EXTRATO 013/2025 – UNIOESTE
DIRETORIA DE CONVÊNIOS

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica Nº 02/2025 - Eprotocolo 22.230.345-1 **Partes:** UNIOESTE x UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTIS **Objeto:** Realização de atividades conjuntas de pesquisa cientifica e técnica visando a cooperação cientifica interinstitucional entre partícipes. **Data de Assinatura:** 14/04/2025 **Data de Vigência:** 13/04/2030

39339/2025

Secretaria da Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 001/2025 – CONSEC

Súmula: Aprova o calendário de reuniões ordinárias CONSEC - 2025.

A Secretária de Estado da Cultura, enquanto presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Paraná – CONSEC, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, na 1ª Reunião Ordinária do CONSEC de 2025, em 11 de fevereiro de 2025, conforme ata de reunião, deliberou e aprovou o calendário das Reuniões Ordinárias do CONSEC para o ano de 2025, nos termos do art. 6º, da Lei Estadual nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012:

I – 1ª Reunião Ordinária – 11/02/2025
II – 2ª Reunião Ordinária – 08/04/2025
III – 3ª Reunião Ordinária – 10/06/2025
IV – 4ª Reunião Ordinária – 12/08/2025
V – 5ª Reunião Ordinária – 14/10/2025
VI – 6ª reunião Ordinária – 09/12/2025

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
Secretária de Estado da Cultura

39400/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 002/2025 – CONSEC

Súmula: Aprova criação de Grupo de Trabalho para Plano Setorial da Música

A Secretária de Estado da Cultura, enquanto presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Paraná – CONSEC, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, na 1ª Reunião Ordinária do CONSEC de 2025, em 11 de fevereiro de 2025, conforme ata de reunião, deliberou e aprovou a criação de Grupo de Trabalho para realização da minuta do Plano Setorial da Música.

§ 1º. O Grupo de Trabalho será composto por membros do CONSEC, paritariamente, e poderá contar com o apoio de membros da sociedade civil organizada, conforme modelo de plano de trabalho aprovado pelo GT.

§ 2º. O prazo para entrega da minuta do Plano Setorial da Música pelo GT é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante simples deliberação do CONSEC em reunião ordinária ou extraordinária.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
Secretária de Estado da Cultura

39408/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 003/2025 – CONSEC

Súmula: Aprova remanejamento de recursos PNAB (ciclo 2023) para Edital Paraná Festivais.

A Secretária de Estado da Cultura, enquanto presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Paraná – CONSEC, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, na 1ª Reunião Ordinária do CONSEC de 2025, em 11 de fevereiro de 2025, conforme ata de reunião, deliberou e aprovou o remanejamento, por uso de recursos de rendimento, de valores da Política Nacional Aldir Blanc (ciclo 2023) em favor do Programa Paraná Festivais, majorando o valor do Edital Paraná Festivais em R$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais), tornando o valor disponível para o Edital no total de R$ 8.750.000,00 (oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
Secretária de Estado da Cultura

39421/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2025 – SEDEF
RESULTADO FINAL DA FASE DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, no uso de suas atribuições, aprova o resultado final da fase de avaliação e classificação das propostas do Edital de Chamamento Público n° 001/2025 – SEDEF, que tem for finalidade a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de colaboração com o objetivo execução de serviço de acolhimento institucional na modalidade Residência Inclusiva, com capacidade para atendimento de 10 jovens e adultos com deficiência (18 a 59 anos), de ambos os sexos, em situação de dependência, que não disponham condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, conforme previsto na Tipificação de Serviços Socioassistenciais – Resolução n° 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, torna público o resultado da **fase "A"** do cronograma do referido edital, sendo:

RELAÇÃO DE PROPOSTAS CLASSIFICADAS

Ranking	Pontos	Razão Social	Critério de desempate
1	95	Associação Flávia Cristina de Londrina	Tempo de constituição (conforme item 10.3 do edital)
2	95	Residencia Inclusiva Casa do Dodo	Tempo de constituição (conforme item 10.3 do edital)
3	90	Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial	-
4	82	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matelândia	-
5	75	Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Figueira	-
6	70	APEDEF - Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes	-

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

39317/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2024 – SEDEF
REABERTURA DE PRAZO DE RECURSO

Considerando que algumas propostas apresentadas por Organizações da Sociedade Civil para o Edital de Chamamento Público n° 005/2024 – SEDEF, enquadradas em mesmo Eixo, não foram devidamente identificadas com o símbolo (*) no documento "AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS". O Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, no uso de suas atribuições, resolve reabrir o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, para as Organizações enquadradas na situação acima mencionada.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

39320/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

EDITAL TC Nº 027/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Atonio Fernandes Cardoso	Jacarezinho	151844	22.109.840-4
Casa de Recuperação Amor e Vida	Campina Grande do Sul	149429	20.593.660-2
Geraldo Fonseca	Bandeirantes	154079	22.926.396-0
Geraldo Fonseca	Bandeirantes	154080	22.926.399-4
Gilvano de Conto	Bom Jesus do Sul	165734	22.918.775-9
José Augusto Fernandes	Ribeirão Claro	147329	19.737.476-4
José Lino Pavezi	Jardim Alegre	165935	22.889.281-5
José Lino Pavezi	Jardim Alegre	165937	22.889.404-4
Jucimar Castilho	Campo Magro	145039	18.818.730-7
Luiz José da Silva	Ariranha do Ivai	142205	17.855.269-4
Marcos Kovaliv	Prudentopolis	170156	22.732.943-2
Nairo Gomes de Brito Filho	Rosario do Ivaí	165927	22.848.266-8
Roberson Reixas da Cunha	Figueira	152649	22.415.167-5
Roberson Reixas da Cunha	Figueira	152653	22.415.592-1
Valdecir Andriacci	Candido de Abreu	165906	22.820.090-5

Curitiba, 15 de abril de 2.025.

39550/2025

EDITAL TC Nº 028/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 154078/2024-SID 22.926.392-7/Geraldo Fonseca - CPF/CNPJ: 529.103.009-78 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 154079/2024-SID 22.926.396-0/Geraldo Fonseca - CPF/CNPJ: 529.103.009-78 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 154080/2024-SID 22.926.399-4/Geraldo Fonseca - CPF/CNPJ: 529.103.009-78 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 153823/2024-SID 22.816.220-1/José Henrique Filho - CPF/CNPJ: 173.567.339-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 153363/2024-SID 22.657.877-3/Thiago Alexandre da Silva - CPF/CNPJ: 052.322.179-76 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 167698/2024-SID 22.873.892-1/Rede Alta Materiais Eletricos Ltda - CPF/CNPJ: 09.432.233/0001-38 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 141595/2021-SID 17.643.948-3/Ivan Sass - CPF/CNPJ: 087.100.439-93 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 170156/2024-SID 22.732.943-2/Marcos Kovaliv - CPF/CNPJ: 045.860.149-70 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 165906/2024-SID 22.820.090-5/Valdecir Andriacci - CPF/CNPJ: 373.713.479-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 145039/2022-SID 18.818.730-7/Jucimar Castilho - CPF/CNPJ: 058.593.099-61 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID

16.747.976-6;

AIA 145838/2022-SID 19.167.522-3/Jhonatan José Boeira da Silva - CPF/CNPJ: 052.430.459-93 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 154100/2024-SID 22.960.911-4/Florao Alimentos Ltda - CPF/CNPJ: 69.733.550/0001-43 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 152649/2024-SID 22.415.167-5/Roberson Reixs da Cunha - CPF/CNPJ: 832.328.779-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 152653/2024-SID 22.415.592-1/Roberson Reixs da Cunha - CPF/CNPJ: 832.328.779-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 165927/2024-SID 22.848.266-8/Nairo Gomes de Brito Filho - CPF/CNPJ: 474.145.299-91 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 147329/2022-SID 19.737.476-4/José Augusto Fernandes - CPF/CNPJ: 096.704.629-75 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 153521/2024-SID 22.709.308-0/Aluche Teofilo de Paula - CPF/CNPJ: 074.972.479-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 153522/2024-SID 22.709.368-4/Aluche Teofilo de Paula - CPF/CNPJ: 074.972.479-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 167875/2024-SID 22.898.609-7/Cavalli Comercio de Pneus Ltda - CPF/CNPJ: 00.736.846/0001-94 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 151844/2025-SID 22.109.840-4/Antonio Fernandes Cardoso - CPF/CNPJ: 011.020.529-49 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

Curitiba, 15 de abril de 2.025
39553/2025

EDITAL TC Nº 029/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 165935/2024-SID 22.889.281-4/José Lino Pavezi - CPF/CNPJ: 661.629.639-34 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 165937/2024-SID 22.889.404-4/José Lino Pavezi - CPF/CNPJ: 661.629.639-34 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 167699/2024-SID 22.903.049-3/Adriane Miguel da Cruz - CPF/CNPJ: 33.163.969/0001-32 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 130119/2021-SID 18.422.476-3/Marcos Ropelatto - Me - CPF/CNPJ: 17.205.148/0001-65 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 130140/2021-SID 18.422.538-7/Marcos Ropelatto - Me - CPF/CNPJ: 17.205.148/0001-65 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 167707/2024-SID 22.901.297-5/Gilmar José Massinhani - CPF/CNPJ: 400.645.069-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 160856/2023-SID 20.771.663-4/Lucas Majszak Fernandes - CPF/CNPJ: 058.866.599-19 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 132488/2024-SID 22.672.049-9/Adati Comércio de Combustíveis Ltda - CPF/CNPJ: 05.906.116/0001-08 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 165734/2024-SID 22.918.775-9/Gilvanno de Conto - CPF/CNPJ: 043.946.339-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 153794/2024-SID 22.811.777-3/Evaldo Ferreira Rodrigues - CPF/CNPJ: 460.916.969-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 154328/2024-SID 23.033.603-2/Celso Rodrigo dos Santos Silveira - CPF/CNPJ: 028.108.139-57 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 151205/2024-SID 21.994.781-0/Moacir Urbano - CPF/CNPJ: 448.963.879-53 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 147289/2022-SID 19.720.882-1/Paulo Roberto Pereira - CPF/CNPJ: 032.687.759-26 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 153773/2024-SID 22.806.545-5/Ademir Aparecida de Souza - CPF/CNPJ: 672.660.029-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 153774/2024-SID 22.806.561-7/Ademir Aparecida de Souza - CPF/CNPJ: 672.660.029-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 153775/2024-SID 22.806.621-4/Ademir Aparecida de Souza - CPF/CNPJ: 672.660.029-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 138934/2020-SID 17.133.517-5/Marcos Emerick Nascimento - CPF/CNPJ: 706.352.429-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 146500/2022-SID 19.454.601-7/Ezaias Antonio Morozini - CPF/CNPJ: 463.965.009-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 146501/2022-SID 19.454.602-5/Ezaias Antonio Morozini - CPF/CNPJ: 463.965.099-49 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 147288/2022-SID 19.720.842-2/Gerson Luiz de Andrade - CPF/CNPJ: 690.130.399-87 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

Curitiba, 15 de abril de 2.025

EDITAL TC Nº /2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

AIA /-SID / - CPF/CNPJ: - Aplicação: Programa – Projeto: SID ;

Curitiba, de de 2.025
39555/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 215, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.755.825-1;

RESOLVE

Art. 1º Realocar a servidora Saonara do Rocio Porto, RG nº 3.XXX.802-X, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função de Auxiliar Administrativo, da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Guarapuava – ERGUA para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Paranaguá – ERLIT, para o exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

39591/2025

PORTARIA CONJUNTA IAT/IDR Nº 01, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022; e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR-EMATER, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.553, de 10 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019 e Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021; e

- Considerando a necessidade de revisão da Portaria IAP nº 198/2017, que estabeleceu os procedimentos para manejo florestal da espécie Bracatinga-Mimosa scabrella na região de ocorrência no Estado do Paraná;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.774.310-5,

RESOLVEM:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob coordenação do primeiro, para compor Grupo de Trabalho-GT, com a finalidade de discutir e revisar o estabelecido na Portaria IAP nº 198/2017.

- José Wilson Carvalho - DILIO/DLF (Coordenador)
- Adalberto Carlos Urbanetz - DILIO
- André Luís Mendes de Souza - DILIO/DLF
- Daniela Nicole Ferreira - ERCBA
- Avner Paes Gomes - IDR

Art. 2º Ficará a critério do GT o convite a outros técnicos ou instituições para colaborar nos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

NATALINO AVANCE DE SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

39482/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 210, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o disposto nos artigos nº 307 a 341 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;
- Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012, o qual regulamentou o trâmite administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;
- Considerando a Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre processos administrativos;
- Considerando o contido no processo protocolado sob nº 19.584.559-0;

RESOLVE

Art. 1º Acolher a Informação Jurídica nº 258/2025/SEDEST/AJ juntada no Mov. 70, para declarar a nulidade dos atos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar desde e a notificação da indiciada, visando a adequação do rito para o contraditório e ampla defesa dos servidores indiciados.

Art. 2º Determinar o prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar responsabilidade funcional da servidora abaixo nominada, em face das conclusões apresentadas no relatório final da comissão de Sindicância, designada por meio da Portaria nº 124, de 15 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado, edição Nº 11380, de 16 de março de 2023.

Servidor	RG nº	Dispositivo violado	Penalidade Prevista
Jeruza Wilezilek Ikuno	6.409.592-7	Lei nº 6.174/70, art. 285, I	Lei nº 6174/70, art. 293, III

Art. 3º Autorizar a comissão nomeada a promover o saneamento dos vícios apontados, devendo nortear seus trabalhos amparados na Lei estadual nº 20.656/21, especialmente no tocante ao TÍTULO IV - Dos Procedimentos Administrativos Especiais, devendo, para tanto, ter por subsídio o conteúdo disponibilizado por meio do Projeto Lapidar, detalhado no sítio da Controladoria-Geral do Estado e cujo acesso público e irrestrito se dá por meio do link https://www.cge.pr.gov.br/Pagina/Projeto-Lapidar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

39286/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 211, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o atendimento ao Decreto 8.955/2018 que aprovou o Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais;
- Considerando o Parágrafo único do artigo 1º do Decreto 4.552/2020;
- Considerando o protocolo nº 23.837.933-4,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Bárbara Marques de Latorre Gonçalves, RG nº 6.xxx.281-x, para exercer a função de validadora dos processos executados no sistema de Gestão de Patrimônio Móvel - GPM:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

39288/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 212, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor José Volnei Bisognin, RG nº 6.XXX.115-X, para exercer o cargo de Gerente Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Toledo – ERTOL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT nº 206, de 27 de abril de 2023.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

39531/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 213, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Ivonete Coelho da Silva Chaves, RG nº 1.XXX.794-X, para exercer a função de Diretora de Licenciamento e Outorga – DILIO do Instituto Água e Terra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT n° 13, de 20 de janeiro de 2023.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

39532/2025

Portaria n° 10837/2025/OD-GOUT. Prot. 19.258.909-6. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Neri Jose Laufer - CPF/CNPJ 370.035.009-06. Córrego Leão. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.278.280,01 N 199.734,00 E. Validade 14/06/2030. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 24.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Quatro Pontes.

39489/2025

Portaria n° 10833/2025/OD-GOUT. Prot. 23.105.372-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) MANTIQUEIRA ALIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 04.747.794/0028-22. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.219.251,14 N 214.776,18 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 3.55 m³/h 23:56 horas/dia 30 dias/mês. Município Céu Azul.

39218/2025

Portaria n° 10821/2025/OP-GOUT. Prot. 23.740.756-3. Travessia. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Córrego Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.156.686,00 N 337.732,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Esgotamento sanitário. Município Saudade do Iguaçu.

39220/2025

Portaria n° 10834/2025/OP-GOUT. Prot. 22.397.805-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Refriko Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. - CPF/CNPJ 10.656.672/0004-56. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.161.502,00 N 679.280,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 16.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município São José dos Pinhais.

39439/2025

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Chacara São Francisco, matricula 29.418 Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã.

39233/2025

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

GONÇALVES E TORTOLA S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 218, KM 06.

39231/2025

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

Gilberto Francisco Brittes torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA PRUDENTE DE MORAES, 615 - AP. 1201.

39230/2025

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ORLANDO PERIOTTO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para IRRIGAÇÃO TIPO PIVÔ LINEAR a ser implantada Endereco:Fazenda São João Bosco, matrícula 20.394 Bairro:RURAL Cep:87990000 Município:Diamante do Norte.

39229/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANA EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8967 com validade até 14/04/2030, para Explotação a ser implantada na Endereco:CAPITAO LEONARDO GRAZIANO 855 Bairro:PORTO DAS LARANJEIRAS Cep:83703080 Município:Araucária no município de Araucária/PR.

39235/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8965 com validade até 14/04/2029, para Rodovias a ser implantada na Endereco:AVENIDA REMIS JOAO LOSS, 600 no município de Fernandes Pinheiro/PR.

39232/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença de Instalação - LI nº 24280 com validade até 14/04/2028, para Explotação a ser implantada na Endereco:SUB SEDE- 50º PERIMETRO DA FAZENDA BRITÂNIA Bairro:ZONA RURAL Cep:85892000 Município:Santa Helena no município de Santa Helena/PR.

39234/2025



Secretaria da Educação

Anulação de Registro de DIPLOMAS Nº 4339, publicado no DOE - 10781
Amparado pela Resolução Secretarial 1860/2002, Art.5

Código do Município: 2840
Nome do Município: UNIAO DA VITORIA
Código do Estabelecimento: 21926
Nome do Estabelecimento: LAURO M SOARES, C E DR-EF M PROFIS
Nome do Curso:

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
BIANCA NUNES DE FARIA	133405232PR	1125	28400010C001	48	05/12/2024	2019

UNIAO DA VITORIA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): THAIS ANGELICA DE ARAUJO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº 2529/2016 DATA: 01/07/2016
Nome do(a) Diretor(a):
Nº Ato do(a) Diretor(a):

39510/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4335 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6485
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS RUI BARBOSA
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
KELI CRISTINA RIPKA	104288561PR	333	069006485D001	47	03/07/2024	2024

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA IVONETE FAGUNDES
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/03/2025
Nome do(a) Diretor(a): EVALDO BENEDITO GRABOSKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/09/1997

39483/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4324 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JAQUELINE GALVÃO DE OLIVEIRA	99452935PR	754	069025617D003	98	10/06/2024	2024

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2021 Data Ato: 08/12/2021

39268/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4340 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7017
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EPICOS
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA QUEIROZ DA SILVA	9.398.392-0PR	156	069007017C001	7	03/04/2025	2023
AMANDA MARTINS DE MELO	21.099.660MG	177	069007017C001	11	07/04/2025	2024
ANA LUIZA DOS SANTOS DUMA	14.785.966-0PR	178	069007017C001	11	07/04/2025	2024
ANA PAULA FERNANDES DIAS	8217283-1PR	179	069007017C001	11	07/04/2025	2024
BRUNA ROSA MACHADO	14.340.314-9PR	175	069007017C001	10	07/04/2025	2024
DIONEI LARA DA ROSA	10450625-9PR	173	069007017C001	10	07/04/2025	2024
EDUARDO CRUZ ESMORY PEREZ	16.692.531-2PR	174	069007017C001	10	07/04/2025	2024
ELENARA RAMOS VIL CARDOSO	12606137-4PR	167	069007017C001	9	05/04/2025	2024
ESDILENE JENIFFER DA SILVA	11007331-3PR	161	069007017C001	8	05/04/2025	2024
FABIANI SANTOS BARBOSA	7.633.152-9PR	172	069007017C001	10	07/04/2025	2024
GABRIELA DE RAMOS FONTES	15.340.920-0PR	160	069007017C001	7	05/04/2025	2024
HELOYSA SANTOS ARMSTRONG	13.725.153-1PR	185	069007017C001	12	12/04/2025	2024
JESSICA DANIELE MARTINS DA SILVA	36.267.167-9SP	176	069007017C001	11	07/04/2025	2024
JHENIFFER DOS SANTOS GONÇALVES	13.758.321-6PR	166	069007017C001	9	05/04/2025	2024
LUIZ ANTONIO LEITE VITORINO	14.374.077-3PR	182	069007017C001	12	07/04/2025	2024
MARIA SOLANGE FELIX DA SILVA GOMES	14.590.687-3PR	162	069007017C001	8	05/04/2025	2024
MARTHA SOFIA DOS SANTOS	9192464-1PR	164	069007017C001	8	05/04/2025	2024
MICHELE ADRIANE DA SILVA	9828442-7PR	184	069007017C001	12	08/04/2025	2024
NICOLY EVELIN DO NASCIMENTO RODRIGUES	14.861.007-0PR	165	069007017C001	8	05/04/2025	2024
SABRINA RATZK SEIXAS	13.872.464-6PR	181	069007017C001	12	07/04/2025	2024
SAMARA BRAGA VILHENA JULHO	13169316-8PR	180	069007017C001	11	07/04/2025	2024
SELENA ROGERIO DOS SANTOS	13.926.071-6PR	170	069007017C001	9	07/04/2025	2022
SHEILA FORTUNATO FERNANDES DA SILVA	9.100.540-9PR	163	069007017C001	8	05/04/2025	2024
STELLA IENKE BORGES	15.673.338-5PR	168	069007017C001	9	05/04/2025	2024
VINGÉLIA DA SILVA GOMES	9.964.432-0PR	183	069007017C001	12	07/04/2025	2024
YASMIN ANSELMINI ZANIN	13.830.458-2PR	159	069007017C001	7	05/04/2025	2024

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): EDERSON JOSE DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 12/2024 data do ato 23/01/2025
Nome do(a) Diretor(a): FABINE MILARCH DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 05/2011 Data Ato :05/2011

39533/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4337 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 13867
Nome do Estabelecimento: REENSINO, C-E PROFIS NORMAL
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N	Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
LUCIMARA RODRIGUES SOLA	71703878PR	3		138013867C001	1	10/04/2025	2003

LONDRINA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): JEFERSON BATISTA DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 4401/2011 - DOE DE 28/10/2011
Nome do(a) Diretor(a): JÉSSICA ELIZABETH GONÇALVES PIERI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 069/2023 - DOE DE 05/01/2023

39505/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4327 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 830
Nome do Município: FOZ DO IGUACU
Código do Estabelecimento: 8120
Nome do Estabelecimento: ALMIRO SARTORI, C E-EF M
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC DESE SIST-ET IC

Nome do Aluno	RG	N	Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANAHY LUNA GOMES TSUCHIYA	14.457.447-8PR	2		083008120D001	1	10/04/2025	2024
ANDRESSA BRAZ DOS SANTOS	12049306946PR	3		083008120D001	1	10/04/2025	2024
CAUA ANTONY DE MORAIS BRITES	146974252PR	4		083008120D001	1	10/04/2025	2024
CLEITON CRISTIANO VIEIRA	14.313.218-8PR	5		083008120D001	1	10/04/2025	2024
CRISTIAN KNOLL ALLOU	12.438.614-4PR	6		083008120D001	2	10/04/2025	2024
DANIELA MARIA DA SILVA	135906883PR	7		083008120D001	2	10/04/2025	2024
DAVID DE OLIVEIRA MACHADO	13.680.957-1PR	8		083008120D001	2	10/04/2025	2024
DEBORA ALVES GALDINO	15.158.654-6PR	9		083008120D001	2	10/04/2025	2024
EDUARDO HENRIQUE BRITES	150161770PR	10		083008120D001	2	10/04/2025	2024
ENRIQUE GABRIEL ALVES DE ANDRADE	12.418.734-6PR	11		083008120D001	3	10/04/2025	2024
EVELYN BONFIM CAMARGO	14.732.812-5PR	12		083008120D001	3	10/04/2025	2024
FELIPE VINCHIGUERRA	15.177.029-0PR	13		083008120D001	3	10/04/2025	2024
FERNANDA TAUSCHER DA SILVA	12.599.245-5PR	14		083008120D001	3	10/04/2025	2024
GUSTAVO HENRIQUE SBARDELOTO ROCHA	13.506.683-4PR	15		083008120D001	3	10/04/2025	2024
HELLEN GABRIELY RIBEIRO	148173966PR	16		083008120D001	4	10/04/2025	2024
HELOISA SILVA ROSA	15.176.998-5PR	17		083008120D001	4	10/04/2025	2024
KESIA MARIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	146306845PR	18		083008120D001	4	10/04/2025	2024
LARISSA CARNEIRO RIBEIRO	151586384PR	19		083008120D001	4	10/04/2025	2024
LARISSA RAIANE FRANCO VISOLI	14.641.945-3PR	20		083008120D001	4	10/04/2025	2024
MARIELLY EDUARDA BARTOFOSQUI	12.934.127-0PR	21		083008120D001	5	10/04/2025	2024
MILLENA LOURENCO REGO	147912668RJ	22		083008120D001	5	10/04/2025	2024
OSEIAS FERNANDO DE LIMA PIMENTA	54.355.306-1SP	23		083008120D001	5	10/04/2025	2024
RAFAELLA RIOS BATISTA	129520043PR	24		083008120D001	5	10/04/2025	2024
STEFANNI KAMILY DE OLIVEIRA	14.809.168-4PR	25		083008120D001	5	10/04/2025	2024
VITOR RICARDO DA SILVA	13.236.436-2PR	26		083008120D001	6	10/04/2025	2024

FOZ DO IGUACU, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): CARLA LARA DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 03865
Nome do(a) Diretor(a): JANINHA DA ROCHA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03769

39306/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4326 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1950
Nome do Município: PINHAO
Código do Estabelecimento: 10871
Nome do Estabelecimento: MARIO EVALDO MORSKI, C E PROF-EF M N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
DIZIELI NUNES RAMOS	102131401PR	138	195010871D001	7	14/04/2025	2019
FELITA THAIS APARECIDA AMARAL	138114856PR	139	195010871D001	7	14/04/2025	2019

PINHAO, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ROSICLEIA DAMAZIO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº nº 00447
Nome do(a) Diretor(a): JULIANA OLIVEIRA DE PAULA FRANCESCONI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01225

39301/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4329 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1790
Nome do Município: PALMEIRA
Código do Estabelecimento: 18551
Nome do Estabelecimento: ALBERTO GONCALVES, C E D-EF M PROFIS N
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC ADMINISTR-ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
RICHARD MAGALHAES FERREIRA	148069034PR	143	179018551D001	22	02/04/2025	2024
SILVIO ROMEU CORDEIRO JUNIOR	14.711.812-0PR	144	179018551D001	22	02/04/2025	2024
TAYNA RAIANY CAMARGO DE OLIVEIRA	15.673.799-51PR	145	179018551D001	22	02/04/2025	2024
THIAGO SCHIMANSKI	14.572.961-0PR	146	179018551D001	23	02/04/2025	2024
VALDEREIS MAIARA LOURENÇO CAMARGO	150443725PR	147	179018551D001	23	02/04/2025	2024
WILLIAM RODRIGUES BONATO	137295318PR	148	179018551D001	23	02/04/2025	2024
YASMIN FERNANDA CORDEIRO	15.209.305-5PR	149	179018551D001	23	02/04/2025	2024

PALMEIRA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO CZELUSNIAK
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 06958
Nome do(a) Diretor(a): LIVINGSTON GARCIA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03769

39315/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4331 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 850
Nome do Município: FRANCISCO BELTRAO
Código do Estabelecimento: 9031
Nome do Estabelecimento: MARIO DE ANDRADE, C E-EF M N PROF
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AMANDA DRZERMISKI	144142144PR	196	085009031D001	2	14/04/2025	2024
ARACELI APARECIDA HONORATO	9146402 0PR	197	085009031D001	2	14/04/2025	2024
CLEUZY MARIA SOARES DOS SANTOS	4880376-8PR	198	085009031D001	2	14/04/2025	2024
CRISTIANE TAVARES	28300390SP	199	085009031D001	2	14/04/2025	2024
DAIANE RIBEIRO GODINHO	10.846.370-8PR	200	085009031D001	2	14/04/2025	2024
ELIANE BEATRIS CISMOSKI DA SILVA	7.084.241-6PR	201	085009031D001	3	14/04/2025	2024
ELIAS DE SOUSA DIAS	7470323PA	202	085009031D001	3	14/04/2025	2024
ESDRAS JOSE DO NASCIMENTO	10.301.919PE	203	085009031D001	3	14/04/2025	2024
JAIR DOS SANTOS MALAGUTI	8111347657RS	204	085009031D001	3	14/04/2025	2024

JENIFER IVANIR DA SILVA PADILHA	10.728.655-1PR	205	085009031D001	3	14/04/2025	2024
MARCUS VINICIUS WEINGARTNER	5.650.798SC	206	085009031D001	4	14/04/2025	2024
MARIA JACIONE SANTOS DA SILVA	6.613.895SC	208	085009031D001	4	14/04/2025	2024
WILLIAM ALEXANDER MOLINA VALERA	V14929564	207	085009031D001	4	14/04/2025	2024

FRANCISCO BELTRAO, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): RUDICIR TEREZINHA CICHOSKI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 00346
Nome do(a) Diretor(a): MARCOS ANTONIO BEVILAQUA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00630

39335/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4328 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18724
Nome do Estabelecimento: POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM EDIFICACOES-SUBS ET INF

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
DAVID GARCIA VALENTIM	123933940PR	22	201018724D001	1	13/01/2025	2024
GABRIEL MATEUS PEDROZA SANTOS	10.214.302-7PR	23	201018724D001	1	13/01/2025	2024
GUILHERME CÉZAR DA CRUZ	143058794PR	24	201018724D001	1	13/01/2025	2024
JOSE ELTON ANDRZEGESKI	7.978.116-9PR	25	201018724D001	1	13/01/2025	2024
JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS DAS NEVES	12.628.649-0PR	26	201018724D001	2	10/04/2025	2024
JOSE LUCAS DA SILVA	45171280PR	27	201018724D001	2	10/04/2025	2024
JOSE WILLIAM VAZ	10.158.228-0PR	28	201018724D001	2	10/04/2025	2024
LARYSSA BRAGA SANTOS	139028023PR	29	201018724D001	2	10/04/2025	2024
LUANA MACHADO SAMPAIO VIEIRA	13.176.722-6PR	30	201018724D001	2	10/04/2025	2024
LUAN GABRIEL VALENTIM	146281265PR	31	201018724D001	3	10/04/2025	2024
LUIZ RICARDO KOZLOWSKI CORDEIRO	11.074.002-6PR	32	201018724D001	3	10/04/2025	2024
MARCOS ROBERTO DE SOUZA	9.762.523-9PR	33	201018724D001	3	10/04/2025	2024
PATRICK OLIVEIRA DE LIMA	15.127.655-5PR	34	201018724D001	3	10/04/2025	2024
ROSANGELA DE ASSUMPÇÃO	2.032.185-7PR	35	201018724D001	3	10/04/2025	2024
THANY CRISTINE GONÇALVES MESSIAS	164902277SP	36	201018724D001	4	10/04/2025	2024
WELLINGTON CAMARGO LOPES	126202270PR	37	201018724D001	4	10/04/2025	2024
WILSON DE CASTRO MENEZES NETO	09.454.089-60BA	38	201018724D001	4	10/04/2025	2024

PONTA GROSSA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ANDRESSA CRISTINA WAGNITZ NEVES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 00504
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FABIANO DOS ANJOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00130

39312/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4341 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7017
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EPICOS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AMANDA MARTINS DE MELO	21.099.660MG	336	069007017D001	28	07/04/2025	2025
ANA LUIZA DOS SANTOS DUMA	14.785.966-0PR	337	069007017D001	28	07/04/2025	2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANA PAULA FERNANDES DIAS	8217283-1PR	338	069007017D001	28	07/04/2025	2025
BRUNA ROSA MACHADO	14.340.314-9PR	334	069007017D001	27	07/04/2025	2025
DIONEI LARA DA ROSA	10450625-9PR	332	069007017D001	27	07/04/2025	2025
EDUARDO CRUZ ESMORY PEREZ	16.692.531-2PR	333	069007017D001	27	07/04/2025	2025
FABIANI SANTOS BARBOSA	7.633.152-9PR	331	069007017D001	27	07/04/2025	2025
HELOYSA SANTOS ARMSTRONG	13.725.153-1PR	346	069007017D001	30	12/04/2025	2025
JESSICA DANIELE MARTINS DA SILVA	36.267.167-9SP	335	069007017D001	27	07/04/2025	2025
LUIZ ANTONIO LEITE VITORINO	14.374.077-3PR	343	069007017D001	29	07/04/2025	2025
NICOLY EVELIN DO NASCIMENTO RODRIGUES	14.861.007-0PR	325	069007017D001	25	05/04/2025	2025
PAULO RICARDO CARDOSO DOS SANTOS	13.785.214-4PR	340	069007017D001	28	07/04/2025	2025
SABRINA RATZK SEIXAS	13.872.464-6PR	342	069007017D001	29	07/04/2025	2025
SAMARA BRAGA VILHENA JULHO	13169316-8PR	339	069007017D001	28	07/04/2025	2025
VINGÉLIA DA SILVA GOMES	9.964.432-0PR	344	069007017D001	29	07/04/2025	2025

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): EDERSON JOSE DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 12/2024 data do ato 23/01/2025
Nome do(a) Diretor(a): FABINE MILARCH DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 05/2011 Data Ato :05/2011

39549/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4332 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2830
Nome do Município: UMUARAMA
Código do Estabelecimento: 21292
Nome do Estabelecimento: HILDA TRAUTWEIN KAMAL, C E PROFA-EF M P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
LUCINÉIA MORAES DOS SANTOS	75973063PR	263	283021292D001	1	10/04/2025	2019

UMUARAMA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ROSEMARI APARECIDA DA SILVA BROGIATO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01963
Nome do(a) Diretor(a): JEFFERSON HENRIQUE TRENTO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00105

39336/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4325 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 830
Nome do Município: FOZ DO IGUACU
Código do Estabelecimento: 8122
Nome do Estabelecimento: JORGE SCHIMMELPFENG, C E-EF M P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MIRIAN LUCIA DA SILVA GONZALEZ	5632410PR	156	083008122D001	13	03/04/2025	2021

FOZ DO IGUACU, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): LUCIELE TERHORST MAGALHAES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 04391
Nome do(a) Diretor(a): VERA LUCIA SANTOS ROCHA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01846

39295/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4342 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 20103124
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE EDUC PROFIS PROZ DE CURITIBA
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
EDUARDA ESTIVALETE MULLER	150196965PR	17	069020103124D001	3	10/04/2025	2024
ESTEFANIA PEREIRA DA ARAUJO	124244846PR	18	069020103124D001	3	14/04/2025	2024
JULIANA LUIZE MACIEL	95306462	19	069020103124D001	3	14/04/2025	2024
PAULA REGINA FERREIRA DOS SANTOS ARRUDA	04435317907PR	20	069020103124D001	3	14/04/2025	2024

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): VINICIUS DA SILVA PAEZ
Nº Ato do(a) Secretário(a): 03/2024 | 08/08/2024
Nome do(a) Diretor(a): NILTON AMATO JUNIOR
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº 02/2024 Data: 25/11/2024

39570/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4333 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1830
Nome do Município: PARANACITY
Código do Estabelecimento: 16140
Nome do Estabelecimento: ANTONIO TORTATO, C E-EM N PROFIS
Nome do Curso: TEC EM SECRETARIADO-SUBS ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALÍCIA APARECIDA ALVES SARAIVA	13.542.548-6PR	73	183016140D001	5	11/04/2025	2021
ANA BEATRIZ BULHÕES DE OLIVEIRA	13.709.196-8PR	55	183016140D001	1	10/04/2025	2020
ANA GABRIELLE DA SILVA	142682770PR	74	183016140D001	5	11/04/2025	2021
BRUNA MOREIRA DOS SANTOS	132281777PR	56	183016140D001	2	10/04/2025	2013
CICERA APARECIDA GOMES DA SILVA	6.605.407-1PR	72	183016140D001	5	11/04/2025	2020
DAYANNE GERALDI GARCIA	10.050.100-7PR	57	183016140D001	2	11/04/2025	2020
ELIZABETE APARECIDA GALDINO	48454682PR	75	183016140D001	5	11/04/2025	2021
FRANCIELE APARECIDA MARQUES	11.000.845-7PR	58	183016140D001	2	11/04/2025	2020
GABRIELA HENRIQUE PAIVA	14.684.451-0PR	76	183016140D001	6	11/04/2025	2021
GLEYCE KELLY DE SANTANA	93086708PR	59	183016140D001	2	11/04/2025	2020
INGRID KAIOLANE APARECIDA DOS SANTOS	144422864PR	60	183016140D001	2	11/04/2025	2020
JAÍNE MARIA DE JESUS MAIER	108728477PR	61	183016140D001	3	11/04/2025	2020
JORCEANE BULHÕES DE OLIVEIRA	13.258.255-6PR	62	183016140D001	3	11/04/2025	2020
JOSÉ LUCAS AMORIM SANTOS	127668361PR	63	183016140D001	3	11/04/2025	2020
KAUANA MENDES RODRIGUES	151409903PR	64	183016140D001	3	11/04/2025	2020
LAIANE VITORIA SANTOS	107492135PR	65	183016140D001	3	11/04/2025	2020
LUANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	125493165PR	66	183016140D001	4	11/04/2025	2020
NADJA EMIDIO DA SILVA	8463372PE	77	183016140D001	6	11/04/2025	2021
RAFAEL YUJI ALBUQUERQUE	13.651.365-6PR	78	183016140D001	6	11/04/2025	2021
SAMARA LAÍS TOMAZ DA COSTA	14.867.864-2PR	79	183016140D001	6	11/04/2025	2021
SANDRA MARA RODRIGUES	89288924PR	67	183016140D001	4	11/04/2025	2020
VALERIA SILVERIA DOS SANTOS RODRIGUES	10.872.862-0PR	68	183016140D001	4	11/04/2025	2020
VALQUIRIA DOS SANTOS	103011787PR	69	183016140D001	4	11/04/2025	2020
VANESSA MOREIRA DOS SANTOS	13.265.687-8PR	70	183016140D001	4	11/04/2025	2020
VITÓRIA LAIZ DE OLIVEIRA DA CUNHA	13.943.744-6PR	71	183016140D001	5	11/04/2025	2020

PARANACITY, 15 de Abril de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): JOAO EDSON GRANDE
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº nº 00137
Nome do(a) Diretor(a): ELIZANGELA SABATER MOREIRA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01159

39342/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4330 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2730
Nome do Município: TELEMACO BORBA
Código do Estabelecimento: 19587
Nome do Estabelecimento: WOLFF KLABIN, C E-EF M N PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
EVELYN DANUBIA SCHWICHTEMBERG FELIX DA SILVA	134249889PR	130	273019587D001	14	14/03/2025	2021

TELEMACO BORBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): LARISSA FRANCIELY SOARES LIMA DE SOUZA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01055
Nome do(a) Diretor(a): JAQUELINE ECKERMANN
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00130

39330/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4336 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 30067
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS GRAU TECNICO-PORTAO
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MIRIAN STEFANI LOURENÇO MARTINS CORREIA	165664990PR	294	069030067D001	8	01/11/2024	2024

CURITIBA, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ALESSANDRA GUIMARÃES
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO 01/2023 DE 23/03/2023
Nome do(a) Diretor(a): JULIO CESAR BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 01/2021 Data Ato :18/03/2021

39503/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4343 - 15/04/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 420
Nome do Município: CAMPO LARGO
Código do Estabelecimento: 2066
Nome do Estabelecimento: SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
SOLANGE LAU	94547296PR	306	042002066D001	6	08/03/2024	2022

CAMPO LARGO, 15 de Abril de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARLENE BUWAI LUCIF
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 04391
Nome do(a) Diretor(a): LUCIA STARON
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03802

39628/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 134 DE 11/04/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCIA REGINA GAVINO MENDES				90	13/02/2011	12/02/2016	11/04/2025	09/07/2025
20465514	1	NIII10	238051428					
DIANA MARIA HOFFMANN				90	01/12/2008	30/11/2013	11/04/2025	09/07/2025
39619474	3	NIII11	236560430					
NEUCI NUNES CARNEIRO DOS SANTOS				90	01/07/2010	30/06/2015	11/04/2025	09/07/2025
52029295	1	NAXII	235914549					

38777/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 135 DE 11/04/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CLAUDIO HIBNER	62569727	99	NII11	238001862	27/03/2025	26/03/2027	730
ELIANA SANTIAGO GONCALVES EDMUNDO	75800320	2	NIII11	238160405	27/05/2025	26/05/2027	730

38779/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 23.691.750-9

Assunto: Retorno de servidora afastada para prestar serviço em Zona Eleitoral.

I. FORMALIZO o retorno, a partir de 20 de março de 2025, da servidora Karina Aparecida Christoni Morales, RG n.º 10.966.846-0, Agente Educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, às suas funções na rede pública estadual de ensino, conforme Termos de Reassunção e de Exercício às movs. 2 e 3 do protocolado em epígrafe, a qual prestava serviço na 21.ª Zona Eleitoral de Siqueira Campos, cujo afastamento foi autorizado mediante Despacho publicado no Diário Oficial do Estado n.º 11.739, em 5 de setembro de 2024.

II. Publique-se.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

39270/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 2.062/2025 – GS/SEED

Súmula: Aprova o Plano Estratégico de uso das Inteligências Artificiais da Secretaria de Estado da Educação.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando o contido no protocolado n.º 23.609.115-5,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano Estratégico de Uso das Inteligências Artificiais na Secretaria de Estado da Educação, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 2.062/2025 – GS/SEED

PLANO ESTRATÉGICO DE USO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS
Março/2025

Resumo de Versões

Documento: Plano_Estratégico_de_Uso_das_IAs_na_SEED.doc
Número de Páginas: 20

Data	Versão	Descrição	Autores
07/03/2025	1.0	Versão Inicial	Adilson Carlos Batista Ailton Lopes Andrea da Silva Castagini Padilha

Secretário da Educação
Roni Miranda Vieira

Diretor-Geral
João Luiz Giona Junior

Diretor de Tecnologia e Inovação
Cláudio Aparecido de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Este Plano Estratégico de Uso das Inteligências Artificiais tem como objetivo apresentar a Inteligência Artificial (IA) e suas aplicações no contexto educacional, destacando seu potencial como uma tecnologia emergente e transformadora a partir dos eixos: **eficiência operacional**, **melhoria da gestão educacional** e **inovação pedagógica**. A IA representa um avanço significativo na forma como as pessoas interagem com a informação, produzem conhecimento e realizam tarefas cotidianas, o que a torna uma ferramenta com capacidade de impactar profundamente os processos educacionais.

A Inteligência Artificial, entendida como o campo da ciência da computação dedicado ao desenvolvimento de sistemas capazes de simular habilidades cognitivas humanas, tem como propósito criar soluções que realizem atividades tradicionalmente executadas por pessoas. Entre essas atividades, destacam-se o reconhecimento de voz e imagem, a análise de grandes volumes de dados, o aprendizado contínuo, o planejamento estratégico e a resolução de problemas complexos. Embora o interesse pela IA tenha crescido exponencialmente nos últimos anos, trata-se de um campo de estudo que remonta à década de 1940, com avanços científicos e tecnológicos que culminaram nas inovações hoje amplamente difundidas (PARANÁ, 2024).

No âmbito das instituições educacionais, a IA tem se consolidado como um recurso de grande valor, oferecendo possibilidades diversas para aprimorar a gestão, a eficiência operacional e a inovação pedagógica. No entanto, para que seu potencial seja plenamente explorado, é fundamental que os profissionais da educação compreendam suas funcionalidades, limites e implicações, além de estabelecerem diretrizes claras para seu uso ético, adequado e eficiente. Conforme destacado no Plano de Diretrizes de Inteligência Artificial da Administração Pública Estadual (PARANÁ, 2024), a IA tem sido alvo de estudos e desenvolvimentos desde meados do século XX, mas foi nas últimas décadas que seu uso prático e aplicações ganharam escala exponencial, transformando setores diversos, incluindo a educação.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Estado do Paraná, este documento apresenta orientações para o uso da Inteligência Artificial no contexto educacional, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação – SEED PR. Além disso, busca analisar e propor encaminhamentos que atendam às demandas da instituição, considerando a repercussão dessa tecnologia nos processos educacionais, a melhoria da gestão escolar e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

2. BREVE HISTÓRICO DAS IA

A história da Inteligência Artificial (IA) remonta a meados do século XX, quando pesquisadores começaram a explorar a possibilidade de criar máquinas capazes de simular a inteligência humana. Um dos marcos iniciais foi o trabalho de Alan Turing, que em 1950 propôs o famoso "Teste de Turing" em seu artigo "Computing Machinery and Intelligence". Turing questionava se as máquinas poderiam "pensar" e sugeriu um método para avaliar a inteligência de uma máquina com base em sua capacidade de se passar por um ser humano em uma conversa. Paralelamente, o desenvolvimento de computadores como o Colossus, usado para decifrar códigos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, e o ENIAC, um dos primeiros computadores eletrônicos programáveis, pavimentou o caminho para a computação moderna.

O nascimento oficial da IA como campo de estudo ocorreu em 1956, durante a Conferência de Dartmouth, organizada por John McCarthy, Marvin Minsky, Nathaniel Rochester e Claude Shannon. Foi nesse evento que o termo "Inteligência Artificial" foi cunhado. Os pioneiros da IA tinham objetivos ambiciosos, acreditando que máquinas poderiam replicar a inteligência humana em poucas décadas, o que levou a investimentos significativos em pesquisa. Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram os primeiros sistemas especialistas, como o ELIZA (1966), criado por Joseph Weizenbaum, que simulava uma psicoterapeuta e impressionava pela capacidade de manter conversas simples. No entanto, a IA enfrentou limitações devido à falta de poder computacional e dados suficientes, resultando em períodos de redução no financiamento e interesse, conhecidos como o "Inverno da IA".

A década de 1980 marcou um renascimento da IA, com o desenvolvimento de algoritmos de aprendizado de máquina, como redes neurais artificiais e métodos de aprendizado por reforço. Sistemas especialistas foram amplamente adotados em áreas como medicina e finanças, impulsionando o interesse comercial na tecnologia. Nos anos 1990 e 2000, a IA alcançou avanços significativos, como a vitória do computador *Deep Blue* da IBM sobre o campeão mundial de xadrez Garry Kasparov em 1997, um marco na capacidade das máquinas de resolver problemas complexos. Além disso, o aumento na disponibilidade de dados e o avanço da computação em nuvem permitiram o treinamento de modelos mais sofisticados.

Na era moderna, a partir de 2010, técnicas como o *deep learning* (aprendizado profundo) revolucionaram a IA permitindo avanços em reconhecimento de imagem, processamento de linguagem natural e muito mais. A IA está presente em diversas aplicações, desde

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

assistentes virtuais como Siri e Alexa até carros autônomos, sistemas de recomendação personalizada (Netflix, Spotify) e diagnósticos médicos. No entanto, o crescimento da IA também trouxe à tona questões éticas, como viés algorítmico e privacidade, levando a debates sobre regulamentação e uso responsável dessa tecnologia.

Nesse sentido, como documento de orientação, este Plano Estratégico de Uso das Inteligências Artificiais é uma forma de contribuir com os usuários deste sistema inovador de pesquisa e aperfeiçoamento de informações no âmbito da SEED.

3. POR QUE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ?

A Inteligência Artificial (IA), compreendida como um recurso transformador dentro dos departamentos da SEED, possibilita a otimização de processos, aumentando a eficiência, além de apoiar a tomada de decisões estratégicas, considerando-se o manuseio de documentos oficiais, planilhas de dados, montagem de processos e a integração de diferentes sistemas. De forma geral e abrangente, é possível se beneficiar do uso da IA nas seguintes situações:

3.1 Gestão de Documentos Oficiais

- Classificação e organização automática: a IA pode ser usada para classificar, organizar e indexar documentos oficiais de forma automática, utilizando técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN). Isso facilita a recuperação de informações e reduz o tempo gasto na busca por documentos específicos.
- Análise de conteúdo: ferramentas de IA podem analisar documentos para identificar padrões, extrair informações relevantes e até mesmo detectar inconsistências ou erros, garantindo maior precisão e qualidade nos processos.
- Tradução automática: em contextos de diversidade linguística, a IA pode traduzir documentos para diferentes idiomas, facilitando a comunicação e a inclusão.

3.2 Análise de planilhas de dados

- Processamento e limpeza de dados: a IA pode automatizar a limpeza e a organização de grandes volumes de dados em planilhas, identificando e corrigindo erros, preenchendo lacunas e padronizando formatos.
- Análise preditiva: algoritmos de IA podem analisar dados históricos para prever tendências, como evasão escolar, desempenho dos estudantes ou necessidades de recursos, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.
- Visualização de dados: ferramentas de IA podem gerar *dashboards*[1] e gráficos interativos, facilitando a interpretação de dados complexos e a comunicação de percepções para gestores e equipes.

3.3 Montagem de Processos

- Automação de fluxos de trabalho: a IA pode automatizar processos burocráticos, como a montagem e o encaminhamento de processos internos, reduzindo o tempo e o esforço necessários para concluir tarefas repetitivas.
- Verificação de conformidade: algoritmos de IA podem verificar se os processos estão em conformidade com normas e regulamentações estabelecidas, identificando possíveis irregularidades antes da finalização.
- Assistência inteligente: *Chatbots*[2] e assistentes virtuais podem auxiliar os funcionários na montagem de processos, fornecendo orientações em tempo real e respondendo a dúvidas frequentes.

3.4 Integração de Sistemas

- Interoperabilidade: a IA pode facilitar a integração de diferentes sistemas utilizados pela SEED, permitindo que dados fluam de forma mais eficiente entre plataformas, ~~e~~ reduzindo-se assim a redundância de informações.
- Monitoramento em tempo real: sistemas de IA podem monitorar o desempenho de diferentes sistemas, identificando falhas ou gargalos e sugerindo correções proativas.
- Segurança de dados: a IA pode ser usada para detectar atividades suspeitas ou tentativas de acesso não autorizado, fortalecendo a segurança dos dados sensíveis da Secretaria.

3.5 Apoio à gestão educacional

- Personalização de políticas: a IA pode analisar dados educacionais para identificar necessidades específicas de escolas, regiões ou grupos de estudantes, ajudando a criar políticas públicas mais direcionadas e eficazes.
- Otimização de recursos: algoritmos de IA podem auxiliar na alocação de recursos, como materiais didáticos, transporte escolar e infraestrutura, com base em demandas reais e previsões de uso.
- *Feedback* **contínuo:** a IA pode fornecer *feedback* em tempo real sobre o desempenho de programas e iniciativas, permitindo ajustes rápidos e melhoria contínua.

3.6 Atendimento e comunicação

- *Chatbots* **para atendimento:** baseados em IA, *chatbots* podem atender a consultas de servidores, professores, estudantes e pais, respondendo a perguntas frequentes e direcionando demandas complexas para os setores responsáveis.
- Análise de sentimentos: a IA pode analisar feedbacks e reclamações, identificando temas recorrentes e áreas que necessitam de atenção prioritária na SEED.

3.7 Formação e Capacitação de Profissionais

- Plataformas de aprendizado adaptativo: a IA pode ser usada para criar programas de capacitação personalizados para os profissionais da educação, ajustando o conteúdo com base nas necessidades individuais de aprendizado.
- Recomendação de recursos: sistemas de IA podem sugerir materiais de estudo, cursos e ferramentas relevantes para os servidores, com base em suas funções e interesses.
Com tudo isso, a IA tem o potencial de revolucionar a gestão e a operação dos departamentos, trazendo eficiência, precisão e inovação para processos que vão desde a gestão de documentos até a análise de dados e a integração de sistemas. No entanto, é crucial que sua implementação seja feita de forma ética, transparente e inclusiva, garantindo que os benefícios sejam acessíveis a todos e que vieses algorítmicos sejam minimizados. Com o uso estratégico da IA, a Secretaria pode não apenas otimizar suas operações internas, mas também promover uma educação pública mais equitativa e de qualidade.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETIVO SMART PARA O USO DAS IA NA SEED/PR

Para especificar a utilização estratégica da IA na SEED, o quadro a seguir apresenta os objetivos SMART – ferramenta utilizada para definir metas de forma clara, eficaz e realista. A sigla SMART representa cinco critérios que um objetivo deve atender para ser bem-sucedido. S de específico (*Specific*), M de mensurável, A de alcançável, R de relevante e T de temporal.

Quadro 1 – Objetivo SMART para a utilização estratégica da IA na SEED/PR

Objetivo do uso estratégico	Uso de soluções em IA na SEED PR nos âmbitos técnicos, pedagógicos e administrativos
Específico (S)	- Soluções em IA para aumentar o impacto das ações da Seed na aprendizagem dos estudantes e otimizar tempo e recursos (humanos, financeiros e físicos).
Mensurável (M)	- Redução de horas trabalhadas em tarefas manuais, diminuição de despesas operacionais; porcentagem de processos automatizados.
Alcançável (A)	- Garantir recursos necessários para a implementação, como parcerias com empresas de tecnologia, capacitação de equipes e infraestrutura tecnológica adequada.
Relevante (R)	- Alinhar o uso de IA com as metas estratégicas da SEED/PR, como a melhoria da qualidade da educação e a modernização da gestão pública. - Contribuir com a transformação digital da educação no Paraná, tornando-a mais eficiente e inclusiva. - Reforçar o papel da SEED/PR como referência em inovação educacional no Brasil.
Temporal (T)	- Curto prazo (6 meses): identificação das áreas prioritárias para implementação de IA. - Médio prazo (1 ano): implementação de soluções piloto e coleta de dados para avaliação. - Longo prazo (2-3 anos): expansão das soluções de IA para a SEED/PR como um todo e consolidação dos resultados.

O público-alvo alcançado poderá se estender, visto que o atendimento da Secretaria de Estado da Educação é amplo e diverso, considerando os 32 Núcleos Regionais de Educação, bem como futuramente a comunidade escolar (que inclui pais, responsáveis, estudantes, professores, pedagogos, funcionários e equipe gestora das escolas).

5. MAPEAMENTO DE APLICAÇÕES DA IA

Considerando os objetivos estratégicos e as diversas aplicações da Inteligência Artificial (IA) na Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED-PR), que visam consolidar sua posição como referência nacional em qualidade de educação e inovação, foi realizado um mapeamento de ações prioritárias. Essas ações foram definidas sob três eixos principais: **eficiência operacional**, **melhoria da gestão educacional** e **inovação pedagógica**. Cada eixo busca alavancar o potencial da IA para otimizar processos, aprimorar a tomada de decisões e promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Os exemplos em cada um dos eixos resultaram de um *workshop* realizado pela empresa de consultoria Gartner, com as chefias e pessoas aptas a tomarem decisões estratégicas em ações da SEED/PR.

5.1 Eficiência Operacional

A melhoria da eficiência em processos operacionais, que ocorrem na SEED/PR, pode ser feita com soluções em IA que automatiza tarefas manuais e repetitivas, liberando tempo da equipe para focar em atividades que demandem estratégias complexas. Outro ponto a favor da utilização da IA para a eficiência operacional reside na capacidade de

[1] *Dashboard* – painel de controle de recursos tecnológicos.
[2] *Chatbots* – solução tecnológica que permite a comunicação entre humano máquina, sobre determinado tema, a partir de perguntas frequentes.

análise de grande volume de dados em tempo real, identificando padrões, tendências e anomalias que seriam difíceis de detectar manualmente. Entre as ações elencadas como prioritárias pela SEED que se encaixam no pilar de eficiência operacional estão:

- **Fornecedores em língua inglesa (*vendors)***

- Automatização da tradução de documentos de fornecedores, em língua inglesa, garantindo precisão e eficiência nos processos de contratação, facilitando a comunicação e a análise de propostas.

- **Sistema de rascunhos para processos jurídicos**

- Desenvolvimento de um sistema de IA para criar rascunhos de respostas em processos jurídicos, agilizando a elaboração de documentos e garantindo consistência e conformidade legal.

- **Gastos financeiros**:

- Implementação de uma solução em IA para comparar registros de prestação de contas com recursos liberados, identificando discrepâncias e otimizando o uso de verbas conforme o porte das escolas.

- **Análise de folhas de pagamento**:

- Automação da análise de folhas de pagamento em relação às estimativas anuais, permitindo redistribuição orçamentária eficiente e alinhada às necessidades financeiras das instituições.

- **Padronização de documentos técnicos**:

- Padronização e correção automática da redação de Especificações Técnicas e Termos de Referência, garantindo clareza e uniformidade nos documentos de contratação.

- **Conformidade no Portal da Transparência**:

- Uso de IA para verificar a conformidade das publicações no Portal da Transparência com a Lei de Acesso à Informação, assegurando que os dados divulgados sejam completos e corretos.

- ***Chatbot* para suporte ao usuário**:

- Desenvolvimento de um *chatbo*t para responder dúvidas e fornecer encaminhamentos no sistema educacional, melhorando o suporte ao usuário e a eficiência no atendimento.

- **Automação de pareceres administrativos**

- Automação da elaboração de pareceres administrativos, garantindo conformidade com a legislação vigente e otimizando os fluxos de trabalho.

5.2 Melhoria da Gestão Educacional

A aplicação de soluções em IA pode impactar positivamente a gestão educacional, trazendo eficiência, precisão e *insights* valiosos. Entre eles, redução do tempo de processamento, minimização de erros e conflitos, maior transparência e equidade nos processos de gestão educacional. Ainda, impacta na otimização do uso dos recursos humanos, o que por sua vez eleva a qualidade da educação e dos processos educacionais gestados pela SEED. Entre as ações elencadas como prioritárias de melhoria de gestão educacional, citam-se:

- **Alocação automática de vagas escolares**

- Desenvolvimento de um sistema para alocação automática de vagas escolares, utilizando dados georreferenciados para otimizar a distribuição de matrículas conforme a localização dos estudantes.

- **Análise de vídeos em processos seletivos**

- Implementação de IA para analisar vídeos em processos seletivos, auxiliando na triagem de candidatos e garantindo que os critérios de seleção sejam atendidos de forma objetiva e eficaz.

- **Alocação e capacitação de servidores**

- Desenvolvimento de um sistema de IA para otimizar a alocação e capacitação de servidores, garantindo que as habilidades sejam alinhadas às necessidades institucionais e promovendo eficiência organizacional (com uso de IA Generativa (IA Gen) para determinar capacidades compatíveis com as funções).

5.3 Inovação Pedagógica

A utilização da Inteligência Artificial (IA) na inovação pedagógica em ações desenvolvidas pela SEED impactam de forma positiva o desenvolvimento profissional dos professores e demais profissionais da educação, com a possibilidade de identificação de pontos fortes e áreas de melhoria no desempenho e práticas pedagógicas, com envio de feedback personalizado e redução do tempo de análise. A IA detecta padrões e pode sugerir melhorias e novas abordagens com base em tendências educacionais e dados de eficácia. Entre as ações determinadas como prioritárias nesse eixo, estão:

- **Formação de professores**:

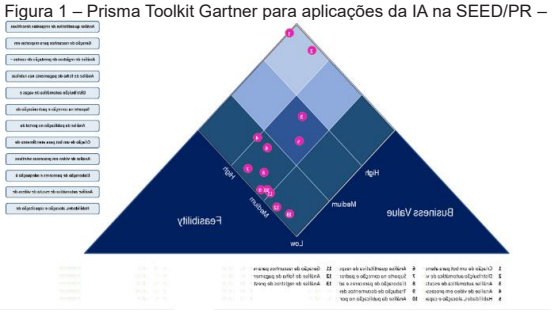
- Uso de IA para processar e quantificar respostas descritivas de avaliações de formação de professores, transformando dados qualitativos em *insights* quantitativos para melhorar programas educacionais.

- **Feedback a partir de vídeos de professores**:

- Utilização de IA para analisar e gerar *feedback* a partir dos vídeos dos professores, identificando oportunidades de melhoria e simplificando a avaliação.

Essa distribuição das iniciativas nos eixos de **eficiência operacional**, **melhoria da gestão educacional** e **inovação pedagógica** demonstra como a IA pode ser aplicada de forma estratégica para alcançar os objetivos da SEED, promovendo uma gestão mais eficiente, uma educação de qualidade e inovação no setor público. As propostas de ações elencadas estão representadas no prisma desenvolvido pela consultoria da Gartner, o qual foi elaborado após o *workshop*[3] conduzido pela referida empresa. O prisma apresenta 13 ações prioritárias que demandam menor tempo, maior viabilidade e maior impacto na educação.

Figura 1 – Prisma Toolkit Gartner para aplicações da IA na SEED/PR –



Fonte: Gartner, 2024.

O prisma da Figura 1 representa o mapeamento das ações com a IA que consideraram o impacto social e ético dela na educação, com a promoção do uso responsável e transparente dessa tecnologia. Este mapeamento observou quais ferramentas da IA serão mais eficazes e pertinentes aos processos, que podem ser executadas no menor tempo possível e causam o maior impacto (positivo) na organização.

Em outras palavras, o mapeamento determinou de que forma soluções em IA podem contribuir [e contribuem] para o domínio dos conhecimentos de cada eixo. E na ausência de ferramentas de IA existentes, abre-se a possibilidade de buscar o desenvolvimento de soluções que atendam a rede pública estadual de educação do Paraná.

Além disso, todas as iniciativas que envolvem o uso de IA devem ser guiadas por pilares fundamentais, assegurando que esta tecnologia esteja alinhada com princípios éticos e centrada no ser humano, atuando como uma ferramenta de apoio, e não como uma substituição das capacidades e decisões humanas.

6. ÉTICA NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O "Plano IA para o Bem de Todos", documento que orienta o uso da IA no território nacional, define a IA para o bem social como aquela que soluciona os grandes desafios nacionais, sociais, econômicos, ambientais e culturais, garantindo segurança, direitos individuais e coletivos, inclusão social, defesa da democracia, integridade da informação, proteção do trabalho e soberania nacional. Já em âmbito internacional a UNESCO publicou a "Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial", na qual defende uma abordagem centrada no ser humano, priorizando a dignidade humana, a diversidade cultural e os direitos humanos.

Com base nesses documentos e na visão estratégica da SEED, podemos delinear os seguintes **princípios éticos** para a utilização da IA na educação:

- **Centralidade no ser humano**

– A IA deve estar a serviço do desenvolvimento das capacidades humanas para um futuro inclusivo, justo e sustentável, guiado pelos princípios dos direitos humanos e pela necessidade de proteger a dignidade humana (UNESCO, 2024). Neste sentido, as ferramentas de IA Generativa (IA Gen) devem ser projetadas e utilizadas para ampliar ou aprimorar as habilidades intelectuais e sociais, observando a diversidade, multiculturalidade e equidade humana, e de forma alguma usadas para minar, substituir ou controlar essas habilidades.

- **Inclusão e equidade**

– A utilização das ferramentas de IA Gen devem ser acessíveis a todos, independentemente de gênero, etnia, pessoas com deficiência (PCD), *status* socioeconômico, localização geográfica ou situação de deslocamento, a fim de promover equidade e diversidade. Combater vieses da IA Gen que contenham quaisquer traços de preconceito, como por exemplo discriminação algorítmica.

- **Diversidade linguística e cultural**

– A utilização das ferramentas de IA Gen devem promover a diversidade linguística e cultural, com reconhecimento e valorização da pluralidade de perspectivas e expressões (UNESCO, 2024).

- **Transparência e explicabilidade**

– os algoritmos e sistemas de IA devem ser transparentes e explicáveis, permitindo que os usuários compreendam como as decisões são tomadas. Essa transparência é fundamental para construir confiança na tecnologia e garantir que ela seja utilizada de forma justa e responsável.

- **Privacidade, proteção de dados dos estudantes e autodeterminação informativa**

– A coleta, o uso e o armazenamento de dados dos estudantes devem ser realizados de forma ética e responsável, e protegidos de forma a garantir a confidencialidade, privacidade e segurança das informações. A SEED, em suas decisões de uso e formação para o uso educacional da IA, deve enfatizar a necessidade de garantia da segurança e dos direitos individuais e coletivos.

- **Proteção e fortalecimento da autonomia dos estudantes, professores e pesquisadores**

– A IA deve ser utilizada como uma ferramenta que complementa e fortalece, mas não substitui, a agência humana. É essencial capacitar estudantes, profissionais da educação para utilizar a IA de forma crítica, ética e criativa. A SEED reconhece a necessidade de desenvolver competências técnicas e pedagógicas em IA para garantir o sucesso da

[3] Workshop – modelo de oficina prática.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

implementação da tecnologia no contexto educacional.

- **Uso consciente da IA para o desenvolvimento sustentável**

– A IA deve ser usada com sabedoria, pois como toda tecnologia, ela consome recursos naturais para seu funcionamento e manutenção. Em esfera federal (BRASIL, 2023), há a preocupação de ações que equilibrem o desenvolvimento tecnológico e a inovação com a proteção ao ambiente.
Em conformidade com o Projeto de Lei n.º 2338/2023, para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de Inteligência Artificial no âmbito educacional, importa que os princípios citados sejam respeitados.

7. CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE DE DADOS NA EDUCAÇÃO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A utilização da inteligência artificial (IA) no contexto educacional, embora promissora, exige cautela e responsabilidade, especialmente no que diz respeito à privacidade e confidencialidade dos dados de estudantes e menores de idade (UNESCO, 2024). Nesse sentido, a adoção de um arcabouço legal robusto é fundamental para garantir o uso ético e transparente da IA, em consonância com a legislação vigente, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), como já defende o "Plano IA para o Bem de Todos" (BRASIL, 2024).
A UNESCO (2024) defende que a regulamentação específica para a IA na educação precisa ser aprimorada, incluindo a definição de limites de idade para o uso de plataformas de IAGen e a necessidade de ações educacionais que medem essa utilização. A SEED, como órgão regulador da educação no Paraná, desempenha um papel crucial na implementação e no cumprimento dessas normas, garantindo a segurança e o bem-estar de todos.
Para assegurar a proteção dos dados e um uso responsável da IA, a SEED deve adotar medidas proativas, como:

- **Auditoria de algoritmos e dados**

- Estabelecer mecanismos de auditoria para garantir a transparência e a explicabilidade dos sistemas de IA utilizados na educação, a partir de monitorias de algoritmos e dados utilizados pela IA, com avaliações regulares (UNESCO, 2024).

- **Validação de ferramentas**

- Certificar-se de que as ferramentas de IA são adequadas à idade dos estudantes e não representam riscos à sua segurança ou bem-estar. Esta validação inclui a adequação ética e pedagógica das ferramentas de IA Gen e o treinamento para minimizar vieses algorítmicos (UNESCO, 2024).

- **Consentimento informado**

- Implementar políticas de consentimento informado que envolvam os estudantes e/ou seus responsáveis na coleta e uso de seus dados (UNESCO, 2024).

- **Avaliação e Monitoramento Contínuos**

- Monitorar e avaliar o impacto da IA na educação, com pesquisas e avaliações que investiguem o impacto da IA no ensino, na aprendizagem e no desenvolvimento das ações para o uso responsável e eficaz da IA.

Em conformidades com os princípios e definições de trabalho, definidos nos eixos **eficiência operacional**, **melhoria da gestão educacional** e **inovação pedagógica**, haverá um segundo movimento de implementação das ações elencadas como prioritárias neste documento e do acompanhamento e avaliação dos seus impactos na qualidade da educação pública estadual do Paraná.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei n°2338, 2023. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/112653?sequencia=295 Acesso em: 17 fev. 2025.

MCCARTHY, J., MINSKY, M., ROCHESTER, N., & SHANNON, C. E.. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence. **AI Magazine.** 1955. Disponível em: https://ojs.aaai.org/aimagazine/index.php/aimagazine/article/view/1904 Acesso em 14 fev. 2025.

GOODFELLOW, I., BENGIO, Y., & COURVILLE, A.. **Deep Learning.** MIT Press.2016.

NILSSON, N. J.. **The Quest for Artificial Intelligence:** A History of Ideas and Achievements. Cambridge Università Press. 2009.

PARANÁ. **Plano de Diretrizes para o uso das Inteligências Artificiais na administração pública.** 2024a. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/plano_diretor_de_ia_-_estado_do_parana_-_atualizacao_24-06_1.pdf Acesso em 01 jul. 2024.

PARANÁ. **Curso sobre Inteligências Artificiais da Escola de Gestão do Estado do Paraná.** 2024. Disponível em: https://www.ead.pr.gov.br/course/view.php?id=2023&section=0 Acesso em 01 jul. 2024.

RUSSELL, S., & NORVIG, P.. **Artificial Intelligence: A Modern Approach.** Pearson. 2020.

TURING, A. M.. Computing Machinery and Intelligence. **Mind,** 59(236), 433-460. 1950. Disponível em: https://courses.cs.umbc.edu/471/papers/turing.pdf Acesso em 14 fev. 2025.

U.S. Department of Education. **Designing for Education with Artificial Intelligence: An Essential Guide for Developers. 2025.** Disponível em: https://tech.ed.gov/designing-for-education-with-artificial-intelligence/ Acesso em 09 jul. 2024.

39184/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 2.084/2025 – GS/SEED

Súmula: Dispõe sobre a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (EMERER) no âmbito da rede pública estadual de educação.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando:

– os arts. 5.º, I; 206, I; 210; 215; 216; § 1.º, 242, da Constituição Federal;

– o disposto nas Leis n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas instituições de Ensino Fundamental e Ensino Médio, estaduais e privados;

– a Resolução CNE/CEB n.º 3, de 10 março de 2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica;

– a Deliberação CEE/PR n.º 04, de 2 de agosto de 2006, que institui Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

– que as Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (EMERER) são instâncias de organização do trabalho escolar com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do ano letivo;

– que as Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (EMERER) constituem-se por meio da articulação dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Referencial Curricular do Paraná; e o contido no protocolo 23.694.305-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a composição das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (EMERER) no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEED, nos Núcleos Regionais de Educação – NRE, nas instituições de ensino regulares de Educação Básica e de modalidades de ensino, nas escolas bilíngues para surdos e na modalidade Educação Especial estaduais e parceiras.
Parágrafo único. As Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-raciais, compostas na Secretaria de Estado da Educação e nos Núcleos Regionais de Educação, serão de caráter permanente, podendo haver substituições de componentes sempre no ano letivo subsequente.

Art. 2.º A Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Estado da Educação deverá ser composta por até 18 (dezoito) integrantes, técnicos dos departamentos da SEED.

Art. 3.º As Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos NRE deverão ser compostas por até 18 (dezoito) integrantes, sendo 16 (dezesseis) pertencentes aos setores do NRE e 2 (dois) convidados representantes dos movimentos sociais negros e/ou indígenas.

Art. 4.º Poderão compor as Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM e servidores do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, contratados em regime especial e terceirizados em exercício na instituição de ensino, os quais deverão ser aprovados em assembleia do Conselho Escolar.

Art. 5.º Poderão compor as Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais convidados da comunidade/sociedade civil, com ou sem vínculo com a instituição de ensino.

Art. 6.º A composição das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições de ensino que ofertam o Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Educação em Tempo Integral, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos será feita conforme segue:

a) nas instituições com até 500 estudantes matriculados, a equipe deve ser composta por até 10 (dez) integrantes, sendo 7 (sete) pertencentes à rede estadual, respeitando a representatividade de cada segmento: 1 (um) pedagogo; 1 (um) agente educacional I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizado; 1 (um) agente educacional II – QFEB ou assistente administrativo – terceirizado; 1 (um) professor da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; 1 (um) professor de Matemática; 1 (um) professor da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 1 (um) professor da área de Linguagens e suas Tecnologias; 1 (um) convidado externo – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Movimentos Sociais; e, obrigatoriamente, 2 (dois) representantes de estudantes;

b) nas instituições que tenham de 501 a 1000 estudantes matriculados, a equipe deve ser composta por até 15 (quinze) integrantes, sendo 12 (doze) pertencentes à rede estadual, respeitando a representatividade de cada segmento: 2 (dois) pedagogos; 1 (um) agente educacional I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizado; 1 (um) agente educacional II – QFEB ou assistente administrativo – terceirizado; 2 (dois) professores da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; 2 (dois) professores de Matemática; 2 (dois) professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 2 (dois) professores da área de Linguagens e suas Tecnologias; 1 (um) convidado externo – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Movimentos Sociais; e, obrigatoriamente, 2 (dois) representantes de estudantes;

c) nas instituições que tenham a partir de 1001 estudantes, a equipe deve ser composta por até 20 (vinte) integrantes, sendo 16 (dezesseis) pertencentes à rede estadual, respeitando a representatividade de cada segmento: 2 (dois) pedagogos; 1 (um) agente educacional I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizado; 1 (um) agente educacional II – QFEB ou assistente administrativo – terceirizado; 3 (três) professores da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; 3 (três) professores de Matemática; 3 (três) professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 3 (três) professores da área de Linguagens e suas Tecnologias; 2 (dois) convidados externos – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Movimentos Sociais; e, obrigatoriamente, 2 (dois) representantes de estudantes.

Art. 7.º As instituições de ensino quilombolas, indígenas e as que atendem estudantes oriundos dessas comunidades devem compor a Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais com até 20 (vinte) integrantes, de acordo com a composição estabelecida na alínea "c" do art. 6.º desta Resolução.

Art. 8.º As instituições de ensino que se configurem como escolas itinerantes devem formar a Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais com até 10 (dez) integrantes, de acordo com a composição estabelecida na alínea "a" do art. 6.º desta Resolução; ou podem integrar a EMERER da escola base a que pertencem, de acordo com a composição estabelecida na alínea "c" do art. 6.º desta Resolução.

Parágrafo único. Em caso de composição de Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais na escola itinerante, a documentação de composição deverá ser encaminhada junto com a homologação da EMERER da escola base.

Art. 9.º Nas instituições de ensino cívico-militares, a EMERER deve ser constituída por até 16 (dezesseis) integrantes, sendo 12 (doze) pertencentes à rede estadual, respeitando a representatividade de cada segmento: 2 (dois) pedagogos; 1 (um) agente educacional I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizado; 1 (um) agente educacional II – QFEB ou assistente administrativo – terceirizado; 2 (dois) professores da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; 2 (dois) professores de Matemática; 2 (dois) professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 2 (dois) professores da área de Linguagens e suas Tecnologias; 1 (um) militar convidado, vinculado à instituição de ensino; 1 (um) convidado externo – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Movimentos Sociais; e, obrigatoriamente, 2 (dois) representantes de estudantes.

Art. 10 Nas instituições de Educação Básica, inclusive as escolas bilíngues para surdos e da modalidade Educação Especial, estaduais e parceiras e Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a equipe deve ser constituída por até 10 (dez) integrantes, contemplando professores, agentes educacionais I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizados; e agentes educacionais II – QFEB ou assistentes administrativos – terceirizados.

Art. 11 No Colégio Estadual do Paraná (CEP), por sua característica enquanto Órgão de Regime Especial, a EMERER deve ser constituída por até 24 (vinte e quatro) integrantes, sendo 16 (dezesseis) pertencentes à rede estadual, respeitando a representatividade de cada segmento: 2 (dois) pedagogos; 1 (um) agente educacional I – QFEB ou auxiliar de serviços gerais – terceirizado; 1 (um) agente educacional II - QFEB ou assistente administrativo – terceirizado; 3 (três) professores da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; 3 (três) professores de Matemática; 3 (três) professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 3 (três) professores da área de Linguagens e suas Tecnologias; 2 (dois) convidados externos – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar, Movimentos Sociais; e, obrigatoriamente, 6 (seis) representantes de estudantes.

Art. 12 A composição da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais da instituição de ensino poderá ser homologada mesmo que o número de interessados seja inferior ao estabelecido nesta Resolução.

§ 1.º A direção e a equipe pedagógica da instituição de ensino deverão indicar representantes para as Áreas e/ou segmentos que não forem preenchidos.

§ 2.º Na impossibilidade de haver representantes de todos os segmentos, conforme disposto nas alíneas do art. 6.º, a composição poderá ser feita com mais de um profissional de um mesmo segmento.

Art. 13 Caso o número de interessados ultrapasse o número de vagas disponíveis para a instituição de ensino, terá preferência para integrar a Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais aquele que:

a) for educador autodeclarado negro, quilombola ou indígena;

b) tiver maior carga horária de participação e/ou docência em eventos de formação continuada referente à Educação para as Relações Étnico-Raciais ou História e Cultura Afro-Brasileira e/ou Indígena;

c) tiver mais tempo de serviço na instituição de ensino;

d) tiver mais idade.

Art. 14 A coordenação da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais será exercida, preferencialmente, por um pedagogo e, na falta deste, pelo gestor pedagógico da instituição de ensino, ou por um profissional com padrão fixo na escola, ou professor readaptado, ou professor contratado em regime especial, desde que sejam integrantes da equipe.

Art. 15 A Secretaria de Estado da Educação realizará, anualmente, formação/curso para os integrantes das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, abordando a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Art. 16 Os integrantes das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais que participarem das formações/cursos realizadas pela SEED receberão certificação que poderá ser utilizada para progressão e/ou promoção na carreira do magistério público do Paraná, conforme resolução própria.

Art. 17 A Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais deve passar por processo de homologação na instituição de ensino, ratificado pela chefia do NRE, a cada 2 (dois) anos, até 2 (dois) meses após o início do ano letivo.

Art. 18 Os integrantes da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais poderão ser substituídos, quando necessário, no ano em que não ocorrer homologação.

Art. 19 A composição das Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições de ensino, NRE e SEED não implicará abertura de demanda.

Art. 20 O gestor escolar, conforme normatização referencial do Regimento Escolar, deverá viabilizar a composição da Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais, acompanhando sua atuação educativa.

Parágrafo único. A instituição de ensino que não compuser a Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais, ou cujas Equipes homologadas não participarem dos cursos de formação, destinados aos integrantes da EMERER e ofertados pela SEED, deverá encaminhar justificativa, via ofício assinado pelo gestor escolar, à Chefia do Núcleo Regional de Educação de sua jurisdição, para posterior encaminhamento ao Ministério Público do Paraná para procedimentos acerca do descumprimento de legislação.

Art. 21 Os casos omissos serão analisados pela Diretoria de Educação – DEDUC, Departamento de Educação Inclusiva – DEIN.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução n.º 807/2023 – GS/SEED.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

39542/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Errata referente a Homologação Dispensa nº 35 – Ato Executivo
DIOE Edição nº 11885 – 15/04/2025 - data publicação

Onde se lê: a empresa S & K Multi Comércio Ltda., inscrita sob o CNPJ n.º13.220.783/0001-60.
Leia se: a empresa S & K Multi Comércio Ltda., inscrita sob o CNPJ n.º 46.681.294/0001-65.
Para fins, alterar somente o CNPJ da empresa citada.
Setor de Licitações – SEED/NAS

39420/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0181/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Altera parcialmente a Instrução Normativa 01/2025-DFO, Anexo Único – Portaria nº125/2025-GABPRES, que estabelece os critérios de distribuição dos recursos e a execução do Programa Fundo Rotativo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, no Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual de nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Estadual nº 14.267, de 22 de dezembro de 2003 e instituído pelo Decreto Estadual de nº 2.404, de 15 de setembro de 2015, alterado pelo Decreto Estadual nº12.422 de 18 de outubro de 2022:

RESOLVE:

Art. 1. Alterar os incisos: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, e acrescentar o inciso X, ambos do artigo 13 da Instrução Normativa n.º 01/2025-DFO – Anexo único da Portaria nº125/2025 – Fundepar de 06 de março de 2025, que passam a ter a seguinte redação:

I – Para os alunos que estão matriculados nas etapas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (pré-escola), o valor per capita é de R$ 8,15 (oito reais e quinze centavos);

II – Para os alunos que estão matriculados nas etapas do Ensino Médio, o valor per capita é de R$ 8,15 (oito reais e quinze centavos);

III – Para os alunos que estão matriculados nas modalidades do Ensino Profissional ou Técnico, o valor per capita é de R$ 13,58 (treze reais e cinquenta e oito centavos);

IV – Para os alunos que estão matriculados nas modalidades de Ensino em Tempo Integral, Indígenas, Quilombolas, Ilhas e Itinerantes, o valor per capita será multiplicado por 02 (dois);

V – Para os alunos que estão matriculados no Ensino da Educação Especial, o valor per capita será multiplicado por 05 (cinco) nas etapas do Ensino Fundamental e Médio;

VI – Para os alunos que estão matriculados no Ensino Agrícola, o valor per capita é de R$ 81,48 (oitenta e um reais e quarenta e oito centavos);

VII – Para Estabelecimentos que possuem matrículas abaixo de 1.000 alunos o valor linear repassado é de R$ 814,84 (oitocentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos), mais o valor per capita estabelecido nos incisos I a V deste artigo;

VIII – Os valores poderão sofrer alterações em virtude de reajustes ou aquisições realizadas pelo Fundepar, por meio de processos licitatórios, dos itens disponíveis no GRF;

IX – As atividades Extracurriculares ou Complementares não serão contempladas para efeito de cálculo;

X – Poderão ser adicionados valores complementares nas cotas normais, para atendimento de outras demandas autorizadas pelo Fundepar, desde que sejam devidamente justificadas no protocolo da parcela.

Art. 2º Acrescentar a alínea “a” ao inciso V do artigo 22 da Instrução Normativa n.º 01/2025-DFO – Anexo único da Portaria nº125/2025 – Fundepar, com a seguinte redação:

a) Receberá Nota Fatura nos casos de locação de bens móveis, em que o prestador (CNPJ), comprovadamente por meio de contrato, não estiver enquadrado nas regras do inciso V.

Art. 3º Alterar a redação do Inciso XIX e acrescentar o Inciso XX do artigo 42 da Instrução Normativa n.º 01/2025-DFO – Anexo único da Portaria nº125/2025 – Fundepar, com a seguinte redação:

XIX - Utilizar a cota consumo para transformar em item de capital;

XX - Outras irregularidades que sejam avaliadas no decorrer da execução.

Art. 4º Suprimir o parágrafo único do artigo 44 da Instrução Normativa n.º 01/2025 -DFO -Anexo único da Portaria nº125/2025 Fundepar.

Art. 5º Alterar a redação do artigo 45 da Instrução Normativa n.º 01/2025-DFO – Anexo único da Portaria nº125/2025 Fundepar, que passa a ser a seguinte redação:

Art. 45. Caso não sejam regularizadas as situações encontradas referentes aos documentos glosados, o Gestor do Programa Fundo Rotativo deverá recolher os valores correspondentes, aos cofres do Tesouro Geral do Estado, em Guia Própria GR/PR com o código nº 5339, em nome e CNPJ do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, anexando o comprovante a Prestação de Contas da Instituição.

Art. 6º Os demais artigos permanecem inalterados.

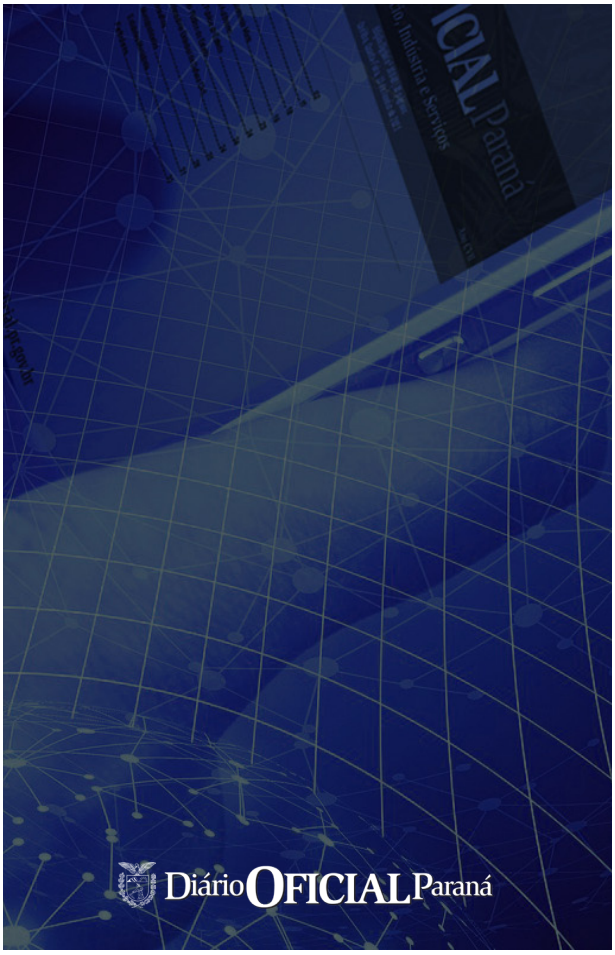
Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e assinado eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

39359/2025



Secretaria do Esporte

PARANÁ ESPORTE

PARANÁ ESPORTE
Curitiba,14 de abril de 2025
Protocolo nº 23.762.178-6
PORTARIA 11/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022 e na Lei Estadual n.º 21.352/2023, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º2184/2025 firmado com a empresa, EMPRESA HOTELEIRA RAFAGNIN ANDREOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.095.023/0001-14, cujo objeto é Prestação de Serviços de Hospedagem, para atendimento aos Jogos Paradesportivos do Paraná – Fase Final.

I – Gestor do Contrato – Adilson Domingos, CPF n.º xxx.826.169-xx

II – Fiscal Regional/setorial:

Regional	Município Sede	Fiscal Regional/setorial	CPF
11	Foz do Iguaçu	Sérgio de Melo Matias	xxx.225.389-xx

III – Fiscais de Apoio:
– Almires Bughay Filho, CPF n.º xxx.136.769-xx
– Elson da Silva Greb CPF: xxx.045.389-xx
– Delcio Luiz Tonial CPF: xxx.373.609-xx

Art. 2º Compete ao gestor e aos fiscais o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Datado e assinado digitalmente.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

39351/2025

PARANÁ ESPORTE
Curitiba,14 de abril de 2025
Protocolo nº 23.762.178-6
PORTARIA 12/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022 e na Lei Estadual n.º 21.352/2023, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º2186/2025 firmado com a empresa, VAI PRO MUNDO VIAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.407.795/0001-69, cujo objeto é Prestação de Serviços de Hospedagem, para atendimento aos Jogos Paradesportivos do Paraná – Fase Final.

I – Gestor do Contrato – Adilson Domingos, CPF n.º xxx.826.169-xx

II – Fiscal Regional/setorial:

Regional	Município Sede	Fiscal Regional/setorial	CPF
11	Foz do Iguaçu	Sérgio de Melo Matias	xxx.225.389-xx

III – Fiscais de Apoio:
– Almires Bughay Filho, CPF n.º xxx.136.769-xx

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

– Elson da Silva Greb CPF: xxx.045.389-xx
– Delcio Luiz Tonial CPF: xxx.373.609-xx

Art. 2º Compete ao gestor e aos fiscais o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Datado e assinado digitalmente.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

39352/2025

PARANÁ ESPORTE

Curitiba,14 de abril de 2025

Protocolo nº 23.762.178-6

PORTARIA 13/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022 e na Lei Estadual n.º 21.352/2023, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º2185/2025 firmado com a empresa, RIBEIRO E FELIPE VIAGENS E TURISMO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 39.433.694/0001-96, cujo objeto é Prestação de Serviços de Hospedagem, para atendimento aos Jogos Paradesportivos do Paraná – Fase Final.

I – Gestor do Contrato – Adilson Domingos, CPF n.º xxx.826.169-xx

II – Fiscal Regional/setorial:

Regional	Município Sede	Fiscal Regional/setorial	CPF
11	Foz do Iguaçu	Sérgio de Melo Matias	xxx.225.389-xx

III – Fiscais de Apoio:
– Almires Bughay Filho, CPF n.º xxx.136.769-xx
– Elson da Silva Greb CPF: xxx.045.389-xx
– Delcio Luiz Tonial CPF: xxx.373.609-xx

Art. 2º Compete ao gestor e aos fiscais o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Datado e assinado digitalmente.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

39353/2025

Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO SEFA Nº 336, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a designação da servidora para função de Chefe e Contadora do Núcleo Fazendário Setorial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST e Chefe do Núcleo Fazendário Setorial da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como considerando o contido no Protocolo nº 23.790.785-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **SIMONE DA SILVA GODOY**, R.G. n° 7.XXX.XXX-8, para exercer cumulativamente a função de Chefe e Contadora do Núcleo Fazendário Setorial – NFS, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST, e como Chefe do Núcleo Fazendário Setorial – NFS, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL, no período de 11 de abril de 2025 a 30 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

39343/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEFA Nº 337, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Designação de substituição da Chefia da Assessoria de Assuntos Econômico-Tributários (SEFA/AAET), por motivo de férias do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como considerando o contido no Protocolo nº 21.652.060-2,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **GUSTAVO RODRIGUES ALVES**, RG nº 9.XXX.XXX-3, para responder como Chefe da Assessoria de Assuntos Econômico-Tributários – SEFA/AAET, em substituição ao titular **FRANCISCO DE ASSIS INOCÊNCIO**, RG nº 3.XXX.XXX-6, por motivo de férias, no período de 12 de maio de 2025 a 20 de junho de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

39354/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 035/2025

Designa servidores para atuar como Gestora e Fiscais do Contrato n° 3.432/2022-REPR, celebrado com a PRODUSERV SERVIÇOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **Cintia Cristina Moro**, CPF XXX.092.959-XX/MF, para as funções de **Gestora do Contrato nº 3.432/2022-REPR**, celebrado com a **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Davi Batista Gonçalves**, CPF XXX.403.099-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 3.432/2022-REPR**, celebrado com a **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, no âmbito da **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL** da Receita Estadual, em Curitiba/PR devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III - DESIGNAR o servidor **Luiz Renato Batista**, CPF XXX.020.229-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 3.432/2022-REPR**, celebrado com a **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, no âmbito da **1ª DELEGACIA REGIONAL** da Receita Estadual, em Curitiba/PR, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

IV - Fica revogada a Portaria SEFA/DG n° 096/2022.

V – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 14 de abril de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

39469/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 036/2025

Designa servidores para atuar como Gestora e Fiscal do Contrato n° 2.231/2022-SEFA, celebrado com a PRODUSERV SERVIÇOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **Cintia Cristina Moro**, CPF XXX.092.959-XX/MF, para as funções de **Gestora do Contrato nº 2.231/2022-SEFA**, celebrado com a **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Davi Batista Gonçalves**, CPF XXX.403.099-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 2.231/2022-SEFA**, celebrado com a **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III - Fica revogada a Portaria SEFA/DG n° 066/2022.

IV – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 14 de abril de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

39468/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 037/2025

Designa servidores para atuar como Gestora e Fiscal do Contrato n° 3.022/2022-SEFA, celebrado com a RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **Cintia Cristina Moro**, CPF XXX.092.959-XX/MF, para as funções de **Gestora do Contrato nº 3.022/2022-SEFA**, celebrado com a **RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Renato Germano Cys**, CPF XXX.202.539-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 3.022/2022-SEFA**, celebrado com a **RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III - Fica revogada a Portaria SEFA/DG n° 079/2022.

IV – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 14 de abril de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

39470/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA SEFA/DG Nº 039/2025

Designa servidoras para atuar como Gestora e Fiscal do Contrato n° 001/2020-SEFA, celebrado com a ASSOCIAÇÃO MEGA TÁXI BRASIL.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **Cintia Cristina Moro**, CPF XXX.092.959-XX/MF, para as funções de **Gestora do Contrato nº 001/2020-SEFA**, celebrado com a **ASSOCIAÇÃO MEGA TÁXI BRASIL**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR a servidora **Andreia Natal Fernandes**, CPF XXX.134.019-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 001/2020-SEFA**, celebrado com a **ASSOCIAÇÃO MEGA TÁXI BRASIL**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III - Fica revogada a Portaria SEFA/DG n° 107/2021 na parte que designou gestor e Fiscal do Contrato nº 001/2020-SEFA.

IV – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 15 de abril de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

39669/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 040/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscais do Contrato n° 5.293/2022-REPR, celebrado com a DELTALIMP SERVIÇOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Renato Germano Cys**, CPF XXX.202.539-XX/MF, para as funções de **Gestor do Contrato nº 5.293/2022-REPR**, celebrado com a **DELTALIMP SERVIÇOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR a servidora **Marlene de Fátima Relly**, CPF XXX.598.099-XX, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 5.293/2022-REPR**, celebrado com a **DELTALIMP SERVIÇOS LTDA**, no âmbito da **13ª DELEGACIA REGIONAL** da Receita Estadual, em Cascavel/PR devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III - DESIGNAR o servidor **Luciano Ribeiro Ayres**, CPF XXX.033.159-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 5.293/2022-REPR**, celebrado com a **DELTALIMP SERVIÇOS LTDA**, no âmbito da **14ª DELEGACIA REGIONAL** da Receita Estadual, em Pato Branco/PR, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

IV - Fica revogada a Portaria SEFA/DG n° 008/2023.

V – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 15 de abril de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

39671/2025

IPEM

PORTARIA Nº 13/2025

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ – IPEM/PR, nomeado por força do Decreto Estadual nº 9.006 de 19 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição nº 11.848 de mesma data, portador da Matrícula Funcional nº 6084, no uso de suas atribuições legais contidas no Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.114/2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição 11.797 de 29 de novembro de 2024, nos termos da Portaria 144/25 do Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Publicada no DOU em 17/03/2025 e ainda, considerando os termos do Convênio 31/2020 celebrado em 30.11.2020, entre IPEM e o INMETRO,

RESOLVE:

Art. 1º - SUBDELEGAR PODERES ao Diretor de Metrologia e Qualidade do IPEM, **GABRIEL PERAZZA JUSTINO, CPF nº 085.XXX.XXX-01**, para, nas ausências e impedimentos do Diretor Administrativo e Financeiro do IPEM, exercer as atribuições de **ORDENADOR DE DESPESAS,** ficando responsável pela prestação de contas dos valores destinados ao custeio das atividades metrológicas realizadas por este Órgão, até o limite dos recursos alocados pelo INMETRO e por este IPEM.

Art. 2º - Determinar que o Diretor de Metrologia e Qualidade, **GABRIEL PERAZZA JUSTINO**, exerça as funções de Gestor Financeiro e Orçamentário de todas as despesas efetuadas pelo IPEM.

Art. **3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados demais disposições em contrário.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

Curitiba, 14 de abril de 2025.

RUBENS DE CAMARGO PENTEADO
Diretor-Presidente

39299/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 92/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

MELIH ALTUNTURK, turco, naturalizado brasileiro, portador do RG 56.349.770-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 053.116.847-63, residente e domiciliado em São Paulo-SP, tradutor e intérprete *ad hoc* do idioma turco para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma turco, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos

no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a Isil Bakan, apresentada no protocolo PRE2500157325.

Publique-se.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

39180/2025

PORTARIA JCP Nº 088/2025

Dispõe sobre o cancelamento de matrícula de Leiloeiro Público Oficial no Estado do Paraná.

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, art. 7º, inciso III, alínea b do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, Decreto Estadual 12.033/14 e o disposto na Resolução Plenária nº 02/2021, resolve

CANCELAR

A matrícula nº 23/382-L do Leiloeiro Oficial, Sr. LUCAS ANDREATTA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF 387.XXX.XXX-82, nomeado pela Portaria 157/2023, de vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e três, conforme pedido do próprio profissional, protocolado neste órgão sob nº 25/206637-5, com as competentes baixas imediatas em seus registros.

Publique-se.

Curitiba, 04 de abril de 2025.

Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Presidente

PORTARIA JCP Nº 89/2025

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeira Pública Oficial no Estado do Paraná.

O **Presidente da Junta Comercial do Paraná**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, art. 7º, inciso III, alínea b do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, Decreto Estadual 12.033/14 e o disposto na Resolução Plenária nº 02/2021, resolve

NOMEAR

O Sr. RENAN SOUZA SILVA, inscrito no CPF n° 341.XXX.XXX-10, como Leiloeiro Público Oficial, recebendo a matrícula de número 25/421-L, conforme solicitação protocolada sob nº PRE2403529901.

Publique-se.

Curitiba, 04 de abril de 2025.

Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Presidente

39183/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11351/2025

OBJETO: Contratação de 1 (uma) inscrição em evento de capacitação e aprimoramento, conforme especificações constantes no Protocolo Administrativo nº 23.760.619-1.

CONTRATADO: HIRIA A NUERNBERGMESSE BRASIL BUSINESS CONGRESSOS E EVENTOS LTDA.
NOME FANTASIA: HIRIANM.
CNPJ: 36.624.014/0001-23
PREÇO: R$ 1.140,30 (mil cento e quarenta reais e trinta centavos)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem como objetivo viabilizar a participação desta SEIL no evento, o qual proporcionará um ambiente de imersão com palestras e discussões técnicas sobre a adoção do BIM em larga escala, permitindo a atualização e capacitação da equipe.

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade com fundamento no disposto no inciso III, art. 74 da lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o art. 154 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que tratam das hipóteses de inexigibilidade.

Curitiba, 8 de abril de 2025.

Autorizo, a Inexigibilidade de Licitação,
cumpridas as formalidades legais.

Sandro Alex Cruz de Oliveira
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

39355/2025

DESPACHO SECRETÁRIO SEIL Nº 041/2025-SEIL

Processo nº: 23.420.032-1
Interessado: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL
Assunto: Adjudicação do objeto e Homologação da Dispensa Eletrônica 98344/25

1. Considerando o art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento licitatório, com fulcro no relatório da disputa elaborado pelo agente de contratação e após o cumprimento das formalidades legais, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, sagrando-se vencedora a empresa **LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.,** que apresentou proposta no valor de **R$ 10.938,00 (dez mil, novecentos e trinta e oito reais).**

2. Publique-se.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Sandro Alex
Secretário de Estado Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

39479/2025

APPA

PORTARIA Nº 032/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 20.085.057-2, que solicita a concessão de licença não remunerada;
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 23.606.221-0, que solicita a renovação de licença não remunerada; e
CONSIDERANDO a Cláusula Trigésima Nona – Licença Não Remunerada do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.
RESOLVE:
Art 1º RENOVAR a Licença não Remunerada da empregada pública STEFANNY PRISCILA FERNANDES, Matrícula 2130, Agente Portuário, pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir de 9 de março de 2025, por razão de interesse particular do empregado.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 11 de março de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 033/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 23.609.436-7, que solicita a concessão de licença não remunerada; e
CONSIDERANDO a Cláusula Trigésima Nona – Licença Não Remunerada do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.
RESOLVE:
Art 1º CONCEDER Licença não Remunerada ao empregado público MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES, Matrícula 2186, Analista Portuário – Advogado, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 26 de fevereiro de 2025 a 26 de março de 2025, por razão de interesse particular do empregado.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 14 de março de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 034/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 17.487.117-5.
RESOLVE:
Art 1º ARQUIVAR o Procedimento Averiguatório instaurado pela Portaria nº 058-21, de 30 de março de 2021, e prorrogado pela Portaria nº 077-21, de 26 de abril de 2021.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 21 de março de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 035/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 20541, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Lei Federal Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador;
CONSIDERANDO os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2022-2027 da Portos do Paraná;
CONSIDERANDO o alcance de resultados esperados pelas esferas: federal, estadual e municipal quanto o uso da inovação em serviços públicos;
CONSIDERANDO o desenvolvimento de projetos de inovação para geração de maior eficiência nas operações portuárias e no setor administrativo;
CONSIDERANDO a iniciação científica como estímulo para a produção de estudos técnicos no ambiente portuário da Portos do Paraná; e
CONSIDERANDO a necessidade de se manter um comitê multidisciplinar visando a centralização das discussões para o estudo de viabilidade de projetos inovadores em que pese as atribuições da Autoridade Portuária.
RESOLVE:
Art 1º INSTITUIR COMITÊ DE INOVAÇÃO – CINOV com o objetivo de unificar o estudo e implantação de projetos de inovação, fomentando o capital humano e tecnológico para a criação de um ecossistema inovador na Portos do Paraná:
COORDENADORA:
MELISSA DE PAULA, Matrícula 9844.
MEMBROS:
ALEXANDRE AUGUSTO BERWANGER SCHERER, Matrícula 9856;
ANIELLE ARAUJO DA SILVEIRA, Matrícula 9926;
DAYANNA BONAFINI, Matrícula 2179;
EDUARDO DOMANSKI DOS SANTOS, Matrícula 2087;
FERNANDA GONÇALES, Matrícula 9924;
LUCAS GOMES GONÇALVES, Matrícula 2080;
MARIA AUGUSTA MENDES GONÇALVES DA SILVA, Matrícula 9922;
MATHEUS RICARDO MASSUKI, Matrícula 2173;
RENATA COSTA DE JESUS GUSMÃO, Matrícula 2112;
RENATA PEREIRA AGUIAR, Matrícula 9912;
VADER ZULIANE BRAGA, Matrícula 9894;
WILLIAM KOCH, Matrícula 2159.
Art 2º Dentre os colaboradores da Portos do Paraná, foram indicados profissionais que compõem uma equipe multidisciplinar que já desempenham atividades com iniciativas de inovação em suas respectivas diretorias.
Art 3º O CINOV deve atuar com projetos de inovação que se encontram em fase de análise de viabilidade técnica e operacional. Não fazendo parte do campo de estudo deste Comitê, projetos que já foram contratados e/ou que já se encontram em fase de implantação.
Art 4º As ações de responsabilidade deste Comitê são aquelas inerentes a Autoridade Portuária restringindo-se estritamente as competências da Portos do Paraná enquanto Porto Organizado e Empresa Pública.
Art 5º O CINOV centralizará as iniciativas de todas as diretorias em um único campo de estudo. De modo que trimestralmente, apresente relatório de atividades desenvolvidas à Gerência de Planejamento Estratégico para que seja reportado à Diretoria Executiva o status quo dos projetos de inovação na Reunião de Análise da Estratégia – RAE.
Art 6º No caso de apoio a projetos de interesse estratégico, estes serão selecionados a partir de propostas apresentadas por partes interessadas e aprovadas por deliberação da Diretoria Executiva, a qualquer tempo e de modo discricionário.
Art 7º O CINOV atuará sistematicamente em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I previamente selecionados a partir de um dos seguintes eixos temáticos:
I – Operações: Projetos que tornem as operações portuárias mais seguras, mais verdes e mais produtivas. Projetos do setor marítimo e logístico (hidrovias, rodovias, ferrovias, por exemplo). Projetos envolvendo cadeias produtivas cujas cargas são movimentadas pelo Complexo Portuário da Portos do Paraná (agronegócio, granéis sólidos minerais, celulose, granéis líquidos, carga de projeto etc.) e que possibilitem a implementação de novas cadeias e atração de novos negócios, além de projetos de engenharia portuária (dragagem, sondagem etc.).
II – Meio Ambiente: Projetos que reduzam a emissão de CO2 na poligonal dos portos e facilitem a transição energética em todo o condomínio logístico e que proponham soluções para mitigar efeitos das mudanças climáticas sobre a atividade portuária e sobre as cadeias produtivas movimentadas pela Portos do Paraná. Projetos que contribuam para mitigar externalidades e controlar impactos da operação portuária.
III – Relação Porto Cidade: Projetos voltados para temas que relacionem cidades paranaenses com o setor portuário, notadamente as cidades do litoral do Paraná e adjacências, e que tratem de impactos e externalidades dos Portos do Paraná sobre as cidades, resgatem as raízes históricas que conectam o porto com a(s) cidade(s) e fomentem a apropriação do conceito de cidade portuária.
IV – Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável: Projetos que aliem esforços de PD&I aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná e de todo o Corredor Sul, Sudeste e Centro Oeste brasileiro e que abordem temas relativos aos impactos das cadeias produtivas movimentadas pela Portos do Paraná sobre o desenvolvimento social e econômico da região e do país.
V – Desenvolvimento Tecnológico: Projetos que tornem a Portos do Paraná um porto inteligente, com mais conectividade entre os ativos físicos e digitais, conferindo agilidade e fortalecendo os pilares do sistema de gestão de segurança da informação quais sejam: confidencialidade, integridade e disponibilidade.
VI – Gestão Pública: Projetos que contribuam para a modernização e maior eficiência da gestão da Autoridade Portuária.
Art 8º O CINOV deverá participar de eventos e/ou reuniões com empresas, startups, portos parceiros acerca dos temas que visem o desenvolvimento dos projetos de inovação estudados em nível regional, nacional e internacional.
Art 9º O andamento e status quo de cada projeto de inovação deve estar disponível em painéis de fácil e rápida visualização em tempo real ao CONSAD, Diretoria Executiva e integrantes do CINOV da Portos do Paraná.
Art 10 Revoga-se a Portaria nº 328/2024/APPA, de 19 de dezembro de 2024.
Art 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 21 de março de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 036/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO as justificativas apresentadas no processo protocolado sob nº 21.744.099-8.
RESOLVE:
Art 1º AUTORIZAR a prorrogação do prazo por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos designados na Portaria nº 005/2025/APPA, para implantação de procedimentos e contratações que embasarão o enquadramento dos navios que, comprovadamente, possuírem estrutura de conversão de matriz energética com foco em redução de emissões atmosféricas, ao regramento de Prioridade de Atracação da Portos do Paraná, conforme item 2.2.6. da Portaria nº 326-2023.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 21 de março de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 037/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.815, de 5 junho de 2013, no que trata das tarifas portuárias pelas Administrações Portuárias;
CONSIDERANDO o pleito de reajuste tarifário pleiteado para o Porto de Paranaguá no Sistema de Procedimentos de Regulação Tarifária – ProREP da ANTAQ, que originou o Processo nº 50300.012517/2024-11, em atendimento à Resolução nº 61/2021 – ANTAQ;
CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 30-2025-ANTAQ, proferido na 579ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de janeiro de 2025; e
CONSIDERANDO a Deliberação nº 21/2025 – ANTAQ, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de março de 2025.
RESOLVE:
Art 1º APLICAR o reajuste linear de 8,00% para todas as tarifas portuárias praticadas pelos Portos do Paraná no Porto de Antonina.
Art 2º Que os novos valores tarifários serão aplicados nas operações de navios que atracarem no Porto de Antonina a partir das 00h00, do dia 1º de abril de 2025.
Art 3º Que a tabela tarifária vigente estará disponível no site eletrônico https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Operacional/Pagina/Tabela-de-Tarifas-Portuarias.
Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 038/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR BRUNO AVANÇO ROMERA, Matrícula 2164, ANDERSON CESAR MENDES, Matrícula 2190, e FERNANDA GONÇALES, Matrícula 9924, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Recebimento Definitivo dos serviços prestados pela empresa INOVVE TURISMO LTDA, autorizada na Ordem de Serviço nº 144-2023, processo protocolado sob nº 20.183.537-2, Pregão Eletrônico nº 655/2023-APPA, Contrato nº 061-2023-APPA.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 039/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 23.609.436-7, que solicita a concessão de licença não remunerada; e
CONSIDERANDO a Cláusula Trigésima Nona – Licença Não Remunerada do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.
RESOLVE:

Art 1º CONCEDER Licença não Remunerada ao empregado público MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES, Matrícula 2186, Analista Portuário – Advogado, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 26 de fevereiro de 2025 a 27 de março de 2025, por razão de interesse particular do empregado.
Art 2º Revoga-se a Portaria nº 033/2025/APPA, de 14 de março de 2025.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 040/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR THIAGO CRYSTIAN MATOZO, Matrícula 2094, IVAN PLANTES MACHADO, Matrícula 1391, EDUARDO DOMANSKI DOS SANTOS, Matrícula 2087, CEZAR TRAMUJAS NETO, Matrícula 2042, WILLIAM KOCH, Matrícula 2159, BRUNA CALLONI, Matrícula 9913, MATHEUS LUIS ARNONI MENDES, Matrícula 9880, IGOR COSTA DE TOLEDO, Matrícula 9910, WILLIAN CESAR KESSELI, Matrícula 1788, FERNANDO PINHEIRO DIAS, Matrícula 9404, VINICIUS GOMES DOS SANTOS, Matrícula 2035, e RICARDO QUINHOLI MOSCARDI, Matrícula 2207, para sob a coordenação do primeiro, comporem Comissão de Análise e Atualização do EAR e PSP desta Administração, a fim de atender às demandas da Resolução nº 53, de 4 de setembro de 2020, da CONPORTOS/MJ e manutenir a Declaração de Cumprimento da APPA.
Art 2º Revoga-se a Portaria nº 316/2024/APPA, de 29 de novembro de 2024.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 041/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO a sentença judicial proferida nos autos da AÇÃO TRABALHISTA – RITO SUMARÍSSIMO ATSUM nº 0000166-18.2025.5.09.0022 – TRT da 9ª Região, referente a reclamatória do Senhor FERNANDO LUIZ DA SILVA.
RESOLVE:
Art 1º REINTEGRAR FERNANDO LUIZ DA SILVA ao emprego de Auxiliar de Manutenção, Referência 303-G, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a partir de 1º de abril de 2025, conforme documentação acostada ao protocolado nº 23.733.331-4.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 042/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR MARIA HELENA ALMEIDA, Matrícula 9899, do emprego de provimento em comissão de Assessor II, Símbolo CC 03, da Assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial, a partir de 1º de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 043/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR MARIA HELENA ALMEIDA, Matrícula 9899, para exercer o emprego de provimento em comissão de Assessor II, Símbolo CC 03, na Assessoria da Coordenadoria da Presidência, a partir de 2 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 044/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
considerando:
• O retorno do empregado público MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES, Matrícula 2186, às suas funções, após o término da licença não remunerada concedida pela Portaria nº 039/2025/APPA;
• O desempenho e dedicação demonstrados pelo empregado público EDUARDO HENRIQUE BITTENCOURT DA ROCHA SANTOS, Matrícula 2205, enquanto exerceu a função de Coordenador III durante o período de afastamento do titular;
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR o empregado público MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES, Matrícula 2186, para exercer o emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, na Coordenadoria Cível, da Gerência da Procuradoria de Contencioso, da Diretoria Jurídica, a partir de 03 de abril de 2025.
Art 2º EXONERAR o empregado público EDUARDO HENRIQUE BITTENCOURT DA ROCHA SANTOS,
Matrícula 2205, do emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, na Coordenadoria Cível, da Gerência da Procuradoria de Contencioso, da Diretoria Jurídica, a partir de 02 de abril de 2025.
Art 3º Registrar no assentamento funcional do empregado público EDUARDO HENRIQUE BITTENCOURT DA ROCHA SANTOS elogio formal pelo desempenho exemplar na condução das atividades da Coordenadoria Cível enquanto exerceu a função de Coordenador III, especialmente na minuciosa elaboração de defesa nos processos envolvendo a regularidade dos procedimentos licitatórios atinentes aos arrendamentos portuários e a obra do Moegão - Ação Popular n. 5007235- 56.2025.4.04.7000 e Auto de Infração nº 19/25, respectivamente.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 2 de abril de 2025.

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
Diretor Jurídico

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 045/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO as atribuições da Autoridade Portuária nos Portos de Paranaguá e Antonina;
CONSIDERANDO a obrigação de estabelecer normas e procedimentos que garantam o ordenamento operacional dos Portos de Paranaguá e Antonina, inclusive dos Terminais Portuários Privados;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as normas para atender a evolução das necessidades dos serviços portuários;
CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento de todas as Normas e Regulamentos que norteiam as atividades portuárias;
CONSIDERANDO as condições atualmente existentes para as Programações, Operações e Atracações nos Portos de Paranaguá e Antonina;
CONSIDERANDO a proteção e segurança das instalações portuárias, o obrigatório atendimento das operações portuárias ao regime de Alfandegamento, ao ISPS CODE e à Legislação Ambiental; e
CONSIDERANDO a obrigatória e permanente necessidade de atualização deste Regulamento de Programações, Operações e Atracações de Navios, para o atendimento da demanda crescente; maior agilidade nas atividades portuárias; melhores índices operacionais; modernização das metodologias operacionais.
RESOLVE:
Art 1º ATUALIZAR o REGULAMENTO DE PROGRAMAÇÕES, OPERAÇÕES E ATRACAÇÕES DE NAVIOS, editado no idioma Português e disponível no site eletrônico https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Operacional/Pagina/Normas-gerais.
Art 2º Revoga-se a Portaria nº 326-2023, de 15 de dezembro de 2023.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 2 de maio de 2025.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 046/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR GUILHERME LUIS GONÇALVES DE SOUZA, Matrícula 2079, EDSON KYOHARU WAKIUCHI, Matrícula 1319, e ADRIAN LAMEK DO ROSARIO DE RAMOS, Matrícula 2132, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Recebimento Definitivo dos serviços prestados pela empresa PWM ENERGIA LTDA, autorizada na Ordem de Serviço nº 221-2022, processo protocolado sob nº 18.862.675-0, Licitação Pública nº 05/2022-APPA, Contrato nº 058-2022.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 047/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 20.284.052-3, que solicita a concessão de licença não remunerada;
CONSIDERANDO os fatos e fundamentos apresentados no processo protocolado sob nº 23.721.113-8, que solicita a renovação de licença não remunerada; e
CONSIDERANDO a Cláusula Trigésima Nona – Licença Não Remunerada do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.
RESOLVE:
Art 1º RENOVAR a Licença não Remunerada do empregado público HALEXANDRE DE CARVALHO SANTOS, Matrícula 2098, Agente da UASP, pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir de 3 de maio de 2025, por razão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de interesse particular do empregado.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 048/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º REVOGAR a Portaria nº 019/2025/APPA, de 6 de março de 2025.
Art 2º REVOGAR a Portaria nº 020/2025/APPA, de 6 de março de 2025.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 049/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DETERMINAR que a Diretoria Administrativa e Financeira proceda à implantação, a partir de abril de 2025, na folha de pagamento do empregado público HAMED ABDO HAMUD, Matrícula 1975, Guarda Portuário, da inclusão do adicional de risco na base de cálculo do repouso semanal remunerado, com reflexos em férias e sua gratificação e 13° salário, conforme determinação judicial proferida na RT 0001282-47.2016.5.09.0322, protocolado sob nº 23.779.494-0.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 050/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DETERMINAR que a Diretoria Administrativa e Financeira proceda à implantação, a partir de abril de 2025, na folha de pagamento do empregado público HAMED ABDO HAMUD, Matrícula 1975, Guarda Portuário, para que sejam considerados os reflexos das horas extras pagas decorrentes de labor em feriados não compensados (noturnas e diurnas) nos repousos semanais remunerados, conforme determinação judicial proferida na RT 0001282-47.2016.5.09.0322, protocolado sob nº 23.779.494-0.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 051/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO as campanhas de dragagens realizadas e a serem realizadas, bem como, os demais avanços na infraestrutura marítima da APPA;
CONSIDERANDO os investimentos da infraestrutura realizados pela União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR; e
CONSIDERANDO a intenção da APPA em promover debate técnico entre os principais atores da Comunidade Portuária, assim como obter informações relevantes que possam contribuir para a elaboração dos trabalhos, visando o desenvolvimento contínuo da navegação dos Portos de Paranaguá e Antonina.
RESOLVE:
Art 1º INSTITUIR Grupo Técnico de Trabalho Permanente para elaboração, acompanhamento e desdobramento das ações necessárias para a obtenção dos Ganhos Operacionais Projetados e sua Manutenção, face aos investimentos na infraestrutura marítima dos Portos do Paraná.
Art 2º O Grupo Técnico será composto pelos representantes da APPA e membros da comunidade portuária.
REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA:
JOÃO LUIZ JARDIM VILA VERDE, Matrícula 9887;
LUCAS GOMES GONÇALVES, Matrícula 2080;
LUIZ DE SA MARANHÃO NETO, Matrícula 1979;
RENATA COSTA DE JESUS GUSMÃO, Matrícula 2112.
MEMBROS DA CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ:
GILMAR ERCIVAL BRAND, Capitão-Tenente (AA) – RM1, TITULAR;
NADIA SILVA FONSECA FERREIRA, Primeira-Tenente (T), SUPLENTE.
MEMBROS DO SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ - SINPRAPAR:
JULIO VERNER NADOLNY – TITULAR;
DIOGO NERY MONTEIRO – SUPLENTE;
MARCOS MACHADO MASCARENHAS – SUPLENTE.
Art 3º O Grupo Técnico de Trabalho Permanente deverá realizar reuniões periódicas, com elaboração de Ata assinada por todos os envolvidos.
Art 4º A pauta das reuniões deve ser estabelecida em até 7 (sete) dias de antecedência de cada reunião e enviada aos membros.
Art 5º Em função da pauta, poderão ser convidados outros membros da comunidade portuária, entre eles: terminais, operadores, agentes marítimos, sindicatos, empresas de rebocadores, entre outros.
Art 6º Revoga-se a Portaria nº 280/2024/APPA, de 22 de outubro de 2024.
Art 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 052/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR WESLEY SOUZA OLIVEIRA, Matrícula 9810, do emprego de provimento em comissão de Assessor V, Símbolo CC 06, da Assessoria da Secretaria Geral da Presidência, a partir de 10 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 053/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR RENATA PEREIRA AGUIAR, Matrícula 9912, do emprego de provimento em comissão de Assessor III, Símbolo CC 04, da Assessoria da Gerência de Planejamento Estratégico, da Presidência, a partir de 10 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 054/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR MARIA HELENA ALMEIDA, Matrícula 9899, do emprego de provimento em comissão de Assessor II, Símbolo CC 03, da Assessoria da Coordenadoria da Presidência, a partir de 10 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 055/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR WESLEY SOUZA OLIVEIRA, Matrícula 9810, para exercer o emprego de provimento em comissão de Assessor VI, Símbolo CC 07, na Assessoria da Secretaria Geral da Presidência, a partir de 11 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 056/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR RENATA PEREIRA AGUIAR, Matrícula 9912, para exercer o emprego de provimento em comissão de Assessor V, Símbolo CC 06, na Assessoria da Secretaria Geral da Presidência, a partir de 11 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 057/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR MARIA HELENA ALMEIDA, Matrícula 9899, para exercer o emprego de provimento em comissão de Assessor III, Símbolo CC 04, na Assessoria da Coordenadoria da Presidência, a partir de 11 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 058/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º ACOLHER O PEDIDO DE DEMISSÃO do empregado público MATHEUS FELIPE SMANIOTO, Matrícula 2172, Agente Portuário, do Quadro Efetivo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a partir de 7 de abril de 2025, conforme processo protocolado sob nº 23.800.411-0.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 059/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR CARLOS EDUARDO MANDAI, Matrícula 9934, do emprego de provimento em comissão de Coordenador III, Símbolo CC 07, da Coordenadoria de Sinalização, Balizamento e Monitoramento, da Gerência de Engenharia Marítima, da Diretoria de Engenharia e Manutenção, a partir de 11 de abril de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 11 de abril de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

39159/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 34/2025 - SEIA

Ementa: Regulamenta o expediente, o controle de jornada de trabalho diário dos servidores e a utilização do Sistema de Ponto Eletrônico no âmbito da Secretaria de Estado de Inovação e Inteligência Artificial.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. O horário de funcionamento da Secretaria de Estado de Inovação e Inteligência Artificial – SEIA está compreendido entre as 07h (sete horas) e as 19h (dezenove horas), sendo, para o atendimento ao público externo, das 08h30min. (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h00min (treze horas) às 17h30 min. (dezessete horas).

Art. 2º. A jornada de trabalho da Secretaria de Estado de Inovação e Inteligência Artificial – SEIA será de 8h (oito horas) diárias e 40h (quarenta horas) semanais.
§1º. A contagem da jornada de trabalho somente ocorre a partir do início do horário de funcionamento da Secretaria.
§2º. A prestação de serviços externos, reuniões, cursos ou eventos previamente autorizados e viagens a serviço da Secretaria serão considerados como jornada regular.

Art. 3º. O registro da frequência é obrigatório, de responsabilidade de cada servidor, residentes e estagiários, devendo ser realizado nos equipamentos de informática disponibilizados a todos nas unidades de lotação ou de forma manual, quando autorizado.
§ 1º. A senha de acesso ao sistema é de uso pessoal e intransferível.
§ 2º. Os registros serão efetuados no início do expediente, saída e retorno do intervalo de almoço e no encerramento da jornada de trabalho, totalizando, no máximo, 4 registros diários.
§ 3º. O intervalo de almoço é de no mínimo 1h e no máximo 2 h.

Art. 4º. O servidor deverá preencher o campo "justificativa" do SPE nas seguintes hipóteses:
I - ausência ocorrida por motivo de saúde;
II - ausência do registro em razão de prestação de serviços externos, reuniões e viagens;
III - ausência em razão de participação em cursos ou eventos, previamente autorizados, que impossibilitem o registro da frequência diária;
IV - ausência do registro de frequência por problemas técnicos no equipamento;
V - ausência do registro de frequência por esquecimento, no máximo 5 vezes.
§ 1º. As justificativas de que trata o caput deverão ser registradas no Sistema de Ponto Eletrônico no campo próprio, anexando-se a documentação comprobatória no sistema, quando houver.
§ 2º. Para as ausências por motivo de saúde, devidamente documentadas, quando excedentes a três dias, serão adotadas as normas estabelecidas pela Divisão de Perícia Médica (DPM) da Secretaria de Estado da Administração e Previdência.
§ 3º. Serão também consideradas ausências justificadas, sem necessidade de compensação, as hipóteses de afastamento legalmente previstas no art.128 da Lei nº 6174, de 20 de novembro de 1970.

Art. 5º. A ausência de registro da frequência ocasionada por serviços externos, reuniões, viagens e outros deverão ser justificadas pelo servidor no sistema, e ratificadas pela chefia imediata na folha de frequência.
Parágrafo único. As justificativas apresentadas no sistema por motivo de viagem devem conter a indicação do número da Solicitação de Viagem gerado pela Central de Viagens.

Art. 6º. As ausências cuja justificativas não forem acolhidas pela chefia imediata e/ou pelo Diretor serão lançadas como falta no controle eletrônico de frequência, ressalvada a hipótese de compensação.
§1º A compensação da jornada não excederá a duas horas diárias e não poderá ser realizada em período noturno, compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia até as 5 (cinco) horas do dia seguinte.
§2º Os casos em que for lançada a falta, deverão ser formalizados via eProtocolo para viabilizar a notificação do servidor.
Art. 7º Compete à chefia imediata, ou servidor por ele designado, o controle de frequência e da jornada de trabalho dos servidores lotados na unidade administrativa pela qual é o responsável, bem como a administração dos relatórios de frequência, devendo atestá-los e enviá-los ao Núcleo de Recursos Humanos, até o 5º dia útil do mês subsequente, via e-protocolo digital, instaurado anualmente, em que constarão todos os relatórios de frequência dos meses correspondentes.
Parágrafo único. Como atribuição de rotina, caberá ao NRHS o acompanhamento dos registros dos servidores, encaminhando eventuais inconsistências ou irregularidades às chefias.

Art. 8º O Secretário, o Diretor-Geral, o Chefe de Gabinete e os demais Diretores da Secretaria de Estado de Inovação e Inteligência Artificial – SEIA ficam dispensados do registro de frequência.

Art. 9º Em razão das peculiaridades inerentes às atividades desenvolvidas, poderá ser dispensado o registro de frequências:
I – dos Coordenadores;
II – dos Chefes de Núcleo;
III – dos servidores lotados no Gabinete do Secretário e do Diretor-Geral;
IV – dos servidores lotados nas assessorias técnica e de projetos.
§1º A dispensa a que se refere o inc. I, deverá ser formalizada, via eProtocolo, pelo Diretor da Unidade e submetida a deliberação do Diretor-Geral, que, em caso de anuência, remeterá o expediente ao NRHS para registro.
§ 2º A dispensa a que se referem os incisos II, III e IV, deverá ser formalizada ao NRHS, via eProtocolo, pelo Diretor-Geral.
§ 3º A dispensa do registro de frequência não exime o servidor do cumprimento da carga horária obrigatória de 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 10. Poderá ser concedida dispensa do registro do expediente mediante apresentação de comprovante de inscrição ou equivalente, pelo tempo necessário, à frequência de servidor a cursos de pós-graduação (lato ou stricto sensu), a aulas, eventos de capacitação ou compromissos acadêmicos, relacionados às áreas de atuação da Secretaria, sem prejuízo da licença prevista no art. 251, caput, da Lei Estadual n.º 6174/1970.
§ 1º Para fins da licença a que se refere o caput, o servidor deverá formalizar requerimento via eProtocolo, à chefia imediata e ao diretor de área, que, em caso de anuência, remeterá o expediente para deliberação do Diretor-Geral.
§ 2º Para fins de comprovação da frequência e do aproveitamento da atividade realizada pelo servidor, deverá ser encaminhado ao NRHS cópia do diploma ou certificado de conclusão.
§ 3º Caso concedida a dispensa, o servidor deverá compatibilizar a participação nas atividades de que trata o caput deste artigo com o exercício das atividades que habitualmente desempenha no cargo que ocupa.

Art. 11. Os casos omissos serão disciplinados por ato da Direção-Geral.

Art. 12. Fica revogada a Resolução nº 44/2023 e a Resolução 46/2024.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 09 de abril de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

39491/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

DESPACHO SECRETARIAL nº 086/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.479.559-7)

I. AUTORIZO com fulcro na Lei nº 21.352/2023 e no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 148 e seguintes do Decreto nº 10.086/2022, e com base no Memorando n° 014/2025 – Semiliberdade Masculina de Curitiba **(mov.02)**; no Estudo Técnico Preliminar – ETP **(mov.04)**; na Informação Técnica nº 082/2025 – NFS/SEJU **(mov.31);** no Termo de Referência – TR **(mov.36)**; com aprovo do TR – GS/SEJU **(mov.37)**; bem como na Informação Técnica nº 091/2025 – AT/SEJU **(mov.56)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização da **Inexigibilidade de Licitação**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e o **FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, CNPJ nº 14.682.109/0001-60**, que visa a Aquisição de créditos de vale-transporte para permitir a utilização do sistema de transporte coletivo urbano municipal pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Semiliberdade Masculina de Curitiba e na Semiliberdade Feminina Regina Fischer Pessut, com despesa no valor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

total de **R$ 54.720,00 (cinquenta e quatro mil setecentos e vinte reais)**.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem, que é responsabilidade do NAS/SEJU. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

39338/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 087/2025 – SEJU

Referente ao Protocolo nº 22.600.413-0

1. Trata-se de contratação direta, via Dispensa Eletrônica nº 90001/2025, tipo melhor valor, visando à aquisição de detectores de metais portáteis do tipo bastão, com acessórios para controle de acesso às dependências dos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade, conforme especificações contidas no Edital e anexo, conforme descrito.
2. A Empresa declarada vencedora se encontra relacionada no quadro abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	LOTE
WAGNER ESPÍRITO SANTO FIGUEIREDO	58.162.673/0001-28	Lote único

3. O valor arrematado no procedimento importa em R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), no lote único.
4. Considerando o Despacho nº 030/2025 da Chefia da Unidade de Contratação e Licitação e do Agente de contratação (mov. 120) desta Secretaria de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.
5. Saliento que, previamente à realização de despesa, deverão verificar-se a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos das disposições legais aplicáveis.
6. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

(Assinado digitalmente)
Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

39267/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
DELIBERAÇÃO Nº 08/2025 – CONSEPIR/PR

O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 11 de abril de 2025, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 190/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, que estabelece diretrizes para o encaminhamento e análise das prestações de contas dos Fundos Especiais, e considerando a necessidade de apreciação formal da prestação de contas referente ao Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNDEPPIR, relativa ao exercício de 2024,

DELIBERA:

Art. 1º Aprova o Relatório Circunstanciado nº 001/2025, referente à gestão do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNDEPPIR, exercício financeiro de 2024.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE.
Curitiba, 14 de Abril de 2025.
ALOÍSIO JUSTINO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

39651/2025

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROTOCOLO: 23.522.596-4
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para aquisição de prendedor de inox, gancho metálico, barbante sisal e plástico bolha para atendimento das necessidades da Coordenação de Fomento ao Artesanato, por meio de dispensa de licitação, na forma eletrônica, nos termos do art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Considerando o contido no Relatório de Dispensa Eletrônica n.º 90.004/2025 (mov. 29 do protocolo em epígrafe);
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a faculdade prevista no art. 53, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Considerando o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a utilização de minuta padrão elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná;
Considerando a faculdade prevista no art. 54, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Considerando o parecer da Assessoria Técnica de regularidade do feito;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
HOMOLOGO o processo de contratação referente a Dispensa Eletrônica n.º 90.004/2025, declarando como vencedoras do certame as empresas:
Item 1 – Prendedor de inox: DIEGO BRIEN DE SOUZA VASCONCELOS, CNPJ 52.XXX.073/0001-XX, valor total R$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);
Item 2 – Gancho metálico: GUSTAVO DIAS DE SOUZA 06770868903, CNPJ 31.XXX.378/0001-XX, valor total R$ 400,00 (quatrocentos reais);
Item 3 – Barbante sisal
: deserto;
Item 4 – Plástico bolha: KEROLAYNE APARECIDA SOUZA, CNPJ 59.XXX.364/0001-XX, valor total R$ 357,00 (trezentos e cinquenta e sete reais).
DETERMINO a publicação do ato homologatório no sítio eletrônico oficial desta Secretaria de Estado, bem como em Diário Oficial do Estado, nos termos do contido no art. 54, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
DETERMINO, ainda, a divulgação dos contratos formalizados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de suas assinaturas, nos termos do inc. II, do art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas publicações no sítio eletrônico oficial desta Secretaria de Estado e dos seus extratos no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

39672/2025

Secretaria do Planejamento

RESOLUÇÃO N.º 006/2025/SEPL

Designa servidora para exercer a função de Agente de Ouvidoria.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 9.326 de 24 de março de 2025, bem como o art. 4º, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023, e as competências regidas pelo parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado.
RESOLVE:
Art. 1°. Designar a servidora Gabriela Maria da Silva Pinheiro, RG n.º 6.XXX.987-X, endereço eletrônico gabriela.pinheiro@sepl.pr.gov.br, para exercer a função de Agente de Ouvidoria, em substituição a servidora Eliane dos Santos Donini, em conformidade com o art. 24 do Decreto Estadual n.º 2.741/2019 e com a Resolução CGE n.º 55/2021.
Art. 2°. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 15 de abril de 2025.
DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor-Geral/SEPL

39409/2025

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

Institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à

Saúde – PROAPS PARANÁ no Estado do Paraná.

*O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, art. 2º, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando as diretrizes e princípios para a consolidação do Sistema Único de Saúde, Art. 196 e Art. 198 da Constituição Federal 1988 e Art. 7° da Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e controle social;

- considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo, e, o disposto no art. 19 c/c art. 20, dispõe que o rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, nos termos do inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal, devendo as transferências de recursos dos Estados para os Municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde, ser realizadas diretamente do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática;

- considerando a Lei Complementar Estadual nº 152, de 10 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde;

- considerando o inciso XVI, do art. 12 da Lei Estadual 13.331, de 23 de novembro de 2001, que dispõe que o Estado deve exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os Municípios realizarem adequada política de saúde;

- considerando Decreto nº 7.986, de 16 de abril de 2013, que regulamenta a Lei Complementar nº 152 de 10 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE;

- considerando a Deliberação CIB/PR nº 084, de 23 de março de 2025, que aprova o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde PROAPS PARANÁ, em prol da implementação das diretrizes do SUS e da Rede de Atenção á saúde (RAS), a serem operacionalizadas pelas equipes da Atenção Primária à Saúde, no Estado do Paraná e aprova os critérios e distribuição dos recursos destinado ao custeio da APS constituído por dois componentes fixo e variável;

- considerando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), disposta no Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a APS como principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, e que o financiamento para fortalecimento da Atenção Primária à Saúde é tripartite;

- considerando a necessidade de fortalecer a Atenção Primária à Saúde em seu papel de ordenadora da Rede de Atenção à Saúde; qualificar o acesso e a capacidade resolutiva dos sistemas municipais de saúde; articular e consolidar a Rede de Atenção à Saúde, com a finalidade de dar respostas às expectativas e necessidades da população no cuidado e promoção da saúde;

- considerando o Mapa Estratégico do Plano Estadual de Saúde 2024-2027, estabelece como referenciais e objetivos inovadores os "processos" a implementação da Rede de Atenção à Saúde, com foco nas Linhas de Cuidado Prioritárias, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde e o processo de Regionalização da Saúde;

- considerando as discussões efetuadas no âmbito do Planejamento Regional Integrado (PRI), em um processo participativo e ascendente de realização do diagnóstico das regiões de saúde, para definição de prioridades;

- considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU;

- considerando a responsabilidade da SESA/PR de apoiar os municípios frente as dificuldades da administração municipal e em investir na qualificação da Atenção Primária à Saúde no Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde PROAPS PARANÁ, em prol da implementação das diretrizes do SUS e da Rede de Atenção á saúde (RAS), a serem operacionalizadas pelas equipes da Atenção Primária à Saúde, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único: Considera-se equipes de Atenção Primária à Saúde (APS): Equipe de Saúde da Família (eSF), Equipe de Atenção Primária (eAP), Equipe de Saúde Bucal (eSB), Equipe Multiprofissional na APS (eMulti) que atuam nos estabelecimentos de APS.

Art. 2° O referido programa é constituído por incentivos financeiros, na modalidade Fundo a Fundo, para custeio e investimento na Atenção Primária à Saúde, todos os municípios são considerados elegíveis.

Art. 3º O componente financeiro estadual de custeio dar-se-á para todos os municípios do Paraná de acordo com o regulamento e critérios estabelecidos nesta Resolução, sendo destinado exclusivamente para execuções das ações e serviços de saúde das equipes da APS (eSF, eAP, eSB e eMulti).

Art. 4º O incentivo financeiro estadual de custeio é constituído por dois componentes:

I - Fixo: Incentivo de custeio para a implementação das diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizadas na Atenção Primária à Saúde;

II - Variável: Incentivo de custeio de qualificação do processo de trabalho das equipes da Atenção Primária à Saúde, conforme cumprimento de Metas.

Parágrafo Único: O rol exemplificativo de itens que podem se enquadrar no incentivo de custeio, consta no anexo I.

Art. 5º A adesão dos municípios se dará por meio da assinatura do Termo de Compromisso, conforme anexo II.

Art. 6º Do incentivo de custeio para a implementação das diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizadas na Atenção Primária à Saúde – Componente fixo.

§ 1º Destinado à implementação da organização das ações das equipes da Atenção Primária à Saúde, visando promover a ampliação do acesso, longitudinalidade e a integralidade do cuidado.

§ 2º O valor do Incentivo Financeiro de Custeio que trata este artigo será no valor anual de R$ 58.998.000,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e oito mil reais) a ser repassado aos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, conforme os critérios de distribuição do recurso descritos no anexo III, que dar-se-á da seguinte forma:

a) 57,88% (cinquenta e sete vírgula oitenta e oito por cento) do valor distribuído com base no porte populacional;

b) 21,52% (vinte e um vírgula cinquenta e dois por cento) do valor distribuído com base nos critérios de equidades;

c) 20,60% (vinte vírgula sessenta por cento) do valor distribuído com base nos critérios de vulnerabilidades.

§ 3º Para os municípios que já recebiam recursos do Estado, pela Resolução SESA nº 276, de 16 de maio de 2012 – Incentivo Financeiro de custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade "Fundo a Fundo", utilizando os critérios estabelecidos pelo Fator de Redução das Desigualdades Regionais e alterações, e que, pela aplicação dos critérios estabelecidos nesta resolução passariam a receber menos, fica mantido o valor que recebem, até que, pela aplicação dos critérios estabelecidos, façam jus ao valor superior ao que recebem atualmente. Desta forma, o total de recursos a ser repassado soma o valor de R$ 70.914.876,00 (setenta e sete milhões, novecentos e quatorze mil e oitocentos e setenta e seis reais) anual.

§ 4º O incentivo financeiro que trata este artigo, será repassado mensalmente aos municípios de forma fixa, conforme anexo IV.

Art. 7º Do incentivo de custeio de qualificação do processo de trabalho das equipes da Atenção Primária à Saúde, conforme cumprimento de Indicadores e Metas - Componente variável.

§ 1º Destinado à qualificação do processo de trabalho das equipes da Atenção Primária à Saúde, para o desenvolvimento de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

§ 2º O valor do incentivo financeiro de custeio que trata este artigo será no valor anual de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a ser repassado aos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios conforme os critérios de distribuição dos recursos descritos no anexo III, que dar-se-á da seguinte forma:

I - 59,96 % (cinquenta e nove vírgula noventa e seis por cento) do valor distribuído com base no porte populacional;

II - 15,44 % (quinze vírgula quarenta e quatro por cento) do valor distribuído com base nos critérios de equidades;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III - 24,60 % (vinte e quatro vírgula sessenta por cento) do valor distribuído com base nos critérios de vulnerabilidades.

§ 3º A distribuição deste recurso ocorrerá 100% (cem por cento) de forma variável, condicionado ao alcance das metas dos indicadores pelos municípios a ser recalculado a cada 04 (quatro) meses.

§ 4º O monitoramento e avaliação das metas será realizada a cada quatro meses para fins de recálculo do repasse do recurso financeiro, estando os valores do incentivo a serem repassados aos municípios conforme resultado que o mesmo obtiver de pontuação na última avaliação, não sendo passível de pagamento retroativo.

§ 5º Os indicadores, metas, metodologia de cálculo dos indicadores para o monitoramento visando o fortalecimento e efetivação da Atenção Primária à Saúde, como coordenadora do cuidado e ordenadora da Rede de Atenção, serão descritos em resolução específica.

§ 6º O incentivo financeiro que trata este artigo, será repassado integralmente até a competência de agosto de 2025, e posteriormente o repasse será quadrimestral de forma variável aos municípios, considerando o resultado dos indicadores avaliados com base nos valores definidos no anexo V desta resolução.

§ 7º Os indicadores avaliados e a relação de metas podem ser modificáveis, ajustadas de acordo com a necessidade de atendimento da população e/ou com a periodicidade de dois anos, devendo ter pactuado na Comissão Intergestores Bipartite.

Art. 8º Os municípios que fizerem jus ao incentivo estadual de que trata esta Resolução, deverão:

I - realizar a estratificação de risco conforme Linhas de Cuidado Prioritárias da SESA;

II - manter o envio de dados e informações municipais na plataforma PARANÁ SAÚDE DIGITAL TECNOLOGIA PARA UMA VIDA MELHOR, da SESA;

III - realizar atividades de educação permanente junto as equipes da Atenção Primária à Saúde a fins de fortalecer as ações ao cuidado à população na Rede de Atenção à Saúde, incluindo a participação no PlanificaSUS Paraná e demais cursos realizados pela SESA;

IV - realizar o registro da produção no prontuário do cidadão e exportar as informações ao Centralizador Nacional do E-SUS no prazo determinado e no Centralizador Estadual do E-SUS quando implantado;

V - manter atualizado o Cadastro das Unidades Básicas de Saúde e dos profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES;

VI - ter Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde instituído e em funcionamento;

VII - ter Plano Municipal de Saúde atualizado.

Art. 9º Esta Resolução tem prazo de validade indeterminado, desde que a linha de financiamento das despesas referentes ao incentivo financeiro esteja consignada na Lei Orçamentária em cada exercício.

Art. 10. A prestação de contas quanto à aplicação dos recursos e à execução das ações que constam nesta Resolução deverão integrar o Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado e enviado ao Conselho Municipal de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira.

Parágrafo Único: Os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, bem como os outros documentos que derem origem ao Relatório de Gestão, deverão ser mantidos à disposição dos órgãos de controle interno e externo, por um período de cinco anos, a contar da data das respectivas prestações de contas.

Art. 11. O Município restituirá recursos financeiros recebidos, atualizados monetariamente, acrescidos de juros legais na forma aplicável aos débitos para como Tesouro do Estado, nos seguintes casos:

I - Quando verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, como o caso de aquisição e pagamento de bens estranhos a finalidade desta Resolução;

II - Quando for constata despesas alheias à área da saúde.

Art. 12. Caso haja devolução de recursos dos financeiros deverá ser realizado somente o valor da ação específica para o Fundo Estadual de Saúde, conforme dados bancários: Banco do Brasil, agência: 3793-1, conta-Corrente: 7405-5.

Parágrafo Único: O comprovante de devolução deve ser encaminhado para contabil@sesa.pr.gov.br identificando qual a origem do valor recebido.

Art. 13. Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa: Cuidado Regionalizado em Saúde:

I - Ação: Contribuições ao Fundos Municipais de Saúde;

II - Bloco de Financiamento: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Custeio;

III - Componente: Atenção Primária à Saúde;

IV - Programa de Trabalho: 10.301.35.8030;

V - Receita Padrão 621 – Transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

VI - Natureza da Despesa: 3341.4120;

VII - Fonte 500.

Art. 14. Os recursos de custeio repassados aos municípios até a data de publicação desta Resolução obedecerão aos dispositivos vigentes à época no que se refere aos valores pactuados, aplicação e monitoramento. Para a adesão ao PROAPS PARANÁ, aplica-se o disposto nesta Resolução.

Art. 15. Em relação ao componente financeiro de investimento as diretrizes serão estabelecidas em resoluções específicas.

Art. 16. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de abril de 2025.

Art. 17. Fica revogada a Resolução SESA nº 237, de 16 de maio de 2012.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

Quadro: Rol exemplificativo de itens que podem se enquadrar no incentivo de custeio da APS:

Itens	Descrição
1	Capacitações específicas com conteúdo das Equipes de Atenção Primária à Saúde (APS), perpassando conteúdos da Vigilância em Saúde, bem como outros afetos a área da saúde, inclui pagamento de inscrição em cursos, exposição, congressos, simpósios, seminários, entre outros; custeio de pagamento passagens e despesas de locomoção; hospedagem, para os profissionais que atuam nas equipes da APS.
2	Serviços de terceiros (vedada contratação de recursos humanos), incluí serviços de treinamento, manutenção da UBS, serviços de comunicação, serviços gráficos, de áudio, foto; serviços de processamento de dados na área da informática, confecção de placas, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.
3	Manutenção de veículos e equipamentos utilizados nas ações realizadas pelas equipes da APS.
4	Serviços de terceiros Pessoa Jurídica, necessários para a execução das ações da APS.
5	Aquisição de peças, combustíveis (óleo diesel, gasolina, álcool) e lubrificantes para manutenção de veículos utilizados pelas equipes da APS.
6	Pagamento de provedor de internet para viabilizar o registro e envio das atividades e produção das equipes da APS à Secretaria de Estado da Saúde e ao Ministério da Saúde.
7	Aquisição de materiais de expediente para os estabelecimentos de saúde no âmbito da APS: materiais utilizados em trabalho administrativo, cartuchos de tintas, formulários, receitas, etc.
8	Aquisição de materiais ambulatorial para os estabelecimentos de saúde da APS, para uso das equipes da APS: materiais de consumo utilizados na assistência ao paciente, como agulhas, gaze, esparadrapo, fios cirúrgicos de sutura, cateter de punção venosa, lancetas, fitas reagentes, papel toalha, etc.
9	Material para utilização em procedimentos de esterilização para uso nos estabelecimentos de saúde com equipes da APS: aquisição de testes biológicos, embalagem, produtos químicos utilizados no processo de esterilização, etc.
10	Material de limpeza, conservação e desinfecção: despesas para aquisição de materiais de limpeza como álcool, balde, detergente, desinfetante, sabão, saco de lixo, etc, para uso nos estabelecimentos de saúde no âmbito da APS.

11	Aquisição de produtos, insumos e materiais de consumo para as ações realizadas nos estabelecimentos de saúde da APS, onde atuam as equipes da APS.
12	Despesas de custeio e manutenção dos estabelecimentos em saúde no âmbito da APS (água, energia elétrica, internet, capinagem, coleta de resíduos para os serviços realizados nos estabelecimentos em saúde no âmbito da APS.
13	Pagamento de prestadores de serviços de dedetização, desratização, limpeza de caixa d'água e outras emergências para os serviços realizados nos estabelecimentos em saúde no âmbito da APS.
14	Despesas de custeio, para os estabelecimentos de saúde na APS, como reparos e adaptações, consertos, revisões, pinturas, instalações elétricas e hidráulicas, pequenas reformas e adaptações de bens imóveis sem que ocorra a ampliação do mesmo.
15	Despesas e consumo em saúde bucal, para uso nos estabelecimentos de saúde no âmbito da APS, como insumos utilizados no atendimento ao usuário como dentifrício fluoretado, escova dental, fio dental, flúor, anestésicos, materiais restauradores (resina composta, amálgama e cimento de ionômero de vidro), entre outros; despesas com materiais utilizados no atendimento como brocas, ponta de acabamento, escova Robson, entre outros.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

TERMO DE COMPROMISSO ENTRE OS GESTORES

Termo de compromisso que entre si celebram o Gestor Estadual e o Gestor Municipal ao Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde – PROAPS PARANÁ, no Estado do Paraná.

O Gestor da Secretaria de Saúde do Município de _____ do Estado do Paraná, pelo qual se compromete a qualificar as ações da Atenção Primária à Saúde, considerando as diferentes modalidades de equipes (equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal, multiprofissional, entre outras que vierem a ser instituídas), devendo atender aos critérios da Resolução SESA nº 709/2025.

Para que produza os efeitos pretendidos, assina e da fé.

_____/_____/_____.

_____
Prefeito do Município

_____
Secretário Municipal da Saúde do Município

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

Critérios de distribuição do recurso - Critério de Porte Populacional, Equidades e Vulnerabilidades.

1) Critério de Porte Populacional

PORTE	População	Nº MUN	PONTUAÇÃO PORTE
Porte 1	<20.000	307	1
Porte 2	20.001- 50.000	57	2
Porte 3	51.001- 100.000	13	3
Porte 4	>100.001	22	4
TOTAL		399	

2) Critério de Equidades

Equidades	Pontuação
População quilombola	0,5
Território indígena	0,5
Sistema penitenciário	0,5
Adolescente em medida socioeducativa	0,5
Assentamento	0,5
Acampamento	0,5
Fronteiras/ cidades gêmeas/defrontes/ portuária	0,5
Pontuação máxima	3,5

Classificação	Nº municípios Classificação Equidades
0,5	155
1,0 a 1,5	104
2 a 2,5	14
3 a 3,5	2
TOTAL	275

3) Critério de Vulnerabilidades

Bolsa Família (BF)
Produto Interno Bruto (PIB) 2010
Índice de Desenvolvimento Municipal (IPDM) 2021
Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) 2010

% Bolsa Família em relação população total	Pontuação Bolsa família	Nº MUN
0 a 10%	1	54
11 a 20	2	193
21 a 30	3	115
30 ou mais	4	37
TOTAL		399

PIB	PONTUAÇÃO PIB	Nº MUN
<20.000	4	11
20.000-50.000	3	284
50.000-100.000	2	96
ACIMA 100	1	8
TOTAL		399

IPDM	Classificação	Pontuação IPDM	Nº MUN
0<0,4	baixo	4	0
0,4-<0,6	Médio-baixo	3	10
0,6<0,8	médio	2	360
0,8- 1,0	Alto	1	29
TOTAL			399

IVS	Classificação	Pontuação IVS	Nº MUN
0<0,200	muito baixa	1	61
0,200<0,300	baixa	2	208
0,300<0,400	média	3	120
TOTAL			399

CRITÉRIO DE VULNERABILIDADES	Pontuação	Nº MUN
5 a 7	1	60
8 a 10	2	253
11 a 13	3	81
Acima de 14	4	5
TOTAL		399

Pontuação dos municípios conforme os critérios: Porte Populacional, Equidades e Vulnerabilidades.

RS	MUNICÍPIO	CRITÉRIO 1 – PORTE	CRITÉRIO 2 –	CRITÉRIO 3 –

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

		POPULACIONAL	EQUIDADES	VULNERABILIDADES
18ª RS	Abatiá	1	0,5	2
02ª RS	Adrianópolis	1	0,5	3
02ª RS	Agudos do Sul	1	0,5	3
02ª RS	Almirante Tamandaré	4	0	3
11ª RS	Altamira do Paraná	1	1	2
12ª RS	Alto Paraíso	1	1	2
14ª RS	Alto Paraná	1	0,5	2
12ª RS	Alto Piquiri	1	0,5	3
12ª RS	Altônia	1	1	2
17ª RS	Alvorada do Sul	1	1	2
14ª RS	Amaporã	1	0,5	3
08ª RS	Ampére	1	0,5	2
10ª RS	Anahy	1	0,5	2
18ª RS	Andirá	1	0	2
15ª RS	Ângulo	1	0	2
01ª RS	Antonina	1	1	3
06ª RS	Antônio Olinto	1	0	3
16ª RS	Apucarana	4	0,5	2
16ª RS	Arapongas	4	1	1
03ª RS	Arapoti	2	1,5	2
22ª RS	Arapuã	1	0	2
11ª RS	Araruna	1	0	2
02ª RS	Araucária	4	0,5	1
22ª RS	Ariranha do Ivaí	1	0	2
17ª RS	Assaí	1	0,5	2
20ª RS	Assis Chateaubriand	2	1	2
15ª RS	Astorga	2	0,5	2
15ª RS	Atalaia	1	0	2
02ª RS	Balsa Nova	1	0	2
18ª RS	Bandeirantes	2	1	2
11ª RS	Barbosa Ferraz	1	0,5	3
19ª RS	Barra do Jacaré	1	0	1
08ª RS	Barracão	1	1,5	2
08ª RS	Bela Vista da Caroba	1	0,5	2
17ª RS	Bela Vista do Paraíso	1	0	2
06ª RS	Bituruna	1	0,5	2
11ª RS	Boa Esperança	1	0,5	2
08ª RS	Boa Esperança do Iguaçu	1	1	2
05ª RS	Boa Ventura de São Roque	1	0,5	3
10ª RS	Boa Vista da Aparecida	1	0,5	3
02ª RS	Bocaiúva do Sul	1	0,5	3
08ª RS	Bom Jesus do Sul	1	0,5	2
16ª RS	Bom Sucesso	1	0	2
07ª RS	Bom Sucesso do Sul	1	0	1
16ª RS	Borrazópolis	1	0	2
10ª RS	Braganey	1	0,5	2
12ª RS	Brasilândia do Sul	1	0,5	2
17ª RS	Cafeara	1	0	2
10ª RS	Cafelândia	1	0,5	1
12ª RS	Cafezal do Sul	1	0,5	2
16ª RS	Califórnia	1	0	2
19ª RS	Cambará	2	0,5	2
17ª RS	Cambé	4	0,5	2
16ª RS	Cambira	1	0	1
11ª RS	Campina da Lagoa	1	1,5	2
05ª RS	Campina do Simão	1	0,5	3
02ª RS	Campina Grande do Sul	2	0	2
10ª RS	Campo Bonito	1	1	2
02ª RS	Campo do Tenente	1	0	3
02ª RS	Campo Largo	4	1,5	2
02ª RS	Campo Magro	2	0	3
11ª RS	Campo Mourão	3	1	1
22ª RS	Cândido de Abreu	1	1	3
05ª RS	Candói	1	1,5	2
05ª RS	Cantagalo	1	0,5	3
08ª RS	Capanema	2	0,5	1
10ª RS	Capitão Leônidas Marques	1	0	2
03ª RS	Carambeí	2	0	1
19ª RS	Carlópolis	1	1	2
10ª RS	Cascavel	4	2,5	1
03ª RS	Castro	3	2	2
10ª RS	Catanduvas	1	2	2
17ª RS	Centenário do Sul	1	1	2
02ª RS	Cerro Azul	1	0,5	3
10ª RS	Céu Azul	1	0,5	1
07ª RS	Chopinzinho	2	1,5	2
13ª RS	Cianorte	3	0,5	1
13ª RS	Cidade Gaúcha	1	1	2
07ª RS	Clevelândia	1	2	2
02ª RS	Colombo	4	0,5	2
15ª RS	Colorado	2	0,5	1
18ª RS	Congonhinhas	1	1	3
19ª RS	Conselheiro Mairinck	1	0	2
02ª RS	Contenda	1	0,5	2
10ª RS	Corbélia	1	1	1
18ª RS	Cornélio Procópio	2	0,5	1
07ª RS	Coronel Domingos Soares	1	1,5	3
07ª RS	Coronel Vivida	2	1	2
11ª RS	Corumbataí do Sul	1	0	3
06ª RS	Cruz Machado	1	0	3
08ª RS	Cruzeiro do Iguaçu	1	0,5	2
12ª RS	Cruzeiro do Oeste	2	1	2
14ª RS	Cruzeiro do Sul	1	0,5	2
22ª RS	Cruzmaltina	1	0	2
02ª RS	Curitiba	4	1,5	1
21ª RS	Curiúva	1	0,5	3
20ª RS	Diamante D'Oeste	1	1,5	3
14ª RS	Diamante do Norte	1	0,5	2
10ª RS	Diamante do Sul	1	0,5	3
08ª RS	Dois Vizinhos	2	1	1
12ª RS	Douradina	1	0,5	1
15ª RS	Doutor Camargo	1	0	2
02ª RS	Doutor Ulysses	1	0,5	4
08ª RS	Enéas Marques	1	0,5	2

11ª RS	Engenheiro Beltrão	1	0,5	2
20ª RS	Entre Rios do Oeste	1	0,5	1
12ª RS	Esperança Nova	1	0,5	2
10ª RS	Espigão Alto do Iguaçu	1	2	3
11ª RS	Farol	1	0,5	2
16ª RS	Faxinal	1	1	2
02ª RS	Fazenda Rio Grande	4	0,5	2
11ª RS	Fênix	1	0	3
04ª RS	Fernandes Pinheiro	1	0,5	3
19ª RS	Figueira	1	0	3
08ª RS	Flor da Serra do Sul	1	0,5	2
15ª RS	Floraí	1	0	2
15ª RS	Floresta	1	0	1
17ª RS	Florestópolis	1	1	3
15ª RS	Flórida	1	0	2
10ª RS	Formosa do Oeste	1	0,5	1
09ª RS	Foz do Iguaçu	4	1,5	2
05ª RS	Foz do Jordão	1	0	3
12ª RS	Francisco Alves	1	0,5	2
08ª RS	Francisco Beltrão	3	1,5	1
06ª RS	General Carneiro	1	1	3
22ª RS	Godoy Moreira	1	0	3
11ª RS	Goioerê	2	1	2
05ª RS	Goioxim	1	0,5	3
16ª RS	Grandes Rios	1	0	3
20ª RS	Guaíra	2	2	2
14ª RS	Guairaçá	1	0	2
04ª RS	Guamiranga	1	0,5	2
19ª RS	Guapirama	1	0	2
13ª RS	Guaporema	1	0	2
17ª RS	Guaraci	1	0	2
10ª RS	Guaraniaçu	1	0,5	2
05ª RS	Guarapuava	4	2	2
01ª RS	Guaraqueçaba	1	2	4
01ª RS	Guaratuba	2	1	2
07ª RS	Honório Serpa	1	1,5	2
19ª RS	Ibaiti	2	1	2
10ª RS	Ibema	1	1	3
17ª RS	Ibiporã	3	0,5	2
12ª RS	Icaraíma	1	1,5	2
15ª RS	Iguaraçu	1	0	2
10ª RS	Iguatu	1	0,5	2
21ª RS	Imbaú	1	0,5	3
04ª RS	Imbituva	2	0	2
04ª RS	Inácio Martins	1	1,5	3
14ª RS	Inajá	1	0	3
13ª RS	Indianópolis	1	0	1
03ª RS	Ipiranga	1	0,5	2
12ª RS	Iporã	1	1	2
10ª RS	Iracema do Oeste	1	0,5	2
04ª RS	Irati	3	0,5	2
11ª RS	Iretama	1	0,5	3
15ª RS	Itaguajé	1	0,5	2
09ª RS	Itaipulândia	1	1	1
18ª RS	Itambaracá	1	0	2
15ª RS	Itambé	1	0	2
07ª RS	Itapejara d'Oeste	1	0,5	2
02ª RS	Itaperuçu	2	0	3
14ª RS	Itaúna do Sul	1	0	3
03ª RS	Ivaí	1	0,5	3
22ª RS	Ivaiporã	2	0,5	2
12ª RS	Ivaté	1	0,5	2
15ª RS	Ivatuba	1	0	2
19ª RS	Jaboti	1	0	2
19ª RS	Jacarezinho	2	1,5	2
17ª RS	Jaguapitã	1	0	1
03ª RS	Jaguariaíva	2	1	2
16ª RS	Jandaia do Sul	2	0,5	2
11ª RS	Janiópolis	1	0,5	2
19ª RS	Japira	1	0	3
13ª RS	Japurá	1	0	2
22ª RS	Jardim Alegre	1	0,5	3
14ª RS	Jardim Olinda	1	0,5	2
17ª RS	Jataizinho	1	0	2
10ª RS	Jesuítas	1	0,5	2
19ª RS	Joaquim Távora	1	0	1
19ª RS	Jundiaí do Sul	1	0,5	3
11ª RS	Juranda	1	0,5	2
13ª RS	Jussara	1	0	1
16ª RS	Kaloré	1	0	2
02ª RS	Lapa	2	1,5	2
05ª RS	Laranjal	1	1	4
05ª RS	Laranjeiras do Sul	2	3	2
18ª RS	Leópolis	1	0	2
22ª RS	Lidianópolis	1	0	2
10ª RS	Lindoeste	1	1	3
14ª RS	Loanda	2	0,5	2
15ª RS	Lobato	1	0	2
17ª RS	Londrina	4	1,5	2
11ª RS	Luiziana	1	0,5	2
22ª RS	Lunardelli	1	0	2
17ª RS	Lupionópolis	1	0	2
04ª RS	Mallet	1	0	2
11ª RS	Mamborê	1	0	2
15ª RS	Mandaguaçu	2	0,5	1
15ª RS	Mandaguari	2	0,5	1
02ª RS	Mandirituba	2	0	2
08ª RS	Manfrinópolis	1	0,5	2
07ª RS	Mangueirinha	1	2	2
22ª RS	Manoel Ribas	1	1,5	3
20ª RS	Marechal Cândido Rondon	3	1	1
12ª RS	Maria Helena	1	0,5	3
15ª RS	Marialva	2	0,5	1
16ª RS	Marilândia do Sul	1	0	2
14ª RS	Marilena	1	0,5	2
12ª RS	Mariluz	1	1	3
15ª RS	Maringá	4	1	1
07ª RS	Mariópolis	1	0,5	2
20ª RS	Maripá	1	0	1
08ª RS	Marmeleiro	1	1,5	2

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

05ª RS	Marquinho	1	0,5	3
16ª RS	Marumbi	1	0	2
09ª RS	Matelândia	1	1	1
01ª RS	Matinhos	2	0,5	2
22ª RS	Mato Rico	1	0	3
16ª RS	Mauá da Serra	1	0,5	2
09ª RS	Medianeira	3	1	1
20ª RS	Mercedes	1	0,5	1
14ª RS	Mirador	1	0,5	2
17ª RS	Miraselva	1	0	2
09ª RS	Missal	1	0,5	2
11ª RS	Moreira Sales	1	0,5	3
01ª RS	Morretes	1	1	2
15ª RS	Munhoz de Melo	1	0,5	2
15ª RS	Nossa Senhora das Graças	1	0	2
14ª RS	Nova Aliança do Ivaí	1	0	2
18ª RS	Nova América da Colina	1	0	2
10ª RS	Nova Aurora	1	0,5	2
11ª RS	Nova Cantu	1	0,5	2
15ª RS	Nova Esperança	2	0,5	2
08ª RS	Nova Esperança do Sudoeste	1	0,5	2
18ª RS	Nova Fátima	1	0	2
05ª RS	Nova Laranjeiras	1	1,5	4
14ª RS	Nova Londrina	1	1	2
12ª RS	Nova Olímpia	1	0,5	3
08ª RS	Nova Prata do Iguaçu	1	1	2
18ª RS	Nova Santa Bárbara	1	0	3
20ª RS	Nova Santa Rosa	1	0,5	2
22ª RS	Nova Tebas	1	0	2
16ª RS	Novo Itacolomi	1	0	2
21ª RS	Ortigueira	2	2	3
15ª RS	Ourizona	1	0	2
20ª RS	Ouro Verde do Oeste	1	0,5	2
15ª RS	Paiçandu	2	0	2
07ª RS	Palmas	2	3	3
03ª RS	Palmeira	2	1	2
05ª RS	Palmital	1	0,5	3
20ª RS	Palotina	2	1	1
14ª RS	Paraíso do Norte	1	0	1
15ª RS	Paranacity	1	1	2
01ª RS	Paranaguá	4	1,5	2
14ª RS	Paranapoema	1	0	2
14ª RS	Paranavaí	3	1	1
20ª RS	Pato Bragado	1	0,5	1
07ª RS	Pato Branco	3	1,5	1
06ª RS	Paula Freitas	1	0,5	2
06ª RS	Paulo Frontin	1	0	2
11ª RS	Peabiru	1	1	2
12ª RS	Perobal	1	1	2
12ª RS	Pérola	1	0,5	2
08ª RS	Pérola d'Oeste	1	0,5	2
02ª RS	Piên	1	0	2
02ª RS	Pinhais	4	0,5	2
08ª RS	Pinhal de São Bento	1	0,5	2
19ª RS	Pinhalão	1	0	2
05ª RS	Pinhão	2	2	3
03ª RS	Piraí do Sul	2	0	3
02ª RS	Piraquara	4	1,5	3
05ª RS	Pitanga	2	1	2
17ª RS	Pitangueiras	1	0	2
14ª RS	Planaltina do Paraná	1	0,5	2
08ª RS	Planalto	1	1	2
03ª RS	Ponta Grossa	4	2	2
01ª RS	Pontal do Paraná	2	1	2
17ª RS	Porecatu	1	1	2
03ª RS	Porto Amazonas	1	0	2
05ª RS	Porto Barreiro	1	1	2
14ª RS	Porto Rico	1	0	2
06ª RS	Porto Vitória	1	0	2
17ª RS	Prado Ferreira	1	0	2
08ª RS	Pranchita	1	0,5	2
15ª RS	Presidente Castelo Branco	1	0,5	2
17ª RS	Primeiro de Maio	1	1	2
05ª RS	Prudentópolis	2	0,5	3
11ª RS	Quarto Centenário	1	0,5	2
19ª RS	Quatiguá	1	0	2
02ª RS	Quatro Barras	2	0	1
20ª RS	Quatro Pontes	1	0,5	1
10ª RS	Quedas do Iguaçu	2	2	3
14ª RS	Querência do Norte	1	1,5	3
11ª RS	Quinta do Sol	1	1	2
02ª RS	Quitandinha	1	0	2
09ª RS	Ramilândia	1	1,5	2
18ª RS	Rancho Alegre	1	0	3
11ª RS	Rancho Alegre D'Oeste	1	0,5	2
08ª RS	Realeza	1	0,5	2
04ª RS	Rebouças	1	0	2
08ª RS	Renascença	1	1,5	1
21ª RS	Reserva	2	1	3
05ª RS	Reserva do Iguaçu	1	1,5	3
19ª RS	Ribeirão Claro	1	0	2
18ª RS	Ribeirão do Pinhal	1	0,5	3
04ª RS	Rio Azul	1	0	2
16ª RS	Rio Bom	1	0	2
05ª RS	Rio Bonito do Iguaçu	1	1,5	3
22ª RS	Rio Branco do Ivaí	1	0,5	3
02ª RS	Rio Branco do Sul	2	0	3
02ª RS	Rio Negro	2	0,5	2
17ª RS	Rolândia	3	0,5	1
11ª RS	Roncador	1	0,5	2
13ª RS	Rondon	1	0,5	2
22ª RS	Rosário do Ivaí	1	0	3
16ª RS	Sabáudia	1	0	1
08ª RS	Salgado Filho	1	1	2
19ª RS	Salto do Itararé	1	0	2
08ª RS	Salto do Lontra	1	0,5	2

18ª RS	Santa Amélia	1	0,5	2
18ª RS	Santa Cecília do Pavão	1	0	2
14ª RS	Santa Cruz de Monte Castelo	1	1	3
15ª RS	Santa Fé	1	0	1
20ª RS	Santa Helena	2	1	1
15ª RS	Santa Inês	1	0	2
14ª RS	Santa Isabel do Ivaí	1	0,5	2
08ª RS	Santa Izabel do Oeste	1	0,5	2
10ª RS	Santa Lúcia	1	0,5	2
22ª RS	Santa Maria do Oeste	1	0,5	3
18ª RS	Santa Mariana	1	0	2
14ª RS	Santa Mônica	1	1	3
10ª RS	Santa Tereza do Oeste	1	1	2
09ª RS	Santa Terezinha de Itaipu	2	0,5	2
19ª RS	Santana do Itararé	1	0,5	2
19ª RS	Santo Antônio da Platina	2	1	2
14ª RS	Santo Antônio do Caiuá	1	0	2
18ª RS	Santo Antônio do Paraíso	1	0,5	2
08ª RS	Santo Antônio do Sudoeste	2	1	2
15ª RS	Santo Inácio	1	0,5	1
14ª RS	São Carlos do Ivaí	1	0	2
18ª RS	São Jerônimo da Serra	1	1	3
07ª RS	São João	1	1	1
14ª RS	São João do Caiuá	1	0,5	3
22ª RS	São João do Ivaí	1	0	2
03ª RS	São João do Triunfo	1	0	2
08ª RS	São Jorge d'Oeste	1	0	1
15ª RS	São Jorge do Ivaí	1	0,5	1
12ª RS	São Jorge do Patrocínio	1	0,5	2
19ª RS	São José da Boa Vista	1	0	2
20ª RS	São José das Palmeiras	1	0,5	2
02ª RS	São José dos Pinhais	4	1	2
13ª RS	São Manoel do Paraná	1	0	1
06ª RS	São Mateus do Sul	2	0,5	2
09ª RS	São Miguel do Iguaçu	2	2,5	2
20ª RS	São Pedro do Iguaçu	1	1	2
16ª RS	São Pedro do Ivaí	1	0	2
14ª RS	São Pedro do Paraná	1	0	2
18ª RS	São Sebastião da Amoreira	1	0	2
13ª RS	São Tomé	1	0	2
18ª RS	Sapopema	1	1	3
15ª RS	Sarandi	4	0,5	2
07ª RS	Saudade do Iguaçu	1	1	1
03ª RS	Sengés	1	0,5	2
09ª RS	Serranópolis do Iguaçu	1	0,5	1
18ª RS	Sertaneja	1	0	2
17ª RS	Sertanópolis	1	0	2
19ª RS	Siqueira Campos	2	0	2
07ª RS	Sulina	1	0,5	2
17ª RS	Tamarana	1	1,5	2
14ª RS	Tamboara	1	0	2
13ª RS	Tapejara	1	0,5	2
12ª RS	Tapira	1	0,5	2
04ª RS	Teixeira Soares	1	0,5	2
21ª RS	Telêmaco Borba	3	0,5	1
11ª RS	Terra Boa	1	0	2
14ª RS	Terra Rica	1	0,5	2
20ª RS	Terra Roxa	1	1	1
21ª RS	Tibagi	1	0,5	2
02ª RS	Tijucas do Sul	1	0,5	2
20ª RS	Toledo	4	1,5	1
19ª RS	Tomazina	1	0,5	2
10ª RS	Três Barras do Paraná	1	1	3
02ª RS	Tunas do Paraná	1	0	4
13ª RS	Tuneiras do Oeste	1	0,5	2
20ª RS	Tupãssi	1	0,5	2
05ª RS	Turvo	1	1,5	3
11ª RS	Ubiratã	2	0,5	1
12ª RS	Umuarama	4	1,5	2
06ª RS	União da Vitória	3	0,5	2
15ª RS	Uniflor	1	0	2
18ª RS	Uraí	1	0,5	2
21ª RS	Ventania	1	0,5	3
10ª RS	Vera Cruz do Oeste	1	0,5	2
08ª RS	Verê	1	0,5	1
05ª RS	Virmond	1	0	2
07ª RS	Vitorino	1	1	2
19ª RS	Wenceslau Braz	1	1	3
12ª RS	Xambrê	1	1,5	2

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

Valor mensal do Incentivo Custeio para a implementação das diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizadas na Atenção Primária à Saúde (fixo)

RS	MUNICÍPIO	VALOR CONSIDERANDO OS CRITÉRIOS DA RESOLUÇÃO	VALOR CUSTEIO – RESOLUÇÃO SESA Nº 537/2018 (CONGELAMENTO)	VALOR A RECEBER MENSAL
18ª RS	Abatiá	R$ 13.000,00	R$ 7.425,00	R$ 13.000,00
02ª RS	Adrianópolis	R$ 13.500,00	R$ 9.490,50	R$ 13.500,00
02ª RS	Agudos do Sul	R$ 13.500,00	R$ 12.042,00	R$ 13.500,00
02ª RS	Almirante Tamandaré	R$ 15.000,00	R$ 27.000,00	R$ 27.000,00
11ª RS	Altamira do Paraná	R$ 14.500,00	R$ 6.885,00	R$ 14.500,00
12ª RS	Alto Paraíso	R$ 14.500,00	R$ 11.677,50	R$ 14.500,00
14ª RS	Alto Paraná	R$ 13.000,00	R$ 12.420,00	R$ 13.000,00
12ª	Alto Piquiri	R$ 13.500,00	R$ 6.952,50	R$

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RS				13.500,00
12ª RS	Altônia	R$ 14.500,00	R$ 18.225,00	R$ 18.225,00
17ª RS	Alvorada do Sul	R$ 14.500,00	R$ 8.977,50	R$ 14.500,00
14ª RS	Amaporã	R$ 13.500,00	R$ 15.525,00	R$ 15.525,00
08ª RS	Ampére	R$ 13.000,00	R$ 9.652,50	R$ 13.000,00
10ª RS	Anahy	R$ 13.000,00	R$ 11.677,50	R$ 13.000,00
18ª RS	Andirá	R$ 9.000,00	R$ 10.327,50	R$ 10.327,50
15ª RS	Ângulo	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
01ª RS	Antonina	R$ 15.000,00	R$ 10.462,50	R$ 15.000,00
06ª RS	Antônio Olinto	R$ 9.500,00	R$ 13.905,00	R$ 13.905,00
16ª RS	Apucarana	R$ 18.500,00	R$ 31.050,00	R$ 31.050,00
16ª RS	Arapongas	R$ 19.500,00	R$ 27.270,00	R$ 27.270,00
03ª RS	Arapoti	R$ 16.000,00	R$ 13.027,50	R$ 16.000,00
22ª RS	Arapuã	R$ 9.000,00	R$ 15.727,50	R$ 15.727,50
11ª RS	Araruna	R$ 9.000,00	R$ 6.277,50	R$ 9.000,00
02ª RS	Araucária	R$ 18.000,00	R$ 0,00	R$ 18.000,00
22ª RS	Ariranha do Ivaí	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
17ª RS	Assaí	R$ 13.000,00	R$ 5.400,00	R$ 13.000,00
20ª RS	Assis Chateaubriand	R$ 16.000,00	R$ 9.045,00	R$ 16.000,00
15ª RS	Astorga	R$ 14.500,00	R$ 8.775,00	R$ 14.500,00
15ª RS	Atalaia	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
02ª RS	Balsa Nova	R$ 9.000,00	R$ 6.615,00	R$ 9.000,00
18ª RS	Bandeirantes	R$ 16.000,00	R$ 17.212,50	R$ 17.212,50
11ª RS	Barbosa Ferraz	R$ 13.500,00	R$ 21.127,50	R$ 21.127,50
19ª RS	Barra do Jacaré	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
08ª RS	Barracão	R$ 14.500,00	R$ 8.302,50	R$ 14.500,00
08ª RS	Bela Vista da Caroba	R$ 13.000,00	R$ 6.480,00	R$ 13.000,00
17ª RS	Bela Vista do Paraíso	R$ 9.000,00	R$ 11.677,50	R$ 11.677,50
06ª RS	Bituruna	R$ 13.000,00	R$ 22.545,00	R$ 22.545,00
11ª RS	Boa Esperança	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
08ª RS	Boa Esperança do Iguaçu	R$ 14.500,00	R$ 5.130,00	R$ 14.500,00
05ª RS	Boa Ventura de São Roque	R$ 13.500,00	R$ 10.071,00	R$ 13.500,00
10ª RS	Boa Vista da Aparecida	R$ 13.500,00	R$ 11.812,50	R$ 13.500,00
02ª RS	Bocaiuva do Sul	R$ 13.500,00	R$ 15.930,00	R$ 15.930,00
08ª RS	Bom Jesus do Sul	R$ 13.000,00	R$ 6.210,00	R$ 13.000,00
16ª	Bom Sucesso	R$ 9.000,00	R$ 6.412,50	R$

RS				9.000,00
07ª RS	Bom Sucesso do Sul	R$ 8.500,00	R$ 13.702,50	R$ 13.702,50
16ª RS	Borrazópolis	R$ 9.000,00	R$ 17.550,00	R$ 17.550,00
10ª RS	Braganey	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
12ª RS	Brasilândia do Sul	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
17ª RS	Cafeara	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
10ª RS	Cafelândia	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
12ª RS	Cafezal do Sul	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
16ª RS	Califórnia	R$ 9.000,00	R$ 7.492,50	R$ 9.000,00
19ª RS	Cambará	R$ 14.500,00	R$ 21.802,50	R$ 21.802,50
17ª RS	Cambé	R$ 18.500,00	R$ 25.380,00	R$ 25.380,00
16ª RS	Cambira	R$ 8.500,00	R$ 17.077,50	R$ 17.077,50
11ª RS	Campina da Lagoa	R$ 14.500,00	R$ 9.652,50	R$ 14.500,00
05ª RS	Campina do Simão	R$ 13.500,00	R$ 6.588,00	R$ 13.500,00
02ª RS	Campina Grande do Sul	R$ 10.500,00	R$ 13.027,50	R$ 13.027,50
10ª RS	Campo Bonito	R$ 14.500,00	R$ 4.927,50	R$ 14.500,00
02ª RS	Campo do Tenente	R$ 9.500,00	R$ 6.750,00	R$ 9.500,00
02ª RS	Campo Largo	R$ 20.000,00	R$ 29.119,50	R$ 29.119,50
02ª RS	Campo Magro	R$ 11.000,00	R$ 21.667,50	R$ 21.667,50
11ª RS	Campo Mourão	R$ 17.500,00	R$ 22.747,50	R$ 22.747,50
22ª RS	Cândido de Abreu	R$ 15.000,00	R$ 23.571,00	R$ 23.571,00
05ª RS	Candói	R$ 14.500,00	R$ 19.102,50	R$ 19.102,50
05ª RS	Cantagalo	R$ 13.500,00	R$ 18.562,50	R$ 18.562,50
08ª RS	Capanema	R$ 14.000,00	R$ 10.057,50	R$ 14.000,00
10ª RS	Capitão Leônidas Marques	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
03ª RS	Carambeí	R$ 10.000,00	R$ 5.535,00	R$ 10.000,00
19ª RS	Carlópolis	R$ 14.500,00	R$ 15.525,00	R$ 15.525,00
10ª RS	Cascavel	R$ 21.000,00	R$ 0,00	R$ 21.000,00
03ª RS	Castro	R$ 19.500,00	R$ 17.658,00	R$ 19.500,00
10ª RS	Catanduvas	R$ 16.000,00	R$ 6.048,00	R$ 16.000,00
17ª RS	Centenário do Sul	R$ 14.500,00	R$ 10.125,00	R$ 14.500,00
02ª RS	Cerro Azul	R$ 13.500,00	R$ 23.949,00	R$ 23.949,00
10ª RS	Céu Azul	R$ 12.500,00	R$ 8.302,50	R$ 12.500,00
07ª RS	Chopinzinho	R$ 16.000,00	R$ 14.175,00	R$ 16.000,00
13ª RS	Cianorte	R$ 16.000,00	R$ 18.589,50	R$ 18.589,50
13ª	Cidade	R$ 14.500,00	R$ 8.775,00	R$

RS	Gaúcha			14.500,00
07ª RS	Clevelândia	R$ 16.000,00	R$ 6.750,00	R$ 16.000,00
02ª RS	Colombo	R$ 18.500,00	R$ 31.252,50	R$ 31.252,50
15ª RS	Colorado	R$ 14.000,00	R$ 23.827,50	R$ 23.827,50
18ª RS	Congonhinhas	R$ 15.000,00	R$ 12.258,00	R$ 15.000,00
19ª RS	Conselheiro Mairinck	R$ 9.000,00	R$ 15.525,00	R$ 15.525,00
02ª RS	Contenda	R$ 13.000,00	R$ 14.094,00	R$ 14.094,00
10ª RS	Corbélia	R$ 14.000,00	R$ 6.952,50	R$ 14.000,00
18ª RS	Cornélio Procópio	R$ 14.000,00	R$ 12.555,00	R$ 14.000,00
07ª RS	Coronel Domingos Soares	R$ 15.000,00	R$ 10.854,00	R$ 15.000,00
07ª RS	Coronel Vivida	R$ 16.000,00	R$ 25.177,50	R$ 25.177,50
11ª RS	Corumbataí do Sul	R$ 9.500,00	R$ 6.493,50	R$ 9.500,00
06ª RS	Cruz Machado	R$ 9.500,00	R$ 25.447,50	R$ 25.447,50
08ª RS	Cruzeiro do Iguaçu	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
12ª RS	Cruzeiro do Oeste	R$ 16.000,00	R$ 14.377,50	R$ 16.000,00
14ª RS	Cruzeiro do Sul	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
22ª RS	Cruzmaltina	R$ 9.000,00	R$ 13.500,00	R$ 13.500,00
02ª RS	Curitiba	R$ 19.500,00	R$ 0,00	R$ 19.500,00
21ª RS	Curiúva	R$ 13.500,00	R$ 19.885,50	R$ 19.885,50
20ª RS	Diamante D'Oeste	R$ 15.000,00	R$ 13.905,00	R$ 15.000,00
14ª RS	Diamante do Norte	R$ 13.000,00	R$ 7.668,00	R$ 13.000,00
10ª RS	Diamante do Sul	R$ 13.500,00	R$ 5.535,00	R$ 13.500,00
08ª RS	Dois Vizinhos	R$ 15.500,00	R$ 14.175,00	R$ 15.500,00
12ª RS	Douradina	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
15ª RS	Doutor Camargo	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
02ª RS	Doutor Ulysses	R$ 14.000,00	R$ 15.930,00	R$ 15.930,00
08ª RS	Enéas Marques	R$ 13.000,00	R$ 6.034,50	R$ 13.000,00
11ª RS	Engenheiro Beltrão	R$ 13.000,00	R$ 10.327,50	R$ 13.000,00
20ª RS	Entre Rios do Oeste	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
12ª RS	Esperança Nova	R$ 13.000,00	R$ 5.130,00	R$ 13.000,00
10ª RS	Espigão Alto do Iguaçu	R$ 16.500,00	R$ 7.398,00	R$ 16.500,00
11ª RS	Farol	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
16ª RS	Faxinal	R$ 14.500,00	R$ 10.125,00	R$ 14.500,00
02ª RS	Fazenda Rio Grande	R$ 18.500,00	R$ 31.050,00	R$ 31.050,00
11ª RS	Fênix	R$ 9.500,00	R$ 4.927,50	R$ 9.500,00
04ª	Fernandes	R$ 13.500,00	R$ 9.099,00	R$

RS	Pinheiro			13.500,00
19ª RS	Figueira	R$ 9.500,00	R$ 17.752,50	R$ 17.752,50
08ª RS	Flor da Serra do Sul	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
15ª RS	Floraí	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
15ª RS	Floresta	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
17ª RS	Florestópolis	R$ 15.000,00	R$ 8.302,50	R$ 15.000,00
15ª RS	Flórida	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
10ª RS	Formosa do Oeste	R$ 12.500,00	R$ 4.725,00	R$ 12.500,00
09ª RS	Foz do Iguaçu	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 20.000,00
05ª RS	Foz do Jordão	R$ 9.500,00	R$ 11.677,50	R$ 11.677,50
12ª RS	Francisco Alves	R$ 13.000,00	R$ 6.102,00	R$ 13.000,00
08ª RS	Francisco Beltrão	R$ 17.500,00	R$ 20.668,50	R$ 20.668,50
06ª RS	General Carneiro	R$ 15.000,00	R$ 12.420,00	R$ 15.000,00
22ª RS	Godoy Moreira	R$ 9.500,00	R$ 13.905,00	R$ 13.905,00
11ª RS	Goioerê	R$ 16.000,00	R$ 14.377,50	R$ 16.000,00
05ª RS	Goioxim	R$ 13.500,00	R$ 11.218,50	R$ 13.500,00
16ª RS	Grandes Rios	R$ 9.500,00	R$ 10.030,50	R$ 10.030,50
20ª RS	Guaíra	R$ 17.500,00	R$ 8.653,50	R$ 17.500,00
14ª RS	Guairaçá	R$ 9.000,00	R$ 6.277,50	R$ 9.000,00
04ª RS	Guamiranga	R$ 13.000,00	R$ 11.745,00	R$ 13.000,00
19ª RS	Guapirama	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
13ª RS	Guaporema	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
17ª RS	Guaraci	R$ 9.000,00	R$ 5.292,00	R$ 9.000,00
10ª RS	Guaraniaçu	R$ 13.000,00	R$ 12.987,00	R$ 13.000,00
05ª RS	Guarapuava	R$ 21.500,00	R$ 31.252,50	R$ 31.252,50
01ª RS	Guaraqueçaba	R$ 17.000,00	R$ 11.718,00	R$ 17.000,00
01ª RS	Guaratuba	R$ 16.000,00	R$ 17.131,50	R$ 17.131,50
07ª RS	Honório Serpa	R$ 14.500,00	R$ 16.200,00	R$ 16.200,00
19ª RS	Ibaiti	R$ 16.000,00	R$ 25.177,50	R$ 25.177,50
10ª RS	Ibema	R$ 15.000,00	R$ 4.725,00	R$ 15.000,00
17ª RS	Ibiporã	R$ 16.500,00	R$ 13.081,50	R$ 16.500,00
12ª RS	Icaraíma	R$ 14.500,00	R$ 18.427,50	R$ 18.427,50
15ª RS	Iguaraçu	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
10ª RS	Iguatu	R$ 13.000,00	R$ 13.702,50	R$ 13.702,50
21ª RS	Imbaú	R$ 13.500,00	R$ 16.308,00	R$ 16.308,00
04ª RS	Imbituva	R$ 10.500,00	R$ 25.096,50	R$ 25.096,50

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

04ª RS	Inácio Martins	R$ 15.000,00	R$ 15.862,50	R$ 15.862,50
14ª RS	Inajá	R$ 9.500,00	R$ 4.927,50	R$ 9.500,00
13ª RS	Indianópolis	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
03ª RS	Ipiranga	R$ 13.000,00	R$ 20.182,50	R$ 20.182,50
12ª RS	Iporã	R$ 14.500,00	R$ 21.802,50	R$ 21.802,50
10ª RS	Iracema do Oeste	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
04ª RS	Irati	R$ 16.500,00	R$ 15.106,50	R$ 16.500,00
11ª RS	Iretama	R$ 13.500,00	R$ 15.430,50	R$ 15.430,50
15ª RS	Itaguajé	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
09ª RS	Itaipulândia	R$ 14.000,00	R$ 6.750,00	R$ 14.000,00
18ª RS	Itambaracá	R$ 9.000,00	R$ 6.385,50	R$ 9.000,00
15ª RS	Itambé	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
07ª RS	Itapejara d'Oeste	R$ 13.000,00	R$ 8.100,00	R$ 13.000,00
02ª RS	Itaperuçu	R$ 11.000,00	R$ 21.235,50	R$ 21.235,50
14ª RS	Itaúna do Sul	R$ 9.500,00	R$ 4.725,00	R$ 9.500,00
03ª RS	Ivaí	R$ 13.500,00	R$ 18.184,50	R$ 18.184,50
22ª RS	Ivaiporã	R$ 14.500,00	R$ 16.996,50	R$ 16.996,50
12ª RS	Ivaté	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
15ª RS	Ivatuba	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
19ª RS	Jaboti	R$ 9.000,00	R$ 15.930,00	R$ 15.930,00
19ª RS	Jacarezinho	R$ 16.000,00	R$ 24.300,00	R$ 24.300,00
17ª RS	Jaguapitã	R$ 8.500,00	R$ 7.627,50	R$ 8.500,00
03ª RS	Jaguariaíva	R$ 16.000,00	R$ 9.139,50	R$ 16.000,00
16ª RS	Jandaia do Sul	R$ 14.500,00	R$ 13.027,50	R$ 14.500,00
11ª RS	Janiópolis	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
19ª RS	Japira	R$ 9.500,00	R$ 15.930,00	R$ 15.930,00
13ª RS	Japurá	R$ 9.000,00	R$ 5.211,00	R$ 9.000,00
22ª RS	Jardim Alegre	R$ 13.500,00	R$ 17.725,50	R$ 17.725,50
14ª RS	Jardim Olinda	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
17ª RS	Jataizinho	R$ 9.000,00	R$ 10.705,50	R$ 10.705,50
10ª RS	Jesuítas	R$ 13.000,00	R$ 5.440,50	R$ 13.000,00
19ª RS	Joaquim Távora	R$ 8.500,00	R$ 17.077,50	R$ 17.077,50
19ª RS	Jundiaí do Sul	R$ 13.500,00	R$ 5.724,00	R$ 13.500,00
11ª RS	Juranda	R$ 13.000,00	R$ 6.277,50	R$ 13.000,00
13ª RS	Jussara	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
16ª	Kaloré	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$

RS				9.000,00
02ª RS	Lapa	R$ 16.000,00	R$ 23.422,50	R$ 23.422,50
05ª RS	Laranjal	R$ 15.500,00	R$ 9.666,00	R$ 15.500,00
05ª RS	Laranjeiras do Sul	R$ 19.000,00	R$ 16.470,00	R$ 19.000,00
18ª RS	Leópolis	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
22ª RS	Lidianópolis	R$ 9.000,00	R$ 6.453,00	R$ 9.000,00
10ª RS	Lindoeste	R$ 15.000,00	R$ 8.329,50	R$ 15.000,00
14ª RS	Loanda	R$ 14.500,00	R$ 8.977,50	R$ 14.500,00
15ª RS	Lobato	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
17ª RS	Londrina	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 20.000,00
11ª RS	Luiziana	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
22ª RS	Lunardelli	R$ 9.000,00	R$ 5.035,50	R$ 9.000,00
17ª RS	Lupionópolis	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
04ª RS	Mallet	R$ 9.000,00	R$ 7.452,00	R$ 9.000,00
11ª RS	Mamborê	R$ 9.000,00	R$ 8.100,00	R$ 9.000,00
15ª RS	Mandaguaçu	R$ 14.000,00	R$ 5.683,50	R$ 14.000,00
15ª RS	Mandaguari	R$ 14.000,00	R$ 16.605,00	R$ 16.605,00
02ª RS	Mandirituba	R$ 10.500,00	R$ 19.831,50	R$ 19.831,50
08ª RS	Manfrinópolis	R$ 13.000,00	R$ 5.305,50	R$ 13.000,00
07ª RS	Mangueirinha	R$ 16.000,00	R$ 15.066,00	R$ 16.000,00
22ª RS	Manoel Ribas	R$ 15.000,00	R$ 11.785,50	R$ 15.000,00
20ª RS	Marechal Cândido Rondon	R$ 17.500,00	R$ 12.528,00	R$ 17.500,00
12ª RS	Maria Helena	R$ 13.500,00	R$ 8.923,50	R$ 13.500,00
15ª RS	Marialva	R$ 14.000,00	R$ 11.475,00	R$ 14.000,00
16ª RS	Marilândia do Sul	R$ 9.000,00	R$ 6.952,50	R$ 9.000,00
14ª RS	Marilena	R$ 13.000,00	R$ 6.952,50	R$ 13.000,00
12ª RS	Mariluz	R$ 15.000,00	R$ 14.890,50	R$ 15.000,00
15ª RS	Maringá	R$ 19.500,00	R$ 0,00	R$ 19.500,00
07ª RS	Mariópolis	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
20ª RS	Maripá	R$ 8.500,00	R$ 4.725,00	R$ 8.500,00
08ª RS	Marmeleiro	R$ 14.500,00	R$ 12.609,00	R$ 14.500,00
05ª RS	Marquinho	R$ 13.500,00	R$ 7.816,50	R$ 13.500,00
16ª RS	Marumbi	R$ 9.000,00	R$ 15.525,00	R$ 15.525,00
09ª RS	Matelândia	R$ 14.000,00	R$ 8.775,00	R$ 14.000,00
01ª RS	Matinhos	R$ 14.500,00	R$ 8.329,50	R$ 14.500,00
22ª	Mato Rico	R$ 9.500,00	R$ 13.905,00	R$

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RS				13.905,00
16ª RS	Mauá da Serra	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
09ª RS	Medianeira	R$ 17.500,00	R$ 11.461,50	R$ 17.500,00
20ª RS	Mercedes	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
14ª RS	Mirador	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
17ª RS	Miraselva	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
09ª RS	Missal	R$ 13.000,00	R$ 5.980,50	R$ 13.000,00
11ª RS	Moreira Sales	R$ 13.500,00	R$ 4.725,00	R$ 13.500,00
01ª RS	Morretes	R$ 14.500,00	R$ 22.302,00	R$ 22.302,00
15ª RS	Munhoz de Melo	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
15ª RS	Nossa Senhora das Graças	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
14ª RS	Nova Aliança do Ivaí	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
18ª RS	Nova América da Colina	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
10ª RS	Nova Aurora	R$ 13.000,00	R$ 5.602,50	R$ 13.000,00
11ª RS	Nova Cantu	R$ 13.000,00	R$ 6.939,00	R$ 13.000,00
15ª RS	Nova Esperança	R$ 14.500,00	R$ 9.652,50	R$ 14.500,00
08ª RS	Nova Esperança do Sudoeste	R$ 13.000,00	R$ 7.965,00	R$ 13.000,00
18ª RS	Nova Fátima	R$ 9.000,00	R$ 7.762,50	R$ 9.000,00
05ª RS	Nova Laranjeiras	R$ 15.500,00	R$ 16.267,50	R$ 16.267,50
14ª RS	Nova Londrina	R$ 14.500,00	R$ 11.002,50	R$ 14.500,00
12ª RS	Nova Olímpia	R$ 13.500,00	R$ 5.521,50	R$ 13.500,00
08ª RS	Nova Prata do Iguaçu	R$ 14.500,00	R$ 9.639,00	R$ 14.500,00
18ª RS	Nova Santa Bárbara	R$ 9.500,00	R$ 4.725,00	R$ 9.500,00
20ª RS	Nova Santa Rosa	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
22ª RS	Nova Tebas	R$ 9.000,00	R$ 17.955,00	R$ 17.955,00
16ª RS	Novo Itacolomi	R$ 9.000,00	R$ 13.500,00	R$ 13.500,00
21ª RS	Ortigueira	R$ 18.000,00	R$ 20.817,00	R$ 20.817,00
15ª RS	Ourizona	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
20ª RS	Ouro Verde do Oeste	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
15ª RS	Paiçandu	R$ 10.500,00	R$ 18.873,00	R$ 18.873,00
07ª RS	Palmas	R$ 19.500,00	R$ 22.612,50	R$ 22.612,50
03ª RS	Palmeira	R$ 16.000,00	R$ 17.145,00	R$ 17.145,00
05ª RS	Palmital	R$ 13.500,00	R$ 21.154,50	R$ 21.154,50
20ª RS	Palotina	R$ 15.500,00	R$ 8.140,50	R$ 15.500,00
14ª RS	Paraíso do Norte	R$ 8.500,00	R$ 8.775,00	R$ 8.775,00
15ª RS	Paranacity	R$ 14.500,00	R$ 4.725,00	R$ 14.500,00
01ª RS	Paranaguá	R$ 20.000,00	R$ 31.252,50	R$ 31.252,50
14ª RS	Paranapoema	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
14ª RS	Paranavaí	R$ 17.500,00	R$ 21.532,50	R$ 21.532,50
20ª RS	Pato Bragado	R$ 12.500,00	R$ 4.725,00	R$ 12.500,00
07ª RS	Pato Branco	R$ 17.500,00	R$ 19.197,00	R$ 19.197,00
06ª RS	Paula Freitas	R$ 13.000,00	R$ 15.052,50	R$ 15.052,50
06ª RS	Paulo Frontin	R$ 9.000,00	R$ 6.507,00	R$ 9.000,00
11ª RS	Peabiru	R$ 14.500,00	R$ 7.573,50	R$ 14.500,00
12ª RS	Perobal	R$ 14.500,00	R$ 15.052,50	R$ 15.052,50
12ª RS	Pérola	R$ 13.000,00	R$ 17.077,50	R$ 17.077,50
08ª RS	Pérola d'Oeste	R$ 13.000,00	R$ 10.219,50	R$ 13.000,00
02ª RS	Piên	R$ 9.000,00	R$ 6.372,00	R$ 9.000,00
02ª RS	Pinhais	R$ 18.500,00	R$ 30.496,50	R$ 30.496,50
08ª RS	Pinhal de São Bento	R$ 13.000,00	R$ 5.130,00	R$ 13.000,00
19ª RS	Pinhalão	R$ 9.000,00	R$ 5.926,50	R$ 9.000,00
05ª RS	Pinhão	R$ 18.000,00	R$ 26.163,00	R$ 26.163,00
03ª RS	Piraí do Sul	R$ 11.000,00	R$ 12.541,50	R$ 12.541,50
02ª RS	Piraquara	R$ 20.500,00	R$ 31.455,00	R$ 31.455,00
05ª RS	Pitanga	R$ 16.000,00	R$ 28.417,50	R$ 28.417,50
17ª RS	Pitangueiras	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
14ª RS	Planaltina do Paraná	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
08ª RS	Planalto	R$ 14.500,00	R$ 12.406,50	R$ 14.500,00
03ª RS	Ponta Grossa	R$ 21.500,00	R$ 0,00	R$ 21.500,00
01ª RS	Pontal do Paraná	R$ 16.000,00	R$ 6.183,00	R$ 16.000,00
17ª RS	Porecatu	R$ 14.500,00	R$ 8.059,50	R$ 14.500,00
03ª RS	Porto Amazonas	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
05ª RS	Porto Barreiro	R$ 14.500,00	R$ 15.255,00	R$ 15.255,00
14ª RS	Porto Rico	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
06ª RS	Porto Vitória	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
17ª RS	Prado Ferreira	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
08ª RS	Pranchita	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
15ª RS	Presidente Castelo Branco	R$ 13.000,00	R$ 13.027,50	R$ 13.027,50
17ª RS	Primeiro de Maio	R$ 14.500,00	R$ 8.100,00	R$ 14.500,00
05ª RS	Prudentópolis	R$ 15.000,00	R$ 25.785,00	R$ 25.785,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

11ª RS	Quarto Centenário	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
19ª RS	Quatiguá	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
02ª RS	Quatro Barras	R$ 10.000,00	R$ 10.125,00	R$ 10.125,00
20ª RS	Quatro Pontes	R$ 12.500,00	R$ 4.725,00	R$ 12.500,00
10ª RS	Quedas do Iguaçu	R$ 18.000,00	R$ 16.375,50	R$ 18.000,00
14ª RS	Querência do Norte	R$ 15.000,00	R$ 10.570,50	R$ 15.000,00
11ª RS	Quinta do Sol	R$ 14.500,00	R$ 4.927,50	R$ 14.500,00
02ª RS	Quitandinha	R$ 9.000,00	R$ 24.151,50	R$ 24.151,50
09ª RS	Ramilândia	R$ 14.500,00	R$ 6.669,00	R$ 14.500,00
18ª RS	Rancho Alegre	R$ 9.500,00	R$ 4.927,50	R$ 9.500,00
11ª RS	Rancho Alegre D'Oeste	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
08ª RS	Realeza	R$ 13.000,00	R$ 9.153,00	R$ 13.000,00
04ª RS	Rebouças	R$ 9.000,00	R$ 20.223,00	R$ 20.223,00
08ª RS	Renascença	R$ 14.000,00	R$ 6.277,50	R$ 14.000,00
21ª RS	Reserva	R$ 16.500,00	R$ 22.329,00	R$ 22.329,00
05ª RS	Reserva do Iguaçu	R$ 15.000,00	R$ 10.948,50	R$ 15.000,00
19ª RS	Ribeirão Claro	R$ 9.000,00	R$ 6.088,50	R$ 9.000,00
18ª RS	Ribeirão do Pinhal	R$ 13.500,00	R$ 12.096,00	R$ 13.500,00
04ª RS	Rio Azul	R$ 9.000,00	R$ 12.771,00	R$ 12.771,00
16ª RS	Rio Bom	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
05ª RS	Rio Bonito do Iguaçu	R$ 15.000,00	R$ 19.534,50	R$ 19.534,50
22ª RS	Rio Branco do Ivaí	R$ 13.500,00	R$ 6.345,00	R$ 13.500,00
02ª RS	Rio Branco do Sul	R$ 11.000,00	R$ 16.402,50	R$ 16.402,50
02ª RS	Rio Negro	R$ 14.500,00	R$ 8.802,00	R$ 14.500,00
17ª RS	Rolândia	R$ 16.000,00	R$ 15.322,50	R$ 16.000,00
11ª RS	Roncador	R$ 13.000,00	R$ 6.723,00	R$ 13.000,00
13ª RS	Rondon	R$ 13.000,00	R$ 15.727,50	R$ 15.727,50
22ª RS	Rosário do Ivaí	R$ 9.500,00	R$ 15.930,00	R$ 15.930,00
16ª RS	Sabáudia	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
08ª RS	Salgado Filho	R$ 14.500,00	R$ 4.725,00	R$ 14.500,00
19ª RS	Salto do Itararé	R$ 9.000,00	R$ 13.905,00	R$ 13.905,00
08ª RS	Salto do Lontra	R$ 13.000,00	R$ 12.433,50	R$ 13.000,00
18ª RS	Santa Amélia	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
18ª RS	Santa Cecília do Pavão	R$ 9.000,00	R$ 4.725,00	R$ 9.000,00
14ª RS	Santa Cruz de Monte Castelo	R$ 15.000,00	R$ 5.400,00	R$ 15.000,00
15ª RS	Santa Fé	R$ 8.500,00	R$ 4.927,50	R$ 8.500,00
20ª RS	Santa Helena	R$ 15.500,00	R$ 12.730,50	R$ 15.500,00
15ª RS	Santa Inês	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
14ª RS	Santa Isabel do Ivaí	R$ 13.000,00	R$ 8.302,50	R$ 13.000,00
08ª RS	Santa Izabel do Oeste	R$ 13.000,00	R$ 8.977,50	R$ 13.000,00
10ª RS	Santa Lúcia	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
22ª RS	Santa Maria do Oeste	R$ 13.500,00	R$ 17.752,50	R$ 17.752,50
18ª RS	Santa Mariana	R$ 9.000,00	R$ 11.380,50	R$ 11.380,50
14ª RS	Santa Mônica	R$ 15.000,00	R$ 5.913,00	R$ 15.000,00
10ª RS	Santa Tereza do Oeste	R$ 14.500,00	R$ 5.913,00	R$ 14.500,00
09ª RS	Santa Terezinha de Itaipu	R$ 14.500,00	R$ 6.952,50	R$ 14.500,00
19ª RS	Santana do Itararé	R$ 13.000,00	R$ 15.727,50	R$ 15.727,50
19ª RS	Santo Antônio da Platina	R$ 16.000,00	R$ 24.502,50	R$ 24.502,50
14ª RS	Santo Antônio do Caiuá	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
18ª RS	Santo Antônio do Paraíso	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
08ª RS	Santo Antônio do Sudoeste	R$ 16.000,00	R$ 16.618,50	R$ 16.618,50
15ª RS	Santo Inácio	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
14ª RS	São Carlos do Ivaí	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
18ª RS	São Jerônimo da Serra	R$ 15.000,00	R$ 16.186,50	R$ 16.186,50
07ª RS	São João	R$ 14.000,00	R$ 6.277,50	R$ 14.000,00
14ª RS	São João do Caiuá	R$ 13.500,00	R$ 14.175,00	R$ 14.175,00
22ª RS	São João do Ivaí	R$ 9.000,00	R$ 6.723,00	R$ 9.000,00
03ª RS	São João do Triunfo	R$ 9.000,00	R$ 19.588,50	R$ 19.588,50
08ª RS	São Jorge d'Oeste	R$ 8.500,00	R$ 9.247,50	R$ 9.247,50
15ª RS	São Jorge do Ivaí	R$ 12.500,00	R$ 8.545,50	R$ 12.500,00
12ª RS	São Jorge do Patrocínio	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
19ª RS	São José da Boa Vista	R$ 9.000,00	R$ 16.875,00	R$ 16.875,00
20ª RS	São José das Palmeiras	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
02ª RS	São José dos Pinhais	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 20.000,00
13ª RS	São Manoel do Paraná	R$ 8.500,00	R$ 4.725,00	R$ 8.500,00
06ª RS	São Mateus do Sul	R$ 14.500,00	R$ 11.124,00	R$ 14.500,00
09ª RS	São Miguel do Iguaçu	R$ 17.500,00	R$ 13.932,00	R$ 17.500,00
20ª RS	São Pedro do Iguaçu	R$ 14.500,00	R$ 4.927,50	R$ 14.500,00
16ª RS	São Pedro do Ivaí	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
14ª RS	São Pedro do Paraná	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00

18ª RS	São Sebastião da Amoreira	R$ 9.000,00	R$ 7.627,50	R$ 9.000,00
13ª RS	São Tomé	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
18ª RS	Sapopema	R$ 15.000,00	R$ 16.402,50	R$ 16.402,50
15ª RS	Sarandi	R$ 18.500,00	R$ 31.252,50	R$ 31.252,50
07ª RS	Saudade do Iguaçu	R$ 14.000,00	R$ 4.927,50	R$ 14.000,00
03ª RS	Sengés	R$ 13.000,00	R$ 10.206,00	R$ 13.000,00
09ª RS	Serranópolis do Iguaçu	R$ 12.500,00	R$ 4.927,50	R$ 12.500,00
18ª RS	Sertaneja	R$ 9.000,00	R$ 15.525,00	R$ 15.525,00
17ª RS	Sertanópolis	R$ 9.000,00	R$ 9.652,50	R$ 9.652,50
19ª RS	Siqueira Campos	R$ 10.500,00	R$ 16.456,50	R$ 16.456,50
07ª RS	Sulina	R$ 13.000,00	R$ 4.725,00	R$ 13.000,00
17ª RS	Tamarana	R$ 14.500,00	R$ 18.630,00	R$ 18.630,00
14ª RS	Tamboara	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
13ª RS	Tapejara	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
12ª RS	Tapira	R$ 13.000,00	R$ 5.805,00	R$ 13.000,00
04ª RS	Teixeira Soares	R$ 13.000,00	R$ 14.971,50	R$ 14.971,50
21ª RS	Telêmaco Borba	R$ 16.000,00	R$ 25.177,50	R$ 25.177,50
11ª RS	Terra Boa	R$ 9.000,00	R$ 21.802,50	R$ 21.802,50
14ª RS	Terra Rica	R$ 13.000,00	R$ 10.800,00	R$ 13.000,00
20ª RS	Terra Roxa	R$ 14.000,00	R$ 5.130,00	R$ 14.000,00
21ª RS	Tibagi	R$ 13.000,00	R$ 10.678,50	R$ 13.000,00
02ª RS	Tijucas do Sul	R$ 13.000,00	R$ 20.506,50	R$ 20.506,50
20ª RS	Toledo	R$ 19.500,00	R$ 31.090,50	R$ 31.090,50
19ª RS	Tomazina	R$ 13.000,00	R$ 12.960,00	R$ 13.000,00
10ª RS	Três Barras do Paraná	R$ 15.000,00	R$ 10.854,00	R$ 15.000,00
02ª RS	Tunas do Paraná	R$ 10.000,00	R$ 9.531,00	R$ 10.000,00
13ª RS	Tuneiras do Oeste	R$ 13.000,00	R$ 17.550,00	R$ 17.550,00
20ª RS	Tupãssi	R$ 13.000,00	R$ 4.927,50	R$ 13.000,00
05ª RS	Turvo	R$ 15.000,00	R$ 19.737,00	R$ 19.737,00
11ª RS	Ubiratã	R$ 14.000,00	R$ 8.775,00	R$ 14.000,00
12ª RS	Umuarama	R$ 20.000,00	R$ 26.163,00	R$ 26.163,00
06ª RS	União da Vitória	R$ 16.500,00	R$ 14.026,50	R$ 16.500,00
15ª RS	Uniflor	R$ 9.000,00	R$ 4.927,50	R$ 9.000,00
18ª RS	Uraí	R$ 13.000,00	R$ 8.977,50	R$ 13.000,00
21ª RS	Ventania	R$ 13.500,00	R$ 21.127,50	R$ 21.127,50
10ª RS	Vera Cruz do Oeste	R$ 13.000,00	R$ 5.427,00	R$ 13.000,00
08ª RS	Verê	R$ 12.500,00	R$ 7.533,00	R$ 12.500,00
05ª RS	Virmond	R$ 9.000,00	R$ 6.412,50	R$ 9.000,00
07ª RS	Vitorino	R$ 14.500,00	R$ 4.725,00	R$ 14.500,00
19ª RS	Wenceslau Braz	R$ 15.000,00	R$ 21.600,00	R$ 21.600,00
12ª RS	Xambrê	R$ 14.500,00	R$ 9.207,00	R$ 14.500,00

ANEXO V DA RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025

Valor mensal do Incentivo de custeio de qualificação do processo de trabalho das equipes da Atenção Primária à Saúde conforme cumprimento de Metas (Variável).

RS	MUNICÍPIO	VALOR A RECEBER MENSAL
18ª RS	Abatiá	R$ 6.300,00
02ª RS	Adrianópolis	R$ 6.550,00
02ª RS	Agudos do Sul	R$ 6.550,00
02ª RS	Almirante Tamandaré	R$ 7.750,00
11ª RS	Altamira do Paraná	R$ 6.500,00
12ª RS	Alto Paraíso	R$ 6.500,00
14ª RS	Alto Paraná	R$ 6.300,00
12ª RS	Alto Piquiri	R$ 6.550,00
12ª RS	Altônia	R$ 6.500,00
17ª RS	Alvorada do Sul	R$ 6.500,00
14ª RS	Amaporã	R$ 6.550,00
08ª RS	Ampére	R$ 6.300,00
10ª RS	Anahy	R$ 6.300,00
18ª RS	Andirá	R$ 5.000,00
15ª RS	Ângulo	R$ 5.000,00
01ª RS	Antonina	R$ 6.750,00
06ª RS	Antônio Olinto	R$ 5.250,00
16ª RS	Apucarana	R$ 8.800,00
16ª RS	Arapongas	R$ 8.900,00
03ª RS	Arapoti	R$ 7.000,00
22ª RS	Arapuã	R$ 5.000,00
11ª RS	Araruna	R$ 5.000,00
02ª RS	Araucária	R$ 8.700,00
22ª RS	Ariranha do Ivaí	R$ 5.000,00
17ª RS	Assaí	R$ 6.300,00
20ª RS	Assis Chateaubriand	R$ 7.000,00
15ª RS	Astorga	R$ 6.800,00
15ª RS	Atalaia	R$ 5.000,00
02ª RS	Balsa Nova	R$ 5.000,00
18ª RS	Bandeirantes	R$ 7.000,00
11ª RS	Barbosa Ferraz	R$ 6.550,00
19ª RS	Barra do Jacaré	R$ 4.900,00
08ª RS	Barracão	R$ 6.500,00
08ª RS	Bela Vista da Caroba	R$ 6.300,00
17ª RS	Bela Vista do Paraíso	R$ 5.000,00
06ª RS	Bituruna	R$ 6.300,00
11ª RS	Boa Esperança	R$ 6.300,00
08ª RS	Boa Esperança do Iguaçu	R$ 6.500,00
05ª RS	Boa Ventura de São Roque	R$ 6.550,00
10ª RS	Boa Vista da Aparecida	R$ 6.550,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

02ª RS	Bocaiúva do Sul	R$ 6.550,00
08ª RS	Bom Jesus do Sul	R$ 6.300,00
16ª RS	Bom Sucesso	R$ 5.000,00
07ª RS	Bom Sucesso do Sul	R$ 4.900,00
16ª RS	Borrazópolis	R$ 5.000,00
10ª RS	Braganey	R$ 6.300,00
12ª RS	Brasilândia do Sul	R$ 6.300,00
17ª RS	Cafeara	R$ 5.000,00
10ª RS	Cafelândia	R$ 6.200,00
12ª RS	Cafezal do Sul	R$ 6.300,00
16ª RS	Califórnia	R$ 5.000,00
19ª RS	Cambará	R$ 6.800,00
17ª RS	Cambé	R$ 8.800,00
16ª RS	Cambira	R$ 4.900,00
11ª RS	Campina da Lagoa	R$ 6.500,00
05ª RS	Campina do Simão	R$ 6.550,00
02ª RS	Campina Grande do Sul	R$ 5.500,00
10ª RS	Campo Bonito	R$ 6.500,00
02ª RS	Campo do Tenente	R$ 5.250,00
02ª RS	Campo Largo	R$ 9.000,00
02ª RS	Campo Magro	R$ 5.750,00
11ª RS	Campo Mourão	R$ 7.900,00
22ª RS	Cândido de Abreu	R$ 6.750,00
05ª RS	Candói	R$ 6.500,00
05ª RS	Cantagalo	R$ 6.550,00
08ª RS	Capanema	R$ 6.700,00
10ª RS	Capitão Leônidas Marques	R$ 5.000,00
03ª RS	Carambeí	R$ 5.400,00
19ª RS	Carlópolis	R$ 6.500,00
10ª RS	Cascavel	R$ 9.150,00
03ª RS	Castro	R$ 8.250,00
10ª RS	Catanduvas	R$ 6.750,00
17ª RS	Centenário do Sul	R$ 6.500,00
02ª RS	Cerro Azul	R$ 6.550,00
10ª RS	Céu Azul	R$ 6.200,00
07ª RS	Chopinzinho	R$ 7.000,00
13ª RS	Cianorte	R$ 7.700,00
13ª RS	Cidade Gaúcha	R$ 6.500,00
07ª RS	Clevelândia	R$ 6.750,00
02ª RS	Colombo	R$ 8.800,00
15ª RS	Colorado	R$ 6.700,00
18ª RS	Congonhinhas	R$ 6.750,00
19ª RS	Conselheiro Mairinck	R$ 5.000,00
02ª RS	Contenda	R$ 6.300,00
10ª RS	Corbélia	R$ 6.400,00
18ª RS	Cornélio Procópio	R$ 6.700,00
07ª RS	Coronel Domingos Soares	R$ 6.750,00
07ª RS	Coronel Vivida	R$ 7.000,00
11ª RS	Corumbataí do Sul	R$ 5.250,00
06ª RS	Cruz Machado	R$ 5.250,00
08ª RS	Cruzeiro do Iguaçu	R$ 6.300,00
12ª RS	Cruzeiro do Oeste	R$ 7.000,00
14ª RS	Cruzeiro do Sul	R$ 6.300,00
22ª RS	Cruzmaltina	R$ 5.000,00
02ª RS	Curitiba	R$ 8.900,00
21ª RS	Curiúva	R$ 6.550,00
20ª RS	Diamante D'Oeste	R$ 6.750,00
14ª RS	Diamante do Norte	R$ 6.300,00
10ª RS	Diamante do Sul	R$ 6.550,00
08ª RS	Dois Vizinhos	R$ 6.900,00
12ª RS	Douradina	R$ 6.200,00
15ª RS	Doutor Camargo	R$ 5.000,00
02ª RS	Doutor Ulysses	R$ 6.800,00
08ª RS	Enéas Marques	R$ 6.300,00
11ª RS	Engenheiro Beltrão	R$ 6.300,00
20ª RS	Entre Rios do Oeste	R$ 6.200,00
12ª RS	Esperança Nova	R$ 6.300,00
10ª RS	Espigão Alto do Iguaçu	R$ 7.000,00
11ª RS	Farol	R$ 6.300,00
16ª RS	Faxinal	R$ 6.500,00
02ª RS	Fazenda Rio Grande	R$ 8.800,00
11ª RS	Fênix	R$ 5.250,00
04ª RS	Fernandes Pinheiro	R$ 6.550,00
19ª RS	Figueira	R$ 5.250,00
08ª RS	Flor da Serra do Sul	R$ 6.300,00
15ª RS	Floraí	R$ 5.000,00
15ª RS	Floresta	R$ 4.900,00
17ª RS	Florestópolis	R$ 6.750,00
15ª RS	Flórida	R$ 5.000,00
10ª RS	Formosa do Oeste	R$ 6.200,00
09ª RS	Foz do Iguaçu	R$ 9.000,00
05ª RS	Foz do Jordão	R$ 5.250,00
12ª RS	Francisco Alves	R$ 6.300,00
08ª RS	Francisco Beltrão	R$ 7.900,00
06ª RS	General Carneiro	R$ 6.750,00
22ª RS	Godoy Moreira	R$ 5.250,00
11ª RS	Goioerê	R$ 7.000,00
05ª RS	Goioxim	R$ 6.550,00
16ª RS	Grandes Rios	R$ 5.250,00
20ª RS	Guaíra	R$ 7.250,00
14ª RS	Guairaçá	R$ 5.000,00
04ª RS	Guamiranga	R$ 6.300,00
19ª RS	Guapirama	R$ 5.000,00
13ª RS	Guaporema	R$ 5.000,00
17ª RS	Guaraci	R$ 5.000,00
10ª RS	Guaraniaçu	R$ 6.300,00
05ª RS	Guarapuava	R$ 9.250,00
01ª RS	Guaraqueçaba	R$ 7.250,00
01ª RS	Guaratuba	R$ 7.000,00
07ª RS	Honório Serpa	R$ 6.500,00
19ª RS	Ibaiti	R$ 7.000,00
10ª RS	Ibema	R$ 6.750,00
17ª RS	Ibiporã	R$ 7.800,00
12ª RS	Icaraíma	R$ 6.500,00
15ª RS	Iguaraçu	R$ 5.000,00
10ª RS	Iguatu	R$ 6.300,00
21ª RS	Imbaú	R$ 6.550,00
04ª RS	Imbituva	R$ 5.500,00
04ª RS	Inácio Martins	R$ 6.750,00
14ª RS	Inajá	R$ 5.250,00
13ª RS	Indianópolis	R$ 4.900,00
03ª RS	Ipiranga	R$ 6.300,00

12ª RS	Iporã	R$ 6.500,00
10ª RS	Iracema do Oeste	R$ 6.300,00
04ª RS	Irati	R$ 7.800,00
11ª RS	Iretama	R$ 6.550,00
15ª RS	Itaguajé	R$ 6.300,00
09ª RS	Itaipulândia	R$ 6.400,00
18ª RS	Itambaracá	R$ 5.000,00
15ª RS	Itambé	R$ 5.000,00
07ª RS	Itapejara d'Oeste	R$ 6.300,00
02ª RS	Itaperuçu	R$ 5.750,00
14ª RS	Itaúna do Sul	R$ 5.250,00
03ª RS	Ivaí	R$ 6.550,00
22ª RS	Ivaiporã	R$ 6.800,00
12ª RS	Ivaté	R$ 6.300,00
15ª RS	Ivatuba	R$ 5.000,00
19ª RS	Jaboti	R$ 5.000,00
19ª RS	Jacarezinho	R$ 7.000,00
17ª RS	Jaguapitã	R$ 4.900,00
03ª RS	Jaguariaíva	R$ 7.000,00
16ª RS	Jandaia do Sul	R$ 6.800,00
11ª RS	Janiópolis	R$ 6.300,00
19ª RS	Japira	R$ 5.250,00
13ª RS	Japurá	R$ 5.000,00
22ª RS	Jardim Alegre	R$ 6.550,00
14ª RS	Jardim Olinda	R$ 6.300,00
17ª RS	Jataizinho	R$ 5.000,00
10ª RS	Jesuítas	R$ 6.300,00
19ª RS	Joaquim Távora	R$ 4.900,00
19ª RS	Jundiaí do Sul	R$ 6.550,00
11ª RS	Juranda	R$ 6.300,00
13ª RS	Jussara	R$ 4.900,00
16ª RS	Kaloré	R$ 5.000,00
02ª RS	Lapa	R$ 7.000,00
05ª RS	Laranjal	R$ 7.000,00
05ª RS	Laranjeiras do Sul	R$ 7.500,00
18ª RS	Leópolis	R$ 5.000,00
22ª RS	Lidianópolis	R$ 5.000,00
10ª RS	Lindoeste	R$ 6.750,00
14ª RS	Loanda	R$ 6.800,00
15ª RS	Lobato	R$ 5.000,00
17ª RS	Londrina	R$ 9.000,00
11ª RS	Luiziana	R$ 6.300,00
22ª RS	Lunardelli	R$ 5.000,00
17ª RS	Lupionópolis	R$ 5.000,00
04ª RS	Mallet	R$ 5.000,00
11ª RS	Mamborê	R$ 5.000,00
15ª RS	Mandaguaçu	R$ 6.700,00
15ª RS	Mandaguari	R$ 6.700,00
02ª RS	Mandirituba	R$ 5.500,00
08ª RS	Manfrinópolis	R$ 6.300,00
07ª RS	Mangueirinha	R$ 6.750,00
22ª RS	Manoel Ribas	R$ 6.750,00
20ª RS	Marechal Cândido Rondon	R$ 7.900,00
12ª RS	Maria Helena	R$ 6.550,00
15ª RS	Marialva	R$ 6.700,00
16ª RS	Marilândia do Sul	R$ 5.000,00
14ª RS	Marilena	R$ 6.300,00
12ª RS	Mariluz	R$ 6.750,00
15ª RS	Maringá	R$ 8.900,00
07ª RS	Mariópolis	R$ 6.300,00
20ª RS	Maripá	R$ 4.900,00
08ª RS	Marmeleiro	R$ 6.500,00
05ª RS	Marquinho	R$ 6.550,00
16ª RS	Marumbi	R$ 5.000,00
09ª RS	Matelândia	R$ 6.400,00
01ª RS	Matinhos	R$ 6.800,00
22ª RS	Mato Rico	R$ 5.250,00
16ª RS	Mauá da Serra	R$ 6.300,00
09ª RS	Medianeira	R$ 7.900,00
20ª RS	Mercedes	R$ 6.200,00
14ª RS	Mirador	R$ 6.300,00
17ª RS	Miraselva	R$ 5.000,00
09ª RS	Missal	R$ 6.300,00
11ª RS	Moreira Sales	R$ 6.550,00
01ª RS	Morretes	R$ 6.500,00
15ª RS	Munhoz de Melo	R$ 6.300,00
15ª RS	Nossa Senhora das Graças	R$ 5.000,00
14ª RS	Nova Aliança do Ivaí	R$ 5.000,00
18ª RS	Nova América da Colina	R$ 5.000,00
10ª RS	Nova Aurora	R$ 6.300,00
11ª RS	Nova Cantu	R$ 6.300,00
15ª RS	Nova Esperança	R$ 6.800,00
08ª RS	Nova Esperança do Sudoeste	R$ 6.300,00
18ª RS	Nova Fátima	R$ 5.000,00
05ª RS	Nova Laranjeiras	R$ 7.000,00
14ª RS	Nova Londrina	R$ 6.500,00
12ª RS	Nova Olímpia	R$ 6.550,00
08ª RS	Nova Prata do Iguaçu	R$ 6.500,00
18ª RS	Nova Santa Bárbara	R$ 5.250,00
20ª RS	Nova Santa Rosa	R$ 6.300,00
22ª RS	Nova Tebas	R$ 5.000,00
16ª RS	Novo Itacolomi	R$ 5.000,00
21ª RS	Ortigueira	R$ 7.500,00
15ª RS	Ourizona	R$ 5.000,00
20ª RS	Ouro Verde do Oeste	R$ 6.300,00
15ª RS	Paiçandu	R$ 5.500,00
07ª RS	Palmas	R$ 7.750,00
03ª RS	Palmeira	R$ 7.000,00
05ª RS	Palmital	R$ 6.550,00
20ª RS	Palotina	R$ 6.900,00
14ª RS	Paraíso do Norte	R$ 4.900,00
15ª RS	Paranacity	R$ 6.500,00
01ª RS	Paranaguá	R$ 9.000,00
14ª RS	Paranapoema	R$ 5.000,00
14ª RS	Paranavaí	R$ 7.900,00
20ª RS	Pato Bragado	R$ 6.200,00
07ª RS	Pato Branco	R$ 7.900,00
06ª RS	Paula Freitas	R$ 6.300,00
06ª RS	Paulo Frontin	R$ 5.000,00
11ª RS	Peabiru	R$ 6.500,00
12ª RS	Perobal	R$ 6.500,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

12ª RS	Pérola	R$ 6.300,00
08ª RS	Pérola d'Oeste	R$ 6.300,00
02ª RS	Piên	R$ 5.000,00
02ª RS	Pinhais	R$ 8.800,00
08ª RS	Pinhal de São Bento	R$ 6.300,00
19ª RS	Pinhalão	R$ 5.000,00
05ª RS	Pinhão	R$ 7.500,00
03ª RS	Piraí do Sul	R$ 5.750,00
02ª RS	Piraquara	R$ 9.250,00
05ª RS	Pitanga	R$ 7.000,00
17ª RS	Pitangueiras	R$ 5.000,00
14ª RS	Planaltina do Paraná	R$ 6.300,00
08ª RS	Planalto	R$ 6.500,00
03ª RS	Ponta Grossa	R$ 9.250,00
01ª RS	Pontal do Paraná	R$ 7.000,00
17ª RS	Porecatu	R$ 6.500,00
03ª RS	Porto Amazonas	R$ 5.000,00
05ª RS	Porto Barreiro	R$ 6.500,00
14ª RS	Porto Rico	R$ 5.000,00
06ª RS	Porto Vitória	R$ 5.000,00
17ª RS	Prado Ferreira	R$ 5.000,00
08ª RS	Pranchita	R$ 6.300,00
15ª RS	Presidente Castelo Branco	R$ 6.300,00
17ª RS	Primeiro de Maio	R$ 6.500,00
05ª RS	Prudentópolis	R$ 7.050,00
11ª RS	Quarto Centenário	R$ 6.300,00
19ª RS	Quatiguá	R$ 5.000,00
02ª RS	Quatro Barras	R$ 5.400,00
20ª RS	Quatro Pontes	R$ 6.200,00
10ª RS	Quedas do Iguaçu	R$ 7.500,00
14ª RS	Querência do Norte	R$ 6.750,00
11ª RS	Quinta do Sol	R$ 6.500,00
02ª RS	Quitandinha	R$ 5.000,00
09ª RS	Ramilândia	R$ 6.500,00
18ª RS	Rancho Alegre	R$ 5.250,00
11ª RS	Rancho Alegre D'Oeste	R$ 6.300,00
08ª RS	Realeza	R$ 6.300,00
04ª RS	Rebouças	R$ 5.000,00
08ª RS	Renascença	R$ 6.400,00
21ª RS	Reserva	R$ 7.250,00
05ª RS	Reserva do Iguaçu	R$ 6.750,00
19ª RS	Ribeirão Claro	R$ 5.000,00
18ª RS	Ribeirão do Pinhal	R$ 6.550,00
04ª RS	Rio Azul	R$ 5.000,00
16ª RS	Rio Bom	R$ 5.000,00
05ª RS	Rio Bonito do Iguaçu	R$ 6.750,00
22ª RS	Rio Branco do Ivaí	R$ 6.550,00
02ª RS	Rio Branco do Sul	R$ 5.750,00
02ª RS	Rio Negro	R$ 6.800,00
17ª RS	Rolândia	R$ 7.700,00
11ª RS	Roncador	R$ 6.300,00
13ª RS	Rondon	R$ 6.300,00
22ª RS	Rosário do Ivaí	R$ 5.250,00
16ª RS	Sabáudia	R$ 4.900,00
08ª RS	Salgado Filho	R$ 6.500,00
19ª RS	Salto do Itararé	R$ 5.000,00
08ª RS	Salto do Lontra	R$ 6.300,00
18ª RS	Santa Amélia	R$ 6.300,00
18ª RS	Santa Cecília do Pavão	R$ 5.000,00
14ª RS	Santa Cruz de Monte Castelo	R$ 6.750,00
15ª RS	Santa Fé	R$ 4.900,00
20ª RS	Santa Helena	R$ 6.900,00
15ª RS	Santa Inês	R$ 5.000,00
14ª RS	Santa Isabel do Ivaí	R$ 6.300,00
08ª RS	Santa Izabel do Oeste	R$ 6.300,00
10ª RS	Santa Lúcia	R$ 6.300,00
22ª RS	Santa Maria do Oeste	R$ 6.550,00
18ª RS	Santa Mariana	R$ 5.000,00
14ª RS	Santa Mônica	R$ 6.750,00
10ª RS	Santa Tereza do Oeste	R$ 6.500,00
09ª RS	Santa Terezinha de Itaipu	R$ 6.800,00
19ª RS	Santana do Itararé	R$ 6.300,00
19ª RS	Santo Antônio da Platina	R$ 7.000,00
14ª RS	Santo Antônio do Caiuá	R$ 5.000,00
18ª RS	Santo Antônio do Paraíso	R$ 6.300,00
08ª RS	Santo Antônio do Sudoeste	R$ 7.000,00
15ª RS	Santo Inácio	R$ 6.200,00
14ª RS	São Carlos do Ivaí	R$ 5.000,00
18ª RS	São Jerônimo da Serra	R$ 6.750,00
07ª RS	São João	R$ 6.400,00
14ª RS	São João do Caiuá	R$ 6.550,00
22ª RS	São João do Ivaí	R$ 5.000,00
03ª RS	São João do Triunfo	R$ 5.000,00
08ª RS	São Jorge d'Oeste	R$ 4.900,00
15ª RS	São Jorge do Ivaí	R$ 6.200,00
12ª RS	São Jorge do Patrocínio	R$ 6.300,00
19ª RS	São José da Boa Vista	R$ 5.000,00
20ª RS	São José das Palmeiras	R$ 6.300,00
02ª RS	São José dos Pinhais	R$ 9.000,00
13ª RS	São Manoel do Paraná	R$ 4.900,00
06ª RS	São Mateus do Sul	R$ 6.800,00
09ª RS	São Miguel do Iguaçu	R$ 7.250,00
20ª RS	São Pedro do Iguaçu	R$ 6.500,00
16ª RS	São Pedro do Ivaí	R$ 5.000,00
14ª RS	São Pedro do Paraná	R$ 5.000,00
18ª RS	São Sebastião da Amoreira	R$ 5.000,00
13ª RS	São Tomé	R$ 5.000,00
18ª RS	Sapopema	R$ 6.750,00
15ª RS	Sarandi	R$ 8.800,00
07ª RS	Saudade do Iguaçu	R$ 6.400,00
03ª RS	Sengés	R$ 6.300,00
09ª RS	Serranópolis do Iguaçu	R$ 6.200,00
18ª RS	Sertaneja	R$ 5.000,00
17ª RS	Sertanópolis	R$ 5.000,00
19ª RS	Siqueira Campos	R$ 5.500,00
07ª RS	Sulina	R$ 6.300,00
17ª RS	Tamarana	R$ 6.500,00
14ª RS	Tamboara	R$ 5.000,00
13ª RS	Tapejara	R$ 6.300,00
12ª RS	Tapira	R$ 6.300,00
04ª RS	Teixeira Soares	R$ 6.300,00

21ª RS	Telêmaco Borba	R$ 7.700,00
11ª RS	Terra Boa	R$ 5.000,00
14ª RS	Terra Rica	R$ 6.300,00
20ª RS	Terra Roxa	R$ 6.400,00
21ª RS	Tibagi	R$ 6.300,00
02ª RS	Tijucas do Sul	R$ 6.300,00
20ª RS	Toledo	R$ 8.900,00
19ª RS	Tomazina	R$ 6.300,00
10ª RS	Três Barras do Paraná	R$ 6.750,00
02ª RS	Tunas do Paraná	R$ 5.500,00
13ª RS	Tuneiras do Oeste	R$ 6.300,00
20ª RS	Tupãssi	R$ 6.300,00
05ª RS	Turvo	R$ 6.750,00
11ª RS	Ubiratã	R$ 6.700,00
12ª RS	Umuarama	R$ 9.000,00
06ª RS	União da Vitória	R$ 7.800,00
15ª RS	Uniflor	R$ 5.000,00
18ª RS	Uraí	R$ 6.300,00
21ª RS	Ventania	R$ 6.550,00
10ª RS	Vera Cruz do Oeste	R$ 6.300,00
08ª RS	Verê	R$ 6.200,00
05ª RS	Virmond	R$ 5.000,00
07ª RS	Vitorino	R$ 6.500,00
19ª RS	Wenceslau Braz	R$ 6.750,00
12ª RS	Xambrê	R$ 6.500,00

39361/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 710/2025

Revoga a Resolução nº 828, 08 de julho de 2024, que designa servidoras como Agentes de Controle Interno da Secretaria de Estado da Saúde e do Fundo Estadual de Saúde.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21352 de 01 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando as orientações técnicas da Coordenação de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado, bem como ao seu plano de ações, conforme Lei Estadual 15.524 de 05 de junho de 2007, Decreto 6863 de 10 de Maio de 2017, Decreto Estadual nº 2741 de 19 de setembro de 2019 e a Resolução CGE/PR nº 55, de 10 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 828, de 8 de julho de 2024, que designava as servidoras Cristiane Werner Ferreira Primo, portadora do RG nº 5.092.757-1, e Vera Regina Giebemyer dos Santos Pereira Nunes, portadora do RG nº 7.842.367-6, para exercerem a função de Agente de Controle Interno desta Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e do Fundo Estadual de Saúde (FUNSAÚDE), em razão da realocação das referidas servidoras para o FUNSAÚDE, ficando ambas dispensadas do exercício dessa função.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

39170/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 711/2025

Indica representante para atuar nas tratativas para a emissão de certificado ICP-BRASIL, KIT PJ A3 – token, de código de validação 11DE23110946A2ED.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21352 de 01 de janeiro de 2023, , e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando o disposto no e-protocolo nº 23.691.592-1;

RESOLVE:

Art. 1º Indicar o servidor Rubens Luiz Ferreira Gusso, portador da matrícula funcional nº 2093289-0 IIPR, para representar o Secretário de Estado de Saúde perante as tratativas com a empresa Soluti, para participar videoconferência e ter a emissão de certificado ICP-BRASIL, KIT PJ A3- token, de código de validação 11DE23110946A2ED.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá validade por noventa dias.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

39171/2025

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 22.160.327-3.

AUTUADO: **INSTITUTO SANTA ISABEL- ISI**

CNPJ: 35.316.128/0001-43

ENDEREÇO: Avenida São Paulo, n.º 1062, bairro Centro, Formosa do Oeste/PR – CEP 85.825-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 24.100.282, n.º 24.100.552 e n.º 24.100.554; Termo de apreensão Cautelar n.º 24.100.557; Termos de apreensão e Inutilização n.º 24.100.553 e n.º 24.100.555; todos de 15/05/2024 da 10ª Regional de Saúde de Cascavel.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, IV, XI c/c Resolução SESA - Pr 165/2016 Anexo II itens 9.16, 9.17, 13.4, 13.5 e 13.9

INFRAÇÕES COMETIDAS: Armazenar alimento que não possui registro no órgão competente e contrariando o disposto em legislação sanitária consistente em armazenar alimentos fracionados e congelados fora de ambiente refrigerado, sem indicação de identificação, data de validade, lote de fabricação e sem comprovação de procedência. Disponibilizar para consumo medicamentos, dispositivos médicos e saneantes com prazo de validade expirado além de deixar de observar as normas de biossegurança e controle de infecções ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente consistente em deixar de realizar o monitoramento do processo de esterilização com integradores químicos de classes 5 ou 6 bem como deixar de avaliar os resultados do controle biológico antes da liberação das cargas.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 22.160.327-3 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **PENA EDUCATIVA, INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, II, IV e XI.

Publique-se e arquive-se.

39201/2025

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 22.371.074-3.

AUTUADO: **CLINICA ODONTOLOGICA ODONTEC LTDA - ODONTEC**

CNPJ: 12.165.325/0001-03

ENDEREÇO: Rua Alagoas, n.º 340, bairro Cidade Nova aurora, Nova aurora/PR – CEP 85.825-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 24.100.836 e n.º 24.100.841 ambos de 01/07/2024 da 10ª Regional de Saúde de Cascavel.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, X e XLIV c/c Resolução SESA - Pr n.º 496/2005, Itens 43, 47 e 50 C/C RDC/Anvisa 611/2022, Art. 34 e Art. 78

INFRAÇÕES COMETIDAS: Deixar de observar as normas de biossegurança e controle de infecções ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente consistente em disponibilizar para utilização dispositivos médicos processados pelo estabelecimento com validade do processo de esterilização expirada e outros que deixavam de indicar as informações de data de esterilização, data de validade e nome do responsável pelo processo além de deixar de realizar a avaliação da eficácia do método de esterilização. Além disso transgredir norma regulamentar destinada a prevenção, proteção e promoção da saúde ao realizar exame de tomografia odontológica por profissional sem a devida habilitação legal para o exercício da atividade.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 22.371.074-3 transitou em julgado

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I e XI.

Publique-se e arquive-se.

39200/2025

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.326.830-9

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 079/2025 – PCP/PGE, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Associação de Proteção a Maternidade, Infância e Família de Vera Cruz do Oeste - APMIF, inscrito no CNPJ 77.318.715/0001-11, em cumprimento ao objeto proposto de "Modernizar e ampliar o acesso a tecnologia de saúde são fundamentais para garantir um atendimento mais eficaz, seguro e humanizado. Com esse recurso de aquisição de equipamentos dará aos usuários do SUS uma melhor qualidade atendimento, sendo assim, dando uma maior comodidade com equipamentos novos e mais tecnológicos."

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$398.620,00 (trezentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte reais), sendo com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Reconheço** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.2639/2023 DGS.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

39172/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 125 – 10 DE ABRIL DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar supostas irregularidades ocorridas no Hospital Regional de Ivaiporã, conforme os fatos narrados no protocolado 23.719.190-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022; e considerando,

- a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- que certos atos praticados por servidor poderão ser apurados por Sindicância Administrativa, como supostamente revela os fatos narrados no protocolo 23.719.190-0;

- a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para comprovar a existência dos fatos narrados no protocolado 23.719.190-0.

Art. 2º Designar CAMILA AGRELLI CARNEIRO, JOÃO LOPES SILVA e EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO MARIANO, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

39308/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 128 – 11 DE ABRIL DE 2025

Súmula: Exonera Marcos Vinícius Carvalho de Almeida do cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014, MARCOS VINÍCIUS CARVALHO DE ALMEIDA, RG nº 9.XXX.191-X, Assistente Nível II, Gerência de Contabilidade – Diretoria Financeira, a partir de 04 de abril de 2025.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 11 de abril de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

39311/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 126 – 10 DE ABRIL DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar supostas irregularidades ocorridas no Hospital Regional do Litoral, conforme os fatos narrados no protocolado 23.642.418-9.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022; e considerando,

- a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- que certos atos praticados por servidor poderão ser apurados por Sindicância Administrativa, como supostamente revela os fatos narrados no protocolo 23.642.418-9;

- a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS

nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para comprovar a existência dos fatos narrados no protocolado 23.642.418-9.

Art. 2º Designar REGINA MARA ALEXANDRE, NICOLAS FELIPE GUIMARÃES e GISLAINE SORZI, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

39310/2025

Secretaria da Segurança Pública

RESOLUÇÃO N° 231/2025

Prorrogação de prazo para conclusão de trabalhos à serem realizados em favor da empresa FIT PLAST AUTO ADESIVOS LTDA EPP, inscrita sob o CNPJ n.º 11.422.711/0001-70.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo nº 22.963.772-0.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por 20 (vinte) dias úteis, o prazo para conclusão dos trabalhos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), designado pela Resolução n° 032/2025, publicada no DIOE n.º 11.823 de 15 de janeiro de 2025.

Art. 2º. Esta resolução passará a contar a partir de 11 de abril de 2025.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39285/2025

RESOLUÇÃO N° 233/2025

Nomeia Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta à ser oportunizado a empresa J&J COMÉRCIO E SOLUÇÕES INTEGRADAS, inscrita sob o CNPJ n.° 49.771.411/0001-70.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 23.555.175-6,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, os servidores Emilio Merino de Paz Junior, CPF XXX.343.039-XX, como Presidente, e Michel Rodrigues, CPF XXX.331.219-XX, como Secretária, para comporem Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à ser oportunizado a empresa J&J COMÉRCIO E SOLUÇÕES INTEGRADAS, inscrita sob o CNPJ n.° 49.771.411/0001-70, admitida pelo Contrato n.° 1045/2024 – GMS n.° 9569/2024, cujo objeto seria a aquisição de lacres plásticos cadavéricos, para atender a demanda de todas as unidades da Polícia Cientifica do Paraná.

Art. 2º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato, sendo admitida prorrogação de prazo, desde que motivada, por meio de solicitação a esta autoridade.

Art. 3°. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39587/2025

PORTARIA N° 158/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **ALESSANDRO BEZERRA DA CUNHA, CPF: XXX.672.798-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão e **ALCEONE RENNER, CPF: XXX.840.289-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa – Francisco Beltrão, para que, **no protocolo n° 23.844.702-0** nos termos **da Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados **no protocolo nº 22.140.183-2**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de Abril de 2025.

DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

39493/2025

PORTARIA N° 159/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **ADRIANO BORGES BUENO, CPF: XXX.905.959-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotada no Escritório Social de Guarapuava e **ARNOUD RIBEIRO DO PRADO, CPF: XXX.383.019-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa - Guarapuava, para que, **no protocolo n° 23.845.786-6** nos termos **da Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados **no protocolo nº 22.085.024-2**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de Abril de 2025.

DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

39524/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 28/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

SUSPENDE

O prazo do Processo Administrativo Disciplinar **PAD nº 23.108.813-0,** instaurado pela portaria nº 25/2025 desta Corregedoria - publicada no DIOE 11.883 de 11 de abril de 2025**,** desde o dia 14 de abril de 2025 e enquanto durar a licença para tratamento de saúde do servidor indiciado.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

39554/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 27/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

SUSPENDE

O prazo do Processo Administrativo Disciplinar **PAD nº 23.210.718-9,** instaurado pela portaria nº 23/2025 desta Corregedoria - publicada no DIOE nº 11.874 de 31/03/2025**,** desde o dia 01 de abril de 2025 e enquanto durar a licença para tratamento de saúde do servidor indiciado.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

39546/2025

PORTARIA N° 160/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **CLOVIS DE MELLO JUNIOR, CPF: XXX.885.419-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Casa de Custódia de Piraquara e **ELIETE CONCEIÇÃO PERES, CPF: XXX.710.799-XX**, ocupante do cargo de Agente de Execução – Técnico Administrativo, lotada na Casa de Custódia de Piraquara, para que, **no protocolo n° 23.846.185-5** nos termos **da Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados **no protocolo nº 23.617.462-0**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de Abril de 2025.

DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

39569/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 13/2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **28 DE ABRIL DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 43/2024/CSPC (311/2023/CD) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADA: GISLAINE TARACHUK CORDEIRO, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. RODRIGO ALVES HANDA – OAB/PR 74.797 e DR. ATHOS CARNEIRO CARDOSO – OAB/PR 86.308.
RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT.

PROT. 73/2022/CSPC (163/2022/CD) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADO: JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS, Delegado de Polícia.
ADVOGADO: DR. MIGUELÂNGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR 59.589.
RELATOR: DR. MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA.

Curitiba, 15 de abril de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

39645/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 272 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 65/2025 – Reunião Ordinária nº 65/2025 de 08 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar por permuta, os servidores **Marcos Antonio Lustri,** CPF XXX.XXX.209-XX, e **Adgenando Caetano Alves**, CPF XXX.XXX.509-XX,

ocupantes do cargo Policial Penal, lotados na Penitenciária Estadual de Londrina III e na Regional Administrativa R4 – Londrina – Divisão de operações de Segurança – Setor de Operações Táticas, considerando os motivos elencados no protocolo nº 23.746.959-3, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38693/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 273 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 65/2025 – Reunião Ordinária nº 65/2025 de 08 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, o servidor **Alexandro Garcia dos Santos**, CPF XXX.XXX.259-XX, ocupante do cargo Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu IV para a Cadeia Pública Laudemir Neves, considerando os motivos elencados no protocolo nº 23.721.396-3, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38695/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 274 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 65/2025 – Reunião Ordinária nº 65/2025 de 08 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar a pedido, a servidora **Lyslaine Mainart Ildefonso**, CPF XXX.XXX.679-XX, ocupante do cargo Policial Penal, lotada na Penitenciária Feminina do Paraná para a Penitenciária Feminina do Paraná II – Centro de Integração Social de Piraquara, considerando os motivos elencados no protocolo nº 22.686.649-3, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38696/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 275 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 65/2025 – Reunião Ordinária nº 65/2025 de 08 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar por permuta, os servidores **Marcelo Correa**, CPF XXX.XXX.869-XX, e **Emerson Machado de Oliveira**, CPF 021.445.669-25, ocupantes do cargo Policial Penal, lotados na Casa de Custódia de São José dos Pinhais e na Regional Administrativa R1 – Curitiba e Região Metropolitana – Divisão de Operações de Segurança – Setor de Operações Táticas, considerando os motivos elencados no protocolo nº 23.713.592-0, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38697/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 276 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 23.819.569-1,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Edinei Marcelo Feuser**, CPF XXX.XXX.709-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Nova Londrina, durante as férias do titular **Joao Carlos Lange**, CPF XXX.XXX.109-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 05 de maio de 2025 a 03 de junho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38711/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 277 – DRH, 11 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 23.810.884-5,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Fausto Antônio Gaspar**, CPF XXX.XX.569-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Coordenador do Posto Avançado do Escritório Social de Foz do Iguaçu, durante as férias do titular **Daniel Rodrigo da Silva,** CPF XXX.XXX.339-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 05 de maio de 2025 a 14 de maio de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

38706/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 278 – DRH, 14 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.831.668-5,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Jean Carlos Fogaça, CPF XXX.569.588-XX**, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe Regional de Escritório Social da Polícia Penal, simbologia FPP-7, do Escritório Regional, ficando dispensado o servidor **Aladison Roberto da Silva, CPF XXX.792.309-XX**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

39204/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 279 – DRH, 15 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 23.810.884-5,

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Portaria 277 – DRH de 11 de abril de 2025. **Onde se lê:** Fausto Antônio Gaspar, CPF XXX.XXX.569-XX, ocupante do cargo Policial Penal. **Leia-se:** Fausto Antônio Gaspar, CPF XXX.XXX.569-XX, ocupante do cargo Agente de apoio, Função Motorista.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

39406/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 280 – DRH, 15 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar ad *referendum* do Conselho da Polícia Penal, o servidor **Rodrigo Almeida Alves,** CPF XXX.XXX.099-XX, ocupante do cargo Policial Penal, lotado na Regional Administrativa R1 – Curitiba e Região Metropolitana para o Departamento de Polícia Penal, considerando os motivos elencados no protocolo nº 23.773.353-3, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art.2º. Designar, o servidor o supracitado servidor, para responder pela função de Encarregado do Setor de Armas, Munições e Explosivos - SARME.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogada a Portaria nº 529 de 28 de junho de 2024, onde designou o servidor **Adriano Estevao Prochno**, CPF XXX.XXX.509-XX, ficando revogada as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

39356/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 281 – DRH, 15 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido nos Autos nº 0004056-97.2023.8.16.0083 - Vara Criminal de Francisco Beltrão.

Considerando o protocolo nº 23.561.138-4,

RESOLVE:

Art.1º. Suspender do exercício da função pública o servidor **Renan Learth Sabóia,** CPF 017.888.313-14, ocupante do cargo Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, até ulterior deliberação.

Art.2º. Dê-se ciência ao servidor supracitado através do Setor de Recursos Humanos da Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, com posterior retorno a este DRH/DEPPEN.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos a 13 de junho de 2023, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

39358/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo n.º 002/2025/SESP, Paulo Roberto Lima Garcindo Fernandes de Sa, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Resolução n.º 213/2025/SESP, publicada em DIOE n.º 11.882, de 10 de abril de 2025, e em razão do exposto pelo protocolo n.º 23.773.816-0, conforme preconiza o artigo 29, inciso I, da Lei Estadual n.° 20.656/2021;

NOTIFICA:

1. ANDREY LUCAS JOFFE, para se apresentar perante a Receita Estadual do Paraná, a fim de ressarcir custos devidos ao Estado, ou ainda, apresentar recurso sobre a decisão da matéria que trata o protocolo supramencionado, o qual se encontra à disposição mediante solicitação via e-mail paulo.sa@policiapenal.pr.gov.br ou fisicamente na Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri - 82600-730 - Curitiba/PR, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a publicação em Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Paulo Roberto Lima Garcindo Fernandes de Sá,
Presidente da Comissão de PA n.º 002/2025 – SESP.

39486/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ATA Nº 11/2025

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala de Reuniões deste Conselho – Casa Rosada, localizada à Avenida Iguaçu, nº 470, Rebouças, Curitiba/PR, iniciou-se de forma ordinária a décima primeira sessão do ano, sob a presidência do Dr. Silvio Jacob Rockembach, e com a presença em plenário dos Conselheiros Dr. Riad Braga Farhat, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Dr. Renato Coelho de Jesus, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, Dr. Alan Henrique Flores e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, bem como do Dr. Valmir Soccio, Secretário Geral do Conselho. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e anunciou a **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 11/2025**: previamente afixada em edital existente no Conselho no dia 04.04.2025 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 11878 de 04.04.2025 para conhecimento aos interessados, de acordo com o disposto no artigo 18 do Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná, aprovado pela Deliberação 593/2006, na seguinte ordem: **PROT. 124/2023/CSPC (150/2022/CD)** – SINDICÂNCIA. ACUSADO: **FABRÍCIO SOARES MONTE BLANCO**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. MARCELO RODRIGUES - OAB/PR 74.339. RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT. Ausente o acusado. Participação do seu defensor por meio de videoconferência. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "*(…) Por tudo o que se observou e compulsando exaustivamente estes autos, verifica-se que não há provas suficientes que assegurem atribuir ao sindicado a prática das transgressões que lhe foram atribuídas na portaria instauradora. Indícios, por si só, não podem respaldar um pronunciamento condenatório, o mesmo devendo ser dito em relação a dedução ou conjectura obtidas na fase inquisitiva, não confirmadas por outros elementos probatórios na fase processual. Doutrina e jurisprudência convergem no sentido de que toda condenação há de fazer-se alicerçadas em provas robustas e sólidas, situação essa que não se observa neste Caderno. Assim, em conformidade com o relatório da Autoridade Presidente destes Autos de Sindicância, o qual adoto em sua integralidade como razão para decidir, VOTO: I – pela ABSOLVIÇÃO do sindicado Fabrício Soares Monte Blanco das transgressões disciplinares descritas no artigo 8º, incisos XV e XVII, do CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, correspondente às infrações previstas no artigo 213, incisos XXX e XXXIV, da Lei Complementar nº 14, de 26 de Maio de 1982, e alterações – ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL, por não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. II – pelo ARQUIVAMENTO destes autos de Sindicância.*". Após proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que em sustentação oral repisou os argumentos já anotados nas alegações finais. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, foi colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela ABSOLVIÇÃO do sindicado FABRÍCIO SOARES MONTE BLANCO, Agente de Polícia Judiciária, das transgressões disciplinares descritas no artigo 8º, incisos XV e XVII, da Lei nº 21.894/2024 - Código Disciplinar PCPR, correspondente às infrações previstas no artigo 213, incisos XXX e XXXIV, da Lei Complementar nº 14/1982 – Estatuto da Polícia Civil, por não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; II – pelo ARQUIVAMENTO destes autos de Sindicância. **PROT. 096/2020/CSPC (302/2020/CD)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **ALEX FABIANO PRESTES**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. JOSÉ DOROTI BORGES – OAB/PR 59.408. RELATOR: DR. RENATO COELHO DE JESUS. Ausente o acusado. Presente seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus, que fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "*(…) O agir do servidor compromete a imagem da instituição e feriu a confiança que deve nortear a relação entre o agente público e a sociedade, razão pela qual a responsabilização disciplinar se impõe. Assim, à luz do conjunto probatório, da tipificação legal e do necessário zelo à moralidade administrativa e ao interesse público, reconheço, s.m.j., configurada a infração disciplinar prevista no artigo 6º, c/c o artigo 7º, parte final, ambos do Novo Código Disciplinar. No tocante à traficância, entendo que nos autos não há elementos indicadores de tal atividade, inexistindo provas que corroboram com o resultado da ação penal que absolveu o acusado do crime do art. 33, "caput" da Lei. 11.343/2006. Por fim, observa-se que deve-se considerar a gravidade dos fatos apurados, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, devendo a sanção a ser aplicada adequada à natureza da infração e ao grau de reprovabilidade da conduta, respeitando-se ainda os antecedentes funcionais do servidor e demais circunstâncias do caso concreto. Portanto, deixo de acolher o relatório da autoridade processante e VOTO: a) Pelo reconhecimento da PRESCRIÇÃO referente às infrações disciplinares previstas no art. 5º, incisos VI e XVII, c/c art. 7º primeira parte e art. 8º, §1º, inciso VII da Lei 21.894/2024 (FATO 1 e FATO 2), diante da penalidade não ultrapassar à suspensão, já que ultrapassados mais de 2 anos do ato interruptivo citatório até a presente data; b) Pela ABSOLVIÇÃO do acusado ALEX FABIANO PRESTES referente à infração disciplinar prevista no art. 8ª, §1º, inciso V, Lei 21.894/2024 (FATO 2), fundamentando-se no art. 386, inciso VII do CPP. c) Pela aplicação da penalidade de 30 DIAS DE SUSPENSÃO ao processado ALEX FABIANO PRESTES, diante da configuração da infração disciplinar previstas no art. 6º, inciso III, c/c art. 7º da Lei 21.894/2024 (FATO 2). Em sendo assim entendido pelo Egrégio Conselho Superior da Polícia Civil, há que se novamente reconhecer a PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva administrativa estatal, já que a penalidade proposta de suspensão é a mínima para a infração do art. 6º, inciso III, c/c art. 7º da Lei 21.894/2024 e as circunstâncias e consequências dos fatos justificam sua aplicabilidade. É como voto.*". Proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que se absteve de proferir sustentação oral, protestando pela confirmação do voto apresentado pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, foi colocada em votação, sendo decidido: Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pelo reconhecimento da extinção de punibilidade ocasionada pela PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva estatal em relação às transgressões disciplinares tipificadas no art. 5º, incisos VI e XVII, c/c art. 7º, primeira parte e art. 8º, §1º, inciso VII da Lei 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR (FATO 1 e FATO 2), já que ultrapassados mais de 2 anos do ato interruptivo citatório até a presente data; II - pela ABSOLVIÇÃO do acusado ALEX FABIANO PRESTES, Agente de Polícia Judiciária, da disciplinar prevista no art. 8ª, §1º, inciso V, do Código Disciplinar da PCPR (FATO 2), com esteio no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal; Por maioria de votos dos senhores conselheiros: III - pela aplicação da penalidade de 30 DIAS DE SUSPENSÃO ao acusado ALEX FABIANO PRESTES, pela prática da infração disciplinar previstas no art. 6º, inciso III, c/c art. 7º do Código Disciplinar da PCPR (FATO 2), com o consequente reconhecimento da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva administrativa estatal, vez que a penalidade concretamente aplicada de suspensão leva ao prazo prescricional de dois anos (art. 62, § 2º do CC-PCPR), já ultrapassados entre o ato interruptivo citatório e a presente data, conforme voto condutor apresentado pelo Conselheiro Relator, que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, Dr. Alan Henrique Flore, Drª. Maritza Maira Haisi e Dr. Riad Braga Farhat; VENCIDO o voto divergente apresentado pelo Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, que votou pela aplicação da penalidade de demissão do acusado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Junior e Dr. Silvio Jacob Rockembach; IV - pelo arquivamento dos autos em referência. **PROT. 74/2022/CSPC (164/2022/CD)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS**, Delegado de Polícia. ADVOGADO: DR. MIGUELÂNGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR 59.589. RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE. Ausente o acusado. Presente seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "*(…)Oportuno se faz mencionar que as provas coletadas no bojo do procedimento investigatório criminal presidido pelo órgão do Ministério Público, o qual serviu de base para a propositura da respectiva ação penal, não foram compartilhadas nesses autos, motivo pelo qual ressalta-se que a análise ora realizada se atenta às evidências produzidas pela instrução deste feito. Assim, por tudo que restou apurado, ainda que pendente ação criminal intentada e em curso junto ao E. Juízo de Direito da Comarca de Dois Vizinhos/PR, conclui-se que o conjunto probatório amealhado é frágil para considerar minimamente provável a existência das transgressões disciplinares imputadas ao processado na exordial, razão pela qual a absolvição do acusado é medida que ora se impõe. Assim sendo, VOTO: 1. Pela ABSOLVIÇÃO do processado JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS como incurso nas transgressões capituladas FATO 01: art. 5º, inc. IV, c/c art. 7º; art. 6º, inc. II e IV c/c art. 7º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1o, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024; FATO 02: art. 5 º, inc. VI, c/c art. 7º; art. 6º, inc. II e IV c/c art. 7 º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1 º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024; FATO 03: art. 5 º, inc. VI, c/c art. 7º; art. 6 º, inc. III e IV c/c art. 7º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1 º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024; FATO 04: art. 5º, inc. VI, c/c art. 7º; art. 6º, inc. II e IV c/c art. 7º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024, postulando-se pelo arquivamento do presente procedimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em caso de condenação criminal definitiva.".* Após proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que em sustentação oral repisou os argumentos das alegações finais, protestando pela confirmação do voto apresentado pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, foi colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela ABSOLVIÇÃO do acusado JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS, Delegado de Polícia, de todas as transgressões disciplinares que lhe foram imputadas na Portaria inicial (FATOS 01 a 04 - art. 5º inc. IV, c/c art. 7º; art. 6º, inc. II e IV c/c art. 7º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1 º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR); II - pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em caso de condenação criminal definitiva sobre os mesmos fatos. **SEM PROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO**. **ATA ANTERIOR nº 10:** aprovada e assinada pelos Senhores Conselheiros, conforme Protocolo Digital nº 23.811.517-5, (Deliberações nº 248 a 262, assinadas no Protocolo Digital nº 23.811.454-3). **PROCEDIMENTOS: Prot. 43/2025/CPC – Protocolo Digital 22.997.752-0** – Investigação Preliminar da Procedimento Preliminar da 5ª Corregedoria de Polícia Civil para apurar, em tese, a prática de violação de sigilo profissional e condescendência criminosa, praticadas por **GLAUBER PRIETO PIEDADE** e **ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR** (Prot. 662/2024-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Agente de Polícia Judiciária GLAUBER PRIETO PIEDADE e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GLAUBER PRIETO PIEDADE e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR, Agentes de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como, em relação a ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR, para apuração do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **OFÍCIOS E OUTROS EXPEDIENTES: Protocolo Digital 23.768.467-2** – Ofício n. 528/2025 da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa. Comunica que em 07/08/2012 transitou em julgado a sentença penal condenatória em desfavor de **JOSÉ CARLOS CAMARGO VARGAS** nos autos n. 0018066-67.2011.8.16.0019, sendo-lhe decretada a perda do cargo público. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil. Com informação da Se-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

cretaria do Colegiado de que JOSÉ CARLOS CAMARGO VARGAS foi demitido pelo Decreto n. 4383, de 17/06/2016, relativo aos Processos Administrativos Disciplinares n. 271/2012/CSPC e 273/2012/CSPC, e reintegrado pelo Decreto 9250, de 18/03//2025, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos RMS 61772/PR STJ – nº 0033896-57.2016.8.16.0000-PROJUDI (Protocolo Digital 23.558.4166-1). Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, através do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, para conhecimento e providências quanto a decisão judicial ora informada, com posterior restituição a este Colegiado. **Protocolo Digital 23.796.719-4** – Ofício n. 529/2025 da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa. Comunica que em 16/11/2015 transitou em julgado a sentença penal condenatória em desfavor de **ROBERTO MAZUR GIEBELUKA** nos autos n. 0018066-67.2011.8.16.0019, sendo-lhe decretada a perda do cargo público. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil. Em consulta ao Sistema do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC em 11/04/2025, constatou-se a aposentadoria de ROBERTO MAZUR GIEBELUKA, conforme Resolução n. 1172, de 25/02/2019, publicada na Edição n. 10390, de 08/03/2019. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após juntada de cópia da ficha funcional e do relatório de antecedentes administrativo do servidor aposentado, pelo encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, com proposta de remessa à Procuradoria Geral do Estado - PGE para orientação sobre como proceder no caso em tela, vez que a perda de carga, embora decretada antes da aposentadoria do servidor, não foi efetiva à época. **Prot. Ref. 127/2021/CSPC** – **Protocolo Digital 21.706.342-6** – Ofício n. 27/2024 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil. Encaminha à Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento à Deliberação nº 11/2024, cópia da Sindicância nº 127/2021/CPC, em desfavor de **LARRISA WEISHEIMER** e de **TIAGO DE ARAÚJO**, Agentes de Polícia Judiciária, para conhecimento e providências pertinentes, tendo em vista que em decorrência da atuação dos servidores policiais civis o Estado do Paraná foi condenado ao pagamento de indenização conforme autos nº 0004968-41.2019.8.16.0146 que tramitaram perante o Juizado da Fazenda Pública de Rio Negro. Com despacho da Procuradoria do Patrimônio – PGE/PRP nos seguintes termos: "Após análise do setor, a decisão foi pela não propositura de ação no presente caso". Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo arquivamento do protocolado, após juntada de cópia das peças principais aos respetivos autos. **Protocolo Digital 23.735.664-0** – Despacho da 46ª Delegacia Regional de Polícia de Matelândia por meio do qual é solicitada a anotação de elogio na ficha funcional dos policiais **RONE LEÃO DE MACEDO**, **MÁRCIO DELFIM BRITO** e **JOSÉ CARLOS CHIARELLI JÚNIOR**, em reconhecimento à atuação excepcional, marcada por dedicação, profissionalismo e eficiência inquestionáveis, que resultou na prisão em flagrante nº 6872/2024. Com trâmite pela 15ª Subdivisão Policial de Cascavel e Divisão Policial do Interior. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à 46ª Delegacia Regional de Polícia para arquivamento. **DIVERSOS: Protocolo Digital 23.843.263-4** - Proposta de Resolução apresentada pelo Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil com vistas à regulamentação, no âmbito da Polícia Civil, dos cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, por APROVAR os termos da Resolução nº 02/2025, que regulamenta, no âmbito da Polícia Civil, os cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020.

RESOLUÇÃO N.º 02/2025

(Aprovada pela Deliberação 271/2025)

Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Polícia Civil, dos cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020.

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL,** no uso de suas atribuições legais, em complemento ao previsto na Lei Complementar Estadual nº 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020, aprova o presente regulamento.

Art. 1º O requerimento, instrução e concessão de Licença Capacitação deverá observar o contido nesta Resolução e, na Lei Complementar nº 217, de 2019, no Decreto 4634, de 2020, Resolução SEAP nº 11.094, de 26 de maio de 2021 e Resolução da SESP nº 276/2023.

Art. 2º Para fruição de Licença Capacitação o curso pretendido deve guardar pertinência temática com as atividades de Polícia Judiciária, Administrativas ou de Gestão desempenhadas pela Polícia Civil do Estado do Paraná, levando-se em conta, ainda, o perfil profissiográfico de cada cargo.

§ 1º Os requisitos do caput, preliminarmente, serão aferidos pela chefia imediata do servidor policial civil, que se manifestará de forma fundamentada, observando-se o contido no artigo 9º do Decreto 4634, de 2020.

§ 2º O requerimento de Licença Capacitação será encaminhado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos-GARH/DPC, para análise e parecer quanto ao cumprimento do disposto na Resolução SEAP nº 11.094, de 2021, e demais exigências previstas nesta Resolução, seguindo para apreciação e decisão do Conselho Superior de Polícia.

Art. 3º Aplica-se o contido no artigo anterior à Licença Capacitação para cumprimento de créditos de programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Art. 4º Finalizado o período de fruição da Licença Capacitação, o servidor policial civil terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentar o diploma ou certificado do curso ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos-GARH/DPC que verificará o cumprimento da carga horária mínima de 90 (noventa) horas de carga horária presencial, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) durante o período da licença.

§ 1º O prazo referido no caput poderá, excepcionalmente, ser prorrogado mediante justificativa do servidor policial civil, devidamente instruído com declaração emitida pela instituição que ministrou o curso.

§ 2º O não cumprimento do disposto neste artigo, e legislação em vigor, implicará na obrigação do servidor policial civil em ressarcir ao erário o valor recebido a título de remuneração/salário no período de fruição da Licença Capacitação, conforme procedimento previsto no Decreto nº 5.492, de 10 de novembro de 2016 e, o período de afastamento não será contabilizado como efetivo exercício para fins de promoções e progressões na carreira.

Art. 5º A Licença Capacitação não será concedida para:

I – cursos análogos aos regularmente ofertados pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná;

II - cursos preparatórios para concursos públicos e vestibular;

III – cursos com carga horária concentrada em apenas algumas semanas ao longo dos 03 (três) meses de licença ou com aulas presenciais ministradas apenas em alguns dias úteis da semana ou com aulas apenas aos finais de semana;

IV – cursos regulares de graduação e;

V – cursos de capacitação e cumprimento de créditos de programa de mestrado, doutorado e pós-doutorado que não tenham pertinência temática com as atividades de Polícia Judiciária, Administrativas ou Gestão desempenhadas pela Polícia Civil do Estado do Paraná, considerando, ainda, o cargo/função e perfil profissiográfico do servidor policial civil.

Art. 6º Os pedidos de licença deverão serão instruídos obrigatoriamente:

I – curso de capacitação profissional: comprovantes de inscrição ou matrícula ofertado por instituição, pública ou privada, devidamente regulamentada para oferta de cursos, acompanhado do conteúdo programático completo e cronograma do evento de capacitação, com calendário dos dias das aulas presenciais;

II – cumprimento dos créditos de programa de mestrado, doutorado e pós-doutorado: comprovante de matrícula ou carta de aceite no curso regularmente ofertado por instituição formal de ensino público ou privado, reconhecido legalmente, acompanhado conteúdo programático completo e cronograma do evento de capacitação, com calendário dos dias das aulas presenciais.

Publique-se. Cumpra-se.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

REQUERIMENTOS: **Protocolo Digital 23.678.657-9** – **SUELEN DE CASSIA SILVA**, Papiloscopista, solicita restituição da cédula funcional, insígnia, porta documentos e arma de fogo, em virtude de "atividade normal, Portaria nº 1384-DPC, disponível no e-Protocolo nº 18.218.328-6 em fls. 28". Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, para providências. **EXTRA PAUTA: Protocolo Digital 23.830.044-4 -** Ofício nº 87/GARH, de 11 de abril de 2025. Comunica o resultado do processo interno de remoções inaugurado pelo Edital nº 01/2025, com os nomes dos servidores contemplados, bem como as "Vagas Remanescentes" do Interior do Estado para os cargos de Delegado de Polícia e Agente de Polícia Judiciária, conforme previsto no art. 10 do citado edital, para fins de homologação e deliberações. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - por tornar público e homologar o resultado do processo interno de remoções, regido pelo Edital n. 01/2025, para os cargos de Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária e Papiloscopista Policial, conforme anexos I a V, devendo ser observado que as vagas remanescentes (anexos IV e V) são destinas aos servidores já inscritos e não contemplados no processo interno de remoção (art. 10 do Edital n. 01/2025), bem como que as remoções decorrentes deste processo interno dar-se-ão em momento posterior à lotação dos Delegados de Polícia, Agentes de Polícia Judiciária e Papiloscopistas Policiais que se encontram em curso de formação técnico-profissional na Escola Superior da Polícia Civil (art. 14 do Edital n. 01/2025); II – pela restituição do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas providências. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que se apresenta devidamente assinada eletronicamente pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros e pelo Secretário Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

VALMIR SOCCIO
Secretário Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 263/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat, referente aos autos de Sindicância **PROT. 124/2023/CSPC (150/2022/CD)**, onde consta como acusado: **FABRÍCIO SOARES MONTE BLANCO**, Agente de Polícia Judiciária; advogado: Dr. Marcelo Rodrigues - OAB/PR 74.339; ausente o acusado e participação do seu defensor por meio de

videoconferência; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela ABSOLVIÇÃO do sindicado FABRÍCIO SOARES MONTE BLANCO, Agente de Polícia Judiciária, das transgressões disciplinares descritas no artigo 8º, incisos XV e XVII, da Lei nº 21.894/2024 - Código Disciplinar PCPR, correspondente às infrações previstas no artigo 213, incisos XXX e XXXIV, da Lei Complementar nº 14/1982 – Estatuto da Polícia Civil, por não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal;

II – pelo ARQUIVAMENTO destes autos de Sindicância.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 264/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator, Dr. Renato Coelho de Jesus, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 096/2020/CSPC (302/2020/CD)**, tendo como acusado: **ALEX FABIANO PRESTES**, Agente de Polícia Judiciária; advogado: Dr. José Doroti Borges – OAB/PR 59.408; ausente o acusado e presente seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pelo reconhecimento da extinção de punibilidade ocasionada pela PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva estatal em relação às transgressões disciplinares tipificadas no art. 5º, incisos VI e XVII, c/c art. 7º, primeira parte e art. 8º, §1º, inciso VII da Lei 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR (FATO 1 e FATO 2), já que ultrapassados mais de 2 anos do ato interruptivo citatório até a presente data;

II - pela ABSOLVIÇÃO do acusado ALEX FABIANO PRESTES, Agente de Polícia Judiciária, da disciplinar prevista no art. 8ª, §1º, inciso V, do Código Disciplinar da PCPR (FATO 2), com esteio no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal;

Por maioria de votos dos senhores conselheiros:

III - pela aplicação da penalidade de 30 DIAS DE SUSPENSÃO ao acusado ALEX FABIANO PRESTES, pela prática da infração disciplinar prevista no art. 6º, inciso III, c/c art. 7º do Código Disciplinar da PCPR (FATO 2), com o consequente reconhecimento da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva administrativa estatal, vez que a penalidade concretamente aplicada de suspensão leva ao prazo prescricional de dois anos (art. 62, § 2º do CC-PCPR), já ultrapassados entre o ato interruptivo citatório e a presente data, conforme voto condutor apresentado pelo Conselheiro Relator, que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, Dr. Alan Henrique Flore, Drª. Maritza Maira Haisi e Dr. Riad Braga Farhat; VENCIDO o voto divergente apresentado pelo Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, que votou pela aplicação da penalidade de demissão do acusado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior e Dr. Silvio Jacob Rockembach;

IV - pelo arquivamento dos autos em referência.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 265/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 74/2022/CSPC (164/2022/CD)**, tendo como acusado: ACUSADO: **JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS**, Delegado de Polícia; advogado: Dr. Miguelângelo Dos Santos Rodrigues Lemos - OAB/PR 59.589; ausente o acusado e presente seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela ABSOLVIÇÃO do acusado JOSELITO TEIXEIRA DOS SANTOS, Delegado de Polícia, de todas as transgressões disciplinares que lhe foram imputadas na Portaria inicial (FATOS 01 a 04 - art. 5º, inc. IV, c/c art. 7 º; art. 6 º, inc. II e IV c/c art. 7º; art. 8º, inc. XVIII e LX; e art. 8º, § 1º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR);

II - pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em caso de condenação criminal definitiva sobre os mesmos fatos.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 266/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 43/2025/CPC** – **Protocolo Digital 22.997.752-0** – Investigação Preliminar da Procedimento Preliminar da 5ª Corregedoria de Polícia Civil para apurar, em tese, a prática de violação de sigilo profissional e condescendência criminosa, praticadas por **GLAUBER PRIETO PIEDADE** e **ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR** (Prot. 662/2024-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Agente de Polícia Judiciária GLAUBER PRIETO PIEDADE e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GLAUBER PRIETO PIEDADE e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR, Agentes de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como, em relação a ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR, para apuração do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 267/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.768.467-2** – Ofício n. 528/2025 da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa. Comunica que em 07/08/2012 transitou em julgado a sentença penal condenatória em desfavor de **JOSÉ CARLOS CAMARGO VARGAS** nos autos n. 0018066-67.2011.8.16.0019, sendo-lhe decretada a perda do cargo público. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil. Com informação da Secretaria do Colegiado de que JOSÉ CARLOS CAMARGO VARGAS foi demitido pelo Decreto n. 4383, de 17/06/2016, relativo aos Processos Administrativos Disciplinares n. 271/2012/CSPC e 273/2012/CSPC, e reintegrado pelo Decreto 9250, de 18/03//2025, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos RMS 61772/PR STJ – nº 0033896-57.2016.8.16.0000-PROJUDI (Proto-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

colo Digital 23.558.4166-1); em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, através do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, para conhecimento e providências quanto a decisão judicial ora informada, com posterior restituição a este Colegiado.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 268/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.796.719-4** – Ofício n. 529/2025 da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa. Comunica que em 16/11/2015 transitou em julgado a sentença penal condenatória em desfavor de **ROBERTO MAZUR GIEBELUKA** nos autos n. 0018066-67.2011.8.16.0019, sendo-lhe decretada a perda do cargo público. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil. Em consulta ao Sistema do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC em 11/04/2025, constatou-se a aposentadoria de ROBERTO MAZUR GIEBELUKA, conforme Resolução n. 1172, de 25/02/2019, publicada na Edição n. 10390, de 08/03/2019; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após juntada de cópia da ficha funcional e do relatório de antecedentes administrativo do servidor aposentado, pelo encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, com proposta de remessa à Procuradoria Geral do Estado - PGE para orientação sobre como proceder no caso em tela, vez que a perda de carga, embora decretada antes da aposentadoria do servidor, não foi efetiva à época.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 269/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. Ref. 127/2021/CSPC** – **Protocolo Digital 21.706.342-6** – Ofício n. 27/2024 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil. Encaminha à Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento à Deliberação nº 11/2024, cópia da Sindicância nº 127/2021/CPC, em desfavor de **LARRISA WEISHEIMER** e de **TIAGO DE ARAÚJO**, Agentes de Polícia Judiciária, para conhecimento e providências pertinentes, tendo em vista que em decorrência da atuação dos servidores policiais civis o Estado do Paraná foi condenado ao pagamento de indenização conforme autos nº 0004968-41.2019.8.16.0146 que tramitaram perante o Juizado da Fazenda Pública de Rio Negro. Com despacho da Procuradoria do Patrimônio – PGE/PRP nos seguintes termos: "Após análise do setor, a decisão foi pela não propositura de ação no presente caso"; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo arquivamento do protocolado, após juntada de cópia das peças principais aos respetivos autos.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 270/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.735.664-0** – Despacho da 46ª Delegacia Regional de Polícia de Matelândia por meio do qual é solicitada a anotação de elogio na ficha funcional dos policiais **RONE LEÃO DE MACEDO**, **MÁRCIO DELFIM BRITO** e **JOSÉ CARLOS CHIARELLI JÚNIOR**, em reconhecimento à atuação excepcional, marcada por dedicação, profissionalismo e eficiência inquestionáveis, que resultou na prisão em flagrante nº 6872/2024. Com trâmite pela 15ª Subdivisão Policial de Cascavel e Divisão Policial do Interior; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à 46ª Delegacia Regional de Polícia para arquivamento.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 271/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.843.263-4** - Proposta de Resolução apresentada pelo Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil com vistas à regulamentação, no âmbito da Polícia Civil, dos cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, por APROVAR os termos da Resolução nº 02/2025, que regulamenta, no âmbito da Polícia Civil, os cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

RESOLUÇÃO N.º 02/2025
(Aprovada pela Deliberação 271/2025)

Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Polícia Civil, dos cursos para fruição da Licença Capacitação prevista na Lei Complementar nº. 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020.

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL,** no uso de suas atribuições legais, em complemento ao previsto na Lei Complementar Estadual nº 217, de 22 de outubro de 2019 e Decreto 4634, de 12 de maio de 2020, aprova o presente regulamento.

Art. 1º O requerimento, instrução e concessão de Licença Capacitação deverá observar o contido nesta Resolução e, na Lei Complementar nº 217, de 2019, no Decreto 4634, de 2020, Resolução SEAP nº 11.094, de 26 de maio de 2021 e Resolução da SESP nº 276/2023.

Art. 2º Para fruição de Licença Capacitação o curso pretendido deve guardar pertinência temática com as atividades de Polícia Judiciária, Administrativas ou de Gestão desempenhadas pela Polícia Civil do Estado do Paraná, levando-se em conta, ainda, o perfil profissiográfico de cada cargo.

§ 1º Os requisitos do caput, preliminarmente, serão aferidos pela chefia imediata do servidor policial civil, que se manifestará de forma fundamentada, observando-se o contido no artigo 9º do Decreto 4634, de 2020.

§ 2º O requerimento de Licença Capacitação será encaminhado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos-GARH/DPC, para análise e parecer quanto ao cumprimento do disposto na Resolução SEAP nº 11.094, de 2021, e demais exigências previstas nesta Resolução, seguindo para apreciação e decisão do Conselho Superior de Polícia.

Art. 3º Aplica-se o contido no artigo anterior à Licença Capacitação para cumprimento de créditos de programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Art. 4º Finalizado o período de fruição da Licença Capacitação, o servidor policial civil terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentar o diploma ou certificado do curso ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos-GARH/DPC que verificará o cumprimento da carga horária mínima de 90 (noventa) horas de carga horária presencial, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) durante o período da licença.

§ 1º O prazo referido no caput poderá, excepcionalmente, ser prorrogado mediante justificativa do servidor policial civil, devidamente instruído com declaração emitida pela instituição que ministrou o curso.

§ 2º O não cumprimento do disposto neste artigo, e legislação em vigor, implicará na obrigação do servidor policial civil em ressarcir ao erário o valor recebido a título de remuneração/salário no período de fruição da Licença Capacitação, conforme procedimento previsto no Decreto nº 5.492, de 10 de novembro de 2016 e, o período de afastamento não será contabilizado como efetivo exercício para fins de promoções e progressões na carreira.

Art. 5º A Licença Capacitação não será concedida para:

I – cursos análogos aos regularmente ofertados pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná;

II - cursos preparatórios para concursos públicos e vestibular;

III – cursos com carga horária concentrada em apenas algumas semanas ao longo dos 03 (três) meses de licença ou com aulas presenciais ministradas apenas em alguns dias úteis da semana ou com aulas apenas aos finais de semana;

IV – cursos regulares de graduação e;

V – cursos de capacitação e cumprimento de créditos de programa de mestrado, doutorado e pós-doutorado que não tenham pertinência temática com as atividades de Polícia Judiciária, Administrativas ou Gestão desempenhadas pela Polícia Civil do Estado do Paraná, considerando, ainda, o cargo/função e perfil profissiográfico do servidor policial civil.

Art. 6º Os pedidos de licença deverão serão instruídos obrigatoriamente:

I – curso de capacitação profissional: comprovantes de inscrição ou matrícula ofertado por instituição, pública ou privada, devidamente regulamentada para oferta de cursos, acompanhado do conteúdo programático completo e cronograma do evento de capacitação, com calendário dos dias das aulas presenciais;

II – cumprimento dos créditos de programa de mestrado, doutorado e pós-doutorado: comprovante de matrícula ou carta de aceite no curso regularmente ofertado por instituição formal de ensino público ou privado, reconhecido legalmente, acompanhado conteúdo programático completo e cronograma do evento de capacitação, com calendário dos dias das aulas presenciais.

Publique-se. Cumpra-se.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 272/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.678.657-9** – **SUELEN DE CASSIA SILVA**, Papiloscopista, solicita restituição da cédula funcional, insígnia, porta documentos e arma de fogo, em virtude de "atividade normal, Portaria nº 1384-DPC, disponível no e-Protocolo nº 18.218.328-6 em fls. 28". Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, para providências.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 23.830.044-4 -** Ofício nº 87/GARH, de 11 de abril de 2025. Comunica o resultado do processo interno de remoções inaugurado pelo Edital nº 01/2025, com os nomes dos servidores contemplados, bem como as "Vagas Remanescentes" do Interior do Estado para os cargos de Delegado de Polícia e Agente de Polícia Judiciária, conforme previsto no art. 10 do citado edital, para fins de homologação e deliberações; em sessão ordinária realizada no dia quatorze de abril do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - por tornar público e homologar o resultado do processo interno de remoções, regido pelo Edital n. 01/2025, para os cargos de Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária e Papiloscopista Policial, conforme anexos I a V, devendo ser observado que as vagas remanescentes (anexos IV e V) são destinas aos servidores já inscritos e não contemplados no processo interno de remoção (art. 10 do Edital n. 01/2025), bem como que as remoções decorrentes deste processo interno dar-se-ão em momento posterior à lotação dos Delegados de Polícia, Agentes de Polícia Judiciária e Papiloscopistas Policiais que se encontram em curso de formação técnico-profissional na Escola Superior da Polícia Civil (art. 14 do Edital n. 01/2025);

II – pela restituição do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas providências.

Curitiba, em 14 de abril de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO I
REF. A ATA 11/2025 E A DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

DELEGADO DE POLÍCIA

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
ALYSSON GABRIEL SANTOS NUNES TINOCO	9.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ	24.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MANDAGUAÇU
AMANDA MACEDO RIBEIRO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE TERRA ROXA	20. SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO
ANDERSSON CARNEIRO DE SANTANA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO	47.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ANGELO OLIVEIRA BATISTA DIAS	57.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CURIÚVA	36.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE WENCESLAU BRAZ
BRUNO FALCI AMARAL	DELEGACIA DE	1.º DISTRITO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	POLÍCIA DE GUARANIAÇU	POLICIAL DE CASCAVEL
DIEGO COELHO ANTUNES RIBEIRO	22.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTO PARANÁ	8.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAVAÍ
GUSTAVO VIEIRA BIANCHI	8.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAVAÍ	9. SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ
HUARLEI AUGUSTO DE OLIVEIRA CHAVES	36.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE WENCESLAU BRAZ	37.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE IBAITI
KEMELLY MARIA DA SILVA LUGLI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CÂNDIDO DE ABREU	1.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
MARCOS VINICIUS LOPES FERREIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE BARBOSA FERRAZ	22.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTO PARANÁ
MATEUS MACEDO DE SANTANA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANOEL RIBAS	29.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ROLÂNDIA
PEDRO ARTHUR CAPRIO SARTORATO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS	12.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE JACAREZINHO
PEDRO LUCENA	47.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	DELEGACIA DE POLÍCIA DE TERRA ROXA
RAFAEL MANDU	45.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PITANGA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANOEL RIBAS
RAFAEL NUNES MOTA	58.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RICARDO ADILSON TRINKEL	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CENTENÁRIO DO SUL	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS
THAIS EMI FUJIHARA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICARAÍMA	DELEGACIA DA MULHER DE CAMPO MOURÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO II
REF. A ATA 11/2025 E A DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

- **CAPITAL**

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
DANIEL MOMOSE OGUIURA	DELEGACIA DA MULHER DA CAPITAL	DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
RAUL BEZERRA SAMPAIO	NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA - DENARC	GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

- **REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
EDUARDO JOSE FROHLICH DE OLIVEIRA	1.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	6.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PIRAQUARA
FERNANDA GONCALVES ALENCAR	3.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CAMPO LARGO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MARMELEIRO
GLEISON DE OLIVEIRA GEROMEL	5.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE COLOMBO	6.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PIRAQUARA
JOEL GILBERTO DE ANDRADE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPINA GRANDE DO SUL	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMITAL
MARCELO APARECIDO DE MATOS	4.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RIO BRANCO DO SUL	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARAUCÁRIA

- **INTERIOR DO ESTADO**

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
ADRIANO JOSE NOGUEIRA	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	33.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
AIRTON RAMOS	5.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PATO BRANCO	6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU
ANDRE LUIS POTT	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPINA DA LAGOA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALOTINA
ARION NAGNIBEDA SILVA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PIRAÍ DO SUL	4º DISTRITO POLICIAL DE PONTA GROSSA
BEATRIZ GASPARIN MOREIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANTAGALO	21.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE NOVA LONDRINA
BRUNA ANDREA ZAWALSKI MARTINS	DELEGACIA DA MULHER DE UNIÃO DA VITÓRIA	2.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LARANJEIRAS DO SUL
BRUNA MARA DE SOUZA MOSKO	56.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RESERVA	1.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
BRUNO ANTONIAZZI DE OLIVEIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS	12.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE JACAREZINHO
BRUNO COELHO DE AZEVEDO	14.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE GOIOERÊ	15.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CASCAVEL
BRUNO LUDWIG	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMAS	1.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
CAIO LUIS SANTOS RIBEIRO	20.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LOANDA	22.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTO PARANÁ
CARLA CAMPOS AVANZI	2.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LARANJEIRAS DO SUL	DELEGACIA DA MULHER DE JACAREZINHO
CARLOS GIOVANI DOS SANTOS	35.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE JOAQUIM TÁVORA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS
CELSO BOREL GODOIS	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALOTINA	47.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CLECI DA ROSA	7.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ANTONINA	58.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE
DANILO RAFAEL DA SILVA CARVALHO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPINA DA LAGOA	7.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE UMUARAMA
DHYAN MARIA ZANINI	20.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO	6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU
DIEGO PAVIANI CORREIA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA AURORA	48.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
DOUGLAS ALBERTO DA SILVA WENGLAREK	DELEGACIA DA MULHER DE UNIÃO DA VITÓRIA	3.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE SÃO MATEUS DO SUL
EDUARDO ANTONIO DE MORAES	19.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CIDADE GAÚCHA	48.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
FELIPE YUDI FUNO DE SOUZA	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SIQUEIRA CAMPOS
FERNANDA CASELI SANZ	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	43.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CASTRO
FLAVIO ANIBAL CAMPOS	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANGUEIRINHA	DELEGACIA DA MULHER DE FRANCISCO BELTRAO
GABRIELA CAROLINA ALVES DE SOUZA	DELEGACIA DA MULHER DE CIANORTE	NÚCLEO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU - DENARC
GEDSON DINON	6.ª SUBDIVISÃO	DELEGACIA DE

	POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU	POLÍCIA DE SANTA HELENA
GIANA MOSCALESKI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMAS	3.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE SÃO MATEUS DO SUL
GUILHERME BAZILIO BROIETTI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CÂNDIDO DE ABREU	1.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
GUSTAVO CESAR SIMOES	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS	38.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA
IGOR MORETTI SENA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SIQUEIRA CAMPOS	35.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE JOAQUIM TÁVORA
IVANDO CATALANI JUNIOR	22.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTO PARANÁ	21.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CIANORTE
JAMES KUNG	2.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LARANJEIRAS DO SUL	6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU
JONATHA ARUS CUNHA	NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE PARANAGUÁ	NÚCLEO DE COMBATE AOS CIBERCRIMES
JORDANA CAROLINO GIRARDI	17.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CRUZEIRO DO OESTE	24.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MANDAGUAÇU
JORGE TRAVASSOS DE ANDRADE	11.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CHOPINZINHO	5.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PATO BRANCO
JOYR GREGORIO ROMERO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ORTIGUEIRA	22.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE ARAPONGAS
KAREN HELEN LIMA	DELEGACIA DA MULHER DE JACAREZINHO	16.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CAMPO MOURÃO
KARINA FERREIRA RIBAS	22.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE ARAPONGAS	DELEGACIA DE POLÍCIA DE JANDAIA DO SUL
KETHELIN RAUANE LUCION	60.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE DOIS VIZINHOS	19.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO
LAIS AKINA NAGAO ITO	45.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PITANGA	10.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LONDRINA
LARISSA PIFER MAKIOLKE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE JAGUAPITÃ	22.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE ARAPONGAS
LAURA LORENZINI FERNANDES OLIVEIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA AURORA	7.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE UMUARAMA
LEANDRO BARBOSA GALVAO	44.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PALMITAL	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SIQUEIRA CAMPOS
LILIAN MARA DOMASZAK	7.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ANTONINA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MORRETES
LUCAS TADEU SILVA DE SOUZA	10.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MALLET	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DELEGADO JOSÉ ANTÔNIO ZUBA DE OLIVA - PONTAL DO PARANÁ
LUCIANO BERKENBROCK	DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA AURORA	20.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO
LUCIANO CALDEIRA SASTRE	42.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE JAGUARIAÍVA	13.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PONTA GROSSA
LUIS BERNARDO POMPEU DA SILVA	39.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE BANDEIRANTES	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO
LUIS FERNANDO VANHONI BROSKA	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	NUCRIA PARANAGUA
LUIZ HENRIQUE LOCATELLI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO	DELEGACIA DA MULHER DE CIANORTE
LUIZ RENATO BRAGIATO	20.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO	15.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CASCAVEL
MANUELA SALAMONI GAZZI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMAS	DELEGACIA DA MULHER DE UNIAO DA VITORIA
MARCOS AURELIO CRUZ DE CASTRO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ORTIGUEIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MARILÂNDIA DO SUL
MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE ANDRADE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MORRETES	NÚCLEO DE OPERAÇÕES COM CÃES - DENARC
MARIANA CAVALEIRO COSTA MONTORO	DELEGACIA DA MULHER DE CASCAVEL	20.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO
MARIANA QUADROS PERTILE	6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU	3.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CAMPO LARGO
MARINA SANTIAGO DO NASCIMENTO	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANGUEIRINHA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE QUEDAS DO IGUAÇU
MARISSOL DOS SANTOS FREITAS THEMOTEO PEREIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANTAGALO	14.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA
MAYKON LUIZ ZORZAN DE LIMA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ	20.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LOANDA
MICAEL EGIDIO SOUZA DA SILVA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ORTIGUEIRA	4.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
MICHELI MIRANDA TORREJAIS	54.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE IVAIPORÃ	55.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MANDAGUARI
MICHELLI SIDOR	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMAS	DELEGACIA DA MULHER DE UNIAO DA VITORIA
NILCE TEREZA RAMBO	15.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CASCAVEL	20.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TOLEDO
PAULO HENRIQUE DA SILVA VILACA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MAMBORÊ
PEDRO DE LIMA PINTO JUNIOR	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MARILÂNDIA DO SUL	17.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE APUCARANA
PHILIPPE JEAN RANGEL ABREU AREAS	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO	14.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA
RAFAEL ANTONIO DE ALENCAR	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO
RENATO BREGOLI DONDONI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE GUARANIAÇU	DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DE CASCAVEL
RODRIGO BURGEL	4.º DISTRITO POLICIAL DE PONTA GROSSA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE TIBAGI
RONNIE KINDREICH	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	9.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DA LAPA
RUDYSON FRANCISCO XAVIER DE SOUZA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE URAÍ	10.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LONDRINA
STEPHANY ALVES VIEIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ	16.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CAMPO MOURÃO
TAINA LAZARINI OLIVEIRA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CLEVELÂNDIA	DELEGACIA DA MULHER DE CASCAVEL
TATIANE FACHINI	DELEGACIA DA MULHER DE FRANCISCO BELTRÃO	29.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ROLÂNDIA
THEMIS REGINA KANNEMBERGER	48.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ASSIS CHATEAUBRIAND	7.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ANTONINA
TIAGO HENRIQUE LEMES	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MAMBORÊ
VICTOR JABOUR DIAS DA SILVA	3.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE SÃO MATEUS DO SUL	1.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
VITOR HUGO SALES DA SILVA	2.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LARANJEIRAS DO SUL	6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU
WASHINGTON LUIZ ESPINOSA	33.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JERÔNIMO DA	DELEGACIA DE POLÍCIA DE URAÍ

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	SERRA	

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO III
REF. A ATA 11/2025 E A DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

PAPILOSCOPISTA POLICIAL

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
ROSSIELLA REGIS	SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO - SRI 950	SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE CAMPO MOURÃO - SRI 800

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO IV
REF. A ATA 11/2025 E A DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

VAGAS REMANESCENTES

DELEGADO DE POLICIA – INTERIOR

SDP	DIVISÃO	UNIDADE	MUNICÍPIO	VAGA
04ª	DPE	DELEGACIA DA MULHER DE UNIÃO DA VITÓRIA	UNIÃO DA VITORIA	1
07ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICARAÍMA	ICARAIMA	1
13ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARAPOTI	ARAPOTI	1
14ª	DPI	45.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PITANGA	PITANGA	1
14ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO	PINHÃO	1
15ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE GUARANIAÇU	GUARANIACU	1
16ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA	IRETAMA	1
18ª	DPI	57.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CURIÚVA	CURIUVA	1
18ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CÂNDIDO DE ABREU	CÂNDIDO DE ABREU	1
19ª	DPI	58.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	1
21ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE BARBOSA FERRAZ	BARBOSA FERRAZ	1
22ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CENTENÁRIO DO SUL	CENTENÁRIO DO SUL	1

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO V
REF. A ATA 11/2025 E A DELIBERAÇÃO Nº 273/2025

VAGAS REMANESCENTES

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA – INTERIOR

SDP	DIVISÃO	UNIDADE	MUNICÍPIO	VAGAS
01ª	DPI	7.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ANTONINA	ANTONINA	1
02ª	DPI	2.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LARANJEIRAS DO SUL	LARANJEIRAS DO SUL	3
02ª	DPI	44.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PALMITAL	PALMITAL	2
02ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANTAGALO	CANTAGALO	3
03ª	DPI	3.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE SÃO MATEUS DO SUL	SÃO MATEUS DO SUL	1
03ª	DPI	9.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DA LAPA	LAPA	1
04ª	DPI	10.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MALLET	MALLET	1
05ª	DPI	11.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CHOPINZINHO	CHOPINZINHO	1
05ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CLEVELÂNDIA	CLEVELÂNDIA	2
05ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANGUEIRINHA	MANGUEIRINHA	3
05ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PALMAS	PALMAS	5
07ª	DPI	14.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE GOIOERÊ	GOIORRE	2
07ª	DPI	17.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CRUZEIRO DO OESTE	CRUZEIRO DO OESTE	1
07ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICARAÍMA	ICARAIMA	1
08ª	DPI	20.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LOANDA	LOANDA	1
08ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ	SANTA ISABEL DO IVAÍ	2
11ª	DPI	39.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	1
12ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CARLÓPOLIS	CARLÓPOLIS	1
13ª	DPI	41.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE IRATI	IRATI	2
13ª	DPI	42.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE JAGUARIAÍVA	JAGUARIAIVA	1
13ª	DPI	43.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CASTRO	CASTRO	1
13ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PIRAÍ DO SUL	PIRAI DO SUL	1
13ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SENGÉS	SENGES	1
14ª	DPI	45.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PITANGA	PITANGA	1
14ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO	PINHAO	3
15ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE GUARANIAÇU	GUARANIACU	1
16ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPINA DA LAGOA	CAMPINA DA LAGOA	3
16ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA	IRETAMA	3
17ª	DPI	54.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE IVAIPORÃ	IVAIPORÃ	1
18ª	DPI	18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA	TELEMACO BORBA	6
18ª	DPI	56.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RESERVA	RESERVA	2
18ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE CÂNDIDO DE ABREU	CANDIDO DE ABREU	1
18ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ORTIGUEIRA	ORTIGUEIRA	3
19ª	DPI	19.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO	FRANCISCO BELTRAO	1
19ª	DPI	60.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE DOIS VIZINHOS	DOIS VIZINHOS	1
19ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE REALEZA	REALEZA	2
20ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE FORMOSA DO OESTE	FORMOSA DO OESTE	1
20ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA AURORA	NOVA AURORA	3
21ª	DPI	19.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CIDADE GAÚCHA	CIDADE GAUCHA	1
22ª	DPI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE JAGUAPITÃ	JAGUAPITA	1

39425/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.450.142-9

I. AUTORIZO, com fulcro no Decreto Estadual nº 3.540/2019 e nos termos da Informação nº 842/2025 – AT/SESP, a formalização do **Termo de Rescisão de Contrato de Locação de Imóvel** e o **Termo de Entrega do Imóvel**, referente ao Contrato nº 436/2020 – GMS nº 1810/2020, cujo objeto é a locação do imóvel situado na rua Comendador Fontana, nº 270, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, destinado a abrigar o Centro de Recrutamento e Seleção – CRS da Polícia Militar do Paraná, firmada com o proprietário GEORGE GUILHERME FELDMANN BRUMMER, portador do CPF nº 041.298.989-14, residente e domiciliado a rua Maranhão, nº 629, apto 41, Higienópolis, São Paulo/SP, representado por W MEILER & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ nº 26.703.109/0001-89.
II. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
III. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025
Coronel PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

39208/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.645.611-0

I. AUTORIZO, com fulcro no §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, ainda, nos termos da Informação nº 798/2025-AT/SESP, a formalização do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2025, entre o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Militar do Paraná, cujo objeto visa a "o aprimoramento da segurança institucional do TRIBUNAL, mediante assessoria técnico-policial na proteção de magistrados e outras autoridades, nas atividades de inteligência, materializado na designação de um oficial policial militar que desempenhará atividade policial em auxílio às diversas unidades administrativas e judiciárias do TRIBUNAL, atuando como consultor/assessor, na forma de encargo, mas sem exclusividade, uma vez que manterá o exercício de suas atividades funcionais junto à PMPR", conforme Termo de Cooperação acostado às fls. 02/09 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 10/14.

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39146/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.828.481-3

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulada pela candidata Lucia Hiromi Baba, CPF XXX.984.279-XX, nomeada para o cargo de Agente Profissional, na função de Profissional de Tecnologia da Informação, do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme Decreto nº 9.308, de 21 de março de 2025, publicado no DIOE nº 11.868, também de 21 de março de 2025.

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39148/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.518.955-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2021, na Resolução PGE nº 212/2023 e nos termos da Informação 0650/2025-AT/SESP, a contratação, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **IRM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **48.670.007/0001-47**, sediada no Município de Erechim/RS, em adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 71/2023, visando a aquisição de mochos odontológicos com encosto, para uso nos consultórios sob responsabilidade do Centro Odontológico da PMPR, no valor global de R$ 6.680,00 (seis mil, seiscentos e oitenta reais), conforme o Termo de Referência (fls. 37/92);
II. DECLARO, para os devidos fins que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos da autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante;
IV. O **Órgão de Segurança Pública** vinculado à SESP, responsável pela contratação, deverá no prazo legal, levar o extrato do instrumento utilizado, à publicação no GMS (Sistema de Gestão de Materiais e Serviços) e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025
Coronel PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

39213/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.099.619-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2021, na Resolução PGE nº 212/2023 e nos termos da Informação nº 788/2025-AT/SESP, a celebração de contrato, a ser firmado entre o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio desta **Secretaria de Estado da Segurança Pública** e a empresa **NGN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º 11.453.341/0012-91, sediada no Município de Curitiba/PR, **em adesão à Ata de Registro de Preços nº 1073/2023** – cujo objeto é a aquisição de 01 (um) carro 100% (cem por cento) elétrico, 0 (zero) km e totens de recarga/eletroposto com instalação para a Polícia Científica do Paraná – no valor total de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, conforme minuta de contrato acostada às fls. 283/294.
II. DECLARO, para os devidos fins que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos da autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências;
IV. O Órgão de Segurança Pública vinculado à SESP, responsável pela contratação, deverá no prazo legal, levar o extrato do instrumento utilizado à publicação no GMS (Sistema de Gestão de Materiais e Serviços) e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39217/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.778.606-8

1. Considerando o Ofício nº 3131/2025/GAB-SENASP/SENASP/MJ, em que solicita a prorrogação da mobilização do servidor Subten. QPM 1-0 Jeferson Schuldz, no Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

2. AUTORIZADA a prorrogação a partir de 16/06/2025, nos termos do Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e este Estado.

3. Publique-se.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39313/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 2.415.499-2

I – RETIFICO a decisão de recurso publicado na edição 11884 do DIOE nos seguintes termos:

Onde se lê:

I. MANTENHO, com fulcro no art. 165, §2º, do da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos da Informação nº. 0849/2025 – AT/SESP, a qual integro como razões para decidir, a decisão da Pregoeira, constantes à fl. 949/956, pelo que nego provimento ao recurso interposto pela empresa SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 58.752.460/0009-03, no Pregão Eletrônico nº 126/2024 – GMS/SESP, conforme fundamentos especificados;

Leia-se:

I. MANTENHO, com fulcro no art. 165, §2º, do da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos da Informação nº. 0849/2025 – AT/SESP, a qual integro como razões para decidir, a decisão da Pregoeira, constantes à fl. 949/956, pelo que nego provimento ao recurso interposto pela empresa SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 58.752.460/0009-03, no Pregão Eletrônico nº 1499/2024 – GMS/SESP, conforme fundamentos especificados;

II – Permanecem inalterados os demais termos não abrangidos pela presente retificação;

III – REPUBLIQUE-SE e devolva-se ao Centro de Licitações para as providências legais.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39309/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETARIO

Protocolo nº. 22.952.216-7

I. TORNO SEM EFEITO a publicação procedida ao Diário Oficial, edição n.º 11879 (protocolo 34835/2025), em 07/04/2025, exclusivamente na parte concernente à autorização de contratação da empresa T.H.A. Distribuidora Ltda., CNPJ n.º 48.904.616/0001-13, no valor de R$ 886,04 (oitocentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), tendo em vista ocorrência de erro material na elaboração do ato, sendo que o referido valor supera aquele homologado ao Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN/PR, pela respectiva ata de registro de preços – Pregão Eletrônico n.º 1025/2023;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem, para conhecimento e adoção das orientações citadas às fls. 289-290, quais sejam, adequação dos valores da nota de empenho e da respectiva "anexo à nota de empenho", previsto ao edital de contratação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública.

39060/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.615.675-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 823/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de LOANDA/PR, CNPJ Nº 76.972.074/0001-51, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às fls. 16/24 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 25/29;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39277/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 21.980.848-8

I – ADJUDICO PARCIALMENTE, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° PE nº 981/2024 – GMS/PCP-SESP, visando à aquisição de Componentes de Hardware para modernizar o Centro Integrado de Computação em ambiente colaborativo de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ciências forenses da Polícia Científica do Paraná, conforme descrição abaixo:

Grupo 1, a empresa: RHP COMPUTADORES LTDA., inscrita no CNPJ 06.187.402/0001-23, apresentou proposta no valor total de R$ 17.980,00 (dezessete mil, novecentos e oitenta reais),

Grupo 3, a empresa: RHP COMPUTADORES LTDA., inscrita no CNPJ 06.187.402/0001-23, apresentou proposta no valor total de R$ 13.818,00 (treze mil, oitocentos e dezoito reais)

II – Totalizando o valor dos lotes conclusos em R$ 31.798,00 (trinta e um mil, setecentos e noventa e oito reais).

III – HOMOLOGO PARCIALMENTE, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora (mov. 12 e-protocolo 23.821.929-9), o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob n° 981/2024 – GMS/PCP-SESP, visando à aquisição de Componentes de Hardware para modernizar o Centro Integrado de Computação em ambiente colaborativo de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ciências forenses da Polícia Científica do Paraná, conforme descrição abaixo:

Grupo 1, a empresa: RHP COMPUTADORES LTDA., inscrita no CNPJ 06.187.402/0001-23, apresentou proposta no valor total de R$ 17.980,00 (dezessete mil, novecentos e oitenta reais),

Grupo 3, a empresa: RHP COMPUTADORES LTDA., inscrita no CNPJ 06.187.402/0001-23, apresentou proposta no valor total de R$ R$ 13.818,00 (treze mil, oitocentos e dezoito reais),

IV - Totalizando o valor dos lotes conclusos em R$ 31.798,00 (trinta e um mil, setecentos e noventa e oito reais).

V – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

VI – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa para o órgão demandante convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39480/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.681.716-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 827/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR, CNPJ Nº 76.206.499/0001-50, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às 14/22 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 23/27;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39269/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.692.777-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação nº 851/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de LARANJAL/PR, inscrito no CNPJ/MF n° 95.684.536/0001-80, visando a instalação e manutenção em atividade do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 27/35 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 36/40;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e

Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39279/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.693.898-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação nº 852/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de RENASCENÇA/PR, inscrito no CNPJ/MF n° 76.205.681/0001-96, visando a instalação e manutenção em atividade do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 13/21 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 22/26;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39273/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.085.293-6

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto n.º 4.189/2016 e com base na Informação nº 470/2025-AT/SESP, a celebração do TERMO DE COOPERAÇÃO, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e, de outro lado, o Município de Maringá/PR, cujo objeto entre os partícipes, visa a comunhão de esforços para incrementar ações, por meio do “Projeto Olho Vivo”, naquela municipalidade, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 73/84) e Plano de trabalho respectivo (fls. 85/93).

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39485/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.583.896-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 869/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de AGUDOS DO SUL/PR, CNPJ Nº 76.105.667/0001-10, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às fls. 16/24 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 25/29;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39481/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.661.771-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 844/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL/PR, CNPJ Nº 76.105.600/0001-86, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às fls. 18/26 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 27/31;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39477/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.714.466-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação nº 868/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de SÃO JORGE D’OESTE/PR, inscrito no CNPJ/MF n° 76.995.380/0001/03, visando a instalação e manutenção em atividade do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 17/25 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 26/30;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39473/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.729.461-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 858/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR, CNPJ Nº 95.589.230/0001-44, cujo objeto visa a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para implantação de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) no Município acima referido, conforme Minuta acostada às fls. 15/23 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 24/28;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39484/2025

GABINETE DO SECRETARIO

Protocolo nº. 20.693.093-4

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação n° 1792/2024-PRC/PGE (fls. 943/968) e do Despacho nº 006/2025 – DEPPEN (fl. 1120), a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, critério de julgamento menor preço, visando a aquisição de equipamentos de informática para compor os Módulos de Atendimento Virtual que serão instalados nas unidades do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, no valor máximo estimado de R$ 333.129,93 (trezentos e trinta e três mil, cento e vinte e nove reais e noventa e três centavos), conforme Minuta de Edital acostada às fls. 1074/1119;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para as demais gestões pertinentes.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública.

39412/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.772.172-1

I. AUTORIZO, com base no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, adotando os fundamentos da Informação nº 889/2025-AT/SESP a celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0356/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANCA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 05.457.677/0001-77, sediada no Município de São Paulo/SP, cujo objeto corresponde à prestação de serviços de vigilância armada, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná - PCP, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **12/06/2025 a 11/06/2026**, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de **R$ 702.819,52 (setecentos e dois mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos),** e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 191/192);

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 15 de abril de 2025
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

39571/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 23.774.349-0

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 890/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA.**, CNPJ Nº 30.190.520/0005-07, no valor de R$ 364.114,42 (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e quatorze reais e quarenta e dois centavos), decorrente do fornecimento de refeições para a Cadeia Pública de Telêmaco Borba, durante o período de 01/03/2025 a 31/03/2025, sem cobertura contratual;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP.

39456/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 23.774.669-4

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 891/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 30.190.520/0005-07,** no valor de R$ 107.253,80 (cento e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), decorrente do fornecimento de refeições para a Cadeia Pública de Quedas do Iguaçu, durante o período de 01/03/2025 a 31/03/2025, sem cobertura contratual;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP.

39445/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.218.426-4

I. RECONHEÇO E INDENIZO, nos termos do art. 2°, inciso I, alínea "a", do Decreto Estadual nº 6.358/2024, da Informação nº 843/2025 – AT/SESP, a dívida em favor do servidor **CÁSSIO SCARPATO KRAEMER,** CPF n° XXX.277.270-XX, no valor de **R$ 87,17 (oitenta e sete reais e dezessete centavos),** a título de diárias, em razão do deslocamento do Município de Realeza/PR para o Município de Francisco Beltrão/PR, visando prestar plantão na sede da 19ª Subdivisão Policial daquela municipalidade, realizada no período de 25/12/2024 a 26/12/2024;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 15 de abril de 2025

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

39575/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.177.035-6

I. RECONHEÇO E INDENIZO a dívida, nos termos do artigo 10 do Decreto Estadual nº 6.358/2024, e nos termos da Informação nº 830/2025 – AT/SESP, em favor do Agente de Polícia Judiciária LUIZ HENRIQUE LOCATELLI, inscrito no CPF n° 085.377.229-01, no valor total de R$ 87,17 (oitenta e sete reais e dezessete centavos), a título de diária, tendo em vista o deslocamento de Pinhão/PR para a cidade de Guarapuava/PR, na data de 20/12/2024, visando a realização de plantão da 13º Central Regional de Flagrantes, conforme Ofício n° 428/2025 (fl. 2);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 15 de abril de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

39506/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.662.610-5

I. AUTORIZO, com fundamento no inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503/1997, na Resolução nº 145/2015 do CONTRAN, e com base na

Informação nº 879/2025-AT/SESP, o pagamento em favor do militar estadual Sd. QPBM Diogo Borges, inscrito no CPF sob nº XXX.774.059-XX, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente ao pagamento de taxa atinente ao exame toxicológico realizado pelo militar, cuja função corresponde à condução de veículos de emergência, atendendo às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar – CBM;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

39517/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 26/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

SUSPENDE

O prazo do Processo Administrativo Disciplinar **PAD nº 20.740.696-**, instaurado pela portaria nº 10/2025 desta Corregedoria - publicada no DIOE nº 11.837 de 04/02/2025, desde o dia 05 de fevereiro de 2025 e enquanto durar a licença para tratamento de saúde do servidor indiciado.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

39557/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 22.573.894-7

I. ACOLHO, com fulcro no artigo 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos da Informação nº 884/2025 – AT/SESP, as conclusões da Sra. Pregoeira (fls. 1384/1402), as quais adoto como razão de decidir, a fim de ratificar a habilitação da empresa CAO ESTÁVEL – TREINAMENTOS E SERVIÇOS COM CÃES LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.305.002/0001-21, declarada vencedora do lote 1 do Pregão Eletrônico nº 90038/2025-SESP RP.

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações da Pasta para o prosseguimento do certame.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39624/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 8 DE 15/04/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ANTONIO CORREIA BARROS				30	09/04/2013	08/04/2018	02/05/2025	31/05/2025
40605738	2	NAVI	238224381					

39394/2025

RESOLUÇÃO N° 232/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários do 21°BPM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 23.796.825-5,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis do 21°BPM:

Função	Nome	CPF
Presidente	1º Ten. QOPM Jonas Alexandre Sanches Correa Cintra	XXX.299.579-XX
Membros	3º Sgt. QPM 1-0 Mario Rosset	XXX.434.769-XX
	3º Sgt. QPM 1-0 Adriano Cesar Lazareti	XXX.477.499-XX
	Cb QPM 1-0 Tiago Fernando Godinho dos Santos	XXX.227.339-XX
	Cb QPM 1-0 Luciano Vargas	XXX.027.159-XX
	Cb QPM 1-0 Alisson Borges	XXX.762.169-XX

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba-Paraná, 14 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39303/2025

RESOLUÇÃO N° 234/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da Décima Segunda Companhia Independente de Polícia Militar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 23.517.711-0

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da Décima Segunda Companhia Independente de Polícia Militar (12ª CIPM)

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOPM Bruno Emanoel Lopes Bueno	XXX.946.739-XX
Membros	2º Ten. QOPM Rafael Sabino Souza de Oliveira	XXX.689.819.-XX
	2º Ten. QOPM Daniel Augusto de Deus Ziegler	XXX.304.429-XX
Suplentes	Sub. Ten. QPM 1-0 Idenei Borges da Silva	XXX.505.109-XX
	3º Sgt. QPM 1-0 Cleverson Ferri	XXX.475.089-XX
	Cb. QPM 1-0 Juscelino de Oliveira	XXX.935.219-XX

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

39603/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 202/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.291.773-3

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, com base na no Despacho do Núcleo Administrativo Setorial (mov. 51) e com fulcro na Informação Técnica nº 136/2025-AT/SETR (mov. 52), na Informação Nº 101/2018-ATJ/GAB/PGE e Acórdão nº 216/2013 – TCE/PR o pagamento das faturas (mov. 45), atinente a prestação de serviço contínuo de saneamento e disponibilização de água e esgoto em atendimento desta Secretaria de Estado, em benefício da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR CNPJ sob nº 6.484.013/0001-45, **no valor de R$ 33.841,52 (trinta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, referente aos meses de Março de 2025, em que pese a existência de pendências registradas junto à Secretaria de Estado da Fazenda (mov. 47), verificada a partir da inexistência de emissão automática de Certidão Negativa de Débitos, uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010;

IV. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 11 de abril de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025)

39319/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 2503/2022 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO TRABALHADOR DE CAMPINA GRANDE DO SUL.

PROTOCOLO Nº 23.010.859-5

Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Locadores: ELDORADO INVESTIMENTOS S/A.
Objeto: Prorrogação de locação de imóvel da **Agência do Trabalhador de Campina Grande Do Sul**.
Vigência: pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **20/04/2025** e término em **19/04/2026.**
Valor Mensal: **R$ 5.467,84 (cinco mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)**.

Dotação Orçamentária:
– **06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – Fonte **761.000102.**
– **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – Fonte **700.000281.**

Autorizado através de **Despacho Secretarial nº 050/2025 – GS/SETR** em 31 de janeiro de 2025.

39474/2025

QUARTO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 1141/2022 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO TRABALHADOR DE CAMPO MOURÃO.

PROTOCOLO Nº 23.010.531-6

Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Locadores: AJNT ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA.
Objeto: Prorrogação de locação de imóvel da **Agência do Trabalhador de Campo Mourão**.
Vigência: pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **15/04/2025** e término em **14/04/2026.**
Valor Mensal: **R$ 8.183,81 (oito mil e cento e oitenta e três reais e oitenta e um centavos)**.

Dotação Orçamentária:
– **06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – Fonte **761.000102.**
– **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – Fonte **700.000281.**

Autorizado através de **Despacho Secretarial nº 126/2025 – GS/SETR** em 06 de março de 2025.

39466/2025

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 023/2025
(Protocolo nº 23.784.940-0)

Considerando o fornecimento de energia elétrica para a Agência do Trabalhador de Rio Negro, fornecida pela Empresa **CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A**., inscrita no **CNPJ sob o nº 08.336.783/0001-90;**

Considerando a continuidade da utilização do imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de Rio Negro,** unidade integrante da Rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE/PR), em atendimento a esta Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, referente ao período de **Novembro e Dezembro de 2024;**

Considerando o disposto em artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 18 de março de 1964, regulamentado pelo art. 2º do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968;

RECONHEÇO a exatidão da dívida perante o(a) credor(a) **CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.783/0001-90, no valor TOTAL de R$ 1.887,50 (Mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, em razão da utilização do serviço de fornecimento de energia destinado ao funcionamento da Unidade da Rede SINE/PR durante o período anteriormente citado.

A referida despesa será executada na rubrica orçamentária 3390.9200 – Despesas de exercícios anteriores.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2023-SETR/GS)

39292/2025

DESPACHO Nº 195/2025 – SETR
Protocolo nº 23.474.649-9

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 37 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos na **Informação nº 123/2025-SETR/NFS (mov. 39) e na Informação Técnica nº 065/2025-SETR/AT (mov. 45),** *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE, em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 015/2021,* **o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Siqueira Campos, referente ao período de 10.01.2025 a 09.02.2025, em benefício à MARCELO AUGUSTO MENDES, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.413.899-**, no valor total de R$ 1.606,79 (um mil, seiscentos e seis reais e setenta e nove centavos),** em que pese a existência de pendências registradas em **Cadastro Informativo Estadual (CADIN)**, uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei Federal de nº 16.595/2010.

V. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2023-SETR/GS)

39332/2025

DESPACHO Nº 203/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 23.009.729-1

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 585, §2º do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 226/2025-NFS/SETR (mov. 25) e na Informação nº 137/2025-AT/SETR (mov. 43), a formalização de Termo Aditivo para prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 1870/2024, o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Campo Largo, formalizado junto à **CEQUINEL & FILHOS PARTICIPAÇÕES DE BENS LTDA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o n.º **11.456.086/0001-88**, **no valor mensal de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), e anual (12 meses) de e R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),** com início em 13/05/2025 e término em 12/05/2026, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

39344/2025

RESOLUÇÃO N.° 015/2025 – SETR
(Protocolo nº 23.820.798-3)

Dispõe sobre a designação dos servidores responsáveis pelos Processos Administrativos Disciplinares – PAD, nos termos do Decreto nº 5792/2012, e Processos Administrativos de Responsabilização – PAR, conforme o Decreto nº 11.727/2022, no âmbito desta Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876, tendo em vista o contido em Resolução CGE nº 06/2016 e Resolução CGE nº 10/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Eloise Zanon Garcia, portadora do RG nº 9.8*2.***-9, como Chefe de Corregedoria e o servidor Rafael Slugek da Silveira, portador do RG nº 9.9*0.***-7, como Agente de Corregedoria desta Secretaria de Estado.

Art. 2º Os servidores designados no art. 1º desta Resolução, serão responsáveis pelas seguintes atividades:

I – Atuar de forma integrada com a Coordenadoria de Corregedoria, da Controladoria Geral do Estado;

II – Observar os dispositivos legais pertinentes às atividades de corregedoria, especialmente os contidos no artigo 37, da Constituição Federal, artigo 27, da Constituição Estadual, Lei Estadual n° 6174/70, Decreto Estadual n° 5792/12 e demais normas regulamentadoras;

III – Dar ciência à Coordenadoria de Corregedoria, no prazo de 20 (vinte) dias, no caso de ilegalidade ou irregularidade comprovada;

IV – Encaminhar à Controladoria Geral do Estado os relatórios dos atos relativos à instauração, tramitação e conclusão de procedimentos disciplinares;

Art. 3º Será designado terceiro membro para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD e Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, com notório conhecimento na área da irregularidade ou falta a ser apurada.

Art. 4º A Corregedoria instituída na presente resolução estará vinculada à Diretoria-Geral desta Pasta.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 057/2024-SETR, bem como demais disposições em contrário.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

39364/2025

RESOLUÇÃO N.º 016/2025 – SETR

Dispõe sobre a definição da estrutura à nível de gerência no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Suelen Glinski Rosa, portadora do RG nº 8.7*3.***-0, como Diretora de Fomento e Renda, em nível de gerência da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 010/2023-SETR, bem como demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

39375/2025

RESOLUÇÃO N.º 017/2025 – SETR

Dispõe sobre a definição da estrutura à nível de gerência no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Liza Marie Fortes, portadora do RG nº 8.6*4.***-6, como Diretora de Pesquisa e Qualificação, em nível de gerência da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 010/2023-SETR, bem como demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

39382/2025

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
RESOLUÇÃO nº 577/2025 RETIFICADO

Súmula: Aprovar o Relatório de Gestão Parcial 2024/2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao bloco de serviços de gestão e manutenção da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 0022082024000 4, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ 33.671.181,91 (trinta e três milhões seiscentos e setenta e um mil, cento e oitenta e um reais e noventa e um centavos).

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nos termos do disposto no §2º do Art. 3º da Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018 e no inciso II do Art. 6º da Resolução Codefat n.º 890, de 2 de dezembro de 2020 e,

- considerando que o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR foi credenciado em 09 de outubro de 2020 conforme ofício SEI nº. 255253/2020/ME,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, considerando o aspecto técnico-financeiro, o Relatório de Gestão Parcial 2024/2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao custeio e investimento parcial do exercício de 2024/2025, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho Emprego, Qualificação e Renda — SETR, em razão de ter concluído, mediante análise das informações fornecidas, que:
I - encontra-se em conformidade com as orientações do modelo de preenchimento constante no Anexo I da Portaria SPPE/MTE nº 8.057, de 20 de março de 2020;
II - as ações estão adequadas ao objetivo geral e às metas de resultado;
II - a destinação de recursos está adequada às ações;
IV - a destinação de recursos a serem repassados pela União, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, limita-se à relação de naturezas de despesas constante do Anexo III da Portaria SPPE/MET nº 8057 de 20 de março de 2020;
V - a destinação dos recursos alocados pelo Estado do Paraná ao Fundo Estadual do Trabalho FET/Paraná, está em consonância com o previsto em Lei Orçamentária Anual e atende ao posto na legislação municipal/distrital de trabalho, emprego e renda e às deliberações deste CETER.

Art. 2º Aprovar, quanto à realização das ações previstas no Plano de Ação e Serviços – PAS, os seguintes aspectos, conforme demonstrado no Plano de Gestão:
I - O grau de realização das ações previstas no PAS foi considerado satisfatório, incluindo as devidas justificativas para as ações não executadas, conforme demonstrado no relatório de execução física;
II - O alcance das metas de resultado estabelecidas no PAS mostrou-se satisfatório e em conformidade com os parâmetros e indicadores definidos;
III - A execução das ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego – SINE foi devidamente comprovada, com base nos indicadores de esforço de captação, adequação ao perfil das vagas e eficiência dos encaminhamentos, tendo sido atingida a totalidade das metas estabelecidas;
IV - A aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT deu-se de forma regular, sendo utilizados exclusivamente no financiamento das ações e serviços previstos no PAS, conforme comprovação documental apresentada;
V - A continuidade da execução das ações e serviços do SINE foi assegurada, mesmo diante de atrasos nos repasses financeiros, os quais ocorreram de forma parcial, conforme registrado no Anexo I desta Resolução;
VI - A comprovação das despesas foi apresentada por meio de documentos fiscais válidos, emitidos em nome do órgão gestor local, estando em conformidade com os extratos bancários e registros financeiros;
VII - A verificação dos repasses automáticos do FAT demonstrou que, embora tenham sido atendidas as exigências por parte do ente executor, os repasses ocorreram com atraso e se encontram em pendência, apesar das comunicações encaminhadas pelo ente federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2025.

Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

ANEXO I

Referente ao bloco de serviços de gestão e manutenção da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 0022082024000 4, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ R$ 33.671.181,91 (trinta e três milhões seiscentos e setenta e um mil, cento e oitenta e um reais e noventa e um centavos).
Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE

Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Fundo Estadual do Trabalho
Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE

1. Dados Básicos
I - ente parceiro: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR/PR.
II - início de vigência: 01/01/2024
III - fim da vigência: 31/12/2025
IV - fundo recebedor: Fundo Estadual do Trabalho - FET/Paraná
V - órgão repassador: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE
VI - programa: Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento do SINE
VII - fundo repassador: Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
VIII - quanto à prestação de contas da utilização dos recursos financeiros do FAT, esta deverá comprovar que os valores foram devidamente aplicados no financiamento da execução das ações e serviços do SINE, em conformidade com o planejamento estabelecido no PAS do respectivo exercício.

I) EXECUÇÃO FÍSICA:
1. Identificação das ações planejadas e realizadas
Dentre as Ações identificadas no Plano de Ações e Serviços da Gestão da Rede SINE que foram planejadas e realizadas, configura-se:
1.A. Intermediação de Mão de obra, em que a Rede SINE do Paraná, através das 216 Agências espalhadas em todo Paraná, obteve os seguintes resultados que garantiram a 1ª colocação entre as Redes de atendimento em todo BRASIL em 2024

Ano	Trabalhadores inscritos	Vagas captadas	Encaminhados	Trabalhadores colocados
2022	108.675	267.242	602.835	122.083
2023	107.697	342.673	675.718	154.584
2024	97.316	422.320	762.847	170.001

1.B. O Seguro-desemprego continuou suas ações em 2024, garantindo o pagamento de 97.694 beneficiários comuns e 3.590 beneficiários na modalidade Empregada Doméstica, atendendo 110.926 solicitações comuns 4.199 solicitações de pagamento na modalidade empregada doméstica, resultados que podem ser resumidos nas seguintes tabelas:
Quantidade de requerimentos inseridos no sistema pelo Sine Estadual

Atendimento do SINE Paraná - Seguro-desemprego modalidade formal			
Ano	Quantidade de requerentes	Quantidade de segurados	Quantidade de beneficiários
2022	133.957	125.183	116.383
2023	120.533	112.300	108.976
2024	110.926	102.281	97.694

Quantidade de parcelas emitidas e pagas, sendo valor incrementado nos municípios

Ano	Parcelas emitidas	Parcelas pagas	Valor parcelas emitidas	Valor parcelas pagas
2022	563.625	543.415	R$ 850.306.425,00	R$ 819.359.046,60
2023	579.736	577.168	R$ 952.408.662,78	R$ 948.196.977,84
2024	519.127	517.192	R$ 900.501.277,12	R$ 897.279.253,12

Quantidade de requerimentos inseridos no sistema pelo Sine Estadual

Atendimento do SINE Paraná - Seguro-desemprego modalidade empregado doméstico			
Ano	Quantidade de requerentes	Quantidade de segurados	Quantidade de beneficiários
2022	5.433	4.674	4.455
2023	4.074	4.001	4.576
2024	4.199	3.697	3.590

Além deste resultado geral da Intermediação de mão de obra e Seguro-desemprego, cabe mencionar o resultado físico das ações especializadas destas áreas e que foram mencionadas no Plano de Ações e Serviços – Gestão da Rede Sine de 2024, a saber:

1.A.1. Programa de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho – PCD

Indicadores de Desempenho PCD

Ano	Trabalhadores com deficiência inscritos (novos cadastros)	Vagas captadas	Trabalhadores com deficiência colocados
2022	259	10.654	999
2023	661	12.430	1.567
2024	480	12.980	1.515

1.A.2. Programa de Aprendizagem

Indicadores de Desempenho do Programa Jovem Aprendiz – 2024

Ano	Jovens inscritos	Vagas captadas	Jovens colocados
2022	15.941	4.084	2.598
2023	15.875	4.972	2.729
2024	11.431	7.616	3.655

1.A.3 Trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho – Demonstrar Execução

Nesse contexto, destacam-se as ações especializadas voltadas à inserção de públicos vulneráveis e minorias no mercado de trabalho, por meio de iniciativas específicas promovidas nas Agências do Trabalhador da Rede SINE/PR, denominadas 'Dias N', onde 'N' representa a letra correspondente ao público-alvo da ação. Por exemplo, o 'Dia M' refere-se ao Dia da Empregabilidade do Migrante. Assim, a seguir, são discriminadas as ações realizadas, conforme os meses em que ocorreram os eventos

Mês	Ação	Vagas captadas 2022	Vagas captadas 2023	Vagas captadas 2024
Agosto e anual	Dia J - Juventude 1.° emprego	2.170	76.558	87.663
Setembro e anual	Dia D - Pessoa com deficiência	828	1.582	1.539
Outubro e anual	Outubro Rosa - Mulher	919	62.166	72.378
	Dia M - Migrantes, refugiados e apátridas	909	5.876	10.535
	Dia I - Idosos 50+	220	11.789	14.372
Novembro e anual	Dia N – Empregabilidade negra	3.000	9.000	10.864

Adicionalmente, este item apresenta os resultados alcançados por outros projetos desenvolvidos na área do trabalho, os quais contribuem para o fortalecimento da participação da Rede SINE no total de admissões no mercado de trabalho.

1.A.4 Emprega Mais Paraná

Em todo ano de 2024, o ônibus levou a Agência Itinerante para 21 Municípios, houve o registro de 2.553 pessoas atendidas e 2.315 encaminhamentos para vagas de emprego, as colocações provenientes destes atendimentos foram computadas para participação da Agência do Trabalhador local nas admissões cadastradas na Rede SINE/PR. Portanto, dados que fazem parte do resultado descrito no item 1.A

Ano	Município	Ações	Atendimentos	Encaminhados
2022	110		9.656	7.829
2023	30	88	6.296	6.723
2024	21	39	2.553	2.315

1.B.1 Capacitação dos entes Públicos da Rede SINE/PR sobre a Intermediação de Mão de obra

No ano de 2024, foram realizados 23 (vinte e três) treinamentos com as Agências do Trabalhador, capacitando um total de 1.127 (mil cento e vinte e sete) servidores, incluindo turmas de nível iniciante e de aperfeiçoamento. Além disso, foram promovidas formações e treinamentos sobre o novo sistema, conduzidos de forma on-line para os Escritórios Regionais

Curso	Período	Cursistas
Alinhamento Agentes públicos	24/01/2024	1.127
Treinamento de Agentes públicos	09/02/2024	1.127
Treinamento de Agentes públicos	15/02/2024	1.127
Treinamento Novo SINE – Regional Paranaguá	29/04/2024	06
Treinamento Novo SINE – Regional Campo Mourão	19/08/2024	26
Treinamento Novo SINE – Regional Guarapuava	23/08/2024	17
Treinamento Novo SINE – Regional Ponta Grossa	23/08/2024	16
Treinamento Novo SINE – Regional Maringá	19/08/2024	17
Treinamento Novo SINE – Regional Londrina	19/08/2024	23
Treinamento Novo SINE – Regional Jacarezinho	17/07/2024	19
Treinamento Novo SINE – Regional Umuarama	29/04/2024	17
Treinamento Novo SINE – Regional Cascavel	22/08/2024	18
Treinamento Novo SINE – Regional Foz do Iguaçu	22/08/2024	11
Treinamento Novo SINE – Regional Pato Branco	26/08/2024	22
Treinamento Novo SINE- Agência Curitiba	27/08/2024	26
Total		**2.589**

1.B.2 Capacitação dos entes Públicos da Rede SINE/PR sobre o Seguro-desemprego,por meio de videoconferência

Curso: Encontro Ministério do trabalho					
Período	**Convocados**	**Total de cursistas**	**Turmas**	**Horas**	**Dias da semana**
26 e 27/09/2024	115	115	1	16	2
Curso: Agentes públicos para operacionalizar o sistema Portal Mais Emprego – SD					
Período	**Convocados**	**Total de cursistas**	**Turmas**	**Horas**	**Dias da semana**
jan a dez de 2024	350	350	12	32	2
Totais	465	465	13	48	

1.B.3 Supervisão e Fiscalização das unidades da Rede SINE/PR

Em 2024, foram realizadas um total de 216 supervisões nas Agências do Trabalhador do Estado do Paraná, conduzidas pelos técnicos Cássio Strapasson (Coordenador da COTE), Isabel Cristina de Almeida Mota, Mayara Gabriela Milleo Corsi Bittencourt, Vitor Loyola e Adriana Kampa (Diretora da DIFOR), além das supervisões realizadas pelos técnicos dos Escritórios Regionais. Como resultado, 100% das agências e Escritórios Regionais foram supervisionados pela SETR.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

As supervisões foram coordenadas pela equipe de Intermediação de Mão de Obra, subordinada à Coordenação de Trabalho e Emprego (COTE), da Diretoria de Fomento e Renda. Adicionalmente, todas as fiscalizações dos cursos de qualificação profissional do programa Qualifica Paraná 2024 foram coordenadas pelos chefes dos 12 Escritórios Regionais.

1.B.4 Convênios das UNIDADES da Rede SINE/PR
Os resultados obtidos na intermediação de mão de obra e na assistência ao seguro-desemprego, assim como as demais ações mencionadas anteriormente, são fruto da formalização de 216 convênios entre o Estado do Paraná e os municípios, com o objetivo de fortalecer a Rede do Sistema Nacional de Emprego do Paraná (SINE/PR). Esses convênios viabilizaram a instituição de 216 unidades da Rede SINE distribuídas pelo território estadual.
Por meio dessa política, foram estabelecidas obrigações e direitos entre os entes federativos em cada convênio firmado. A seguir, são detalhadas as responsabilidades assumidas pelo Estado do Paraná para garantir a continuidade das ações da Rede SINE/PR. Até o momento, todos os 216 convênios foram devidamente formalizados.

1.B.5 Veículos das Unidades da REDE SINE/PR
Além da responsabilidade de manter parte dos prédios destinados às Agências do Trabalhador, o Estado do Paraná, por meio dos convênios firmados, cedeu para uso exclusivo das unidades conveniadas da Rede SINE/PR um total de 134 veículos, dos quais um foi roubado e posteriormente ressarcido. Esses veículos foram adquiridos com recursos do FAT provenientes de convênios anteriores (55/2006 e 52/2012), como parte de uma política destinada a fortalecer a busca ativa por vagas de emprego nas regiões atendidas pelas Agências, além de apoiar a execução de outros projetos e ações vinculadas à política de trabalho, tais como visitas a empresas, capacitações e mutirões.
Destaca-se que todas as despesas com manutenção e abastecimento dos veículos são de responsabilidade dos municípios que possuem Agências do Trabalhador. No caso dos veículos alocados nos Escritórios Regionais e na Secretaria, essas despesas são custeadas pela fonte 500 do Estado. Atualmente, há também 10 veículos considerados inservíveis

1.B.5.1 Diárias para Servidores atuarem nas ações da REDE SINE/PR
Ao longo de 2024, diversas ações exigiram a destinação de recursos para o pagamento de diárias a servidores que atuaram na promoção e execução das iniciativas descritas neste Relatório de Gestão. A seguir, apresenta-se o relatório das diárias concedidas, totalizando R$120.000,00, dos quais R$119.184,08 foram efetivamente pagos. Os servidores da Diretoria de Fomento e Renda receberam diárias classificadas sob a descrição de despesa 33.90.14, conforme os valores detalhados a seguir:

Servidores	Quantidade de diárias	Valor individual	Valor total
378	Alimentação	R$ 87,17	R$ 32.950,26
23	3 Diárias completas + 1 alimentação	R$ 958,82	R$ 22.052,86
6	3 Diárias completas	R$ 871,65	R$ 5.229,90
25	2 Diárias completas + 1 alimentação	R$ 668,27	R$ 16.706,75
11	3 Diárias completas + Meia alimentação	R$ 915,23	R$ 10.067,53
3	1 Diária completa + 1 alimentação	R$ 377,72	R$ 1.133,16
15	Meia alimentação	R$ 43,58	R$ 653,70
2	1 Diária completa + 1 alimentação	R$ 371,26	R$ 742,52
1	1 Diária completa	R$290,55	R$ 290,55
1	2 Diárias completas	R$ 742,52	R$ 742,52
12	2 Diárias completas	R$ 581,10	R$ 6.973,20
6	4 Diárias completas	R$ 1.162,20	R$ 6.973,20
4	4 Diárias + Meia alimentação	R$ 1.205,78	R$ 4.823,12
10	2 Diárias completas + Meia alimentação	R$ 624,68	R$ 5.622,12
2	2 Diárias completas	R$ 581,10	R$ 1.162,20
1	1 Diária completa + Alimentação	R$ 482,64	R$ 482,64
1	1 Alimentação + Meia	R$ 111,38	R$ 111,38
1	4 Diárias completas + 1 Meia diária	R$ 1.307,47	R$ 1.307,47
1	3 Diárias completas	R$ 853,90	R$ 853,90
1	1 Alimentação + Meia alimentação	R$130,76	R$130,76
1	2 Alimentações	R$ 174,34	R$ 174,34
		Total	**R$ 119.184,08**

1.B.5.2 Passagens para servidores nas ações da REDE SINE/PR
Por fim, em passagens destinadas a deslocamentos em ações da Rede SINE/PR, ressaltamos que estes valores são essenciais para a promoção e desenvolvimento das ações da REDE SINE/PR, uma vez que servem para concretizar a participação presencial de servidores em reuniões no interior do estado do PARANÁ e em Brasília para negociações e treinamentos com o Governo Federal, além da participação de um técnico em todas as reuniões do FONSET – Fórum Nacional das Secretarias do Trabalho.

1.B.5.3 Material de Consumo – 33.90.30 para as unidades da REDE SINE/PR
Em 2024, a fim de manter o funcionamento das 216 unidades de atendimento da REDE SINE/PR foram fornecidos materiais de consumo, conforme relatórios mensais do almoxarifado (em anexo), no montante de R$ R$ 1.314.991,46

1.B.5.4 Locações REDE SINE/PR
Cinquenta e cinco agências foram pagas com recurso do FET em 2024.

Agência/Município	NRT Responsável	Objeto	Natureza	Valor mensal	Valor anual
Almirante Tamandaré	Curitiba	Agência	Física	R$ 12.062,18	R$ 144.746,16
Alto Piquiri	Umuarama	Agência	Física	R$ 2.500,00	R$ 30.000,00
Andirá	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 1.262,48	R$ 15.149,76
Apucarana	Londrina	Agência	Física	R$ 5.963,50	R$ 71.562,00
Arapongas	Londrina	Agência	Física	R$ 8.805,30	R$ 105.663,60
Astorga	Maringá	Agência	Física	R$ 2.435,91	R$ 29.230,92
Campina da Lagoa	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 1.375,96	R$ 16.511,52
Carambeí	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 3.147,44	R$ 37.769,28
Cascavel	Cascavel	Agência	Física	R$ 6.750,00	R$ 81.000,00
Cianorte	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 3.800,00	R$ 45.600,00
Cidade Gaúcha	Umuarama	Agência	Física	R$ 4.000,00	R$ 48.000,00
Clevelândia	Pato Branco	Agência	Física	R$ 1.950,00	R$ 23.400,00
Colorado	Maringá	Agência	Física	R$ 2.530,00	R$ 30.360,00
Cornélio Procópio	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 2.384,95	R$ 28.619,40
Dois Vizinhos	Pato Branco	Agência	Física	R$ 3.986,04	R$ 47.832,48
Faxinal	Londrina	Agência	Física	R$ 1.850,00	R$ 22.200,00
Fazenda Rio Grande	Curitiba	Agência	Física	R$ 7.000,00	R$ 84.000,00
Florestópolis	Londrina	Agência	Física	R$ 1.700,00	R$ 20.400,00
Iporã	Umuarama	Agência	Física	R$ 3.900,00	R$ 46.800,00
Jandaia do Sul	Londrina	Agência	Física	R$ 2.700,00	R$ 32.400,00

Lapa	Curitiba	Agência	Física	R$ 4.955,52	R$ 59.466,24
Mamborê	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 1.495,00	R$ 17.940,00
Mandaguaçu	Maringá	Agência	Física	R$ 2.136,96	R$ 25.643,52
Marechal Candido Rondon	Cascavel	Agência	Física	R$ 7.500,00	R$ 90.000,00
Matelândia	Foz do Iguaçu	Agência	Física	R$ 1.947,51	R$ 23.370,12
Medianeira	Foz do Iguaçu	Agência	Física	R$ 3.158,44	R$ 37.901,28
Nova Esperança	Maringá	Agência	Física	R$ 2.884,13	R$ 34.609,56
Nova Londrina	Umuarama	Agência	Física	R$ 1.476,32	R$ 17.715,84
Ortigueira	Londrina	Agência	Física	R$ 3.542,54	R$ 42.510,48
Paiçandu	Maringá	Agência	Física	R$ 4.500,00	R$ 54.000,00
Palmas	Pato Branco	Agência	Física	R$ 4.500,00	R$ 54.000,00
Paranavaí	Maringá	Agência	Física	R$ 9.098,00	R$ 109.176,00
Perola	Umuarama	Agência	Física	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
Pirai do Sul	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 2.148,55	R$ 25.782,60
Porto Amazonas	Curitiba	Agência	Física	R$ 1.800,00	R$ 21.600,00
Prudentópolis	Guarapuava	Agência	Física	R$ 4.250,00	R$ 51.000,00
Reserva	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 3.500,00	R$ 42.000,00
Santa Izabel do Oeste	Pato Branco	Agência	Física	R$ 3.200,00	R$ 38.400,00
São Pedro do Ivaí	Londrina	Agência	Física	R$ 1.525,75	R$ 18.309,00
Sengés	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 2.249,93	R$ 26.999,16
Ubiratã	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 2.421,59	R$ 29.059,08
Umuarama	Umuarama	Agência	Física	R$ 9.409,86	R$ 112.918,32
Uniao da Vitoria	Guarapuava	Agência	Física	R$ 4.000,00	R$ 48.000,00
Almoxarifado FET	NAS	Agência	Jurídica	R$ 35.000,00	R$ 420.000,00
Campina Grande do Sul	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 5.467,84	R$ 65.614,08
Campo Largo	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Campo Mourão	Campo Mourão	Agência	Jurídica	R$ 8.183,81	R$ 98.205,72
Colombo	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 8.242,90	R$ 98.914,80
Curitiba	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 31.873,41	R$ 382.480,92
Francisco Beltrão	Pato Branco	Agência	Jurídica	R$ 8.480,39	R$ 101.764,68
Guarapuava	Guarapuava	Agência	Jurídica	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
Pato Branco	Pato Branco	Agência	Jurídica	R$ 4.647,54	R$ 55.770,48
São Jose dos Pinhais	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 7.781,40	R$ 93.376,80
Toledo	Cascavel	Agência	Jurídica	R$ 11.400,00	R$ 136.800,00
				Total	R$ 3.739.573,80

1.B.5.5 Outros Serviços de Terceiros (33.90.39) – Pessoa Jurídica
Esse montante contempla a maioria dos itens essenciais para o funcionamento e a manutenção básica dos imóveis, máquinas e equipamentos da Rede SINE. Entre esses itens, incluem-se: locação de imóveis (PJ), fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais, telecomunicações (telefone), treinamentos, seminários, vigilância, serviços gráficos e editoriais, entre outros. Para essas ações, foi destinado um total de **R$1.849.274,15**. Alguns itens específicos merecem uma descrição mais detalhada, conforme exposto a seguir:

1.B.6 Serviços Tecnológicos – Tecnologia da Informação e Comunicação–PJ (33.90.40)
Nesta última ação a ser descrita, desenvolvimento de sistema para gerenciamento de dados estatísticos e analíticos das agências em todas as suas atividades, envolvendo a utilização de B.I. e Georreferenciamento, integrações com os sistemas oficiais do Estado e gestão de fluxo de operação das atividades intersetoriais desta secretaria. **R$ 104.676,47**

33904005	Serviços de Comunicação de Dados	R$ 51.123,88
33904009	Serviços de Digitalização e Outsourcing de Impressão	R$ 1.360,32
33904005	Serviços de Comunicação de Dados	R$ 51.410,15
33904009	Serviços de Digitalização e Outsourcing de Impressão	R$ 368,04

1.B.7 Material Permanente. 44.90.52
Em 2024 foram adquiridos mais 90 mouses R$ 1.062,00 e 90 teclados R$ 6.067,80, totalizando R$ 7.129,80

2. Identificação dos valores de saldos financeiros nas contas-correntes do fundo do trabalho existentes em 31 de dezembro de 2024
As contas vinculadas ao Fundo Estadual do Trabalho, identificadas pelo CNPJ e destinadas ao depósito de recursos para o Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE/PR, são classificadas em duas categorias: uma referente aos recursos provenientes das distribuições regulares do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/BR) e outra composta por recursos próprios do Estado do Paraná, em conformidade com a Resolução CODEFAT nº 939, de 27 de abril de 2022. Dessa forma, a seguir, apresenta-se a discriminação dos saldos dessas duas contas em 31 de dezembro de 2024:

Agência	Número da Conta	Rendimento	Saldo em 31 dezembro 2024
3793-1	14.264-6 FAT PR	R$ 111.717,51	R$ 16.168.635,15
3793-1	14.258-1 SINE PR	R$ 5.517,36	R$ 812.590,21
		Total	**R$ 16.981.225,36**

Análise de Gestão:
Apresentação e Justificativa do grau de realização do planejamento consignado no PAS do exercício a que se refere
Feita essa análise de execução das ações vinculadas às Políticas do Trabalho no estado do Paraná, cabe mensurar o grau de execução física, baseado apenas nas ações planejadas no PAS – Gestão da Rede SINE 2024 e a execução financeira, também restrita a execução do Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR, conforme tabelas a seguir:

Ações - PAS 2024	Meta/Descrição	Alcançado	Grau de Realização - Física
Intermediação de Mão de Obra – Rede SINE/PR	É realizada por porcentagem do CAGED de cada munícipio que possui agência. Meta pretendida 180.000 trabalhadores colocados.	170.001 trabalhadores colocados via Agências do Trabalhador/SINE	94%
Seguro-desemprego – Rede SINE/PR	Não há meta regulamentada	97.694 beneficiários	Não se aplica
Convênios Unidades Rede SINE/PR	Firmar Convênio com os 216 municípios beneficiados com unidades de atendimento da Rede SINE/PR	216 convênios formalizados com municípios vinculados à Rede SINE/PR	100%
Capacitação dos Agentes Públicos da Rede SINE	Capacitação de proporcionalmente 1 servidor de cada órgão da Pasta do Trabalho (Agências e Escritórios Regionais) em assuntos de IMO; SD; Programas; projetos diversos e de Qualificação profissional	Todos os 1.127 servidores	100%
Supervisão das unidades da Rede SINE/PR	Supervisão e Fiscalização das 216 unidades de atendimento da Rede SINE/PR	Supervisionadas e Fiscalizadas todas as unidades de atendimento da Rede SINE/PR	100%

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Manutenção da Rede SINE/PR	Material de Consumo	FET/PR	53%
	Locações das Agências PJ	FET/PR	42%
	Locações das Agências PF	FET/PR	75%
	Diárias e Passagens	FET/PR	24%
	Serviços de energia elétrica	FET/PR	46%
	Serviços de Água e Esgoto	FET/PR	73%
	Serviços de Telecomunicações	FET/PR	Não utilizado
	Serviço de tecnologia da informação - PJ	FET/PR	37%
	Capital – Recursos próprios	FET/PR	1%

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 2024
Extrato bancário e balancete de verificação de 31/12/2024 com rendimento, em anexo.
Recursos FAT, vide extrato de 31/12/2024 (Fonte 700)
- **R$16.981.225,36** (Dezesseis milhões novecentos e oitenta e um mil duzentos e vinte cinco reais e trinta e seis centavos)

Recursos Próprios, vide extrato de 31/12/2023 (Fonte 761)
- **R$812.590,21** (Oitocentos e doze mil, quinhentos e noventa reais e vinte e um centavos).

Valor Total Distribuição Regular + Recursos próprios (Agência: 3793-1, Conta: 14.258-1 + 14.264-6), vide balancete de verificação 31/12/2024

Registro das Portarias com valores remetidos ao Fundo Estadual do Trabalho:
- Orçamento 2020 – Portaria 2.249 de 27/01/2020: R$ 2.381.641,39
- Orçamento 2020 – Portaria 15.748 de 02/07/2020: R$ 1.935.511,07
- Orçamento 2021 – Portaria 6.947 de 16/07/2021: R$ 2.124.110,75
- Orçamento 2021 – Portaria 12.784 de 27/10/2021: R$ 316.474,87
- Orçamento 2022 – Portaria 4.117 de 06/05/2022: R$ 2.876.480,32
- Orçamento 2023 – Despacho 14 de abril de 2023: R$ 4.428.188,97
- Contrapartida/Estado – Portaria 19.305 de agosto/2020: R$ 258.197,58
- Contrapartida/Estado – Referente ao depósito de R$ 4.428.188,97 - 2023: R$ 88.563,78
- Orçamento 2023 – Despacho de 24 de outubro de 2023 - Casa do Trabalhador Capital – R$ 3.585.975,00
- Orçamento 2023 - Casa do Trabalhador Custeio - R$ 3.680.101,30
- Orçamento 2024 – PAS 2024 Capital FAT R$5.705.837,99 - Não foi depositado; Despacho Decisório 2534/2024/MTE Alteração Processo 19965.201651/2024-21. Estes documentos comunicam que não receberemos o valor de 2024.
- Orçamento 2024 - PAS 2024 Custeio FAT R$6.773.710,81 - Não foi depositado; Despacho Decisório 2534/2024/MTE Alteração Processo 19965.201651/2024-21. Estes documentos comunicam que o valor de custeio foi alterado para R$6.211.446,00.

- **Valor para refazer o PAS R$ 16.981.225,36 + R$ 6.211.446,00**

Curitiba, xxx de Fevereiro de 2025.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2024

Adriana Kampa
Diretoria de Fomento e Renda -DIFOR
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

39158/2025

NOVO CONTRATO Nº 1538/2025 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A AGÊNCIA DO TRABALHADOR DE ENGENHEIRO BELTRÃO.

PROTOCOLO 22.581.577-1

Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Locador: LUIZ JANUÁRIO FILHO e MARIA FRANCISCA DA SILVA
Objeto: Locação de imóvel para a instalação da Agência do Trabalhador de Engenheiro Beltrão.
Vigência: a partir de 15/04/2025 até 14/04/2026.
Valor mensal de **R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).**
Dotação Orçamentária:
– **06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza de Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis – Fonte **761.000102.**
– **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza de Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis – Fonte **700.000281.**

Autorizado através do **Despacho de Autorizo nº 152/2025**, em 14 de março de 2025.

39498/2025





Autarquias

AGEPAR

RESOLUÇÃO AGEPAR Nº 010/2025-AGEPAR

Aprova a tarifa da 3ª Revisão Tarifária Periódica do saneamento básico, relativo à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 2º, parágrafo 1º, inciso IX, alíneas "a" e "b"; o Art. 3º; o Art. 5º; o Art. 6º, incisos III, VIII, XIII e XXIII; e o Art. 7º, incisos XV e XVI, todos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e considerando**:**

a) o disposto nos artigos 22, 23, 25, 29, 30, 31, e 39, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

b) que é objetivo da atividade regulatória a definição de tarifas que permitam tanto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação eficiente dos serviços, como a modicidade tarifária aos usuários;

c) que a revisão tarifária periódica objetiva à reavaliação das condições de mercado e a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários;

d) que a revisão tarifária periódica é o instrumento regulatório adequado para se definir o nível de receita necessário para proporcionar equilíbrio econômico-financeiro ao prestador regulado;

e) o contido no processo administrativo nº 21.992.510-7, que trata da 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como os processos administrativos relacionados.

f) o contido no processo administrativo nº 23.418.919-0, que trata da entrega do Laudo da Base de Remuneração Regulatória pela SANEPAR para compor a 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, bem como os processos administrativos relacionados.

g) as Consultas Públicas nº 01, 04, 06 e 11 de 2024; os respectivos Relatórios Circunstanciados das contribuições recebidas, os Relatórios de Análise das Contribuições dessas Consulta Pública, bem como, a Audiência Pública nº 01/2025 e respectivo Relatório de Análise das Contribuições e demais documentos disponibilizados no site da AGEPAR.

h) a Nota Técnica DRE/CSB 006/2025 e respectivos anexos, que apresenta a versão final dos estudos para a 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

i) a deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR, decorrente da REUNIÃO ORDINÁRIA nº. 06/2025 realizada em 15 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a tarifa básica média da 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, em R$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) faturado com vigência em 30 dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado do Paraná (art. 39, da Lei Federal nº 11.445/2007);

Parágrafo Único Para a manutenção da tarifa básica média de R$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico faturado) estabelecida no caput, as tabelas da estrutura tarifária vigente serão ampliadas em 3,7753% (três inteiros e sete mil setecentos e cinquenta e três décimos de milésimos por cento).

Art. 2º Aprovar a Tabela de Tarifas de Saneamento Básico, conforme Anexo Único desta Resolução, que deverá ser aplicada a partir de 17 de maio de 2025.

Parágrafo Único A alteração da estrutura tarifária prevista no art. 1°. da Resolução Agepar 12/2023 (2ª. Fase da 2ª. RTP) será implementada após o término dos estudos do Grupo de Trabalho da Portaria 59/2023 (Grupo de Trabalho da estrutura tarifária) e ainda durante o 3° ciclo tarifário (2025 a 2028), sendo que sua implementação deverá passar por nova deliberação do Conselho Diretor.

Art. 3º A tarifa do serviço de esgotamento sanitário será cobrada com base em percentual da tarifa de água, sendo de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre a fatura total de água no município de Curitiba e 80% (oitenta por cento) sobre a fatura total de água para as demais localidades, conforme Nota 01 definida na Tabela de Tarifas de Saneamento Básico.

Parágrafo Único Para usuário incluído no programa água solidária a tarifa do serviço de esgotamento sanitário será cobrada com base em percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a tarifa de água.

Art. 4º As entidades de utilidade pública cadastradas na Sanepar na subcategoria de beneficentes, nos termos do Decreto Estadual nº 3.926, de 17 de outubro de 1988, pagarão, por metro cúbico excedente ao consumo mínimo, o valor equivalente à metade da tarifa da categoria correspondente.

Art. 5º A tarifa sazonal litorânea para os Municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, nos consumos superiores a 5 (cinco) metros cúbicos, será majorada em 20% (vinte por cento), nos meses de dezembro a março e será minorada, em igual percentual, nos meses de abril a novembro, exceto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para os usuários beneficiados pelo segmento água solidária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser rigorosamente observado o contido no Art. 2º, caput.

Curitiba/PR, 15 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)
Alex Sandro Noel Nunes
Conselheiro Relator

(assinado eletronicamente)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

ANEXO ÚNICO – RESOLUÇÃO AGEPAR 010/2025-AGEPAR

TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO

CATEGORIA / FAIXAS DE CONSUMO		TARIFA (em Reais)					
ÁGUA SOLIDÁRIA (R$/m³)							
		Até 5 m³	6 a 10	Excedente a 10m³ (R$/m³)			
Todas as Localidades Operadas	ÁGUA	14,00	0,42	1,62			
	ESGOTO (50%)	7,00	0,21	0,81			
	ÁGUA E ESGOTO	21,00	0,64	2,43			
TARIFA RESIDENCIAL NORMAL (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
Todas as Localidades Operadas	ÁGUA	52,33	1,62	9,02	9,06	9,14	15,46
Curitiba	ESGOTO	44,48	1,38	7,67	7,70	7,77	13,14
	ÁGUA E ESGOTO	96,80	3,00	16,68	16,77	16,91	28,61
Demais Localidades	ESGOTO	41,86	1,30	7,21	7,25	7,31	12,37
	ÁGUA E ESGOTO	94,19	2,91	16,23	16,31	16,45	27,84
MICRO E PEQUENO COMERCIO (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
Todas as Localidades Operadas	ÁGUA	52,33	1,62	12,00	12,09	12,17	12,26
Curitiba	ESGOTO	44,48	1,38	10,20	10,28	10,34	10,42
	ÁGUA E ESGOTO	96,80	3,00	22,20	22,37	22,51	22,67
Demais Localidades	ESGOTO	41,86	1,30	9,60	9,67	9,73	9,81
	ÁGUA E ESGOTO	94,19	2,91	21,60	21,76	21,90	22,06
COMERCIAL / UTILIDADE PÚBLICA / PODER PÚBLICO (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
Todas as Localidades Operadas	ÁGUA	94,19	2,42	12,00	12,09	12,17	12,26
Curitiba	ESGOTO	80,07	2,06	10,20	10,28	10,34	10,42
	ÁGUA E ESGOTO	174,26	4,48	22,20	22,37	22,51	22,67
Demais Localidades	ESGOTO	75,36	1,94	9,60	9,67	9,73	9,81
	ÁGUA E ESGOTO	169,55	4,36	21,60	21,76	21,90	22,06
INDUSTRIAL (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
Todas as Localidades Operadas	ÁGUA	94,19	2,42	11,56	11,74	11,77	11,82
Curitiba	ESGOTO	80,07	2,06	10,20	10,28	10,34	10,42

	ÁGUA E ESGOTO	174,26	4,48	22,20	22,37	22,51	22,67
Demais Localidades	ESGOTO	75,36	1,93	9,25	9,39	9,42	9,45
	ÁGUA E ESGOTO	169,55	4,35	20,81	21,14	21,19	21,27

Nota 01: As tarifas de esgotamento sanitário apresentadas nas tabelas são referenciais e poderão apresentar alterações no valor do metro cúbico, na segunda casa decimal, uma vez que o cálculo para apurar a fatura de esgoto (salvo para usuários do segmento água solidária) é de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre a fatura total de água no município de Curitiba e 80% (oitenta por cento) sobre a fatura total de água para as demais localidades.

Nota 02: As faturas não quitadas até as datas do seu vencimento sofrerão acréscimo de juros de mora de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso até a data de pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que o substitua e da aplicação de multa de 2% (dois por cento).

39810/2025

